

R\$ 3,00

BASES DO PROGRAMA DE GOVERNO



1994



LULA PRESIDENTE

UMA REVOLUÇÃO
DEMOCRÁTICA
NO BRASIL

PARTIDO DOS TRABALHADORES

**1994 LULA PRESIDENTE
UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL
BASES DO PROGRAMA DE GOVERNO
PARTIDOS DOS TRABALHADORES**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPITULO I

A CRISE BRASILEIRA E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

1. Exclusão: fenômeno recorrente em nossa história
2. Queremos uma modernidade ética, uma modernidade dos fins
3. A crise e a possibilidade de um programa de caráter transformador
4. Vivemos dificuldades semelhantes às de outros latino-americanos
5. A vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil

CAPITULO II

POLITICA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

6. Participação popular
7. .A cidadania das mulheres
8. A cidadania dos negros
9. Contra a discriminação por orientação sexual
10. Povos indígenas e a política
11. Portadores de deficiência
12. Crianças e adolescentes
13. Juventude
14. Terceira idade
15. Relações de trabalho democráticas
16. Liberdade religiosa
17. Democratização da comunicação
18. Violência e crime

CAPITULO III

REFORMA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

19. Reformas do sistema de representação
20. Combate à corrupção
21. A Reforma administrativa
22. A reforma do Judiciário
23. Política externa

24. Defesa e Forças Armadas

CAPÍTULO IV MUDAR A VIDA

- 25. Cultura como invenção do futuro
- 26. Educação: prioridade máxima
- 27. Seguridade Social
- 28. Política urbana e regional
- 29. Direito à cultura esportiva

CAPÍTULO V BASES ECOLÓGICAS DO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

- 30. Assumir nova visão de economia
- 31. Patrimônio genético e biodiversidade, uma questão estratégica
- 32. Programa para as grandes questões ambientais nacionais
- 33. Educação Ambiental
- 34. Informação e participação dos cidadãos

CAPÍTULO VI CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFRA-ESTRUTURA

- 35. Ciência e tecnologia
- 36. Política energética
- 37. Telecomunicações
- 38. Reconstruir em novas bases o Sistema Nacional de Transportes

CAPÍTULO VII TRANSFORMAR A ECONOMIA E A SOCIEDADE CONSTRUINDO A NAÇÃO

- 39. Desenvolvimento com distribuição da riqueza, da renda e do poder
- 40. Salário, emprego e distribuição de renda
- 41. Reestruturar a produção
- 42. Um programa para a agricultura brasileira
- 43. Política mineral e geologia
- 44. Reforma do Estado e economia
- 45. Relações soberanas e solidárias com a economia mundial
- 46. Sistema financeiro a serviço do desenvolvimento social
- 47. Combate à inflação combinado com desenvolvimento e distribuição de renda
- 48. Turismo
- 49. A questão do nordeste tem uma dimensão nacional
- 50. Projeto para a Amazônia
- 51. Que a riqueza social seja apropriada por quem a produz

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país viável desde que o povo decida sobre seu destino. É justamente isto que o povo brasileiro fará em 1994.

Em meio ao caos econômico e social, à decomposição do sistema político, à corrupção, à desconstrução nacional, surge uma alternativa política capaz de reacender a esperança do povo, reconstruir o sonho brasileiro e iniciar a marcha para um futuro tantas vezes anunciado e nunca alcançado.

Esgotado pela crise de um modelo de desenvolvimento —perverso, concentrador de renda e autoritário—o país encontra-se no limiar de uma grande transformação.

Diferentemente de outras situações históricas, e talvez pela primeira vez na República, hoje estão reunidas forças sociais e políticas com vocação de poder, capacitadas para dar a solução aos impasses que vivemos. Pela primeira vez estas soluções se darão em proveito das maiorias tradicionalmente excluídas das decisões econômicas e políticas.

Em primeiro de maio de 1994, o 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, aprovou estas bases do Programa de Governo com o qual Luiz Inácio Lula da Silva disputará a Presidência da República nas próximas eleições.

O Programa que entregamos ao povo brasileiro é o resultado de um ano de discussões envolvendo dezenas de milhares de militantes do partido e amplos setores da sociedade civil. Ele é o produto de uma reflexão sobre os grandes problemas nacionais, um conjunto de propostas para vencer a grave crise que o país atravessa, refletindo a vontade de mudança que anima milhões de brasileiros.

As idéias e propostas aqui expressas são também nossa contribuição aos demais partidos que integram a Frente, para a elaboração de uma plataforma eleitoral comum.

Longe de ser um diagnóstico acadêmico da crise brasileira, um receituário de propostas formuladas em gabinetes fechados ou uma peça retórica de vagas declarações de intenções, este programa quer ser antes de tudo um compromisso.

Queremos afirmar claramente nossa disposição de inverter radicalmente as prioridades que nortearam até agora os governos deste país.

Este é o programa de um governo que submeterá todos seus objetivos à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira. Para atacar a exclusão social, concentraremos nossas iniciativas no combate à fome, ao desemprego, ao abandono dos menores, ao descalabro da educação e da saúde, a ausência de moradia e de saneamento.

É a partir destes objetivos de combate à exclusão social que se organizará o conjunto da ação governamental, especialmente sua política econômica.

Por estas razões queremos constituir um governo de reformas, que, pela primeira vez em nossa história, impulsionará uma reforma agrária e políticas agrícolas capazes de entregar terra a quem necessita, democratizar a propriedade e sustentar nossa meta de alimentar todos os brasileiros.

Defendemos uma nova concepção de desenvolvimento que seja plenamente compatível com a preservação do meio ambiente.

Implantaremos uma nova política de rendas, que combinará o combate indispensável à inflação com um programa audacioso de emprego e de elevação dos salários . É preciso pôr fim à concentração de renda rompendo com os projetos que anunciam uma recuperação econômica que nunca chega ou que só beneficia aos ricos.

Afirmamos nosso compromisso com a democratização da vida econômica do país, democratizando as relações de trabalho e impulsionando as formas cooperativas de produção e distribuição.

Estamos comprometidos com uma profunda reforma do Estado, com sua democratização e controle pela sociedade, através da participação popular, que permita desencravar de seu interior interesses privados, corporativos e burocráticos. O Estado não pode continuar sendo identificado pela sociedade —como é hoje— como uma entidade distante, indiferente e hostil que submete os cidadãos comuns à humilhação das filas, à arrogância ou desinteresse de burocratas que não se sentem comprometidos com a coisa pública e se revelam servis para com os poderosos.

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da democracia política através a expansão da democracia econômica e social do país . Esta meta - em realidade um processo - será atingida por meio da universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de idéias, religiões, etnias, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida.

Nosso governo combaterá todas as formas de preconceito, ao mesmo tempo em que lutará pela defesa e preservação da vida de milhões de homens e mulheres que sofrem a violência e assistem perplexos o espetáculo cotidiano da impunidade, sobretudo dos poderosos.

Seremos um governo comprometido com a cultura, que valorizará todas as formas de produção, distribuição e de acesso aos bens culturais. Comprometido com a liberdade de criação artística, científica e de idéias, o governo se empenhará na democratização das instituições culturais em geral e dos meios de comunicação em particular. Não há democracia se os cidadãos não têm acesso livre às informações.

O programa, lutando contra a desagregação social, aponta para a reconstrução de nossa economia através da constituição de um grande mercado interno de consumo de massas, criando condições de um país livre e soberano.

Faremos da soberania nacional um valor tão caro quanto o da soberania popular. Buscaremos uma integração soberana do Brasil no mundo para enfrentar as grandes transformações políticas, econômicas e sociais hoje em curso.

O Brasil afirmará sua vocação universal, em suas relações internacionais, defenderá o meio ambiente e os direitos humanos, lutará pela democratização das relações internacionais, propugnará por uma reestruturação econômica internacional em proveito dos países do Sul, na defesa do emprego e de uma cooperação científica e tecnológica.

O Brasil enfatizará as relações com a América Latina, em especial a América do Sul, fortalecerá políticas de integração continental, dentre as quais o Mercosul reformulado, e fará de sua política externa um componente essencial do seu projeto nacional de desenvolvimento.

Este é um programa de um partido que se forjou na luta contra a ditadura, pela democracia política e social, que soube romper desde sua fundação com velhas heranças dogmáticas sem renegar as lutas de seu povo e daqueles que deram a vida por ele.

Este programa transformou-se no ponto de encontro do que de melhor produziu a sociedade brasileira. Para ele contribuíram os operários que não se curvaram diante da exploração e da opressão e constituíram um dos mais importantes movimentos sindicais do mundo de hoje.

Nele estão as marcas de camponeses e trabalhadores rurais que livram suas lutas em meio à violência do latifúndio. Nele colaboraram intelectuais e artistas comprometidos com os problemas sociais, religiosos que lutam pela libertação aqui na terra, mulheres que enfrentam a dupla opressão na esfera pública e privada, negros e índios empurrados pelos poderosos para as margens da sociedade mas reivindicando, orgulhosos, seu lugar na construção nacional.

Este é o programa dos jovens que não querem ser apenas o "futuro do país" mas reivindicam sua participação aqui e agora. Este é o programa dos excluídos que não sucumbiram à submissão e ao conformismo.

Neste programa confluem muitas ideologias, tradições culturais, experiências sociais e de vida. O que une todos é o compromisso intransigente com a democracia, com o respeito aos direitos humanos e com a necessidade de profundas reformas econômicas e sociais em proveitos das maiorias.

Este é finalmente o programa de um partido que se mostrou, em toda sua trajetória, incorruptível nas administrações que dirigiu ou dirige, nos parlamentos em que

esteve ou está presente. Intransigente a ponto de ficar por vezes isolado, mas sempre ressurgindo como uma referência ética e moral, dentre outras, na sociedade brasileira.

Este programa quer construir pontes com outras forças políticas e sociais, não só com aqueles que nos acompanham desde há muito, e que hoje estão conosco, mas também com aqueles com os quais queremos compartilhar no futuro a construção de um país de liberdade e igualdade.

Este país está ao alcance de nossas mãos.

Neste programa estão contidas as alternativas para mudar as grandes estruturas, sociais e políticas do Brasil.

Ele busca ser a expressão de um movimento cultural, que interpela cada um dos indivíduos, propondo-lhe nada mais do que mudar a vida.

Reflete nossa disposição de desencadear um grande movimento de idéia uma verdadeira renovação da cultura política brasileira, parte integrante da revolução democrática que pretendemos impulsionar no país.

CAPÍTULO I

A CRISE BRASILEIRA E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

As eleições gerais de 1994, especialmente a escolha do novo presidente da República, se darão em meio à maior crise que a história do Brasil já conheceu. Esta crise é complexa, sendo, ao mesmo tempo, econômica, política, social, ambiental, cultural e ética.

Há mais de uma década, as classes dominantes revelam-se incapazes de um acordo para implementar um projeto qualquer de desenvolvimento, fazendo com que o país pareça uma nau sem rumo . O atual estado de coisas impõe a dezenas de milhões de brasileiros a humilhação do desemprego, do viver faminto, doente, sem teto ou em moradias insalubres, da ausência de educação, cultura e lazer. Este quadro gera uma violência social sem precedentes, à qual se soma a violência cada vez maior do Estado.

A marginalidade econômica e social é agravada pela exclusão política.

Afastados da produção e do consumo, dezenas de milhões de brasileiros encontram-se, ao mesmo tempo, excluídos de fato da cidadania, sem acesso real à justiça, à rede escolar, ao sistema de saúde ou a qualquer forma de proteção social.

Prisioneiros desta gigantesca armadilha social, esses irmãos são manipulados por políticos inescrupulosos ou por colossais máquinas de propaganda que semeiam ilusões e/ ou incutem o conformismo, contribuindo para a manutenção e reprodução do status quo.

É a partir deste quadro sombrio da sociedade brasileira que se pode falar na existência de uma imensa exclusão social neste país .

Possuindo o décimo PIB mundial, o Brasil situa-se nos últimos lugares em termos de distribuição de renda e de todos indicadores de bem-estar social.

O país aparece aos olhos do mundo como um lugar onde a existência humana foi rebaixada aos níveis mais abjetos: a terra da prostituição infantil, dos menores abandonados nas ruas, dos homens-gabirus ou dos massacres de crianças, presos, favelados ou índios.

Para assegurar e reproduzir seus privilégios, responsáveis pela exclusão social ou marginalidade, as classes dominantes valem-se hoje, como historicamente o fizeram, de todos os poderosos instrumentos que lhes oferece um Estado gigante,

burocratizado autoritário na sua essência, mas, sobretudo fortemente privatizado pelos interesses destes setores sociais. O fenômeno da corrupção generalizada que tem ocupado nos últimos anos o centro das preocupações da opinião pública, só pode ser entendido a partir deste perverso fenômeno de utilização do Estado para o atendimento dos interesses de ínfimas e privilegia das minorias.

O PT nasceu para lutar contra este estado de coisas.

1- Exclusão: fenômeno recorrente em nossa história

A exclusão não é apenas um problema recente, mas um fenômeno recorrente na história do Brasil. Ela é a expressão de um Estado autoritário que revelou enorme eficácia na construção da dominação, pois consegue fazer com que o autoritarismo transforme-se em fenômeno socialmente implantado.

Diferentemente de muitos países - inclusive da América Latina - a unidade da Nação e a construção do Estado Nacional não foram acompanhadas de um processo de universalização da cidadania.

País cuja história não registra revoluções nacionais, o Brasil realizou todas suas grandes transformações políticas e sociais através de processos conservadores de conciliação das elites, que uniram seus interesses para impedir a presença dos "de baixo" na consecução das transformações necessárias.

A Independência, em 1822, não significou uma ruptura com a metrópole. Desdobrou-se numa monarquia conservadora e criou novos laços de dependência.

A Abolição frustrou os sentimentos de reforma social que animaram os líderes do movimento e as aspirações da grande maioria que dele participou. A abolição não contribuiu para uma efetiva emancipação dos negros. Foi acompanhada por uma política oficial que trouxe o trabalhador imigrante não apenas para, literalmente, substituir o ex-trabalhador escravizado, mas, sobretudo, para "fundar" a Nação brasileira, embranquecendo-a, conforme debates parlamentares da época.

Significou ainda uma redefinição do racismo, como suporte da estrutura social brasileira, excluindo a população negra das oportunidades econômicas e submetendo-a à condição de subcidadã.

A República, alterando formalmente as instituições, não foi capaz de operar uma significativa troca de grupos no poder, constituindo-se em uma sucessão de frustrações populares.

Por duas vezes na história republicana colocou-se de forma aguda a necessidade de reformas sociais profundas para superar graves impasses econômicos e políticos. Mas, tanto em 1930 quanto em 1964, as classes dominantes lançaram mão de soluções autoritárias para resolver a crise de dominação em que se encontravam.

É sintomático que tenham chamado seus movimentos de "Revolução", talvez para tentar legitimar junto ao imaginário popular a ruptura conservadora que fizeram com o Estado de direito existente.

O discurso sobre a "modernidade" das elites não oculta o caráter profundamente arcaico de suas concepções e, sobretudo, de sua prática.

Como falar em modernidade, quando dezenas de milhões são excluídos dos frutos do extraordinário crescimento econômico que o Brasil viveu no século XX?

Como falar em modernidade, quando subsistem, incrustados no Estado, interesses corporativos de setores que representam o atraso dos grotões rurais?

Como falar em modernidade quando se constata a dificuldade para a construção de um espaço público e da própria República?

Ao contrário, o que tem ocorrido é o assenhoreamento do Estado pelas elites em proveito de seus interesses particulares.

É neste processo de privatização do Estado, hoje generalizado, que se encontra a explicação última do colossal mecanismo de corrupção que vem sendo desvendado nos últimos anos.

A privatização do Estado não se resume, no entanto, na utilização pelas elites de seus poderosos instrumentos (diretos ou indiretos) de intervenção na atividade econômica em proveito de seus interesses particulares. Tampouco esgota-se na corrupção.

Nas duas últimas décadas assistiu-se igualmente ao fenômeno de desmantelamento da máquina estatal e do pouco que existia em termos de serviços públicos que não chegava a constituir um Estado de bem-estar social.

Como parte do processo de concentração de renda, acelerado durante a ditadura militar, verificou-se uma forte privatização das políticas públicas. As classes altas e um pequeno segmento das classes médias passaram a ter suas alternativas privadas em matéria de saúde, educação, transporte, previdência, enquanto se deixava para a imensa maioria da população serviços públicos sucateados, uma burocracia ineficiente, mal paga e desmotivada, que aparece não só distante mas até como inimiga dos que a ela acorrem.

O Estado revelou-se extremamente funcional ao perverso modelo de concentração de renda e assim um agente reprodutor da desigualdade, da exclusão social.

2- Queremos uma modernidade ética, uma modernidade dos fins.

Eis os objetivos principais que norteiam o novo projeto que propomos:

- consolidar as instituições democráticas, num sistema político cada vez mais aberto a direitos emergentes e a uma crescente participação popular em todos os níveis;
- acabar com a fome;
- garantir a todas as crianças uma educação de qualidade, com criatividade e adequada à moderna sociedade da informação, de modo que a sociedade compartilhe de um crescente acúmulo de conhecimentos e de atividades culturais;
- eliminar as doenças endêmicas e aquelas decorrentes da má qualidade de vida, constituindo em paralelo um sistema de saúde moderno e efetivamente universal;
- dar a cada família habitação digna, saneamento e serviços sociais básicos;
- pôr fim à espiral de violência social nas cidades e no campo;
- criar uma infra-estrutura eficiente, entendendo-se por eficiência a capacidade de dominar os recursos nacionais e pô-los a serviço da sociedade;
- buscar uma nova racionalidade econômica e social que concilie produção, distribuição e proteção ao ambiente e ao patrimônio natural;
- construir uma nação aberta à cultura e às técnicas internacionais, procurando integrar-se ao resto do mundo.

Queremos, enfim, uma modernidade ética, uma modernidade dos fins, aquela baseada em soluções originais e num contrato social verdadeiramente novo, e não aquela definida com base num conceito supostamente técnico, alheio às necessidades reais de uma maioria de deserdados.

Daí a importância dos bens e equipamentos coletivos, dos serviços gerais de infra-estrutura, bem como daquelas instituições voltadas a oferecer, a todos os cidadãos, igualdade básica de oportunidades. Destacam-se, no primeiro caso, os transportes de massa, especialmente nas grandes e médias cidades; no segundo, as redes de energia, transportes de longa distância, portos e comunicações; no terceiro, os serviços públicos de saúde educação.

3 - A crise e a possibilidade de um programa de caráter transformador

Retirar o Brasil da crise e iniciar um novo ciclo de crescimento econômico sustentado e de qualidade distinta dos anteriores baseado na distribuição de riqueza, renda poder e com equilíbrio ecológico—é nossa meta principal, que se articula com o objetivo estratégico de construção de uma sociedade socialista e democrática.

A crise na qual o Brasil está imerso tem dimensões históricas. Não se trata de um mero interregno, entre outros, novidade um economia que retoma seu fôlego para volta a crescer.

Nossa sociedade experimentou grandes mutações entre 1930-80, industrializando-se, urbanizando-se e constituindo-se como um sistema nacionalmente integrado. Esgotado o dinamismo decorrente destes três grandes processos, bem como o sistema de financiamento a ele associado baseado na expropriação de parte do excedente agrícola, no arrocho salarial e em financiamentos externos - a nação perde sua própria imagem de futuro, sem que esses mesmos processos a tivessem levado ajustar completamente suas contas com o passado. Inaceitável concentração de renda e riqueza, bolsões de pobreza e uma estrutura agrária excludente - características típicas de sociedades atrasadas -, presente neste fim de ciclo industrial, agravaram-se durante a grande estagnação que a eles segue. Isto denuncia a predominância de um modelo de crescimento baseado na grande exploração da força de trabalho, desigualdades regionais ampliadas, dependência externa, distorções na estrutura produtiva agressões ao meio ambiente. Operando com um mercado restrito, abastecido com bens de luxo produzidos com tecnologias capital-intensivas por grandes oligopólios nacionais e estrangeiros, foi um desenvolvimento para poucos, incapaz de explorar plenamente as potencialidades do Brasil.

Ao esgotamento desse ciclo de cinquenta anos, pressões externas derivadas da constituição de uma nova (des)ordem mundial, fortemente excludente, e internas, derivadas de centros de poder a velha ordem, combinaram-se para dar lugar a uma crise marcada por uma aparente ausência de projeto, que se prolonga até hoje.

Este tempo precisa chegar ao fim e as elites são incapazes de encaminhar sua superação. Em primeiro lugar, porque arranjam-se para lucrar com esta situação, parasitando o Estado e a sociedade. Em segundo lugar, porque não conseguem articular um bloco de forças sociais e políticas capaz de apontar as características básicas de um novo modelo. Quando não pura e simplesmente corruptas, insistem em um neoliberalismo que não tem potencial estruturante da sociedade brasileira. Não sendo um projeto nacional, o neoliberalismo constitui-se em uma operação ideológica que tende a consagra uma estruturação perversa e fragilizadora de nossa economia. Perversa porque exclui a grande maioria: a base produtiva passa a

atrelar-se cada vez mais ao padrão de consumo que prevalece entre os detentores de poder, ou seja, os brasileiros ricos e os consumidores do Primeiro Mundo, com toda as conseqüências que daí advêm para a renda e o emprego. Fragilizadora porque rompe com nossa tradição, pelo menos desde 1930, de reagir ativamente às dificuldades internacionais .

Frente a este quadro, colocamos a necessidade de um programa de transformação da economia e da sociedade, que ao mesmo tempo reconstrua a Nação. Este programa de governo não se confunde com a descrição de uma sociedade ideal, nem é obra de invenção.

Ao contrário, é uma tentativa de identificar um desdobramento possível desejável para uma situação estratégica dada recuperando processos históricos, recombinao tendências presentes e estimulando elementos potenciais, portadores de futuro, de modo a constituir um projeto que tenha aderência a interesses de grandes grupos sociais e ofereça uma alternativa de desenvolvimento à base produtiva construída com o esforço das gerações passadas.

Nosso programa deve ser viável e possuir um componente de radicalidade necessário que não nos aprisione apenas à margem de possibilidades abertas pela situação atual, resultado de uma longa hegemonia conservadora.

A viabilidade de um programa está vinculada a seu caráter transformador, para que a luta política se dê num campo de possibilidades transformado, em que o governo e o povo ajam juntos no sentido das mudanças, a cada passo conquistadas e consolidadas.

A campanha, a vitória, a posse e o exercício do governo só têm sentido para nós como parte de um processo social mais amplo, em que a sociedade brasileira como um todo altere relações de poder antigas e cristalizadas, abrindo caminho para que os trabalhadores e as grandes maiorias nacionais assumam a direção da Nação.

Hoje estão em grande parte reunidas as condições sociais para que um novo projeto de organização econômica, social e política do país possa se materializar e oferecer uma saída distinta para o Brasil.

Desde fins dos anos 70 - quando se evidenciaram os limites internos e externos do modelo econômico dos militares contribuindo para a crise da forma ditatorial de dominação -, o Brasil assiste a formação de um novo bloco histórico de forças sociais e políticas.

Estas forças, ainda que desde o início não tenham sido capazes de oferecer um programa absolutamente coerente e articulado, tiveram a capacidade de impedir que a dupla crise dos anos 70/80 se resolvesse uma vez mais pela conciliação das elites.

Novos personagens entraram em cena, sobretudo os trabalhadores, deixando profundas marcas no processo de democratização política do país e, pelo menos, frustrando o ajuste neoliberal que as elites puderam realizar em outros países da América Latina.

A democracia ganhou novos conteúdos e passou a ser entendida não só como a vigência do estado de direito, mas também como o espaço para a construção de novos direitos, das mulheres, dos negros das minorias, dos diferentes.

Apesar de mais de uma década de recessão e inflação, apesar do sucateamento do Estado, o Brasil revela ainda um enorme potencial de recuperação.

Este potencial não se resume às suas riquezas minerais, às perspectivas de sua agricultura, à extensão de seu território, ao dinamismo de seu comércio exterior, às possibilidades de seu mercado interno, à produtividade de seus trabalhadores.

Ele é fundamentalmente o resultado de uma vontade continuamente afirmada nestes quinze últimos anos - em meio a vitórias e frustrações - de levar adiante um processo de democratização radical da sociedade brasileira, o que passa essencialmente por transferir as responsabilidades das elites falidas que governaram secularmente este país para um bloco de forças hegemônicas pelos trabalhadores das cidades e dos campos, reunindo intelectuais, profissionais e técnicos, pequenos e médios empresários.

4 - Vivemos dificuldades semelhantes às de outros latino-americanos.

Brasil vive dificuldades semelhantes às aquelas que atravessam grande parte dos países da América Latina. Mas é importante destacar a singularidade de nosso quadro econômico, social e político para aferir com realismo as possibilidades de revertê-lo em proveito das grandes maiorias.

O país possui virtualidade sociais e políticas, além de seu potencial econômico, que permitem pensar um outro caminho, que não seja o da simples integração subordinada na nova (des)ordem mundial que se seguiu ao fim da Guerra Fria e às profundas mudanças pelas quais passa o capitalismo internacionalmente.

O Brasil é um país viável. O tipo de resposta que sejamos capazes de dar nesta conjuntura de crise que afeta inclusive as economias desenvolvidas, com sua seqüela de perversos efeitos sociais (como o desemprego, a exclusão, o racismo) terá imensa repercussão internacional, especialmente no continente latino-americano.

As eleições brasileiras serão acompanhadas com enorme atenção no exterior e a vitória das esquerdas aqui representará, sem dúvida, um grande alento para todos aqueles que lutam pela liberdade e igualdade e que se encontram em uma situação

de defensiva nos últimos anos.

Mas a crise atual oferece perigos igualmente.

O esgotamento dos grandes projetos burgueses - o do desenvolvimentismo nacionalista e estatista e o do neoliberalismo - não abre caminho automático para o projeto democrático e popular.

Em primeiro lugar, porque este último não é Um projeto acabado, mas em construção.

Em segundo, porque a falência dos projetos dominantes não traz necessariamente a vitória de um projeto alternativo dos trabalhadores.

Quando velhos projetos entram em crise e novos ainda não se afirmaram, podem produzir-se no interior da sociedade os fenômenos mais perversos.

Abre-se o campo para os aventureiros políticos que exploram o desalento e o ceticismo populares fazendo do "apoliticismo" e das soluções de força o centro de suas políticas.

Por esta razão, a afirmação de um projeto democrático e popular passa necessariamente pela construção de uma alternativa política, consubstanciada em uma nova proposta programática, capaz de captar os anseios difusos de mudança presentes nos corações e mentes de dezenas de milhões de brasileiros, transformando a apatia ou o inconformismo em vontade política transformadora.

Trata-se de mudar o voto-protesto em um voto em favor de um programa de transformações radicais da sociedade, que inverta as prioridades até hoje fixadas pelas classes dominantes, e abra um período de reforma em que estejam contemplados claramente o interesses das maiorias até agora postergados.

Sem espírito de revanche, o programa deve deixar claro que acabou a era da conciliação que só beneficia a uns poucos.

Ele não deve semear a ilusão de transformações rápidas, mas deve indicar que um período de mudanças se iniciou.

O programa deixará claro que os sacrifícios serão redistribuídos e que no jogo do ganha e perde haverá novos perdedores e novos ganhadores.

A clareza e transparência de nossos objetivos programáticos é a condição necessária para que milhões de brasileiros sintam-se neles representados e constituam-se na garantia maior de governabilidade da administração democrática e popular que se iniciará em 1995 .

5 - A vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil

A conquista do governo pelo PT e seus aliados, nas eleições gerais de 94. e as reformas democráticas e populares alterarão as relações de poder no Brasil.

O programa democrático e popular consubstancia um projeto nacional elaborado como resposta dos trabalhadores e do povo à crise do país, num contexto em que as classes dominantes têm revelado seu absoluto descompromisso e seu reiterado desprezo para com os interesses da Nação.

Esse projeto antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical, materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares.

Já na campanha, denunciaremos a exclusão social criada pelo capitalismo nacional e internacional e agravada pelas políticas neoliberais, constituindo um movimento pelas reformas estruturais e criando as bases sociais e políticas de aplicação de nosso programa. O programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.

Representará uma verdadeira revolução democrática no país, no sentido de aprofundar a democracia política. as liberdades individuais e coletivas, democratizar a posse da terra e as riquezas, ampliar a participação popular, combater a exclusão social, a segregação e as discriminações e universalizar a cidadania; buscará alterar as bases sociais das relações de poder através da democratização da propriedade, da riqueza e do poder.

O eixo de nosso governo será a participação popular.

A socialização da política do poder exigirá reformas institucionais, mecanismos de controle social, democracia direta e a democratização dos meios de comunicação. Desta forma, o bloco social interessado nas reformas democráticas e populares ampliará sua força e estabelecerá sua hegemonia na sociedade brasileira.

Não contrapomos, portanto, o nosso Governo democrático e popular com a luta pelo socialismo. Lutamos pelo fim da exploração e da injustiça. Lutamos para que homens e mulheres de todas as etnias e origens sociais desenvolvam plenamente suas potencialidades.

Lutamos contra a fragmentação e a desigualdade. Contra a competição desenfreada na sociedade.

O governo Lula faz parte desta luta, não apenas pelas reformas que realizará, mas principalmente porque imprimirá uma nova dinâmica à sociedade brasileira, em que os setores populares poderão lançar-se rumo a objetivos cada vez mais amplos.

CAPÍTULO II

POLÍTICA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A realidade brasileira combina um discurso liberal, em que muitos direitos estão formalmente assegurados, e uma realidade cotidiana de opressão, marginalização e manutenção a qualquer custo dos privilégios das classes dominantes.

A herança do escravismo está presente ainda hoje no comportamento excludente e na vocação autoritária da burguesia, que empreendeu a modernização conservadora do país e produziu desigualdades sociais que estão entre as maiores do mundo. Agora, em consequência das políticas inspiradas pelo neoliberalismo, novas exclusões vem se somar às antigas: o desemprego estrutural; a "flexibilização", "terceirização" e "desregulamentação" das relações trabalhistas.

A ampla maioria da população não tem acesso aos direitos e garantias individuais, nem aos direitos sociais formalmente estabelecidos na Constituição. Passam fome 32 milhões de brasileiras e brasileiros.

O desafio básico da luta pela democracia no Brasil é reorganizar as prioridades e o funcionamento da economia, da política, dos serviços públicos, das instituições e do Estado, de forma a garantir as condições mínimas de exercício da cidadania.

Para tanto impõe-se superar a concepção liberal que se limitava a definir as liberdades dos indivíduos em face do Estado. Para o PT, a conquista de uma cidadania integral, na qual se inclui o direito à sadia qualidade de vida, não implica apenas a incorporação, pelo governo, das demandas dos diferentes setores explorados, oprimidos ou excluídos. Exige o tratamento desigual dos desiguais, através de políticas de ação afirmativa. Exige a construção de uma identidade comum às maiorias nacionais. Sem prejuízo de suas identidades, mulheres e homens, negros e brancos, assalariados e camponeses, jovens e velhos, qualquer que seja a sua orientação sexual, podem compartilhar um projeto de conquista e construção permanente de novos direitos, conquistando sua própria cidadania e construindo uma sociedade que possa ser chamada de nação.

Os interesses de classe dos trabalhadores, de gênero das mulheres, de construção de uma identidade comum entre os negros ou de manutenção da cultura das nações indígenas, não se contrapõem, portanto, à universalização da cidadania no Brasil, que exige a incorporação de cada um destes segmentos a um processo político efetivamente democrático.

6 - Participação popular

A participação popular é um princípio que Perpassa nossa concepção de organização da sociedade e do Estado. Para o processo de radicalização da democracia, a participação popular é tão importante quanto os mecanismos da democracia representativa. Com essa participação, queremos propiciar o surgimento de novas formas de exercício da política que permitam a expressão dos interesses daqueles setores da sociedade historicamente alijados do poder político pelas elites.

A participação popular será o instrumento privilegiado pelo Governo Democrático e Popular para socializar o poder e a política, pois uma nova sociedade só poderá ser construída se a política for assumida como preocupação por dezenas de milhões de brasileiros e se o poder não ficar confinado nas estruturas burocráticas de um Estado tradicionalmente organizado para garantir a dominação de uma minoria.

A participação popular será o resultado da auto-organização da sociedade. Tem, portanto, a marca da autonomia. Radicalizar a democracia significa reduzir a separação entre governantes e governados. Os cidadãos devem participar de todos os mecanismos ou instituições que afetam sua vida.

Limites da democracia representativa no Brasil

O Estado e a sociedade brasileiros têm sido marcados pelo autoritarismo, centralização, compadrio e clientelismo. Foram preservados e institucionalizados interesses particulares, que desfiguraram a representação democrática e a transformaram em instrumento para demandas particularistas. Estes mecanismos, arraigados na tradição brasileira, levam à privatização do Estado e comprometem o caráter democrático que as instituições deveriam ter.

Os vínculos entre representantes e representados têm-se restringido aos períodos eleitorais ou ao atendimento de demandas locais e limitadas, sem que as grandes questões dos governos e parlamentos municipais, estaduais e nacional sejam discutidas.

Radicalizar e universalizar a democracia

Radicalizar e universalizar a democracia —torná-la efetiva e ampliá-la para todos - exige a reforma do Estado. Implica o combate ao autoritarismo, ao fisiologismo, à ineficiência, à privatização, bem como supõe a descentralização e o aperfeiçoamento dos instrumentos de representação e de participação democráticas. Exige a ampliação e o aprofundamento da participação da sociedade por de outras formas de representação, além das partidárias.

É alargar o espaço público. É permitir a expressão de todos os grupos, classes, atores sociais disputando clara e democraticamente a legitimidade de suas propostas com os até hoje privilegiados. É fazer do Estado um espaço de disputa pública de interesses, diferentes e freqüentemente conflitantes. É impedir o acesso privilegiado e, muitas vezes, escuso que certos setores têm tido às informações, elaboração e

deliberação de políticas equipamentos e serviços públicos, financiamentos e subsídios de toda ordem. É empenhar-se com prioridade na busca da participação dos setores tradicionalmente dela excluídos.

Radicalizar a democracia é promover a gestão democrática das políticas, equipamentos, serviços e recursos públicos, desprivatizando-os.

A democracia deve ir além da abertura de canais formais de participação popular e propor a gestão democrática de forma mais ampla. Requer romper com uma visão burocrática de governo e apenas de gabinete.

Concepção e mecanismos de participação popular.

A participação popular valoriza a democracia representativa, resgata as experiências históricas de democracia direta e práticas recentes da sociedade brasileira, especialmente nas administrações municipais democráticas e populares.

A radicalização e a universalização da democracia, a qualificação da população trabalhadora para a gestão democrática da coisa pública, a construção de uma cidadania ativa por parte de milhares de excluídos são elementos essenciais de uma sociedade democrática, o que se articula com a visão do que deva ser o socialismo.

Para haver participação popular o governo deve tomar iniciativas para promover a adesão da sociedade, sobretudo aquelas resultantes de sua auto-organização. O Governo Democrático e Popular deverá promover uma reforma do Estado que resgate seu caráter de espaço público, o que requer sua desprivatização, como combate aos interesses corporativos e sua descentralização.

Criará na administração direta e indireta do Estado, canais de participação democrática que assegurem o princípio do maior controle possível do Estado pela sociedade.

Esses canais de participação poderão assumir as mais diversas formas, adequando-se a especificidades, aperfeiçoando a participação através de conselhos gestores de políticas, de fundos, de equipamentos, de serviços, desde o nível local até o nível nacional.

Esses canais deverão garantir a pluralidade política, ideológica e de interesses, eliminando qualquer discriminação.

Os instrumentos de participação democrática deverão assegurar a intervenção na elaboração de planos e políticas de interesse público.

Plebiscito, referendun e consultas populares devem ser construídas novas instituições de exercício da soberania popular. Lutamos por uma democracia em que a participação popular, por meio de consultas periódicas, permita que a população

diretamente envolvida delibere sobre medidas fundamentais à definição de seu próprio destino. A democracia participativa não elimina a democracia representativa, nem os mecanismos de democracia direta em nível local. Mas toma grande parte da população corresponsável pelas decisões tomadas, antes nas mãos do Executivo e do Legislativo. Esta forma de exercício da política deve ser desdobrada em escalas federal, estadual e municipal.

A Constituição de 1988 viabilizou a prática do plebiscito, do referendun e da iniciativa popular na proposição de leis. A regulamentação destes instrumentos pode permitir o estabelecimento das instituições de exercício de formas de democracia participativa. Os partidos, o governo e a sociedade organizada devem selecionar algumas questões que sintetizem as reformas estruturais, especialmente aquelas que enfrentarão maior resistência por parte das classes dominantes, para serem submetidas à deliberação da população.

O orçamento participativo.

Este tem sido a marca principal das administrações municipais democráticas e populares, demonstrando sua viabilidade e seu papel estratégico entre as políticas de gestão democrática tanto em pequenos quanto em grandes municípios.

Neste momento em que uma CPI demonstrou que a corrupção institucionalizada no orçamento federal constitui instrumento principal de financiamento de interesses privados, de clientelismo e de fisiologismo, a elaboração do orçamento federal, através de mecanismos participativos, constitui um dos principais desafios para o Governo Democrático e Popular.

Governo e sociedade.

Nossa proposta de participação popular confronta-se com uma cultura elitista e autoritária profundamente arraigada na sociedade brasileira. Exige uma cultura participativa, a criação de valores e hábitos que só podem se alterar mediante uma ação educativa. Nessa perspectiva, foram elaborada algumas propostas:

- Governo Democrático e Popular deverá garantir, incentivar e promover, por todos os meios possíveis, o acesso à informação e à gestão da coisa pública: Além do acesso à informação é preciso mecanismos que possibilitem efetivamente a socialização dessa informação, através do rádio, da televisão, de redes informatizadas e do desenvolvimento de uma política de comunicação e ação cultural.
- deverá empenhar-se na identificação, no reconhecimento e no apoio das mais diversas formas de auto-organização e participação popular, reconhecendo se agentes como interlocutores na gestão democrática;
- a democratização radical da sociedade não se detém na socialização da política

Expressa também uma forma superior organização das relações sociais e da vi econômica

- além da participação na definição e gestão das políticas salariais, o movimento sindical terá papel relevante na elaboração e gestão das políticas de desenvolvimento econômico, das políticas industrial, agrícola, agrária e na gestão das estatais;
- governo tem o compromisso de incorporar os próprios trabalhadores em todos os fundos sociais e empresas pública também os usuários, na gestão dos serviços públicos (seguridade social, saúde e educação);
- buscará a realização de serviços de interesse público através de parcerias e congestão com entidades da sociedade civil, eliminando da legislação os privilégios de grandes personalidades, organizações políticas ou econômicas.

Há exemplos importantes de cooperativas comunitárias que realizam tarefas na educação, abastecimento, construção de moradias populares.

O Governo Democrático e Popular estimulará e apoiará a ação da cidadania—autônoma em relação ao Estado—volta da para o atendimento das carências básicas da população. Apoiará igualmente as ações voltadas para a mudança da relação entre governo e sociedade através da fiscalização das políticas públicas, da fiscalização de preços e controle de produtos e serviços.

Além disso, o Governo Democrático e Popular se associará a estas iniciativas cidadãos, abrindo espaços para a institucionalização das novas organizações oriundas da parceria Estado sociedade.

O atual Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) deverá ser mantido, bem como deverão ser estimulados organismos análogos, voltados para outras áreas representativas das necessidades sociais básicas da população, bem como de fiscalização das políticas públicas.

A qualificação para a participação dos atores sociais tradicionalmente excluídos é elemento essencial. Partidos, movimentos sociais, ONGs têm um papel relevante nessa ação educativa.

O governo deve desenvolver ações de capacitação voltadas principalmente para a apropriação dos mecanismos de funcionamento dos canais de participação: conselhos, instrumentos jurídicos e legais, políticas setoriais, bem como uma política educacional e cultural construtoras de uma cidadania ativa.

Iniciativas da sociedade.

Esta concepção de participação popular supõe intensa mobilização, participação e qualificação das organizações populares e de todos os setores da sociedade. É preciso haver qualificação para a análise, elaboração e disputa de propostas nas instâncias participativas.

A mobilização popular, além de ser capaz de encontrar representantes, deverá acompanhar, subsidiar e fiscalizar a representação exercida.

As organizações da sociedade deverão reivindicar, além do respeito à sua autonomia, o apoio e o incentivo do Governo Democrático e Popular.

Nesta medida, considerando que nosso governo necessitará do apoio organizado da maioria do povo, a preocupação com os conselhos populares deve estar presente. Ela se apoiará nas lutas e organizações existentes nos bairros e fábricas, no campo pela reforma agrária e nas formas de controle das estatais e dos serviços.

Através dessas iniciativas e de práticas amplas, governo e sociedade poderão estabelecer uma nova relação: um Estado ativo implementando prioridades e setores da sociedade tomando iniciativas, construindo alternativas.

7 - A cidadania das mulheres

A cidadania para as mulheres não significa a simples extensão dos direitos já conquistados pelos homens, acrescidos daqueles referentes à condição feminina em função da procriação.

Tem de ser pensada como a construção de uma condição coletiva, generalizada e inclusiva, isto é, da liberdade e da igualdade para todos. A afirmação da igualdade não elimina as diferenças. É preciso definir metas que permitam construir as condições concretas para o exercício da igualdade.

As respostas à questão da cidadania das mulheres implicam a reconstrução de políticas públicas que possam:

- alterar as políticas sociais do Estado que favorecem os homens enquanto gênero. Os serviços sociais não são um favor do Estado mas sua obrigação;
- considerar as mulheres como cidadãs e não como apêndices da família, com direitos individuais e como gênero. A sociedade não pode ser pensada a partir de uma visão estática da família, que pressupõe a mulher confinada às tarefas domésticas para garantir condições de socialização dos indivíduos.

Para que as políticas do Estado sejam efetivamente alteradas é necessário tratar desigualmente os desiguais, o que se faz através de políticas compensatórias, ações afirmativas para chegar a uma igualdade de oportunidades entre homens e

mulheres. Deverão ser consideradas aqui as diferenças existentes entre as mulheres do ponto de vista das oportunidades geradas pelas condições sociais e de origem étnica/racial.

Estas políticas deverão vir acompanhadas de um intenso debate cultural que reconstrua o imaginário social, combatendo as múltiplas manifestações de discriminação das mulheres.

As políticas do Governo Democrático e Popular em relação às mulheres serão centradas em quatro aspectos: trabalho, educação, saúde e combate à violência, sendo o primeiro elemento o que articula os demais.

Políticas afirmativas na área do trabalho e do trabalho doméstico.

Apesar do crescimento da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil (cerca de 40%), elas ocupam os níveis mais baixos na escala ocupacional, padecem de forte subemprego e seu salário médio é apenas 54% daquele que percebem os homens, mesmo que a escolaridade feminina seja superior à masculina. Todo esse processo de discriminação é maior entre as mulheres negras.

A presença de mulheres no sistema educacional formal é igual ou superior à dos homens, mas grande parte delas orienta-se para as carreiras pedagógicas, sabidamente discriminadas sobretudo em termos salariais, seja para as mulheres negras ou brancas.

PROPOSTAS

1. Criar um Programa Mulher e Trabalho, independente dos programas dirigidos à pobreza, destinado a formular e propor programas antidiscriminatórios referentes ao trabalho da mulher. a informar as trabalhadoras sobre seus direitos e a influir na sociedade, no Estado e nas empresas, assim como promover e coordenar as políticas de emprego, trabalho e educação dirigidas com este propósito.

2. Implantar políticas de profissionalização do trabalho realizado pelas mulheres, com incentivos para as áreas não tradicionalmente femininas. Estabelecer quotas nos cursos profissionalizantes, de aperfeiçoamento ou requalificação das empresas, Senai, Senac e escolas técnicas federais. Investir especialmente na qualificação de mulheres negras e trabalhadoras rurais.

3. Propor uma legislação específica para as empresas normatizando a implantação de serviços de alimentação e lavanderias . Incorporar nas políticas habitacionais oficiais o planejamento de áreas coletivas para lavanderias, creches e outros

serviços que afetem o cotidiano doméstico.

4. Colocar em prática políticas de incentivo de emprego para as mulheres, com prioridade para as chefes de família e mães solteiras, garantindo o acesso inclusive às frentes de trabalho. Garantir o acesso das mulheres à titularidade da terra nos assentamentos e nos programas de reforma agrária. Criar políticas especiais de crédito para cooperativas de trabalho feminino.

5. Desenvolver políticas de fiscalização e garantia dos direitos trabalhistas, com atenção também para a discriminação racial; intervenção dos organismos federais na fiscalização do cumprimento dos direitos trabalhistas. Considerar o cumprimento destas normas na concessão de créditos públicos e nas licitações públicas.

Na área da educação.

PROPOSTA

1. Garantir a universalização do ensino básico com qualidade, de forma que todas as crianças tenham acesso à escola em período integral ou a programas de complementação curricular e convivência.

2. Desenvolver uma política que garanta a educação não discriminatória em todos os níveis, incorporando as questões de gênero nos currículos gerais, em particular na formação de professores e elaboração de material didático-pedagógico.

3. Implementar medidas compensatórias quanto à permanência e mobilidade das mulheres negras no sistema educacional, através de programas específicos. Garantia de programas de alfabetização de adultos e cursos supletivos com horários alternativos para as mulheres.

4. Criar um programa especial de apoio e incentivo aos municípios para ampliação e universalização da rede pública de creche.

5. Desenvolver rigorosa fiscalização do Ministério do Trabalho, em conjunto com as instituições de âmbito estadual, para o cumprimento da legislação sobre creche nas empresas, inclusive com penalização jurídica pelo não cumprimento.

6. Garantir programa de educação sexual nas escolas com atenção para a anticoncepção, gravidez na adolescência e prevenção da Aids.

Na área da saúde.

A situação de vida pessoal e social das mulheres é determinante no seu quadro de morbidez e mortalidade. O sistema de saúde pública, em acelerado processo de sucateamentos não responde a estas necessidades.

Agrava-se a incidência do câncer ginecológico e de mama. Por outro lado, a proporção homem/mulher nos índices de contaminação pela Aids que em 1984 era de 123 para uma,¹⁹

hoje é de cinco para uma, sendo as relações heterossexuais a principal causa de contaminação das mulheres.

As condições da mulher trabalhadora— dupla jornada, precariedade do trabalho—, somadas a outras formas de discriminação que sofre, contribuem para uma forte incidência de diversas doenças, inclusive as mentais.

A situação é mais alarmante no que se refere à mortalidade materna e à assistência à anticoncepção, sendo o aborto uma importante causa de óbitos.

PROPOSTAS

1. Garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) e a implantação do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher).

2. Priorizar a saúde da mulher junto aos estados e municípios, com destaque para um programa emergencial que, por meio da contratação e capacitação de profissionais de saúde e do aumento dos equipamentos de serviços (postos, hospitais, ambulatórios, laboratórios), acabe com a mortalidade materna ou a reduza a índices mínimos através de assistência ao pré-natal, ao parto e ao puerpério, diminuindo o número de cesáreas.

3. Promover campanhas e programas de prevenção do câncer de mama e cérvico.

4. Desenvolver campanhas e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, particularmente a Aids.

5. No Brasil, a mortalidade materna atinge índices alarmantes, 156 mortes por 100 mil nascidos vivos, constituindo-se o aborto uma importante causa de óbitos. Estima-se que mais de 2 milhões de abortos são realizados anualmente no país. Como resultado desta lamentável situação, verifica-se um grande número de óbitos e seqüelas físicas e psicológicas. Em cada mil mulheres em idade fértil, 18 já sofreram seqüelas de aborto. Em cada quatro mulheres submetidas ao aborto clandestino, uma já foi internada com complicações que levam à esterilidade ou mesmo à morte. Isso representa a ocupação de 20 a 30% dos leitos de ginecologia e obstetrícia da rede pública hospitalar. Em função deste quadro de flagrante atentado à saúde pública, a questão do aborto torna-se relevante para a sociedade e para um governo democrático e popular.

O recurso ao aborto não é método Anti-conceptivo. Daí a importância de garantir o acesso das mulheres a todos os métodos anti-conceptivos não prejudiciais à saúde, com orientação médica, incentivando também o desenvolvimento de pesquisa em

relação a métodos para os homens. Isso deverá ser contemplado no programa de atenção à saúde da mulher, acompanhado de um amplo processo educativo, envolvendo a rede pública de saúde, os meios de comunicação e a rede escolar, de forma que se garanta ampla participação da sociedade civil.

Hoje, por falta de informação e acesso aos métodos anti-conceptivos, restam à maioria das mulheres duas alternativas: a pílula, vendida sem prescrição médica e sem a devida assistência, o que traz seqüelas às usuárias; e a esterilização, em grande parte realizada durante a cesariana e, muitas vezes, sem a permissão da mulher. O alto número de cesáreas—33% dos partos—acarreta riscos de saúde às mulheres e aos nascituros.

Esta situação que penaliza as mulheres, principalmente as mais pobres, deverá ser tratada como problema de saúde pública.

Nos casos de aborto previstos em lei é imperativo que se normatize o atendimento por toda rede pública de saúde.

O Governo Democrático e Popular deverá tomar as iniciativas necessárias para garantir a cidadania das mulheres.

No combate à violência contra as mulheres.

A violência contra a mulher é um problema específico na medida em que se diferencia das demais manifestações de violência, nas formas de expressão e enfrentamento. Mas é um processo generalizado que atravessa as mais diversas realidades do país: regionais, sociais, etárias, étnicas e culturais.

A violência contra a mulher não se resume às agressões físicas e/ou sexuais, mas se traduz em uma série de atitudes cotidianas, que refletem e reproduzem a discriminação da mulher. O cenário inicial desta violência é a família, estendendo-se para escolas, locais de trabalho, campos e espaços urbanos.

Num programa nacional de combate à violência contra as mulheres, o governo deverá articular com os governos estaduais as seguintes ações:

1. reconhecer a dimensão criminológica do fenômeno da violência contra a mulher. Tal fato deve repercutir em ações governamentais que incidam sobre a formação do aparato policial nos currículos de formação profissional na área jurídica, iniciativas de alteração do Código Penal e outras leis, além da implementação de mecanismos que promovam a articulação entre as diversas políticas públicas setoriais no atendimento à mulher: saúde, segurança, educação e trabalho;

2. elaborar um Programa Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres. O

governo deverá articular com governos estaduais as seguintes ações:

- manutenção, expansão e qualificação de delegacias policiais e núcleos especializados no atendimento à mulher;
- capacitação contínua dos profissionais que trabalham especificamente com a temática da violência contra a mulher;
- criação de abrigos temporários para mulheres que sofreram violência e não têm para onde ir; casas de apoio imediato;
- programas de incentivo ao emprego para mulheres vítimas de violência doméstica;
- desenvolvimento de programas de pesquisa sobre o fenômeno da violência contra as mulheres.

Na coordenação da defesa da cidadania das mulheres

No âmbito de uma reforma administrativa mais geral, criar uma secretaria especial da mulher, com status de ministério, orçamento próprio e vinculação direta à Presidência da República.

Esta secretaria deverá formular e implementar medidas que garantam a igualdade de oportunidades às mulheres; realizar, estimular e apoiar pesquisas sobre a condição feminina no país; levantar a situação legislativa das mulheres e propor iniciativas de mudança das leis; articular-se com os ministérios para coordenar ações em todos os setores da administração; promover campanhas sobre os direitos das mulheres. As ações desta secretaria serão articuladas com os movimentos de mulheres, dentro dos princípios da participação popular que norteiam a proposta do Governo Democrático e Popular.

8 - A cidadania dos negros

O Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, elaborado pelo IBGE, apontou um dado essencial da realidade brasileira: a raça é um elemento que determina as oportunidades sociais e é fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa metade da população brasileira.

O mapa apenas confirmou estatísticas e estudos desenvolvidos há décadas em várias instituições científicas do país e assegurou maior destaque às evidências do cotidiano e às denúncias feitas pelas entidades do Movimento Negro.

Entretanto, ao inscrever a questão das desigualdades raciais no bojo de uma campanha nacional pela geração de emprego, a Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida constatou o óbvio: a absoluta impossibilidade de transformações

estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial.

A presente proposta tem como premissa a incorporação da problemática racial às diretrizes do Governo Democrático e Popular, como condição básica para a universalização da democracia e para a promoção dos direitos da cidadania dos setores excluídos.

Um conjunto de dados estatísticos produzidos por instituições como a Fundação IBGE, Dieese, Fundação Seade e outras, atesta que a sociedade brasileira trata de forma desigual brancos e negros, em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras negras. E deixa patente que a violência racial atinge cotidianamente a população negra.

Tomada como violência, a discriminação racial atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de subcidadão ou cidadão de segunda classe. Excluindo-o dos centros de decisão e reservando para ele as piores mazelas de um capitalismo dependente e periférico. A discriminação expõe-se como instrumento de dominação e de controle social.

Tal violência não se restringe a aspectos físicos/maternais, mas também morais, simbólicos e políticos, de forma direta ou indireta.

A associação de diferenças dos grupos humanos a pseudo-inferioridades de atributos intelectuais ou morais configura uma forma acabada de violência. Isto é, o racismo constitui, em si, uma expressão da violência.

Mas quando o racismo—uma ideologia —se traduz em preconceito—uma idéia— e resulta em discriminações, isto é, em violação concreta de direitos em razão da cor ou raça da vítima, temos um quadro agravado de violência associada à raça.

A discriminação racial tem também uma base material e econômica, e é na distribuição desigual das oportunidades econômicas, educacionais, sociais e outras entre negros e brancos que o racismo vai revelar seu papel de elemento diferencial de direitos.

Há uma nítida divisão racial no trabalho; diferenças salariais entre negros e brancos, inclusive quando a função é a mesma ou quando a qualificação de ambos é equivalente; diferentes possibilidades de as promoções; maiores taxas de desemprego entre os negros; jornada de trabalho superior para os trabalhadores negros e muitas outras.

Exprimindo a confluência entre machismo e racismo, é sobre os ombros da mulher negra que recaem os piores efeitos da dupla opressão sexo/raça. Tendo seu biotipo associado à inferioridade, em contraste com o padrão estético de beleza de mulher branca, exercendo o papel de chefe de família: submetida a toda sorte de estereótipos e violência física e simbólica; alvo preferencial das políticas de

esterilização e situada na base da pirâmide social em termos de ocupação e rendimento, a situação da mulher negra exige o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentem os resultados perversos da intersecção raça e gênero (opressão entre sexos).

Do mesmo modo, a violência policial, a ação dos grupos de extermínio, os estereótipos veiculados sistematicamente pelo sistema educacional e pelos meios de comunicação e o extermínio de crianças negras, desenham o quadro de exclusão moral e o genocídio a que está submetida a parcela negra da população brasileira. Tomados em conjunto, estes dados revelam o equívoco - para dizer o mínimo - do credo segundo o qual a igualdade formal perante a lei, por si mesma, garante a igualdade de oportunidade e tratamento. Ao mesmo tempo, revelam a vocação excludente do Estado brasileiro, engendrado sob o signo do euro e do etnocentrismo, que tem se revelado incapaz de assegurar iguais possibilidades a todos os brasileiros.

Considerada pelo Estado como um problema inexistente, a questão racial—ainda que a Constituição vigente criminalize o racismo—encontra-se fora dos incontáveis projetos nacionais apresentados pelos sucessivos governos. A omissão institucional, que pode ser observada no atual quadro de miséria e desagregação que vitima a grande maioria dos brasileiros, é especialmente criminosa no trato das desigualdades raciais. Por esta razão, somos radicalmente contrários ao engodo do neoliberalismo, que significa a reprodução ampliada da exclusão de uma maioria populacional atingida por discriminações raciais, sexuais, regionais e outras. Para o povo negro brasileiro, a proposta de Estado mínimo representará a consolidação de uma política surda de exclusão e extermínio que se agrava dia após dia.

Nesta perspectiva, reafirmamos a função essencial do Estado de assegurar a igualdade de oportunidade e de tratamento e uma justa distribuição da terra, do poder político e da riqueza nacional. Cabe ao Estado não apenas declarações solenes da igualdade perante a lei, mas também a promoção da igualdade de direitos. Impõe-se a criação de condições que tornem iguais as possibilidades dos indivíduos e que transformem a democracia formal em democracia substantiva, a igualdade formal em igualdade autêntica.

A igualdade de oportunidade e de tratamento não pode ser vista apenas sob um ângulo procedimental ou ético. A discriminação racial viola o direito à igualdade e requer não uma ação protetora dos grupos discriminados, mas a efetiva tutela estatal de um bem jurídico — a igualdade — compreendida como pedra angular da democracia.

Não será apenas a adoção de políticas antidiscriminatórias que possibilitará a inserção do povo negro na esfera da cidadania. Mas a combinação desta com políticas de profissionalização, de geração de emprego, de distribuição de renda, enfim, com a adoção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A gestão das políticas de igualdade de oportunidade e de tratamento não deverá circunscrever-se à atuação de órgãos isolados na administração. Mas será responsabilidade do Governo democrático e Popular, em conformidade com os objetivos fundamentais da República, nos termos do artigo 3º, IV, da Constituição Federal.

Igualdade de direitos, de oportunidade e de tratamento.

PROPOSTAS

1. Reconhecer publicamente a raça como um dos elementos distribuidores das oportunidades sociais; a adoção do princípio anti-racista como diretriz para as políticas globais do governo.
2. Desenvolver uma política global contra discriminação racial, que neutralize, no plano das políticas públicas, quaisquer componentes reprodutores das desigualdades raciais; a modificação das disposições e práticas administrativas que sejam incompatíveis com esta política.
3. A execução da proposta do item anterior, será precedida pela montagem de um diagnóstico global das condições sócio-econômico-educacionais de negros e brancos, visando a estruturação de um banco de dados que subsidie as ações governamentais.
4. A imediata implementação, no que compete ao Poder Executivo, das normas e convenções internacionais antidiscriminatórias das quais o Brasil é signatário.
5. Implementar imediatamente os dispositivos constitucionais antidiscriminatórios.
6. Propor projeto de lei visando o aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória, de forma a instrumentar a consolidação de uma política nacional de promoção de igualdade, de oportunidade e de tratamento: o Governo Democrático e Popular assume o compromisso de fortalecer a luta contra as discriminações, visando alcançar a meta de tratar desigualmente os desiguais, como condição básica para a promoção da igualdade formal
7. Garantir a promoção de campanhas e programas educativos que, por sua natureza, possam garantir a aceitação e o cumprimento desta política.

Igualdade econômica e social.

PROPOSTAS

1. Assegurar a titularidade da terra às comunidades remanescentes de quilombos, conforme disposto no artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. Os quilombos são símbolos vivos da luta e da resistência negra contra a escravidão e o

racismo. Assim, as comunidades descendentes de quilombos devem ter assegurados seus direitos à propriedade coletiva das terras que ocupam e que foram conquistadas pelos seus antepassados. O Governo Democrático e Popular emitirá os títulos de propriedade das terras a todas as comunidades descendentes de quilombos no Brasil.

2. Assegurar o desenvolvimento de programas de profissionalização de mão-de-obra, preferencialmente para os membros dos grupos excluídos.

3. Introduzir, nas políticas de apoio à pesquisa científica e tecnológica, a igualdade de tratamento para os projetos referentes às relações raciais.

4. Implementar a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Decreto Legislativo nº 104, de 1964) e instalar imediatamente a Câmara Sobre as Discriminações, vinculada ao Conselho Nacional do Trabalho.

5. Implementar a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto Legislativo nº 23, de 21 De junho de 1967).

6. Introduzir o quesito cor nos sistemas de informação sobre saúde, incluindo os sistemas de informação sobre morbidade e mortalidade profissionais.

7. Implantar o Programa integral de Saúde da Mulher, incluindo o desenvolvimento de programas específicos que contemplem o binômio raça e gênero como um dos condicionantes da relação saúde/ doença.

8. Adotar, no sistema público de saúde, procedimentos de detecção de anemia falciforme (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses, males cuja incidência é maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva.

9. Adotar a representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do governo e de entidades que tenham investimento político ou econômico da União.

10. Assegurar a adoção da pedagogia inter-étnica na rede de ensino, de forma a implementar o artigo 242, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

11. Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e de tratamento nas políticas culturais da União, tanto no que diz respeito ao fomento à produção cultural, quanto na preservação da memória, objetivando dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo negro brasileiro.

12. Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos quilombos, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras, em observância à norma do artigos 215, parágrafo 1º, e

artigo 216, parágrafo 5º, da Constituição Federal.

Finalmente, devemos ressaltar a necessidade de um instrumento e/ou canal(is) de participação, que diagnostique, proponha, acompanhe, avalie e fiscalize a execução das políticas expostas neste documento.

9 - Contra a discriminação por orientação sexual

O processo de discriminação da população gay e lésbica no país é complexo e diversificado. Vai desde manifestações de intolerância no mundo do trabalho, na família ou no sistema educacional, até o exercício da violência física, responsável, nos últimos dez anos, pelo assassinato de 1.200 pessoas em razão de sua orientação sexual. Os assassinatos de homossexuais, geralmente revestidos de requintes de crueldade, têm ficado na maioria dos casos impunes, uma vez que a própria investigação policial é feita de forma negligente.

A impunidade que protege tais crimes é motivada e reforçada pela disseminação de preconceitos contra homossexuais, aos quais se atribui a disseminação de enfermidades como a Aids e a deterioração de "valores estabelecidos".

A luta contra a discriminação por orientação sexual constitui importante passo na construção democrática, por enfatizar a questão do respeito à diferença.

Para assegurar esses objetivos o Governo Democrático e Popular implementará:

1. iniciativas de modificações das leis penais, trabalhistas e outras, tipificando o delito de discriminação por orientação sexual e garantindo a plena igualdade de oportunidades;
2. medidas policiais de proteção a homossexuais e investigação rigorosa dos crimes contra eles cometidos;
3. garantias previdenciárias aos homossexuais;
4. iniciativas junto ao sistema escolar e meios de comunicação visando impedir a difusão de preconceitos contra gays e lésbicas;
5. participação de organizações homossexuais nos programas de combate a doenças sexualmente transmissíveis e programas de reciclagem de pessoal tendentes a combater os preconceitos existentes na área da saúde pública;
6. criação de uma instância nacional de defesa dos direitos de minorias, na qual gays e lésbicas possam encontrar a proteção necessária contra todas as formas de discriminação: locação de imóveis, mercado de trabalho, atendimento de saúde, violência e propaganda abusiva.

Respeitando a autonomia das organizações de gays e lésbicas, o Governo Democrático e Popular incluirá representantes destas entidades em organismos de controle dos direitos humanos.

10 - Povos indígenas e a política indigenista

No Brasil, vivem cerca de duzentos povos indígenas, totalizando uma população aproximada de 250 mil pessoas, ou seja, 0,2% da população brasileira, ocupando em tomo de 10% do território nacional distribuídos por 519 terras, por eles tradicionalmente ocupadas.

A existência do Estado democrático impõe a necessidade de um tratamento distinto deste grupo de brasileiros, diferentes dos demais cidadãos, e inclusive entre si, por características étnicas e culturais diferenciadas.

A Constituição reconhece a organização social dos índios, seus usos, costumes, línguas, crenças, tradições e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam atribuindo à União competência para demarcá-las e fazer respeitar todos os seus bens. Uma política indigenista deve estruturar-se a partir destes princípios constitucionais que impõem ao governo o reconhecimento de direitos coletivos especiais que devem ser respeitados pelo Estado.

Cerca de 84% das terras indígenas estão invadidas por empresas madeireiras e agropecuárias, mineradoras privadas e estatais, garimpeiros, posseiros e grandes projetos governamentais, como estradas, hidroelétricas, militares e de colonização.

Em alguns casos pode ser possível a retirada dos invasores a partir de providências administrativas, incluindo o reassentamento condigno das famílias dos ocupantes não-índios e o pagamento de indenizações de benfeitorias dos ocupantes considerados de boa-fé.

A FUNAI desconhece a diversidade étnica dos povos indígenas e orienta-se para promover o controle e a integração dos Índios à "comunhão nacional". Trata-se de um organismo altamente burocratizado, contando com 4 mil funcionários, grande parte dos quais concentrados em Brasília e em capitais de estados.

O Governo Democrático e Popular pautará a Sua política em relação aos índios pelas seguintes diretrizes:

Terras indígenas.

Declaração de limites e determinação para demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, cujos procedimentos administrativos já tenham identificação e delimitação concluídos. Esta providência será adotada por portaria do Ministério da Justiça, nos primeiros dias do governo, cabendo ao presidente da

República a homologação das demarcações já feitas.

Em relação às terras não identificadas, serão reunidos os elementos de prova de ocupação tradicional (identificação) garantindo-se a participação das comunidades indígenas na delimitação da área a ser demarcada. A delimitação, para efeito de demarcação, ocorrerá por meio de ato administrativo do presidente do órgão indigenista federal. O presidente da República homologará a demarcação que será registrada em cartórios imobiliários e na Secretaria de Patrimônio da União. Serão considerados procedimentos de auto demarcação e demarcação monitorada por satélites.

Levantamento dos conflitos fundiários existentes em terras indígenas. Comissões especiais definirão, ao mesmo tempo, a desocupação destas terras e medidas paralelas de reforma agrária que permitam o reassentamento das famílias não-índias.

Órgão indigenista.

- Reformulação do Conselho Indigenista que passará a ter funções diretivas. Dele participarão representantes do governo, dos povos indígenas e de entidades acadêmicas e indigenistas. Formulação de proposta de reestruturação do órgão indigenista federal, a Funai. Antes da posse, a equipe de governo deverá ter pronto um projeto de lei que permita nos primeiros dias dotar a administração de instrumentos administrativos adequados para implementar a nova política indigenista.

- A política indigenista terá uma clara diretriz no sentido de se executar uma ágil e profunda política de convênios com outros órgãos públicos, universidades, organizações indígenas e da sociedade civil, rompendo com o isolamento histórico do órgão indigenista federal.

Apoio às estratégias econômicas dos povos indígenas

As ações governamentais, apoiadas por universidades e centros de pesquisa, voltadas para contribuir na auto-sustentação das comunidades. Na necessidade de programa de governo e de atividades de terceiros em áreas indígenas, estes serão sempre compatíveis com as estratégias indígenas. Estudar-se-á a criação de um fundo para preservação da biodiversidade em áreas indígenas. A definição de uma política global de exploração de recursos naturais (minérios, recursos hídricos ou florestais) levará em consideração o usufruto das populações indígenas sobre tais recursos em suas terras e os interesses das massas garimpeiras que têm sido normalmente empurradas para as terras indígenas.

Saúde.

Atendimento diferenciado, contemplando saúde (com acesso ao SUS), saneamento básico, nutrição e habitação.

Educação.

Implantação de um sistema educacional diferenciado para os povos indígenas, reconhecido pelo governo federal, que assegurará a especificidade das várias etnias, o ensino na língua do povo e em português, material pedagógico e currículos próprios para cada povo, respeitando os processos próprios de aprendizado, sempre com a participação.

11 - Portadores de deficiência

A proteção da sociedade e do Estado democráticos aos portadores de deficiência (física, mental, sensorial e múltipla) obedece a uma dupla preocupação. Cabe ao poder público reparar situações sob sua responsabilidade direta ou indiretamente, pois na origem delas está a ausência de políticas públicas ou a incapacidade de aplicá-las.

O Estado democrático deve assegurar, por meio de políticas compensatórias, mecanismos que garantam a todos os cidadãos igualdade de oportunidades, independentemente dos constrangimentos que sobre eles pesem. Estes princípios integram a concepção de democracia que permeia o conjunto destas propostas programáticas.

Direitos políticos e individuais

- Garantia do exercício do direito de voto a todos os portadores de deficiência, cabendo ao Estado assegurar os meios materiais para tanto.
- Definição na legislação dos direitos dos portadores de deficiência e criminalização de atos discriminatórios contra eles

Trabalho.

- Garantia de acesso aos centros regulares de formação profissional aos portadores de deficiência e criação de centros profissionalizantes especiais.
- Garantia de acesso ao mercado de trabalho eliminando critérios que, sem conexão com a atividade a ser desempenhada, impeçam o portador de deficiência incorporar-se ao emprego público ou privado.
- Obrigatoriedade de reaproveitamento do acidentado na empresa responsável pelo acidente, independentemente de indenização.

- Criação de mecanismos (incentivos fiscais e outros) que favoreçam à iniciativa privada a contratação, o transporte e a adaptação de suas instalações físicas aos portadores de deficiência.
- Estudos e adoção de legislação sobre reserva de mercado para portadores de deficiência, particularmente no serviço público, e criação de oficinas especiais com respectiva regulamentação.

Saúde, prevenção e reabilitação.

- Maior investimento na prevenção das causas de deficiência, com ênfase nas campanhas contra a fome e acidentes de trânsito e de trabalho. Estímulo à pesquisa para o tratamento e produção de equipamentos para uso de portadores de deficiência.
- Extensão efetiva do SUS aos portadores de deficiência, incluindo o fornecimento de aparelhos e medicamentos, atendimento em unidades mais complexas ou domiciliar para casos mais graves.
- Apoio a iniciativas comunitárias de reabilitação.
- Campanhas favorecendo a doação de órgãos.

Educação.

- Inclusão progressiva da educação especial em todos os níveis do sistema educacional, com oferta de matrículas gratuitas em estabelecimentos públicos de ensino e programas para os que estejam internados em estabelecimentos hospitalares por mais de um ano.
- Garantia de matrícula de estudantes portadores de deficiência em estabelecimentos públicos regulares.
- Verba específica no orçamento da União para escolas especiais, pesquisas pedagógicas nesta área, produção de materiais necessários a seu funcionamento e formação de pessoal qualificado.

Previdência social.

- Transformação da aposentadoria por invalidez e do salário mínimo, para pessoas portadoras de deficiência, em seguro de reabilitação que proteja de eventual desemprego nas novas funções.
- Aposentadoria aos vinte anos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência cujas expectativas de vida sejam comprovadamente reduzidas.

Transporte e barreiras arquitetônicas.

- Definição de normas de circulação, trânsito e transporte e preparação de pessoal adequados às necessidades específicas dos portadores de deficiência.
- Definição de normas para construção de logradouros, edifícios e serviços públicos que assegurem o acesso a pessoas portadoras de deficiência, com projetos precisos de remoção em lugares públicos das barreiras arquitetônicas.

Comunicação.

- Definição de uma política de telecomunicações que assegure, aos portadores de deficiências visual e/ou auditiva, acesso às informações e medidas correspondentes nas programações de rádio e TV.
- Ampliação dos sistemas Braille.

Esporte e lazer.

- Programas e construção de equipamentos esportivos que permitam às pessoas portadoras de deficiência a prática de esportes.
- Criação de programas de lazer e turismo que facilitem a integração de pessoas portadoras de deficiência.
- Criação de uma instância nacional com participação de entidades de portadores de deficiência física para propor iniciativas legais e institucionais e fiscalizar a implementação das mesmas.

12 - Crianças e adolescentes

O Governo Democrático e Popular tem como meta instaurar no país, a "era dos direitos" à população infanto-juvenil.

As políticas públicas desenvolvidas devem conferir a esse segmento prioridade absoluta. Essa meta significa uma política integral de atenção à criança e ao adolescente: não se quer a criança e o adolescente como definição da área de apenas de um ministério ou secretaria, mas como preocupação fundamental para o conjunto das ações governamentais.

Essa concepção de atendimento parte do pressuposto que o desenvolvimento da criança e do adolescente é resultante de suas condições de vida no que se refere à alimentação, saúde, educação, lazer, esporte, habitação, trabalho para a família e habitação. É necessário identificar e construir mecanismos para a implantação e implementação do novo ordenamento político-institucional, reforçando o princípio da

descentralização, municipalização e participação popular nas políticas de atenção à criança e ao adolescente.

Assim, otimiza-se recursos humanos e materiais, gera-se maior eficiência e eficácia dos programas de atenção à infância e à juventude, rompendo-se com práticas segmentadoras, pontuais e assistencialistas.

Dados indicam que 40% da população brasileira (58 milhões) é constituída de crianças e de adolescentes. As estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1990, são de que 53,5% (32 milhões) desta população vivia em famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassava meio salário mínimo. Os dados sobre as condições de vida mostram ainda que 18% da população acima de nove anos é analfabeta e 15,5% (9 milhões) de crianças/adolescentes, entre sete e quatorze anos, não freqüentam a escola. Sendo que a maioria das crianças de rua, expulsas das escolas, introduzidas precocemente no mercado de trabalho e vítimas dos grupos de extermínio é negra. Sete milhões e meio de crianças e adolescentes, entre dez e dezessete anos, trabalhavam (1990), sendo que 17,2% (3 milhões) correspondiam a crianças trabalhadoras entre dez e quatorze anos e 50,4% (4,5 milhões) a adolescentes trabalhadores entre quinze e dezessete anos. A mortalidade infantil no Brasil apresentava, em 1989, uma taxa de 40,5 por mil, com diferenças regionais significativas.

A legislação específica - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - representa um significativo avanço para a sociedade brasileira, uma vez que credita à esta população o direito de cidadania na sua condição peculiar de desenvolvimento. Porém, a falta de redes de serviços de sustentação à disposição da lei precisam ser enfrentadas a curto prazo, num esforço conjugado das três esferas de governo - federal, estadual, municipal - para sua realização. Trabalhar por uma ação descentralizada/municipalizada significa enfrentar e romper com o paralelismo, a superposição de recursos e o entre cruzar das competências das três esferas de governo.

Dentro do universo criança e adolescente, no conjunto das políticas sociais e públicas, o centro da política de atenção deve ser educação, saúde, habitação e trabalho (para os adultos).

Levando-se em conta que parcela significativa desse universo encontra-se transgredida em sua integridade física, psicológica, moral e econômica - por ação ou omissão do Estado e da sociedade -, cabe ao Governo Democrático e Popular a realização de políticas que concretizem medidas de proteção especial e medidas que garantam os direitos.

A justiça é uma tarefa intrínseca ao Estado e ao poder público, portanto, requer uma política pública comprometida com os direitos humanos, civis, políticos e sociais, em particular das crianças e dos adolescentes, não se permitindo mais atos de arbitrariedade, violência, tortura e extermínio.

Cabe ressaltar ainda a urgência de entendimentos do Executivo com o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público visando ações que concretizem a "era dos direitos", pois a garantia e o restabelecimento dos direitos violados e ameaçados passa necessariamente pela ação desses poderes.

A política de assistência social, delimitado o seu campo de abrangência, deve dar atenção às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social, às pessoas e aos grupos que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

O governo tem no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) a instância pública privilegiada na concretização dessa articulação política que garantirá maior proximidade entre as disposições legais e a realidade.

Como "lugar de criança é na família, na escola e na comunidade", as políticas para o segmento infantojuvenil em situação de risco pessoal e social devem ser centralizadas na escola, na geração de emprego (para as famílias) e na elevação da renda familiar.

Compete ao governo:

- cumprir e ratificar as normas e convenções nacionais e internacionais de proteção e de defesa dos direitos da população infanto-juvenil;
- viabilizar o pleno funcionamento do Conanda, alocando recursos materiais e humanos para que este órgão possa formular a política nacional em sua área, estabelecendo diretrizes para o reordenamento institucional;
- estimular a formação e implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente garantindo-se recursos para a descentralização e municipalização da política de atendimento;
- estabelecer mecanismos de repasse de recursos materiais e assessoria técnica aos estados e municípios favorecendo o novo ordenamento institucional das políticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- investir em processos de informação/ capacitação e mobilização de gestores públicos para viabilizar a política integral de atenção à criança e ao adolescente;
- investir em estudos e pesquisas que subsidiem a formulação, execução, acompanhamento e avaliação da política integral de atenção à criança e ao adolescente quanto à relevância, impacto e padrão de qualidade dos serviços prestados;
- realizar campanhas de esclarecimento sobre a prioridade absoluta do direito da criança, buscando a mudança de valores/ atitudes/comportamento da sociedade no

trato com a infância e a juventude;

- estimular a consolidação da rede de serviços de atenção à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social que contemple a formação sócioeducacional-cultural; serviços especiais de saúde ao adolescente; implementação de abrigos, da rede descentralizada de serviços ao adolescente em conflito com a lei e de ações de apoio sócio-familiar;
- estabelecer mecanismos de combate ao trabalho infantil e de todas as formas de exploração do trabalho do adolescente;
- criar mecanismos para quebra do ciclo da impunidade, um dos fatores responsáveis pela violência contra crianças e adolescentes;
- estabelecer uma agenda de compromissos com o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e os Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente para reverter, a curto prazo, a miséria e o abandono em que se encontram as crianças, adolescentes e famílias brasileiras.

13 - Juventude

Os sucessivos governos seguem ignorando a juventude. As iniciativas são pontuais e fragmentadas, apesar de sua numerosa presença na sociedade. Segundo os dados do IBGE/PNAD, a faixa de 14 a 24 anos representa 18,98% da população, a faixa de 10 a 24 anos, 30,51%.

O Governo Democrático e Popular deve considerar o jovem como cidadão com todos os direitos, reconhecendo sua diversidade e demandas, abrindo espaços para a sua atuação nos distintos campos sociais e políticos.

A rapidez do processo social, as necessidades de constante renovação e progresso de nossa sociedade têm que contar com a presença ativa de seus atores mais dinâmicos, os Jovens.

Mas afinal, quem são os jovens?

Os jovens, em geral, encontram-se numa sociedade que os discrimina em muitas de suas áreas de atividade. Na família, na escola, no trabalho o jovem é considerado, em geral, incapaz de opinar e decidir, recebendo o trato de cidadão de "segunda classe".

Muitas vezes a geração adulta considera os jovens, na sua maioria, suspeitos pelos seus hábitos, costumes, companhias e atitudes.

A condição juvenil caracteriza-se, além de faixa etária, por ser um momento de

transformações em todas as esferas do indivíduo, sejam elas biológicas, sociológicas ou psicológicas. Momento de uma intensa busca de novas experiências e conhecimento, surge como um momento difícil e ao mesmo tempo extremamente enriquecedor para sua formação.

É o período marcado por contradições com a família e com as instituições sociais. Deparamonos, na juventude, com formas muito diferentes de organização, de atuação e relacionamento com o mundo "adulto" .

Alguns setores conquistaram um espaço político, como é o caso dos estudantes, organizados em torno de suas entidades, que em geral não tem ultrapassado o limite do corporativismo reivindicatório.

Nos últimos anos, novos elementos jovens Surgiram na cena pública, marcada fundamentalmente pela conquista do direito à cidadania (movimentos "Pela ética na política" e "Campanha Contra a Fome") expressando alto grau de inconformismo com o status quo. A juventude tem tido também papel importante nos movimentos popular e sindical.

Além desses, há inúmeros grupos construindo uma identidade própria, com normas e valores, hábitos e linguagem, que se contrapõem e ao mesmo tempo dialogam com valores e normas reinantes na sociedade. São as chamadas tribos. Apresentam forte coesão interna, nem sempre em sintonia entre si, muitas vezes contrapostos. Sua atuação política se diferencia, na maioria das vezes, dos modelos de militantes do cotidiano.

Além das diferenciações socioeconômicas e culturais, a presença dos grupos terá forte influência no tipo de juventude com que estaremos dialogando.

Questões centrais

Apesar dessa heterogeneidade, Há características, problemas e demandas comuns aos jovens diferenciados em forma e grau.

A questão da violência.

Há guerra não declarada contra a juventude, marcadamente contra a juventude negra e das periferias das grandes cidades. A juventude é uma das principais vítimas da violência. Alvos da violência policial ou dos grupos paramilitares. jovens, em sua maioria negros, muitos deles trabalhadores ou estudantes, sem antecedentes criminais, são executados por se enquadrarem no perfil considerado suspeito

Esta violência se reproduz no interior das instituições penitenciárias, cuja população é composta em grande número por jovens filhos de trabalhadores ou

desempregados.

Muitos jovens estão envolvidos com o tráfico de drogas ou são consumidores de drogas ilegais.

Entre as iniciativas imediatas, o governo deve inverter a lógica que é trabalhada hoje pela sociedade e pelo Estado. Em vez de preconceito e repressão, a questão da droga deve ser tratada como um problema de saúde pública, oferecendo-se serviços de atendimento, orientação e reinserção aos dependentes.

Emprego.

Segundo dados da PNAD/IBGE- 1990, na faixa dos 15 aos 19 anos, 56,70% estão no mercado de trabalho, sendo que no meio rural esse percentual chega a 66,32% desta faixa etária.

Esse alto índice de inserção no mercado de trabalho explica-se pelo agravamento das condições de vida no país, levando parcelas importantes da juventude a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, com o objetivo de somar seus ganhos à renda familiar, prejudicando sua formação educacional. Esse ingresso é igualmente condição— não só para os filhos de assalariados de baixa renda—de acesso a uma sociedade de consumo, na qual o dinheiro torna-se passaporte para parcela, mesmo que limitada, de cidadania.

Outro elemento que evidencia o grau de marginalização a que estão submetidos os jovens, principalmente os mais pauperizados, são os direitos trabalhistas. Enquanto 58,81% dos empregados, no Brasil, têm carteira assinada, apenas 8,58% dos empregados na faixa de 10 a 14 anos têm este direito e 39,61%, na faixa dos 15 aos 19 anos.

Com relação à contribuição para a Previdência, 50,08% das pessoas ocupadas contribuem. Na faixa dos 10 aos 14 anos, o índice cai para 3,86%; na de 15 a 17, fica em 23,49 e entre 15 e 19, o índice é de 29,93%.

Cultura, lazer e educação.

Para o jovem o lazer é uma necessidade básica. O lazer abre a possibilidade de sair do ambiente regulador e, muitas vezes, repressivo e sufocante da família, da escola e do trabalho.

Através do lazer, o jovem, junto com seus pares, consegue novas informações e busca satisfazer suas necessidades a partir do contato com o novo mundo que se apresenta.

Dessa forma, o lazer constitui, para o jovem, um espaço de experimentação extremamente significativo, que entra fortemente na composição do seu universo de

valores e de seu modo de vida.

Esse processo de experimentação desenvolve, no jovem, uma enorme capacidade de criação. Infelizmente, o incentivo à produção cultural, entendida como momento de construção de um conjunto de manifestações de um povo, setor ou região, tem tido pouco peso nos projetos que os governos têm encampado. Fortalecer essas manifestações, muitas vezes equivocadamente interpretadas como simples modismos e aproveitadas pela indústria cultural, é uma importante intervenção.

A escola deve tornar-se um rico espaço de desenvolvimento das potencialidades e dimensões do jovem. O processo de assimilação e construção do conhecimento deve formar indivíduos mais críticos e inovadores, inserindo nas grades curriculares preocupações e anseios juvenis e tratando de questões que precisam ser desmitificadas, como o tema da sexualidade.

Políticas públicas para a juventude.

O Governo Democrático e Popular deve tratar as questões da juventude a partir de um projeto global.

Estabelecer metas e prioridades nas políticas públicas exige a coordenação do conjunto dos ministérios, incentivando a participação da juventude na definição de políticas para sua área, assim como para o país.

Esta diretriz de atuação pode, em um segundo momento, exigir do governo a constituição de fóruns governamentais específicos.

PROPOSTAS

Violência

1. Reprimir os narcotraficantes, grandes organizadores do comércio da droga, potencializando o papel dos órgãos de fiscalização e investigando devidamente seu financiamento e suas riquezas ilícitas.
2. Punir as práticas de tortura e maus tratos por agentes policiais, sancionando os responsáveis e impedindo sua promoção a postos de responsabilidade.
3. A maioria da população carcerária é jovem. A cadeia é hoje uma escola do crime, não cumprindo o seu papel de reinserção. Desta forma, jovens detidos são lançados ao mundo do crime. É preciso redefinir o papel e a atuação das instituições carcerárias de forma a reinserir socialmente este setor da população, hoje condenado à marginalidade.
4. Implementar o ECA e definir uma legislação capaz de atender os setores da juventude não compreendidos no ECA.
5. Implementar políticas públicas de educação no trânsito, que se preocupe em

diminuir a quantidade de jovens que sofrem as conseqüências dos acidentes.

6. Desfazer a imagem de que o jovem, principalmente se pobre e/ou negro, é um indivíduo suspeito.

7. Garantir plenamente todos os direitos civis e políticos dos jovens soldados, especialmente quando envolvidos em situações degradantes e acidentes.

Emprego

O índice de emprego de jovens é muito alto, mas submetido à baixa remuneração e ao pouco reconhecimento. Dois grandes problemas que geram esta situação devem ser enfrentados:

1. Erradicar a pobreza, elevando o nível de renda das famílias.

2. Estado deve garantir o direito de todos ao lazer, à cultura, à educação, à saúde, às práticas desportivas, para dar condições ao jovem de desenvolver sua identidade e suas capacidades. A cidadania não pode estar sujeita às leis do mercado. Como essas medidas têm impacto a longo prazo, é necessário um plano de absorção dessa mão-de-obra no mercado de trabalho. Deve ser elaborado um Plano de Criação de Emprego para a Juventude, com especial ênfase no contingente feminino, para reduzir os índices de desemprego de jovens e de emprego na economia informal, que se caracteriza por jornadas de trabalho longas, baixos salários e nenhum tipo de seguro.

3. Desenvolver as seguintes medidas de fomento ao emprego:

- apoiar as empresas que contratarem jovens sem expediência em áreas afins ao seu campo de estudo ou capacitação; - criar estágios/empregos no âmbito das empresas estatais e autarquias;
- reservar os postos de trabalho com todas as garantias para os que se incorporem ao serviço militar;
- reduzir a jornada de trabalho, sem redução salarial, para os jovens que compatibilizam emprego com estudos; - para conter o êxodo rural, incentivar a fixação dos jovens nas áreas rurais por meio da reforma agrária, educação e valorização do trabalho da juventude das áreas rurais.

Lazer e produção cultural

1. Incentivar a produção cultural nos centros comunitários, nas ruas e nas escolas. Utilizar os espaços públicos e das associações.

2. Resgatar e valorizar as culturas regionais, indígenas e das populações afro-brasileiras.
3. Fomentar a criação de associações culturais e juvenis, assim como o trabalho cooperativo.
4. Incentivar o acesso ao esporte e cultura
5. Estender o benefício da meia entrada aos serviços de lazer e cultura a toda a juventude.

Saúde pública e sexualidade

Para a sexualidade ser tratada como uma dimensão natural da vida, o Estado deve assumir seu papel de informar, em especial as mulheres jovens:

1. Educação sexual nas escolas, desde o ensino fundamental, levando em conta os elementos emocionais, de prazer, ligados à sexualidade e não apenas os aspectos biológicos.
2. Acesso gratuito à informação e ao uso de métodos anticoncepcionais para ambos sexos.
3. Programas de informação sobre Aids e doenças sexualmente transmissíveis.

14 - Terceira idade

A população brasileira vem passando, nas últimas décadas, por um processo de envelhecimento, estimando-se hoje que o número de maiores de sessenta anos exceda 7% de seu total, devendo chegar a 8% no ano 2000. Estudos apontam que dentro de trinta anos o país terá a sexta população mais idosa do mundo.

Estes números ocultam realidades como a do envelhecimento e morte precoces da população de baixa renda—particularmente nas zonas rurais e globalmente no Nordeste—e as precárias condições em que vivem estes segmentos em termos de saúde, educação, condições insalubres de moradia e de trabalho.

Se é certo que os problemas que afetam a terceira idade só podem ser plenamente resolvidos no marco de soluções mais gerais da crise econômica e social, pela qual passa o país, não é menos certo que devem ser apontadas políticas específicas para este setor da população, especialmente porque o Brasil vive sem nenhum planejamento neste processo de transição demográfica.

Globalmente considerada, a população idosa revela vários tipos de demandas: segurança econômica, habitação adequada, recursos para promoção, proteção e recuperação da saúde, sobretudo quando há perda de, autonomia, participação social e oportunidades de desenvolvimento pessoal e apoio social e afetivo. Este conjunto de demandas é articulado pela necessidade de reconhecimento e valorização pessoal, que se confunde, na perspectiva democrática deste programa, com a extensão e o pleno exercício da cidadania.

Ao lado dos objetivos gerais de atendimento à população idosa, contidos na Constituição Federal, alinham-se como objetivos específicos:

- aposentadoria justa;
- favorecimento de trabalho adequado às distintas realidades regionais;
- provisão de renda mínima aos idosos que comprovem não dispor de recursos pessoais;
- garantir o acesso igualitário às ações e serviços para promoção, preservação e recuperação da saúde, com atendimento domiciliar àqueles que tenham perdido sua autonomia;
- rever as normas de atendimento de idosos em estabelecimentos geriátricos públicos e privados sob supervisão e com subvenção do SUS;
- implantar e incentivar programas que permitam o atendimento de idosos em seu próprio ambiente;
- implementar programas de formação de cuidadores de idosos;
- facilitar o acesso a transportes públicos e regulamentar os termos estabelecidos na Constituição;
- implantar programas habitacionais específicos;
- incentivar a participação social e política dos idosos;
- favorecer o acesso dos idosos a programas de educação permanente;
- incentivar o uso dos meios de comunicação para aumentar o alcance dos programas de educação permanente e a difusão de noções de gerontologia social;
- valorizar programas de preservação da memória social e tradições populares, com a participação de idosos;
- rever critérios de organização do espaço urbano, eliminando as barreiras

arquitetônicas e outras que dificultem a circulação de idosos como correspondente atendimento preferencial destes em locais públicos.

15 – Relações de trabalho democráticas

A construção da democracia no Brasil cobra uma transformação profunda do atual sistema de relações de trabalho.

Para nosso Programa de Governo um Sistema democrático de relações de trabalho é uma das reformas estruturais prioritárias, na perspectiva de um Brasil onde os valores básicos da cidadania sejam reconhecidos e garantidos para todos.

Diversas ações devem e podem ser desenvolvidas nos três poderes do Estado.

Governo Democrático e Popular estará comprometido em realizar as ações que lhe são pertinentes, assim como apoiar, nas negociações junto aos outros poderes, a definição de um novo marco institucional que consagre os valores democráticos também nesse âmbito.

Diagnóstico da situação

O atual sistema de relações de trabalho é herdeiro da tradição politicamente autoritária e socialmente excludente do Estado brasileiro .

Em décadas de lutas dos trabalhadores contra sua exploração e marginalização social, foram conquistados alguns direitos básicos que estão inscritos em enunciados legais. Porém, ao excluir os diversos atores sociais, a engrenagem maior compatibilizou modelos econômicos concentradores de renda e da riqueza nacional.

No campo específico das relações do trabalho, ao negar ou dissimular o caráter eminentemente conflituoso dessas relações e ao instituir um regramento que subtrai dos trabalhadores mecanismos básicos de defesa, as conseqüências são igualmente desastrosas para o conjunto da sociedade. Com efeito, leis que de fato beneficiariam os assalariados não são cumpridas. São exemplos as leis do salário mínimo, da jornada de trabalho, do direito às férias, ao 13º salário, aos diversos adicionais, à proteção à saúde, à Previdência Social e ao FGTS.

Confirmam estas observações alguns dados obtidos pelo Ministério do Trabalho e pelo IBGE, segundo os quais 48% dos assalariados trabalham sem registro em carteira profissional, o que equivale a dizer que não têm assegurados nenhum dos direitos citados; 74% das empresas recolhem irregularmente o FGTS, sendo que 53% delas não recolhem um centavo sequer.

A confirmação mais revoltante desse quadro é a existência de importantes focos de

trabalho escravo no país, mesmo em regiões onde a organização empresarial tem caráter pretensamente moderno.

Opera-se, também por intermédio da fraude trabalhista, um fenomenal processo de transferência de renda do trabalho para o capital. A sonegação dos encargos solapa a fonte básica de recursos destinados ao financiamento de políticas públicas voltadas para a saúde, a Previdência Social, a habitação e o saneamento básico.

A incapacidade do sistema atual em responder às demandas do mundo do trabalho são evidentes. Especificidades regionais, diferenças entre meio urbano e rural, bem como o crescimento da economia informal são indicadores da contradição entre a lei e a realidade. A prática da fraude trabalhista é disseminada. O trabalho escravo subsiste em inúmeras regiões, conforme atestam levantamentos recentes.

Diretrizes

O discurso por modernização e justiça social, pelo fim da corrupção, da sonegação fiscal, da fraude, da má-gestão dos recursos e dos serviços públicos deve ser traduzido em propostas concretas que viabilizem o cumprimento de direitos, o controle e a gestão democrática dos fundos sociais e do patrimônio público.

As exigências de modernização do parque produtivo brasileiro, para competir no mercado atual e suprir necessidades e demandas da população, requerem investimentos em novas tecnologias e melhoria da qualidade e produtividade. Como vem sendo demonstrado por países que já alcançaram alto nível de desenvolvimento, essas mudanças e inovações não poderão se processar com o atual sistema de relações trabalhistas e muito menos sem a participação dos trabalhadores.

Os trabalhadores lutam para conquistar sua condição de cidadãos plenos, para se constituírem, efetivamente, em atores sociais em condições de contrapor, ao poder discricionário do capital, a defesa de interesses de sua coletividade. Lutam pelo direito de não serem tutelados por um Estado que, a pretexto de defendê-los, subtrai-lhes instrumentos vitais de autodefesa. Refutam a condição de sub-cidadãos, a quem é negado, por exemplo, o direito de escolha da melhor forma e momento de negociar e compor, ou não, seus conflitos.

A democratização das relações do trabalho obtém-se por meio da instituição de mecanismos capazes de proporcionar maior equilíbrio de poder entre capital e trabalho dentro do sistema produtivo. Significa dotar os trabalhadores e as entidades sindicais de instrumentos próprios de defesa. Instrumentos autônomos em relação ao Estado e protegidos das investidas do poder econômico. Faz-se necessário, portanto, substituir todo o ordenamento jurídico que dá sustentação ao sistema tutelar, autoritário e intervencionista de relações de trabalho. Deve emergir, em seu lugar, um regramento jurídico capaz de dar legitimidade e assegurar eficácia à utilização dos instrumentos de autodefesa dos assalariados.

Os princípios gerais e específicos, regras e procedimento desse novo sistema de relações de trabalho devem estar em consonância com os princípios consagrados pela OIT. Especialmente nas seguintes convenções: 87, 98, 135 e 154, sobre organização, representação e negociação coletiva; Convenção 151, que trata do setor público; convenções 114 e 110, sobre o setor rural; e a Convenção 111, que trata de medidas antidiscriminatórias.

Os compromissos do governo para um novo sistema de relações de trabalho

Na perspectiva da ação de governo, este panorama impõe não apenas a mudança do sistema, mas também ações firmes que visem coibir a exploração, acabando com a impunidade. Para tanto, torna-se imprescindível o redimensionamento do Ministério do Trabalho, afim de possibilitar-lhe condições para o exercício de sua função fiscalizadora.

Por sua vez, o Estado enquanto empregador, deverá garantir aos trabalhadores do serviço público federal o direito à negociação coletiva, nos termos da Convenção 151, da OIT. A Constituição Federal já garante direitos de sindicalização e de greve. Sua efetivação supõe a prática da negociação coletiva, que, todavia, carece de reconhecimento e legitimação perante a administração pública e o próprio poder Judiciário.

O Governo Democrático e Popular deverá adotar mecanismos que institucionalizem as experiências de negociação já existentes, buscando consolidar com transparência e eficácia sua realização. Proporá a adoção do Sistema Permanente de Negociação Coletiva de Trabalho para o setor público, buscando, ao dar aplicabilidade aos princípios democratizantes, assegurar a ética, a transparência e o compromisso de todos com a busca permanente da qualidade dos serviços prestados à população.

Em suma, o Governo Democrático e Popular buscará a construção de um consenso na sociedade em tomo das seguintes iniciativas:

- a ratificação e/ou aplicação de todas as Convenções da OIT acima citadas;
- a garantia em lei de que quem irá operar a mudança para o novo regime de liberdade plena de organização sindical, tal como garantido pela Convenção 87, da OIT, serão os próprios trabalhadores por meio de formas democráticas de deliberação (e não por mais uma intervenção compulsória do Estado ou do arbítrio da ação das empresas
- a adoção de "Legislação de Suporte" para garantir o exercício pleno da atividade sindical, com normas que apontem para o direito de organização no local de trabalho, o direito ao acesso às informações da empresa e livre acesso do sindicato ao interior da empresa;

- fim da intervenção compulsória da Justiça do Trabalho, com a extinção de seu poder normativo de maneira que assuma um novo papel no sistema redefinido,
- estímulo, em todos os planos, a transição para um sistema democrático de relações de trabalho que se consubstancia com os elementos acima citados e a generalização da negociação livre, direta e a celebração do contrato coletivo nacional de trabalho, que busque articular os diversos níveis de contratação.

16 - Liberdade religiosa

O PT tem compromisso com a defesa da mais ampla liberdade religiosa, e defende o pleno respeito às iniciativas da cidadania em manifestações religiosas na organização e na propagação de todas as crenças. O Governo Democrático e Popular deverá zelar para que essa liberdade não seja ferida por meio de quaisquer tipos de mecanismos ou manifestações.

O Governo Democrático e Popular manterá canais permanentes de diálogo com as diferentes confissões religiosas, buscando identificar neste relacionamento elementos para a crítica e a construção de suas políticas públicas.

17 - Democratização da comunicação

O Brasil apresenta um quadro de alto índice de analfabetismo e baixo poder aquisitivo da maior parte da população, situação da qual resulta baixo índice de leitura de jornalismo impresso (jornais e revistas). O país também tem o mais baixo índice de produção de exemplares de jornal na América Latina (24 exemplares por mil habitantes em 1993). O desempenho da mídia impressa é desproporcional até mesmo em relação ao poder aquisitivo da população e ao índice de alfabetização.

No campo da radiodifusão (rádio e TV) há uma Super concentração de emissoras: não mais do que dez grupos dominam a veiculação de programas de televisão, no território nacional. Dois desses grupos concentram 80% da audiência. Quase dois terços dos investimentos publicitários na mídia são destinados à televisão.

A excessiva concentração provoca padronização de conteúdo e de forma; os programas geralmente são gerados apenas nos grandes centros urbanos mas transmitidos por redes nacionais e multirregionais.

As outorgas de concessões e permissões de canais de radiodifusão são indevidamente utilizadas como instrumento de barganha eleitoral e troca de favores fisiológicos; a renovação é praticamente automática, sem qualquer fiscalização efetiva por parte da sociedade.

Oligopólios cruzam-se vertical e horizontalmente, concentrando, em pouquíssimas

mãos privadas, a propriedade de jornais, revistas, editoras, emissoras de TV, de rádio AM e FM, produtoras de vídeo, redes de cabodifusão e gravadoras.

Há uma aparente desconexão entre as políticas de comunicação e as políticas educacional, cultural e de telecomunicações. Tais setores atuam descoordenadamente, sem critérios ligados à democracia e à cidadania.

Entre o público há pouca compreensão sobre o papel da comunicação e sobre a linguagem dos meios de comunicação.

O Ministério das Comunicações atua apenas como se fosse um "ministério da infraestrutura" da área.

Não existem instituições mediadoras entre o Estado, o setor privado e a sociedade na formação de políticas sobre a área de comunicações, cujos temas são conduzidos por práticas permeadas pelo patrimonialismo, corporativismo e cartonalismo, com predominância dos interesses privados sobre os públicos.

As novas tecnologias de comunicação vêm sendo implantadas acelerada e improvisadamente, sem regulamentação oficial e sem aproveitamento de oportunidades para a democratização do acesso às informações.

Outra característica é o uso particularizado—inclusive eleitoreiro—sem transparência pública, das empresas do Sistema Telebrás, integrado pelas operadoras em cada estado, e pela Embratel para as comunicações de longa distância.

Os sistemas ou redes de serviços estatais de comunicação, compostos pela Radiobrás (que inclui emissoras de rádio e televisão e a Agência Brasil de Notícias) e pelo Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (que reúne emissoras federais, estaduais e de universidades) são marcados, também, por reduzidos investimentos e, com exceções, pelo mau uso dos recursos disponíveis. Às vezes, também esses serviços ficam sujeitos ao aparelhamento políticopartidário.

Há excessiva concentração da produção audiovisual no eixo Rio São Paulo.

Na produção audiovisual, os grupos oligopolistas utilizam seus recursos veiculando interesses privatistas, manipulando a percepção de assuntos de interesse público e excluindo a representação da diversidade e da controvérsia.

Apesar de uma sofisticada estrutura de telecomunicações, com troncos de microondas, fibras ópticas e satélites, além de estações digitais e outras tecnologias, muitas delas desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, o país não dispõe ainda de uma rede de transporte de sinais de TV a Cabo, nem de uma política de implantação e de distribuição capaz de propiciar a prestação integrada de serviços de telecomunicações.

A legislação da área de comunicações está extremamente defasada com relação ao

desenvolvimento de novas tecnologias e práticas informativas democráticas. A política de concessão de canais ainda está sujeita ao predomínio de interesses particulares e privatistas, bem como a barganhas eleitoreiras .

Uma nova política

O Governo Democrático e Popular buscará iniciar a transformação desse quadro. Para isso, centrará sua política de comunicação na busca da democratização, com os objetivos de assegurar aos cidadãos o direito de informação e expressão, ampliar espaços e meios públicos para o exercício desse direito, instituir formas de controle social sobre os meios de comunicação, aperfeiçoar os serviços estatais e regular a esfera privada, de forma a impedir a existência de oligopólios.

O governo buscará, também, estabelecer bases de uma infra-estrutura nacional de comunicações, procurando coordenar e integrar áreas de telecomunicações, informática, educação e cultura, naquilo que elas tenham de comum ou correlato .

Para tanto, o governo tomará medidas políticas, administrativas e técnicas no âmbito do Poder Executivo; submeterá ao Poder Legislativo propostas de regulamentação e de modificação da Constituição, de aceleração do andamento de iniciativas legislativas e novos anteprojetos de lei; e estimulará entidades e organizações da sociedade a participar do debate e da reelaboração da política de comunicação.

O governo deverá, ainda, estabelecer novas relações entre Estado, setor privado e sociedade para estruturar os sistemas de comunicação e definir o papel cultural, político e econômico desempenhado pelos meios de comunicação; criar condições favoráveis para a concorrência, para o fortalecimento da capacidade de produção e de ampliação do mercado, inclusive para viabilizar a produção hoje sem canais de distribuição e estimular amplamente a pluralidade de expressão; implantar infra-estrutura para o estabelecimento das "estradas eletrônicas" que deverão permitir o desenvolvimento integrado dos diversos serviços de comunicações, especialmente a multimídia, a ser regulamentada visando o interesse público.

O Governo Democrático e Popular procurará atribuir um caráter público à comunicação, atuando de duas formas:

- estruturando um sistema público de comunicação;
- estimulando a democratização do setor privado.

Estruturação do sistema público

O sistema público será integrado por fundações, organizações e associações, com representação de entidades da sociedade e de setores da população. Desde que sujeitos às regras que a lei instituirá, também os órgãos estatais poderão integrar o sistema público, cuja independência com relação ao governo será assegurada.

Serão admitidos, no sistema público consorciamento dos integrantes, composição de cooperativas de produção e divulgação, bem como a realização de convênios com municipalidades e instituições científicas e de ensino. O sistema público estará assentado sobre um fundo financeiro específico e uma rede de conselhos, enunciados em seguida.

O Fundo de Comunicação

O Fundo Nacional de Comunicação será constituído em formas e com recursos a serem definidos por lei.

O Fundo também será destinado a financiar a formação de recursos humanos, pesquisas, tecnologia e a rede de emissoras públicas, entre outras iniciativas de interesse público.

O Fundo será administrado pelo Executivo Federal, com fiscalização e orientação de ampla representação da sociedade, de modo a assegurar que os recursos sejam reinvestidos na área da comunicação.

Os conselhos

Os Conselhos de Comunicação, em diversos níveis (nacional, regionais, estaduais, metropolitanos, municipais) serão constituídos de representantes dos três poderes, de partidos políticos, entidades de empresários e de trabalhadores, entidades nacionais da sociedade civil, instituições científicas e universitárias.

Os conselhos serão eleitos pelo Legislativo de cada nível; podem ser implantados gradativamente, a começar pelo nacional, e depois nos outros níveis.

Compete aos conselhos elaborar a política de comunicação e zelar por sua correta aplicação. Os órgãos do sistema público deverão estar abertos ao acesso do conjunto da sociedade, tanto na produção quanto na difusão, em formas que serão definidas pelos Conselhos de Comunicação. A gestão contará com a participação da sociedade civil, será transparente e submetida ao controle público.

A programação dos órgãos do sistema público terá espectro amplo e pluralista, dos pontos de vista ideológico, político, partidário, social, religioso, cultural; respeitará a preservação de realidades regionais e locais e será periodicamente submetida à avaliação dos Conselhos de Comunicação.

No âmbito do sistema público, poderão ser criados centros comunitários e intermunicipais de produção para comunicação impressa, de rádio e de TV.

Os conselhos promoverão a revisão técnica do Plano Básico de Distribuição de

Canais para reestruturar o espectro hertziano—quer aplicando tecnologia à malha nacional de comunicação, quer restringindo os canais à sua real utilização—a fim de multiplicar as possibilidades de uso de canais de vários tipos e de variadas potências.

Será estimulada a concessão de canais com potência adequada a municípios, isoladamente, ou a aglomerados de municípios, para gestão comum. Igualmente, haverá estímulos à concessão, nos quadros do sistema público, aos movimentos populares e sindicais, para assegurar o intercâmbio de informações e a livre expressão de pensamento.

O gerenciamento das diretrizes e da programação das emissoras do sistema público estará em conformidade com a política de comunicação emanada dos Conselhos. O sistema poderá produzir seus programas valendo-se dos próprios recursos ou de outras fontes.

O governo dará apoio à implementação do Conselho de Comunicação Social, regulamentado pela Lei 8.389/91 e seu reconhecimento como interlocutor do Executivo, do Legislativo e da sociedade, e o adaptará aos princípios fixados neste Programa.

Deverá ser proposta uma legislação consolidada de Comunicações, que atualize a Lei 4.117/62, com flexibilidade suficiente para incorporar as tecnologias emergentes, e que abranja capítulos especiais sobre ética das comunicações, telecomunicações, TV a cabo, multimídia e sistemas de rádio e TV educativas .

O governo deverá utilizar as verbas publicitárias da administração direta e das empresas estatais sob o controle federal de maneira transparente.

Na aplicação da política de criação de um sistema público, o governo deverá:

- reestruturar a rede estatal de serviços de comunicação, representada pela

Empresa Brasileira de Comunicações, no sentido de dotar o Executivo de canais de informação para a sociedade;

- reservar um canal de rádio e um de televisão a ser partilhado pelas instituições de ensino superior e outras entidades existentes em cada município;
- separar uma faixa de frequência para utilização livre por emissoras de rádio de baixa potência em caráter local.

Aperfeiçoamento dos serviços estatais

O governo combaterá o sucateamento que ora prejudica o sistema estatal de radiofusão bem como o de Imprensa escrita (Diários Oficiais, serviços de informação,

assessorias, emissoras, instalações e equipamentos).

O governo procurará ampliar e aprimorar os serviços estatais de comunicação prestados à população, visando a difusão regular e sistemática de informações de interesse público. Os serviços estatais obedecerão à política de transparência dos órgãos do Estado e do Governo, através da comunicação regular e permanente com o público.

O governo reforçará a prestação de informações fundamentais para o cidadão em diversas áreas (tributaria, trabalhista, previdenciária e jurídica) bem como informações econômicas de interesse para pequenos e médios empresários urbanos e rurais (preços, safras, clima, condições e tarifas de armazenamento e transporte).

Será redefinido o papel do Executivo na área das Comunicações, de maneira a estar capacitado para lidar com a infra-estrutura e também com a dimensão social e política da comunicação.

Finalmente, a rede estatal produzirá e divulgará, também, informações de interesse de entidades e organizações da sociedade civil—medidas governamentais, andamento de projetos no Legislativo, iniciativas políticas—capazes de contribuir para o exercício da cidadania e da participação popular democrática na sociedade e no Estado, metas, igualmente, do Governo Democrático e Popular.

Regulamentação do sistema privado

Através do Legislativo, dos Conselhos de Comunicação e da sociedade civil, o governo estimulará o aprofundamento das medidas que visam ampliar o direito à informação e à expressão e assegurar a democratização do sistema.

Muitas dessas medidas já estão fixadas na própria Constituição, como é o caso da proibição de oligopólios, ou do estímulo à promoção da cultura nacional e regional e à produção independente.

Outras medidas constam da legislação ordinária e complementar e outras, ainda, de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (projetos Zaire Rezende e Tilden Santiago, por exemplo).

O governo, aplicando dispositivos aprovados, regulamentando outros e propondo novos, se empenhará em dar vigência aos seguintes requisitos, indispensáveis à democratização da comunicação:

- garantia do direito "de antena" aos movimentos sociais e populares;
- regulamentação da produção regional e independente;
- proibição de procedimentos discriminatório na propaganda e publicidade;

- universalização da prova da verdade;
- direito de resposta;
- cláusula de consciência;
- indenizações e multas para punir responsáveis por crime de imprensa.
- governo proporá medidas que visem:
 - criação da defensoria pública obrigatória para as vítimas de erros, mentiras, discriminações, distorções e manipulações feitas pela ou na imprensa escrita, falada e televisiva;
 - regulamentação do funcionamento da multimídia;
 - fixação de critérios para a programação de radiofusão, de maneira não apenas a atender às exigências legais, mas também a promover adequado equilíbrio entre partes publicitárias e editoriais, entre informação, lazer, cultura, manifestações artísticas e serviços ao público;
 - fixação de critérios para convocação de redes em caráter obrigatório e voluntário, total e parcial;
 - extensão do direito de convocar redes a chefes de casas legislativas e a prefeitos municipais;
 - obrigatoriedade de exibição, por cada uma das redes nacionais de televisão, de um programa semanal, a ser veiculado em horário nobre, atuando como um ombudsman da televisão brasileira, a ser produzido por uma fundação sem fins lucrativos e amplamente representativa da sociedade civil.
- governo também procurará:
 - Aplicar programas de desenvolvimento do mercado nacional de comunicações e abordagem do mercado internacional, orientado por objetivos culturais, políticos e econômicos;
 - estimular o desenvolvimento dos mercados nacionais das novas tecnologias de comunicação (TV a cabo, MMDS, DBS, Sistemas de Multimídia com as possibilidades de interatividade);
 - realizar estudos para um plano específico de implantação de um Sistema Nacional de TV a Cabo, amparado nos conceitos de rede única, rede pública e com a participação da sociedade. O sistema deve ser aberto, mesmo na sua operação

privada, para todo e qualquer produtor que quiser operar regional ou nacionalmente e para todo e qualquer segmento social (sindicatos, entidades, associações) que deseje utilizar os canais que ficarão disponíveis para transmissões eventuais, inclusive de caráter não comercial:

- realizar estudos para definir políticas para contrato de gestão com as empresas de telecomunicações;
- aplicar programas para a criação do Circuito Nacional de Exibição Coletiva de Televisão e Vídeo, ou Salas de Cultura Contemporânea, por meio da instalação de salas com recursos técnicos (telão completo e cadeiras) para a exibição coletiva de televisão e vídeo;
- adotar programas de disseminação de recursos de produção e tecnologia de cinema, televisão e vídeo, com ênfase na constituição de pólos regionais de meios de produção (estúdios e equipamentos) privados ou públicos, bem como tecnologia de operação desses meios, capazes de apoiar a realização, em larga escala, de produções de televisão, vídeo e multimídia.

Providências gerais

O governo estimulará, inclusive com a cooperação da iniciativa privada, campanhas e programas promocionais que visem aumentar o índice de alfabetização da população brasileira e o índice de leitura de jornais, revistas e livros.

O governo também buscará criar estímulos para o aumento do hábito de audiência de programas jornalísticos e culturais no rádio e na televisão. Da mesma maneira, estimulará a produção de formas e linguagens de comunicação que valorizem a diversidade, a pluralidade étnica e cultural e diferentes visões de mundo.

O governo procurará criar condições para que o gerenciamento da programação do sistema público seja feito pela própria comunidade, inclusive estudando a possibilidade de integrar o cidadão como co-mantenedor do veículo em sua região. Procurará, ainda, garantir acesso do público às novas tecnologias e assegurar investimento em pesquisa.

Deverá, ainda, estimular a produção científica e técnica das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa na área das comunicações.

Serão também adotados programas de defesa da cidadania e da dignidade humana na atuação dos meios de comunicação social, como síntese publicitária e de esclarecimento de todos os programas, condições e recursos que serão colocados à disposição do mercado, da sociedade e dos cidadãos.

Finalmente, o governo deverá iniciar estudos para adequar o programa "Voz do Brasil" às necessidades da população.

18 - Violência e crime

Resultante de um quadro de profundas desigualdades econômicas, a violência na sociedade brasileira é sistêmica e endêmica. Afetando o conjunto da sociedade, o crime atinge particularmente os pobres e grupos sociais como o de negros, mulheres, povos indígenas, crianças, jovens e homossexuais.

Generalizaram-se os crimes com armas de fogo. As forças policiais realizam diretamente, em muitos estados execuções de presos e suspeitos, ou aparecem mancomunadas com grupos de extermínio para policiais. O emprego da tortura contra presos é rotineiro.

O sistema penitenciário tem-se revelado um fator decisivo para a reprodução da criminalidade, tendo em vista a precariedade dos cárceres e o grau de corrupção de suas administrações.

O combate ao crime organizado tem sido nitidamente insuficiente. A prioridade é dada à luta contra os crimes contra a vida e a propriedade. Pouca importância é dada à repressão aos crimes de corrupção e contra a economia popular, à sonegação fiscal, àqueles cometidos pela polícia e aos homicídios culposos de trânsito.

As iniciativas do Governo Democrático e Popular neste terreno dever-se-ão articular em torno a dois princípios: direito à integridade e segurança física dos cidadãos e luta contra a impunidade.

Controle do armamento na sociedade e no Estado

- Projeto de lei regulamentando a posse, uso e porte de armas de fogo, condicionando as autorizações à comprovação de aptidão e capacidade de manejo.
- Convênios com governos estaduais para disciplinar o comércio de armas.
- Projeto de lei aumentando as penas relativas a crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio, nos quais haja uso de armas de fogo ou similares.
- Controle do acesso a armamento e munições por parte dos policiais.
- Projeto de lei proibindo o uso de armas de fogo por policiais em manifestações públicas, no comando de sistemas de trânsito, pelas guarnições do corpo de bombeiros, policiais rodoviários, policiais em escolas, hospitais, repartições públicas e todas as demais áreas não ligadas ao policiamento preventivo e/ou civil (polícia judiciária).

- Projeto de lei aumentando as penas de crimes cometidos contra policiais no efetivo exercício de suas funções.
- Ampliação dos recursos da Polícia Federal para o combate ao contrabando de armas.
- Iniciativas do Ministério das Relações Exteriores junto aos países produtores e/ ou exportadores de armas para a repressão conjunta do seu contrabando.

Mortalidade no trânsito

Os acidentes de trânsito vitimam uma média de 50 mil pessoas por ano no Brasil. Reversão deste quadro supõe:

- impor regras às montadoras para que os veículos vendidos no mercado interno sejam fabricados obedecendo os mesmos padrões de segurança e contendo os dispositivos antipoluentes correspondentes aos instalados nos produtos destinados à exportação para os países desenvolvidos;
- elaborar um plano de recuperação das estradas, com prioridade de execução, incluindo a correção dos trechos potencialmente causadores de acidentes e envolvimento da sociedade na modernização, ampliação e manutenção da sinalização das estradas;
- revisão do Código Nacional de Trânsito e da legislação penal vigente, visando agravar as penas para infratores, tomando mais rigorosa a concessão de carteiras de habilitação, estabelecendo vinculação direta entre responsáveis por acidentes e suas vítimas e aprimorando os programas de educação para o trânsito;
- promover melhor rearticulação das polícias rodoviárias federal e estaduais;
- estabelecer o registro nacional informatizado de carteiras e prontuários de condutores de veículos;
- desenvolver campanhas educativas objetivando minorar as ocorrências de acidentes no trânsito.

Segurança na cidade

Uma comissão interministerial, com representantes da sociedade civil, articulará programas relacionados com habitação, saúde, educação, trabalho e trânsito, para definir estratégias que incidam diretamente sobre a diminuição da violência urbana. Paralelamente, medidas de emergência deverão ser equacionadas, visando promover a reestruturação do sistema penitenciário.

Terá importância decisiva na ação governamental nessa área o desencadeamento

de uma campanha, em parceria com a sociedade, de "nenhuma criança sem escola."

Violência no campo

O Ministério da Justiça, articulado com a Procuradoria Geral da República e com os ministérios públicos estaduais, reativará a averiguação de todos os crimes no campo até agora impunes, criando mecanismos de proteção eficaz de todas as lideranças camponesas, advogados e religiosos que se encontram atualmente ameaçados de morte.

Assistência às vítimas

- Programa nacional de assistência às vítimas de crimes violentos cuja coordenação será proposta à Procuradoria Geral da República, em convênio com os ministérios públicos estaduais visando substituir e/ou complementar a pena de prisão por (ou com) pena de multa.
- Reforma dos códigos Penal e de Processo Penal e da lei das Execuções Criminais. Uma comissão geral, com grupos específicos, deverá em cem dias enviar ao Congresso projetos destas três leis.
- Pesquisa nacional sobre vitimização, a ser integrada na PNAD/IBGE.
- Conferência nacional sobre a violência e o crime, a ser realizada no primeiro semestre do Governo Democrático e Popular, com ampla participação da sociedade, comunidade universitária, sob coordenação direta do presidente da República.

Proteção do império da lei e promoção dos direitos

Implementação dos princípios de direitos humanos, tanto civis e políticos, quanto econômicos, sociais e culturais, constantes nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil:

1. envio de projeto de lei ao Legislativo definindo os crimes contra os direitos humanos;
 2. reforma do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
 3. difusão nos currículos escolares e através dos meios de comunicação dos princípios constantes dos tratados internacionais sobre a matéria assinados pelo Brasil;
 4. introduzir a disciplina Direitos Humanos nos currículos das escolas de polícia.
- Criar uma secretaria especial da cidadania e dos direitos humanos, ligada ao presidente da República.

- Produzir regularmente relatórios sobre o estado dos direitos humanos, cuja realização será coordenada pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e pela secretaria especial.
- Contribuir para equipar a Justiça e o Ministério Público para que possam exercer de forma mais continuada e eficaz a proteção dos direitos humanos.

Reestruturação das polícias

- Reaparelhamento da Polícia Federal e (em convênio) das polícias estaduais.
- Desmilitarização das polícias estaduais nos termos da proposta Hélio Bicudo, com o fim do foro especial para crimes cometidos por policiais militares.
- Criação no Ministério da Justiça de comissão para coordenar a política de segurança no país e propor iniciativas de municipalização do policiamento, uniformização dos procedimentos policiais (boletins de ocorrência).
- Política salarial compatível com as responsabilidades do policial e definição mais precisa de carreira.
- Proteção de famílias de policiais com sistema especial de seguros.
- Definição de critérios de avaliação do desempenho policial.
- Programa de proteção a testemunhas e projeto de lei agravando penas de crimes contra testemunhas.
- Programa de reciclagem de policiais.
- Vincular os institutos médico-legais a universidades e/ou faculdades de medicina separando-os da polícia.
- Controle do policiamento privado.

Abertura de arquivos

- Abertura dos arquivos policiais e militares, permitindo o total esclarecimento da situação dos "desaparecidos" e das circunstâncias reais em que foram assassinados os opositores ao regime militar.

CAPITULO III

REFORMA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

As reformas político-institucionais propostas são um dos elementos indispensáveis para que a administração democrática e popular, através do exercício da Presidência da República, contribua, ao lado dos outros poderes, para a democratização de nossa ordem política. Adicionalmente, tais reformas deverão conferir à administração condições favoráveis de governabilidade.

Nesse sentido, o Governo Democrático e Popular deverá defender mudanças na Constituição e nas leis, seja para excluir obstáculos às reformas estruturais, seja para consolidá-las no terreno legal e institucional. A Constituição de 1988 manteve parte do entulho autoritário, distorções no sistema de representação, a tutela militar sobre o Estado, ausência de controle sobre o Judiciário. Nossa campanha deve-se orientar para a constituição da base popular e parlamentar necessárias à revisão da Constituição.

Esta é uma luta que não será levada adiante sem enfrentamentos. Para vencer a resistência dos agentes contrários às transformações que propomos, resistência essa que se valerá de aspectos anacrônicos da ordem multinacional em mudança, será necessário mas que amplo apoio popular suscitado pelo entusiasmo da campanha e pela possível recepção favorável da opinião pública às primeiras medidas do nosso governo. Haverá necessidade de uma fina engenharia institucional que promova uma coordenação adequada entre os três poderes, respeitando a independência de cada um deles.

O combate à corrupção e à privatização do Estado é o solo comum para essa concatenação de perspectivas, pois além de contar com evidente apoio popular, essa luta já criou dinâmicas próprias no âmbito dos três poderes. Nesses termos, os possíveis bloqueios à implementação das propostas da administração democrática e popular podem ser vencidos com:

- fortalecimento e a radicalização da democracia, com a extensão da cidadania e maior controle do Estado pela sociedade;
- a criação de condições político-institucionais para que o governo consolide o apoio da sociedade a seu programa e construa uma ampla coalizão de forças sociais e políticas que lhe permita governar e avançar em direção de objetivos mais amplos;
- combate à corrupção e à privatização do Estado pelos interesses das elites ou de grupos corporativos, conflitantes com o interesse nacional;
- pela adesão ativa dos servidores federais às reformas estruturais, em especial do

Estado e da Administração Pública com os quais o Governo Democrático e Popular está comprometido, o que vai requerer intensa interlocução entre governo e entidades do funcionalismo, tanto para a efetiva implementação do programa, quanto para superar eventuais obstáculos colocados por nossos adversários.

Para cumprir estes objetivos são necessárias as transformações a seguir.

19 - Reformas do sistema de representação

Compreende as seguintes iniciativas:

- a Câmara Federal, sendo a instituição que representa a Nação, deve ser escolhida segundo o princípio "cada cidadão um voto", o que significa compatibilizar a representação proporcional dos estados com sua população, resguardando um piso de representação aos estados menores para evitar a ausência de representação ou sub-representação;
- a manutenção do Senado, como instituição que representa a federação, e por isso tem o mesmo número de representantes por estado, passa pela revogação de sua função de câmara revisora.

Ele deve ocupar-se de temas relacionados com a federação ou daqueles para os quais receba delegação específica, como podem ser as questões de segurança ou de política extrema;

- serão definidos mecanismos de revogação de mandatos parlamentares adaptados ao sistema de representação—voto proporcional, distrital ou distrital misto;
- revisão do fundo estatal de financiamento dos partidos de modo que assegure condições de equilíbrio entre as distintas organizações e atenuar o peso do poder econômico;
- fidelidade partidária com perda de mandato do eleito que trocar de agremiação;
- a imunidade parlamentar restringe-se aos delitos de opinião e a renúncia ao mandato, em meio à investigação de delitos cometidos, não tira do Legislativo a possibilidade de cassar o mandato, impedindo que o parlamentar se reapresente como candidato em pleito seguido;
- propor a eliminação das carteiras de aposentadoria de parlamentares e de outros privilégios como empréstimos a juros subsidiados, antecipação de vencimentos etc. O sigilo bancário dos parlamentares e de todos os eleitos será suspenso sempre que comissões de investigação competentes assim o desejarem.

20 - Combate à corrupção

A corrupção que envolve parcela relevante dos governantes do país começou a ficar mais visível com o impeachment de Collor e a CPI do Orçamento. A corrupção é um fenômeno cada vez mais evidente no mundo contemporâneo.

No Brasil, ela consiste num dos aspectos de um modo de governar amplamente disseminado, afetando todas as esferas de poder e níveis da federação. Embora essas questões comecem a se tornar de conhecimento público, até agora os corruptos não foram devidamente punidos. De outro lado, também os corruptores ainda não estão no banco dos réus. Diante disso, o Governo Democrático e Popular compromete-se, com a sociedade organizada, a passar o país a limpo, impulsionando não apenas a exclusão da vida pública dos corruptos, como também a punição exemplar dos corruptores, com a defesa do confisco do que foi obtido pelo enriquecimento ilícito.

21- A Reforma administrativa

A governabilidade da administração democrática e popular, além de pressupor uma ampla base de sustentação social e político institucional, exigirá uma pronta e eficaz resposta da administração federal ao programa de reformas a ser implementado.

O Estado brasileiro nos últimos sessenta anos foi relativamente funcional aos projetos nacional-desenvolvimentistas implementados nesse período. Mas seu crescimento não obedeceu a uma planificação, deu-se em grande parte em períodos ditatoriais, introduzindo progressivamente na máquina estatal uma combinação perversa de corrupção, autoritarismo e ineficiência.

Os desastrosos projetos de inspiração neoliberal de reforma administrativa, durante o governo Collor, agravaram o quadro, na medida em que desestruturaram setores vitais da organização estatal, aumentando sua ineficácia funcional.

Hoje, os problemas mais visíveis da administração pública que deverão ser enfrentados e superados decorrem dos seguintes fatores:

- privatização do Estado: a apropriação privada do que deveria ser público, cuja expressão mais chocante é a recorrência dos casos de corrupção, vincula-se à cultura patrimonialista dominante, e manifesta-se no cotidiano da administração por meio de práticas como o loteamento fisiológico dos cargos em comissão, a formação de cartórios ou o peso dos privilégios corporativos;
- debilidade da Presidência da República: conseqüência da ausência de informações gerenciais necessárias à tomada de decisões, da descoordenação das ações político-administrativas, da inexistência de um sistema de planejamento e da desarticulação entre o Executivo e o Legislativo;

- caos na política administrativa: desde os problemas de ineficiência em áreas como as de compras e estoques até as cruciais deficiências na área de recursos humanos, como atestam os baixos salários, as questões ligadas às carreiras, a quase inexistência de processos de formação;
- indefinição de competências: entre os vários órgãos do governo federal ou entre União, estados e municípios. Há exagerada centralização. Os órgãos federais são estanques, o que dificulta ações horizontais cada vez mais necessárias;
- base jurídica esclerosada: que limita a agilidade das decisões governamentais, do que são exemplos a legislação sobre licitações, a burocratização dos organismos de controle, dispositivos escassos, demasiadamente genéricos e niveladores de isonomia ou carreira.

O desafio que se coloca para o Governo Democrático e Popular é realizar uma reforma do Estado que, introduzindo um novo modelo de gestão, crie condições para a implementação de um novo tipo de desenvolvimento econômico-social nos marcos da revolução democrática. Ao atraso e autoritarismo do Estado brasileiro, opõe-se um novo modelo de gestão. A modernização do Estado tem como pressuposto sua democratização.

O neoliberalismo opta pelo "Estado mínimo" em oposição a um Estado grande e forte que supostamente existiria no Brasil. Essa definição é falsa. O atual Estado brasileiro é simultaneamente grande e fraco. É grande em função da hiperconcentração de poderes, da superposição de estruturas e ações, da burocratização desmedida, da prática do empreguismo ou da multiplicação dos cargos de confiança. Mas não é tão grande quando deixa de estender sua ação a áreas geográficas e setores sociais que permanecem a descoberto de uma intervenção civilizatória. O Estado é fraco por sua ineficiência, por sua ausência na prestação de serviços públicos ou por sua privatização pelo poder do grande capital. Necessita-se de um Estado forte, capaz de assumir seu papel em um projeto nacional de desenvolvimento e, por esta razão, de um Estado que seja democrático e socialmente controlado.

Isto se articula com:

- resgate da capacidade de governo, especialmente da Presidência;
- modelo de gestão democrática, retomando o caráter republicano do Estado (fim do caráter privado e patrimonial), redefinindo as relações entre público e privado com destaque para a abertura de espaços de controle da sociedade civil;
- recuperação da capacidade gerencial do Estado, dotando-o de capacidade para prestar serviços públicos com qualidade e sem desperdícios. Para isso é necessário sua profissionalização a partir do resgate da dignidade dos servidores públicos. O Estado deve e pode fazer mais com os recursos de que dispõe;

- descentralização, tanto no que se refere à relação entre os três níveis da federação (União, estados e municípios) quanto no que diz respeito à forma de gestão do setor público internamente a cada nível, de modo que a tomada de decisões seja descentralizada.

Em função destes elementos, o programa fixa diretrizes para a reforma administrativa.

Gestão democrática (desprivatização do Estado)

- Criação de canais para a participação da sociedade na gestão pública viabilizando o controle social do Estado, através da participação de usuários, funcionários e da cidadania em geral na gestão das políticas e serviços públicos.

Negociação transparente, pública, das prioridades e ações centrais de governo, de que participativo e as câmaras setoriais, dentre outros.

- Com base na informatização generalizada do serviço público, implantar um sistema de informações que, além de agilizar a gestão pública, sirva para eliminar os cartórios existentes e permita a democratização das informações relevantes para a sociedade.

- Redefinição da estrutura dos cargos em comissão (de livre nomeação) e funções gratificadas, estimulando a profissionalização da burocracia federal e assumindo o compromisso de que os cargos em comissão, sejam preenchidos em função do programa e das alianças, a fim de eliminar o loteamento fisiológico dos cargos públicos.

Fortalecimento da Presidência

- Para acompanhar com detalhe o processo legislativo e coordenar de modo eficaz as relações entre os ministérios e o Congresso, será criada uma estrutura que combine quadros com estabilidade profissional e condução política de peso.

- Para perseguir condições propícias de governabilidade será estabelecido um conselho político da Presidência da República, composto pelas forças políticas de sustentação do governo, enquanto espaço de negociação e consulta referente às decisões políticas relevantes. O presidente promoverá regularmente reuniões com entidades da sociedade civil (centrais sindicais, OAB, ABI, igrejas, entidades patronais) como fóruns de informação e negociação de temas relevantes em matéria econômica, social e política. Procedimentos de consulta serão agilizados por meio de teleconferências, utilização de métodos informatizados de comunicação e outros mecanismos.

- Para além das reuniões ministeriais, será implantado um sistema de planejamento

estratégico governamental, de modo a assegurar a articulação de ações envolvendo ministérios e órgãos da administração indireta. Este sistema será coordenado por uma estrutura fixa e enxuta, planejando ações concretas de maneira a compatibilizarmos programas às reais condições de governo.

- presidente, seus ministros ou delegados diretos, se deslocarão pelo país, examinando de perto os problemas, realizando consultas à sociedade civil e agilizando os mecanismos de decisão sobre questões regionais de competência da União.

Política administrativa

- Definição clara de instâncias de coordenação das políticas administrativas materiais, recursos humanos, informática, qualidade dos serviços), combinando orientações que sejam gerais à implementação descentralizada.
- Política salarial transparente, comprometida com a recuperação do poder aquisitivo dos salários, soldos e vencimentos, respeitadas as disponibilidades orçamentárias. Para tanto, é fundamental estabelecer relações de independência, respeito e diálogo com os sindicatos de servidores enquanto interlocutores legítimos, assim como implementar mecanismos de negociação coletiva. As tabelas de vencimentos e gratificações serão revistas para eliminar distorções existentes.

Racionalização da estrutura de cargos e generalização dos planos de carreira nos quais o mérito seja o elemento nuclear.

- Implementação de programas de capacitação tanto de nível gerencial quanto operacional, de modo generalizado e contínuo, para transformar a cultura administrativa e elevar a produtividade do serviço público. Sistemas e rotinas serão mudados, alterando-se os processos de trabalho e integrando as inovações tecnológicas a partir de conceitos como qualidade do serviço, responsabilização e participação dos servidores no processo de trabalho.
- Manutenção da estabilidade no emprego como instrumento de estruturação e continuidade de uma administração pública sólida, eficiente e permanente a serviço das demandas da sociedade. Reafirma-se a necessidade de desenvolver políticas de capacitação de recursos humanos, profissionalizando e qualificando o funcionalismo, acompanhada de processos de avaliação e desempenho. Deve ser mantida a regra geral de somente demitir servidores por processos judiciais ou administrativos, cercados de ampla defesa. Os processos serão mais ágeis e menos onerosos.

Reorganização administrativa

- Serão definidos princípios e parâmetros duradouros para a estrutura administrativa e seu funcionamento, de maneira a permitir continuidade de estruturas e de normas na administração federal e flexibilidade ao governo. É imperioso começar a

transformar as próprias formas de organização estatal, em vez de uma infinidade de regulamentos, freqüentemente contraditórios, deve-se simplificá-los e consolidá-los, apoiando-se, tecnicamente, no uso da informática e, politicamente, no controle social que os canais de participação criam.

- Serão efetuadas modificações essenciais na estrutura administrativa que incluirão adaptações das estruturas às necessidades colocadas pelo Programa de Governo, eliminação de superposição de atribuições entre diversos órgãos, redução de níveis hierárquicos, agilizando a relação entre os vários elos da hierarquia e facilitando a introdução de relações horizontais com o espírito de se contrapor à verticalidade da estrutura administrativa herdada.
- Universalização do princípio do concurso público como única forma de ingresso no serviço público—ressalvados os cargos de livre provimento. Redução gradativa destes últimos tem sintonia com o processo de democratização e modernização do Estado.

Novo pacto federativo

É necessário distribuir recursos e encargos entre os três níveis da federação com base no princípio da descentralização, isto é, partindo-se da idéia de que, quanto mais perto do local de ocorrência, maiores serão as condições de se encontrar as soluções adequadas e maior a possibilidade de controle dos cidadãos sobre as ações públicas. Nesse sentido, é preciso afirmar os seguintes pontos:

- descentralização em direção aos estados e, sobretudo, aos municípios, de encargos, com atribuição dos recursos necessários e flexibilidade na sua aplicação, conferindo à instância responsável pela implementação de políticas públicas capacidade real de decisão;
- tal descentralização deverá manter a responsabilidade do governo federal sobre a orientação das políticas públicas estratégicas com os objetivos de: garantir a ampliação da cobertura e da qualidade desses serviços; fomentar a capacitação técnica e econômica das esferas estadual e municipal; garantir mecanismos de compensação para o combate às desigualdades regionais; e estimular o controle da sociedade sobre a implementação descentralizada das políticas públicas;
- a descentralização é um processo de longo prazo. Mas há setores em que ela já avançou mais, como na saúde e assistência social (que já contam com dispositivos constitucionais e legais). Como esses setores dependem majoritariamente de recursos federais, não tem havido condições para sua implementação integral. Por isso, um dos compromissos de governo consistirá em repassar de forma automática e regular os recursos devidos a estados e municípios, decorrentes de encargos já estabelecidos, afirmando concretamente a proposta de descentralização.

O Governo Democrático e Popular enfatizará a necessidade de alterar o quadro

jurídico que aprisiona hoje a administração pública, ao mesmo tempo em que procurará escalonar no curto, médio e longo prazos as medidas de reforma administrativa antes arroladas.

No curto prazo, como medida preliminar, impõem-se iniciativas como a da realização de um censo do funcionalismo público federal e de um conjunto de ações de desburocratização que venham imediatamente alterar as relações da cidadania com a máquina estatal.

22 - A reforma do Judiciário

As causas da reconhecida ineficiência do Poder Judiciário são estruturais. Correspondem a fatores que se localizam na própria formação do direito e na sua prática: distorções do processo legislativo e desconhecimento de grande parte dos juizes da função social da lei. As deficiências de infra-estrutura e insuficiente prestação dos serviços auxiliares agravam a situação contribuindo para que não haja no Brasil uma distribuição democrática da justiça.

O acesso à Justiça é um dos pré-requisitos Da democracia, na medida em que se constitui em um elemento decisivo para o processo de universalização da cidadania. Ao Poder Judiciário cabe assegurar a aplicação da Constituição e das leis para garantir a distribuição da justiça social. Esta função é freqüentemente frustrada por uma aplicação formalista—estrita e literal—da lei, sem levar em conta que, em uma sociedade como a brasileira, a legalidade reflete a predominância de pequenos grupos que exercem o domínio sobre o processo legislativo. O Poder Judiciário quando desconhece as realidades sociais das quais surge a lei e nas quais ela será aplicada. afasta-se da sociedade e serve como instrumento de reprodução das injustiças.

É fundamental, pois, uma grande reformulação do quadro de leis brasileiras, que na sua maioria refletem realidades ultrapassadas e interesses minoritários, da mesma forma que é fundamental enfrentar o problema da formação da magistratura para que ela seja capaz de refletir (e atuar sobre) os conflitos da sociedade.

A atividade do Poder Judiciário é ainda comprometida pela inadequação das leis processuais e de organização judiciária às necessidades impostas pela realidade social brasileira.

Contribuem para a ineficiência e lentidão da Justiça, inviabilizando o acesso de amplos setores a ela, sobretudo os pobres. Os principais fatores são:

- a multiplicidade de justiças: federal, estadual, trabalhista, eleitoral, militar,

Tribunais de Justiça e de Alçada;

- a complexidade dos recursos a instâncias superiores;

- a reserva de mercado para os advogados mesmo em atividades em que eles seriam dispensáveis;
- a mercantilização absurda dos serviços de perícia;
- excesso de despesas judiciais e extra judiciais .

As deficiências agravam-se tendo em vista as falhas de infra-estrutura e na formação da magistratura e do corpo administrativo.

O acesso democrático à Justiça exige o aperfeiçoamento dos serviços de Defensoria Pública e do próprio Ministro Público. A Defensoria Pública está insuficientemente desenvolvida nos estados da federação. Quanto ao Ministério Público, tem enfrentado na maioria dos estados tentativas de tirar-lhe autonomia, ficando à mercê da manipulação por parte de governadores.

Tendo em vista a reiterada preocupação em reverter o quadro econômico e social atual do país, o Governo Democrático e Popular dará especial atenção às questões de abuso do poder econômico e de proteção aos direitos do consumidor.

A idéia de submeter o Poder Judiciário a um controle externo tem sido combatida com a afirmação de que a mesma violaria a autonomia e independência dos juizes. Não se está propondo, no entanto, qualquer interferência na atividade jurisdicional, que é de competência exclusiva dos magistrados.

O controle externo do Poder Judiciário deve se referir ao estabelecimento e execução de políticas administrativas e dos orçamentos, bem como à ação disciplinadora dos seus membros sem qualquer vinculação, portanto, com o exercício da função jurisdicional.

Ações governamentais não dependentes de reformas institucionais:

Investimento na formação de juizes

Criação de uma Escola Superior para preparar magistrados para acesso à carreira. Esta Escola terá estrutura de uma Fundação, sendo pois independente dos Poderes Executivo e Judiciário; formação pluralista; integração com as universidades.

Investimentos na infra-estrutura do Poder Judiciário para: racionalização da criação e implantação dos órgãos judiciários; plena informatização do serviço judiciário; preenchimento de cargos de assessoria e fiscalização baseado na isonomia e na publicidade; descentralização da Justiça, com a criação de mais juizes de primeira instância e com a generalização e aprofundamento de experiência como os Juizados de Pequenas Causas. Acesso à Justiça, mediante: redução das despesas das demandas judicativas; atuação efetiva de órgãos como a Defensoria Pública e o

Ministério Público, perícias compatíveis com as possibilidades materiais das partes envolvidas, o que pode ser obtido por meio de convênios dos governos federal e estadual com as universidades.

Controle do abuso do poder econômico

Indispensável para a democratização da economia, buscando proteger os setores marginalizados da população, os consumidores e as micro e médias empresas. Para a implementação de uma política global anti-truste será necessário:

- reestruturar os órgãos administrativos encarregados da fiscalização, denunciar e reprimir o abuso do poder econômico;
- fortalecer a fiscalização nos setores privado e público, onde o Estado atua como produtor de bens e serviços;
- revisar as normas de procedimento dos órgãos administrativos

23 - Política externa

O Brasil não dispõe, há mais de quinze anos, de um projeto nacional de desenvolvimento.

Uma das implicações disto foi a impossibilidade de definir uma clara política externa. Por esta razão, não foi capaz de construir uma alternativa ao "pragmatismo responsável" que orientou o Ministério das Relações Exteriores durante o governo autoritário de Geisel.

Persiste inercialmente a política externa daquele período, adequada empiricamente às novas realidades de um mundo que sofreu, no entanto, grandes transformações nestes últimos quinze anos.

O fim da Guerra Fria e as mudanças na economia internacional, em curso nos quinze últimos anos, apontam para um mundo em que convivem uma forte hegemonia político-militar dos Estados Unidos com a formação de grandes blocos econômicos—megamercados e megassistemas produtivos— resguardados por medidas protecionistas . A despeito do acordo da Rodada Uruguai do GATT, que determinará um crescimento do comércio mundial, o protecionismo—aberto ou disfarçado—continuará a existir.

A antiga polarização Leste/Oeste cedeu lugar a uma nova polarização Norte/Sul. Os países ricos são responsáveis pela criação de 80% da riqueza mundial, enquanto que 80% da humanidade produz apenas 20% da riqueza. Os termos de troca no comércio Norte-Sul continuam, cada vez mais, sendo desfavoráveis aos países do Sul.

A hegemonia política dos países do Norte se exerce através do controle das Nações

Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, e de organismos como o FMI, Banco Mundial ou o chamado Grupo dos Sete, que acabam funcionando como formuladores de políticas econômicas mundiais.

Frente a este quadro, o Governo Democrático e Popular deverá desenvolver uma política externa que permita simultaneamente, uma inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática.

Tal política enfrentará resistências em alguns centros hegemônicos. mas será beneficiada pelo clima favorável à negociação que se verifica em vários pontos do mundo com o fim da Guerra Fria (África do Sul, Oriente Médio) . Será beneficiada, igualmente, pela abertura de alguns espaços resultantes dos conflitos entre os grandes blocos e pela simpatia que possamos atrair em países periféricos e junto a importantes setores da opinião pública dos países desenvolvidos.

A nova política externa estará pautada pelas seguintes diretrizes:

- inserção soberana do Brasil no mundo por intermédio de uma política externa que coloque como eixos, a defesa da soberania nacional e da autodeterminação, a luta pela paz, o respeito aos direitos humanos, a preservação ambiental, profundas mudanças na ordem econômica internacional (especialmente em organismos como o FMI, Bird etc.) e democratização de todos os organismos internacionais, em especial as Nações Unidas, com a ampliação e reforma do Conselho de Segurança, pondo fim ao direito de veto;
- Brasil manterá relações com todos os países do mundo, reforçando o caráter multilateral de sua política externa.

A América Latina será sua área prioritária. Serão definidos programas abrangentes de integração em matérias econômica, política, educacional, científico-tecnológica e cultural.

O processo de integração regional - Mercosul será privilegiado. Será preciso, no entanto, uma revisão do Tratado de Assunção, para incorporar as dimensões política (democratização do processo) e social (incorporação da Carta de Direitos Trabalhistas elaborada pelas Centrais Sindicais dos quatro países).

Impõe-se trabalhar para estabelecer mecanismos institucionais democráticos e transparentes para atender às demandas e incorporar a participação dos movimentos sociais dos países membros e das entidades populares de caráter regional. Nesse mesmo sentido, é imperioso que esse organismo implemente políticas de promoção de emprego.

O Governo Democrático e Popular proporá aos signatários do Mercosul torná-lo um

instrumento que a um só tempo favoreça a integração e o desenvolvimento regionais efetivos, como também para que abra melhores possibilidades de relação soberana das economias dos seus países membros com a economia mundial.

Isso exige remover os mecanismos, embutidos pelo chamado "Tratado quatro mais um" (envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, por um lado, e Estados Unidos, por outro), que apontam para torná-lo uma "área hemisférica de livre comércio" (AHLIC), que se estenderia do "Alasca à Terra do Fogo", naturalmente sob a "égide" do Nafta.

O Mercosul e outros tratados regionais, como o Tratado Amazônico ("Merconorte") serão entendidos não apenas como simples zonas de livre-comércio mas, sobretudo, como campos para a articulação de políticas industriais e agrícolas, de cooperação tecnológica e científica, de colaboração no domínio político e cultural. O Governo Democrático e Popular se empenhará para que o processo de integração tenha como eixo a noção de complementaridade e especialização produtiva e comercial das respectivas economias nacionais, para o fortalecimento recíproco face à concorrência. Nessa linha, o nosso governo recusará acordos que objetivem a liberação e a redução indiscriminada das taxas e barreiras alfandegárias.

Na perspectiva da luta pela integração da América Latina, serão retomados tratados e organismos multilaterais marginalizados por pressão do hegemonismo norte-americano. O Governo Democrático e Popular apoiará as iniciativas do Legislativo brasileiro no sentido de fortalecer e ampliar as competências do Parlatino.

Nos programas de integração, o Brasil proporá mecanismos compensatórios que permitam um desenvolvimento harmônico de países e regiões desigualmente desenvolvidos e dará ênfase a uma agenda social que vise garantir e expandir os direitos dos trabalhadores. Os temas da integração não poderão ficar restritos apenas às chancelarias e conferências internacionais, devendo ser diretamente consultados os setores sociais que em cada país serão afetados com as novas medidas adotadas.

As políticas de integração latino-americana que o governo animará buscarão potencializar nossas capacidades econômicas e políticas para relações mais igualitárias com o Nafta, a União Européia e o Japão e seus aliados:

- Brasil desempenhará um papel ativo na busca de soluções negociadas em todos os conflitos internos e entre países, que sacodem principalmente a América Latina: Colômbia, Guatemala, Haiti e Panamá. Esta intervenção se fará a partir do respeito à soberania, aos direitos humanos, e ao direito dos povos rebelarem-se contra regimes injustos na busca da paz e da democracia. Mediará ou contribuirá para mediação em conflitos que ameaçam a paz mundial: Israel-OLP, Líbia, Coréia;
- Governo Democrático e Popular lutará em todos os fóruns contra o bloqueio a Cuba pela sua plena reintegração à comunidade latino-americana e fomentará de

modo vigoroso o intercâmbio comercial, científico e cultural entre Brasil e esse país irmão;

- no marco do multilateralismo que caracterizará a política externa brasileira, e tendo em vista as novas realidades mundiais, dará ênfase especial às relações de cooperação econômica e nos domínios científico e tecnológico, com uma correspondente agenda política, com países como China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outros;

- a política em relação à África dará ênfase especial não só às questões econômicas, mas procurará resgatar afinidades étnicas e culturais e estabelecer linhas de cooperação, em particular com os povos de língua portuguesa;

- ênfase nos programas de cooperação cultural e científica na esfera Sul-Sul. Maior incremento no intercâmbio de universidades, instituições científicas e entidades culturais. O Ministério será um veículo importante na difusão da cultura brasileira no exterior;

- a luta por uma nova ordem econômica e política internacional levará o Governo Democrático e Popular a desenvolver inúmeras iniciativas internacionais:

- 1) rediscussão dos problemas relacionados com as dívidas externas dos países periféricos;

- 2) discussão e ações concretas sobre problemas como a fome e a miséria no mundo, propondo à comunidade internacional medidas concretas a respeito;

- 3) convocação de uma conferência internacional—de porte semelhante ao da ECO-92—para discutir a situação do trabalho no mundo e medidas efetivas contra o desemprego. Este evento contará, além da participação de governos, com a presença de sindicatos, intelectuais e ONGs;

- Governo Democrático e Popular transformará, através de um debate mais intenso no Parlamento e, especialmente, na sociedade civil, a política externa em um tema central de discussão e decisão de todo o país;

- governo realizará um processo contínuo de recuperação do Ministério de Relações Exteriores, cuja estrutura foi sucateada nos últimos anos;

- Ministério de Relações Exteriores revisará sua política de apoio à comunidade brasileira no exterior, especialmente os que deixaram o país por razões econômicas, propiciando-lhes toda a proteção necessária;

- articulado com os ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, o Ministério das Relações Exteriores realizará um mapeamento e estimulará programa de retorno de cientistas, técnicos e artistas que deixaram o Brasil por falta de

alternativas profissionais no país.

O Governo Democrático e Popular terá uma postura ofensiva na defesa e aplicação de uma concepção de desenvolvimento auto sustentável, ecologicamente responsável, em que o combate à pobreza e às injustiças sociais caminhe junto com a defesa do meio ambiente. A questão ambiental, hoje um ponto de vulnerabilização do país no cenário internacional, deve se transformarem um ponto forte e uma alavanca para uma presença ofensiva nas relações internacionais, bem como para catalisar apoio para o processo de transformações que impulsionaremos.

Para tanto adotaremos as seguintes medidas:

- proibir a importação de lixo tóxico de qualquer espécie;
- manter posição de firme defesa da Convenção de Proteção à Flora e Fauna,

bem como da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural, incluindo entre tais patrimônios Fernando de Noronha, o complexo estuarino de Iguape-Paranaguá, o Parcel de Manoel Luís no Maranhão;

- cumprir as Convenções para Proteção de Áreas Úmidas, de 1971 e a de Espécies Migratórias de Animais Silvestres, de 1979; · deflagrar política de manutenção da Antártica, como patrimônio da humanidade;
- cumprir as Convenções dos Recursos Marinhos vigentes na Antártida, sobre Comércio Internacional de Espécies, Fauna e Flora Silvestres em perigo de extinção, e do Patrimônio Cultural Natural do Mundo;
- a relação com os países fronteiriços deverá levar em conta o planejamento integrado nas bacias hidrográficas e biomas compartilhados. Em relação ao Mercosul constituir um subgrupo sobre questões ambientais.

24 - Defesa e Forças Armadas

As profundas mudanças pelas quais passaram o Brasil e o mundo, nos últimos quinze anos exigem redefinições importantes na política de defesa nacional, com claras repercussões sobre as Forças Armadas (FFAA).

Durante décadas, as FFAA brasileiras definiram como seus inimigos a Argentina, na esfera continental, a União Soviética e o "campo socialista", na esfera mundial, e a "subversão" ou inimigo interno no plano nacional .

Com a Argentina e demais países do Cone Sul mantemos há anos uma política de parceria que deverá abranger crescentemente as esferas econômica, política e cultural. Esta tendência se reforçou particularmente depois do fim das ditaduras

militares na região e dos avanços obtidos no processo de democratização política de seus países.

Com o fim da Guerra Fria, perdeu significado o conflito Leste/Oeste, que fazia do Brasil um aliado militar dos Estados Unidos na sua cruzada contra o "perigo comunista", o "império do mal".

Antes mesmo que ocorressem as cruciais mudanças políticas internacionais no fim dos anos 80 e começo dos 90, já havia indícios de que as tensões internacionais situariam-se em uma perspectiva Norte-Sul, como se explicitou na Guerra das Malvinas e, mais tarde, no conflito do Golfo. O processo de democratização do Brasil derrotou politicamente a tese do inimigo interno. Por esta razão, a Constituição deverá retirar a "manutenção da ordem interna" das atribuições das FFAA.

É necessário, no entanto, realizar um profundo debate sobre as novas realidades internacionais e seu impacto na política de defesa.

A defesa da soberania nacional é uma responsabilidade do conjunto da sociedade e não apenas um atributo das FFAA. Este princípio não exclui, pelo contrário enfatiza, a necessidade de uma política de defesa, democraticamente definida e, em consequência, de Forças

Armadas reestruturadas e capacitadas para implementá-la. Por esta razão, não é possível manter a atual situação de sucateamento dos equipamentos militares e de seu corpo de soldados, sub-oficiais e oficiais.

O Brasil faz uma opção clara pela solução pacífica dos conflitos internacionais. A base para a redefinição e capacitação das FFAA é a convicção de que a democracia supõe o fim de qualquer tutela militar sobre a sociedade e sobre o Estado.

A transição, pactada pelas elites, da ditadura para um processo parcial de democratização permitiu a continuidade e não-transparência de elementos-chave do poder militar, que ainda se expressam na realidade política do país.

Cabe às Forças Armadas a defesa do país . No quadro de uma agressão externa, que configure um estado de guerra, as Forças Armadas não têm hoje nível de prontidão e capacidade operacional que permitam respostas oportunas e eficazes, mesmo de alcance limitado, em face de agressão ao território nacional ou de ameaça a um interesse vital.

Com uma política consistente de defesa é possível recuperar, a médio prazo, a capacidade operacional das FFAA. Esta política deverá ser formulada na perspectiva de longo prazo— mais ampla e de maior alcance—, mas no contexto de uma defesa autônoma.

O Brasil deverá pensar sua presença nas relações internacionais na perspectiva de um Estado que busca maximizar sua autonomia estratégica nas relações de força mundiais, sobretudo na América do Sul e no Atlântico Sul.

Os objetivos de médio e longo prazo de autonomia estratégica, que levarão mais de uma década para serem atingidos, implicam um esforço orientado para dotar o Brasil de capacidade de defesa autônoma, mesmo apoiada em força militar de alcance limitado, mas com satisfatório nível dissuasório, portanto com prontidão e operacionalidade para responder às exigências de uma política de defesa.

O Brasil tem limitações no uso da força militar. Não existem hoje ameaças perfeitamente caracterizadas aos interesses nacionais que justifiquem seu emprego. Como as prioridades nacionais são sobretudo sociais, a política de defesa deve ser formulada de forma subordinada aos objetivos do desenvolvimento e da democracia no país.

Para tanto, impõem-se as seguintes medidas:

- criação do Ministério da Defesa (MD) para garantir a unidade na execução da política de defesa, reduzindo os interesses corporativos de cada força na sua implementação. A criação do MD será resultado do processo de reforma administrativa mais geral;
- profissionalização dos quadros militares, como decorrência da necessidade de dotar as FFAA de capacidade de pronta resposta. A profissionalização supõe valorização da função militar, que permita um recrutamento de bom nível;
- reaparelhamento progressivo das FFAA, orientado para garantir sua mobilidade tática e estratégica, em consonância com as prioridades sociais do Governo Democrático e Popular;
- estudos para estabelecer a continuidade com revisão que permita compatibilizá-los com a nova política de defesa, dos principais projetos militares;
- rearticulação e reorganização do dispositivo militar de acordo com as prioridades definidas pela nova política de defesa, com a criação de comandos combinados, sobretudo em áreas prioritárias;
- a criação de uma força de ação imediata, com meios terrestres, aéreos e navais, decorrente da política de defesa aqui proposta, bem como o MD, serão objetivos a serem atingidos no curso do Governo Democrático e Popular.

Para alcançar estes objetivos programáticos, o governo enviará ao Legislativo iniciativa para criar o MD.

O custo de tal programa de defesa será suportado pela considerável racionalização dos gastos que tais medidas acarretarão, respeitadas as prioridades sociais do Governo Democrático e Popular.

CAPÍTULO IV

MUDAR A VIDA

A conquista da cidadania é inseparável de Uma mudança radical na condição de vida do nosso povo que, responsável pelo desenvolvimento do país. foi, no entanto, excluído dos seus frutos. Bens e serviços que definem a civilização e que deveriam ser universais foram transformados em mercadorias para o consumo de alta renda. O Estado deu as costas às necessidades da população: por uma concepção excludente e pela prática de servir aos interesses das elites, dilapidou o pouco que foi construído historicamente em termos de serviços públicos.

O Governo Democrático e Popular desenvolverá uma ação decidida para alterar esta situação

e mudar a vida do nosso povo. Isto compreende tarefas de reconstrução, ampliação, qualificação e a participação popular na educação, na seguridade social, incluída a saúde, na moradia, na habitação, nas condições para uma sadia qualidade de vida, na cultura, no lazer e no esporte.

É preciso superar de vez o analfabetismo e as filas para conseguir uma vaga na escola pública. É preciso garantir condições de renda para as famílias de modo que seus filhos não sejam obrigados a trocar o estudo pelo trabalho precário. É preciso valorizar e conquistar os trabalhadores da educação para, junto com a comunidade, revolucionar a educação no Brasil.

Queremos superar a situação de um povo submetido à doença e às desigualdades econômicas e sociais que impõem à maioria dos brasileiros a redução da expectativa de vida, a exposição a males já eliminados nos países mais desenvolvidos, que transforma a vida em risco permanente.

Mas o primeiro mal a ser vencido é a política das elites que levou a saúde pública e a seguridade social a uma crise sem precedentes, que transformou a moradia, o saneamento e a qualidade de vida em artigos de luxo. Uma nova política que garanta o acesso e a qualidade da rede de saúde, reconstruída e digna de ser chamada de saúde pública; garantia de seguridade social efetiva e não pela metade; investimentos na qualidade de vida.

Um país com democracia e qual idade de vida exige que a cultura, o lazer e o esporte sejam livre expressão de um povo-protagonista, que não quer apenas ver, pelas vitrines, transformações e reflexões que não podem tocar ou participar.

A universalização do acesso aos bens e serviços públicos, garantindo simultaneamente sua qualidade, implica aumentar e redistribuir os recursos públicos . Tem como conseqüência ainda a revalorização dos trabalhadores públicos e a

participação da sociedade na definição e execução das políticas públicas.

25 - Cultura como invenção do futuro

A gestão democrática da cultura é o processo pelo qual propomos a transformação da sociedade autoritária em sociedade solidária, humana. A política de cultura do Governo Democrático e Popular tem como princípio fundamental assumir o cidadão como prioridade.

Refundar as bases de relações de troca e criação, provocá-las, dar-lhes condições de existência concreta, restabelecer o respeito e o direito.

Contra a implantação de programas unilaterais de cultura, propomos o programa da expressão, da ausência do medo e da crueldade. Transparência e legalidade contra a corrupção e a formação de grupos que se apossam do poder para exercê-lo em causa própria.

Assumir o papel do Estado na cultura sem admitir distorções. Dar espaço e caminho à produção cultural do cidadão em todas as suas formas, belas artes ou não, em todo o país, sem confundi-lo com práticas cooperativistas.

Não dividir. Somar. Encontrar canais de comunicação, parcerias entre o público e o privado, capazes de conciliar desenvolvimento sustentável e equidade social. Superar a perversa equação Estado versus mercado, a retórica vazia das ilhas de modernidade e a tragédia da maioria sem lugar.

Unir o acadêmico, o artístico, o educacional e o espontâneo. Investir na produção, na distribuição, no acesso ao bem cultural, na formação artística, no patrimônio e na memória.

Lutar pela democratização das telecomunicações. Romper com a passividade; décadas de só ouvir e ver. Deixar falar, valorizar a própria experiência, dar-lhe razão, criar a partir dela. Conquistar o espaço público.

Reencontrar a discussão e a polêmica. Redescobrir o sentido da ação coletiva, o sentimento de pertencimento, da participação no poder.

Portas abertas: um ministério que dialoga com a ação. Igualar os homens naquilo que a sociedade de classes os diferenciou. Diferenciar os homens naquilo que a sociedade de massas os igualou.

O encontro do país com a sua própria cara.

Estratégias para uma gestão democrática da cultura

Um dos principais traços da modernidade é a interação entre cultura, educação, tecnologia e telecomunicações. Propomos uma coordenação orgânica e programática nestas áreas e outras interfaces para a concretização de um projeto político unitário.

O binômio educação-cultura propiciará a ocupação cultural da infra-estrutura nacional de educação (escolas, universidades, centros de pesquisa), estimulando o intercâmbio da experiência e do conhecimento em ambos os setores, ampliando a irradiação, a produção e o acesso aos bens culturais;

O vínculo cultura-tecnologia/ciência garantirá à criação cultural. a alteração com novos meios e instrumentos tecnológicos, provendo a atividade cultural em seus esforços de experimentação e invenção.

O vínculo cultura/telecomunicações permitirá o acesso dos produtores culturais aos meios e instrumentos para seu trabalho, a ampliação em âmbito nacional da difusão da cultura, contrapondo- se aos padrões consagrados pelo mercado. rompendo as barreiras impostas pelos monopólios vigentes na mídia.

Nessa perspectiva de interação da cultura, educação, tecnologia e telecomunicações:

- traçar políticas setoriais de artes cênicas, cinema, disco, livro, rádio, televisão, vídeo, música, artes plásticas, gráficas e visuais, criando programas para a formação artística e para o aperfeiçoamento técnico nas diferentes áreas.
- implementar uma política de patrimônio histórico e ambiental, inseparável do conceito de direito à memória e à cidadania cultural, inscritos na diferença, na luta e conflitos sociais;
- criar ou reformular órgãos e instituições de caráter público capazes de operar na dinâmica da atividade cultural, tendo em vista a produção e a circulação de bens culturais, evitando novas formas de tutela do Estado ou de práticas clientelistas;
- priorizar a democratização e o fortalecimento do Conselho Nacional de Cultura e do Conselho de Comunicação Social como um dos instrumentos legítimos de participação e de representação da sociedade nas decisões governamentais;
- promover a descentralização da gestão cultural considerando a diversidade da produção e as especificidades de cada região;
- disseminar por todo o país a criação de Centros de Arte e Cultura que facilitem o acesso e a participação no processo cultural. Baseados em estruturas simples, flexíveis e dinâmicas, estes centros devem ocupar preferencialmente os locais de convivência e de exercício da cidadania organizados ou freqüentados pela população, facilitando a troca e o aprendizado das mais diferentes manifestações e

experiências culturais;

- propor linhas de crédito, incentivos fiscais e outras formas de financiamento para viabilização da atividade cultural;
- coordenar e incentivar o intercâmbio de bens culturais no âmbito internacional, em ação articulada com o Ministério das Relações Exteriores favorecendo a cooperação técnica e artística;
- propiciar a reflexão permanente sobre as questões culturais, estimulando a crítica sobre a ação do governo por meio de fóruns, centros de estudos e debates, ONGs de cultura, iniciativas espontâneas da sociedade que deverão merecer o total apoio do Governo Democrático e Popular.

26 - Educação: prioridade máxima

O Brasil tem cerca de 3,3 milhões de crianças, na faixa etária dos sete aos quatorze anos, fora da escola, 18 milhões de analfabetos maiores de quinze anos e 25 milhões de pessoas maiores de dez anos semi-alfabetizadas. Dentre os não-alfabetizados, temos duas vezes mais negros do que brancos.

O Brasil possui, hoje, cerca de 1,5 milhão de estudantes universitários (1.540.080 em 1990), número muito pequeno se compararmos, por exemplo, com a Argentina que tem, proporcionalmente, quatro vezes mais estudantes universitários. Apenas 33,4% destes estudantes estão matriculados em instituições públicas e gratuitas (federai s 20,4% e estaduais 13%, 1990).

Os investimentos brasileiros em educação têm correspondido apenas a 3,9% do PIB, muito inferiores aos de outros países que já garantiram a universalização do acesso ao ensino fundamental e médio.

Esta situação é resultante da política educacional desenvolvida na década de 70 pelos governos militares—marcada por duas grandes reformas do ensino, a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus—, e das ações tópicas e parciais desenvolvidas desde a década de 80, que mesclam iniciativas de inspiração neoliberal com o pragmatismo dos partidos políticos conservadores e populistas, cuja ação se reduz à "política do espetáculo", visando assegurar a sua sobrevivência eleitoral.

A ineficiência e a má qualidade da educação pública têm como principais causas:

- inexistência de uma política nacional construída a partir da parceria com os setores organizados da sociedade civil e com os executivos e legislativos das três esferas de poder, que contemple as diversidades e heterogeneidades regionais;

- a ruptura de orientação a cada mudança de governo, o que gera desperdício de recursos materiais e humanos, paralisa e acomodação dos sistemas, das escolas e universidades;
- desperdício de recursos públicos em função do mau gerenciamento dos mesmos e da estrutura burocratizada e morosa das estruturas administrativas dos vários sistemas;
- os baixos investimentos públicos decorrentes da política posta em prática pela ditadura militar e aprofundada pela adoção do receituário neoliberal pelos governos que sucederam os gerais;
- os baixos investimentos resultantes da redução da capacidade de financiamento e investimento do Estado como fruto do modelo de desenvolvimento e das políticas econômicas;
- a sistemática de planejamento dos órgãos administrativos dirigentes dos sistemas (ministérios, secretarias e departamentos), autoritária e tecnicista que despreza as unidades-fim do sistema (as escolas) e as torna desaguadouros de políticas centrais e não o seu ponto de partida;
- os baixos salários pagos a educadores e docentes e a ausência de políticas salariais;
- a estrutura das carreiras e jornadas de trabalho de educadores e docentes que, sobretudo, no caso da educação básica, privilegiam a regência de classe em detrimento do trabalho extra-classe inerente às funções pedagógicas;
- os currículos e programas que desprezam no seu desenvolvimento a realidade social, cultural, afetiva e cognitivados educandos;
- a ausência de política sistemática de manutenção dos prédios escolares e universidades, bem como de provimento de materiais;
- a ausência de autonomia das escolas para definir seus métodos, programas e ações pedagógicas;
- a ausência de participação e decisão efetiva da comunidade escolar e da sociedade na gestão das escolas, universidades e conselhos municipais e estaduais de educação.

Diretrizes gerais: nossa visão de educação

O Governo Democrático e Popular realizará uma verdadeira revolução na educação do país.

Para que os padrões de desenvolvimento, crescimento e cidadania que propomos se

efetivem, a educação deverá ser uma prioridade nacional.

A educação, para o Governo Democrático e Popular, deve contribuir para a realização da cidadania plena, da sobrevivência auto-sustentável, para o exercício cotidiano da cooperação e para o respeito ao desenvolvimento espiritual em todas as dimensões da vida social. Por essa razão, o governo valorizará e estimulará todas as experiências que contribuam para o processo de educação social visando as transformações que concorram para a construção de uma sociedade justa, pautada por valores éticos e de solidariedade.

De acordo com essa perspectiva, no campo da educação formal, o governo estará absolutamente comprometido com a educação pública, de qualidade e democrática, por isso deverá ampliar significativamente os investimentos em educação, tendo como meta atingir 10% do PIB, compreendendo todas as esferas da administração pública. Deverá impulsionar uma ampla mobilização nacional visando cumprir as metas constitucionais de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental e expansão significativa do ensino médio, regular e profissional, superação dos índices perversos de evasão e repetência em todos os níveis de ensino, notadamente no ensino fundamental e expansão e transformação do papel da universidade no que se refere ao ensino e à pesquisa.

Cada vez mais abandona-se a concepção de caráter tecnicista que orientou a escolarização nas décadas de 60 e 70, pois quanto maior e melhor for a formação e o domínio de conhecimentos científicos, maior será a possibilidade de apropriação da técnica e da tecnologia que transforma e se transforma na velocidade e nas proporções do sistema produtivo nos países centrais.

Assegurar o acesso à educação de qualidade significa criar condições para o exercício pleno da cidadania que vai além do direito ao sufrágio universal. O aperfeiçoamento, o aprofundamento e a radicalização da democracia implicam a socialização do poder de decisão, para o que o acesso à informação e o seu domínio são indispensáveis. Isto supõe também a universalização da educação, a mudança significativa de sua qualidade, além da mudança dos padrões culturais do país.

Tal objetivo demandará uma ampla mobilização nacional que deverá envolver as entidades sindicais, os movimentos sociais, outras entidades da sociedade civil, o empresariado, bem como o estabelecimento efetivo da parceria entre estados e municípios.

Esta mobilização deve resultar na elaboração dos planos municipais, estaduais e nacional de educação que depois de amplo debate—envolvendo as várias esferas do poder público e entidades da sociedade civil —deverá fixar objetivos, metas e prioridades de acordo com as quais os recursos devem ser aplicados. Devem ser fixados, ainda, mecanismos públicos de controle da execução e aplicação dos mesmos. O Plano Nacional de Educação deverá revisar o Plano Decenal, documento oficial do Brasil perante as outras nações, elaborado sem consulta ampla e

absolutamente insuficiente para resolver os graves problemas educacionais do país.

Estes planos, como resultado da mobilização nacional, devem inibir as orientações políticas que têm reduzido a educação a instrumento de marketing eleitoral ou moeda de troca nas relações políticas marcadas pela fisiologia e pelo clientelismo.

Para a elaboração dos planos nacional, estaduais e municipais será de fundamental importância a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nas bases da negociação realizada entre o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a câmara Federal.

Propomos ao Brasil uma política educacional, construída e pactuada com a sociedade, como prioridade nacional que se diferencia das medidas típicas e parciais que têm marcado os últimos governos.

Não se trata de perseguir modelos exclusivos que prescindam das redes públicas existentes, como se estas fossem patrimônio privado do governo de plantão. Não se trata, tampouco, da adoção de medidas mirabolantes ou pirotécnicas que causam impactos momentâneos, alguns frutos eleitorais, que têm transformado o sistema educacional brasileiro em um dos mais perversos do mundo.

A política educacional que propomos para o país contrapõe-se às concepções neoliberais que defendem a excelência do mercado também na área da educação, retirando do Estado seu papel, a partir do mito de que a qualidade resulta da competição e não da cooperação que só o sentido público da educação pode assegurar.

Tal política educacional contrapõe-se também a modelos como o da "qualidade total" que —elaborado visando a eficiência de empresas no Japão, Estados Unidos, entre outros países— está agora sendo transplantado para escolas brasileiras. Este modelo de gerenciamento empresarial autoritário serve ao neoliberalismo mas não à educação do país que, para alcançar novos padrões de qualidade e eficiência, deve se pautar pela perspectiva de construção democrática de uma nova qualidade de ensino geradora da cooperação, de valores éticos e humanistas, que permita a socialização do saber social e historicamente produzido.

A educação a ser desenvolvida no Brasil a partir de uma política educacional de longo prazo deve, para o Governo Democrático e Popular, valorizar a cooperação em detrimento da competição, a humanização do homem e da sociedade, visando possibilitar a primazia da justiça e da solidariedade e o exercício pleno da cidadania a partir do domínio do conhecimento que deve possibilitar a autonomia intelectual dos cidadãos e uma postura crítica e ativa na vida social.

Nossos eixos programáticos para todos os níveis da educação são a gestão democrática, a busca de uma nova qualidade do ensino e a democratização do acesso e da permanência na escola. Esta orientação é o resultado da experiência

das forças políticas que aprenderam com as lutas sociais e com a experiência institucional, seja no âmbito do Parlamento ou das prefeituras onde esta política tem sido implementada, e mostraram a viabilidade da educação pública de qualidade e democrática.

A gestão democrática do sistema educacional

A gestão democrática compreendida como parte do processo global de democratização, desprivatização do Estado, auto-organização da sociedade e construção da cidadania nas diferentes instâncias do sistema escolar, deve estar articulada com a busca permanente— individual e coletiva—de uma nova qualidade do ensino.

Nosso papel nesse processo de auto-organização social será também o de levar os cidadãos a fazerem as relações entre o particular e o geral, entre seu fazer individual e a percepção mais global da realidade, para que se formem como sujeitos políticos e para que suas entidades representativas possam ultrapassar o estágio apenas reivindicativo e passem à formulação de propostas, na perspectiva de interferir e decidir sobre os rumos da política educacional e outros aspectos da vida da sociedade.

As ações de planejamento em nosso governo se constituirão em instrumentos de mobilização popular que privilegiem o poder de decisão da população. Tal concepção diferencia-se da concepção de "planejamento participativo" de outros governos, em que o poder da população restringe-se a opinar ou referendar políticas.

Diferencia-se, também, da visão tecnocrática de planejamento que dissocia o pensar do fazer, o planejar do executar, o educador do educando, o sujeito do objeto. No âmbito da escola e do conjunto do sistema educacional, asseguraremos liberdade de expressão e organização para os diversos segmentos que integram a comunidade escolar, que na escola se incentive a criação e/ou reestruturação de organismos de gestão colegiada, que elaborem e discutam a política educacional como, por exemplo, os Conselhos de Escola.

O PT defende a constituição de conselhos municipais, estaduais e nacional de educação democráticos que contem com representação dos segmentos que compõem a comunidade escolar, além de outras forças organizadas da sociedade, dos executivos e legislativos em seu âmbito de ação. Estes conselhos devem discutir, elaborar e propor ações para a educação nas cidades, nos estados e no país, além de contribuir para a formulação e decisão dos planos municipais e estaduais de educação.

Uma nova qualidade de ensino

Na área da educação há profunda relação entre a gestão democrática do sistema e a qualidade da educação. A apropriação do conhecimento implicar a construção e

transformação, porque não partimos do pressuposto que o educando deva ser o receptáculo do conhecimento socialmente produzido. Cabe à escola partir da experiência social, cognitiva, afetiva e cultural do educando para, através da síntese, superá-la.

É fundamental, também, que a escola, ao construir e desenvolver seu currículo, encontre-se com a comunidade e a sociedade como objeto de investigação. Tais procedimentos contribuem para que o aluno construa sua autonomia intelectual e para definir o perfil de uma nova qualidade do ensino.

Para que esta qualidade se viabilize e se supere definitivamente os perversos índices de evasão e de repetência no país, uma série de medidas complexas e concomitantes precisam ser tomadas quanto à valorização dos educadores. A situação de penúria que o magistério tem vivido impõe uma recuperação salarial. A Constituição, em seu artigo 206, capítulo V, define que os profissionais da educação terão piso salarial profissional e Estatuto do Magistério. Será fundamental o empenho do governo federal, da sociedade, dos municípios e estados para estabelecer o diálogo e a negociação nesta perspectiva. Para isso, será indispensável que as informações quanto à arrecadação, orçamento e sua execução, sejam públicas, permitindo que o processo de fixação e negociação do piso reflita possibilidades financeiras reais dos municípios e estados, mas também que não seja uma mera adaptação às limitações de recursos.

Tornar a educação uma prioridade nacional exigirá a revisão não apenas das fontes de financiamento em nível federal, mas dos impostos privativos de cada esfera de poder, visando assegurar a recuperação dos salários dos educadores. Esta questão é chave para a qualidade da educação. Se os salários não são a única fonte para assegurá-la, é fato que, sem isso, dificilmente poderá se esperar e cobrar dos educadores maior compromisso, responsabilidade e participação.

O segundo aspecto a ser assegurado, como condição dessa valorização, é a existência nos municípios e estados dos estatutos do magistério. Particularmente, merece destaque nos estatutos a composição das jornadas de trabalho. A atividade docente tem como característica inerente o trabalho extra-classe. A preparação de aulas e a correção de avaliações são partes inseparáveis da regência de classe que devem, por isso, ser remuneradas. Além disso, os profissionais da educação, que trabalham com a construção do conhecimento, necessitam discutir, planejar e elaborar o seu trabalho coletivamente. Nesse contexto, deve-se inserir o processo de formação dos educadores.

A terceira questão diz respeito à formação. Nessa área a ação federal deverá ser direta e expressiva. O investimento na formação dos educadores deve buscar a síntese entre a reflexão sobre a prática e a produção teórica nas várias áreas do conhecimento, por isso deve ser permanente e sistemática. Para tanto, os projetos de educação à distância e o envolvimento sistemático das universidades serão indispensáveis.

Concomitantemente ao processo de formação dos educadores será fundamental repensar os currículos, programas, concepções teóricas e metodológicas que têm orientado o processo pedagógico, à luz da produção teórica no campo da aprendizagem.

Será também fundamental rever as condições atuais de produção e distribuição de material didático. O governo se empenhará no incentivo à produção de materiais didáticos que permitam a efetivação da nova qualidade proposta, além de novas formas de produção e distribuição.

Democratização do acesso

Têm sido divulgadas, com certo sucesso, teses com aparente lógica de argumentação, mas exóticas quando se observa a realidade escolar brasileira. Particularmente, a que defende que já não há necessidade de construção de escolas, uma vez que estatisticamente há vagas para todos. Os dados estatísticos, se corretamente analisados, mostram que isso não é verdade.

Fora a região Sudeste, e nela especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a maioria das escolas públicas, em especial as municipais de toda a região Nordeste, Norte e Centro-Oeste, oferecem exclusivamente o ensino de 1a a 4a séries. Temos, portanto, uma terminalidade real, pela impossibilidade administrativa e pedagógica (agravada pela situação salarial) da escola (em geral, modestos prédios ou mesmo salas unidocentes) ministrar da 5a a 8a séries. O aparente equilíbrio de distribuição e atendimento dá-se em função da somatória do total potencial de vagas, incluídas numa mesma região ou estado. É óbvio que trazer alguém do litoral do Rio Grande do Norte para o interior do Piauí resolve o problema estatístico, mas não o educacional.

Não se trata de sucumbir à tentação do "agora é a hora da qualidade, pois a quantidade está atendida", pois a dicotomia qualidade versus quantidade está falsamente equacionada, uma vez que as experiências bem sucedidas de governo demonstraram que a nova qualidade só é possível, só é gestada, quando a "quantidade" interfere no projeto pedagógico que está sendo desenvolvido.

Isto é mais evidente, ainda, quando tomamos os jovens e adultos que precisam e têm direito à educação fundamental, seja ela regular ou em modalidades especiais.

Visando a democratização do acesso, o governo se empenhará no estabelecimento de parcerias e articulações entre os estados e municípios, para estabelecer acordos de cooperação técnica que permitam equacionar as responsabilidades sobre a demanda, a ampliação e manutenção da rede física e os processos pedagógicos. Esta perspectiva de cooperação deve substituir a atual política de municipalização que tem contribuído para aprofundar a crise da educação pública.

Estão, também, carentes de atendimento público, os portadores de necessidades especiais. As estatísticas mostram que, praticamente, 90% do atendimento que é oferecido se dá por entidades, associações e escolas privadas. E este atendimento, ainda que insignificante, está concentrado nas áreas urbanas, e nestas, nas que são mais densamente povoadas.

A educação infantil incorporada pela primeira vez no sistema de ensino reconhece o direito da criança de participar de um projeto educacional desde que nasce. Esta responsabilidade, estabelecida pela Constituição, como fundamentalmente do município, porque foi "revolucionada" pela nova concepção científica e política da alfabetização, pressupõe um (novo) profissional em creches e pré-escolas que responda às exigências pedagógicas atuais.

Nossas metas gerais na área de educação

Educação rural

O Governo Democrático e Popular estimulará ações educacionais nas áreas rurais em todos os níveis e modalidades de ensino que visem garantir o desenvolvimento integral dos alunos, independente de sua idade, articulando o processo pedagógico, suas experiências social e cultural e seu meio ambiente.

Privilegiando o aumento da oferta de vagas de modo a atender a demanda nestas áreas e a construção de uma qualidade de ensino nos mesmos moldes daquela que se pretende nas áreas urbanas, respeitadas suas particularidades, serão desenvolvidas orientações que garantam desde infra-estrutura adequada até projetos pedagógicos que transformem as condições de isolamento que vivem professores e alunos no campo.

A democratização do acesso Deverá ocorrer a partir de diferentes alternativas que vão desde o transporte das crianças à escola, até a construção de escolas, aproveitando a matéria-prima local ou a criação de barcos-escola que cheguem até os alunos. Da mesma forma, a construção do currículo e o calendário escolar deverão ser encaminhados levando-se em conta os ciclos agrícolas.

Serão utilizados todos os recursos disponíveis para a educação à distancia de forma complementar ao processo educativo realizado nas salas de aula. Serão incentivadas experiências diversas de organização da escola - classes multi-seriadas ou regulares - a depender da realidade local e da proposta pedagógica a ser construída.

Será garantida ainda a formação em serviço dos educadores através da educação à distancia e/ou dos campi das universidades interiorizadas .

O eixo da gestão democrática da educação deverá ser desenvolvido criando-se mecanismos para superar as enormes dificuldades de participação das comunidades

escolares nas áreas rurais.

Educação à distância

O Governo Democrático e Popular deverá implementar um programa nacional de educação à distância utilizando os modernos meios tecnológicos de informação e comunicação, como os veículos de radiodifusão e as redes de informação e satélites, bem como os telepostos já implantados com o duplo objetivo de complementar a educação e a formação dos alunos, além de assegurar a formação permanente em serviço dos educadores em articulação com uma nova política para a produção e difusão de materiais didáticos.

O programa nacional de educação à distância não deverá em nenhuma hipótese substituir a diretriz de ampliação da oferta de vagas e o processo de aprendizagem apoiado na relação professor-aluno.

Educação de portadores de necessidades especiais

A política de atendimento aos portadores de necessidades especiais deverá pautar-se pela garantia de acesso à educação em todos os níveis de ensino visando atender necessidades de natureza física, mental, sensorial e múltipla.

A implementação dessa política deverá estar orientada pela integração de portadores de necessidades especiais em classes comuns, possibilitando-lhes o convívio com os demais alunos, assegurando-se, porém, atendimento especializado suplementar em casos de dificuldades de aprendizagem ou necessidade de terapias específicas e trabalho permanente com os familiares.

A orientação de organização do atendimento em classes especiais deverá ser desenvolvida apenas nos casos em que o grau de necessidade torne impossível a permanência em classes de ensino regular.

Para isso será fundamental

- a articulação e o planejamento conjunto educação/saúde, criando estrutura básica para avaliação e acompanhamento desses alunos;
- revisão dos cursos de formação dos educadores reforçando a importância da educação e não apenas da questão terapêutica;
- montagem de salas de recursos que possibilitem o apoio terapêutico/educacional aos portadores de necessidades especiais e aos educadores no trabalho com estes alunos.

Alfabetização

Propomos impulsionar amplo Movimento Nacional de Alfabetização que deverá ser seguido por programas de pós-alfabetização. Nesse esforço pretendemos incorporar como parceiros da ação governamental, além dos poderes executivos e municipais, as forças organizadas da sociedade civil comprometidas com a questão (movimentos populares, igrejas, universidades, partidos políticos, sindicatos) respeitando-se sua autonomia. Além disso, procuraremos ampliar a oferta de vagas nos cursos supletivos.

Educação infantil

O Governo Democrático e Popular se empenhará no sentido de que a educação de crianças de zero a seis anos seja assumida por estados e municípios em regime de colaboração, visando ampliar o acesso e a qualidade deste nível de ensino.

Para isso será necessário superar a fragmentação e a superposição das ações atuais e rever a atuação assistencialista-clientelista da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e de outros órgãos que se utilizam das iniciativas comunitárias para desenvolverem programas de baixo custo e qualidade, além do estabelecimento de parcerias com a sociedade, visando transformar as condições de atendimento deste nível de ensino.

Ensino fundamental

O Governo Democrático e Popular terá como uma de suas prioridades a universalização do ensino fundamental, de oito anos contínuos, superando a terminalidade real na 4ª série, incentivando os sistemas públicos estaduais e municipais, através do Plano Nacional de Educação e da parceria permanente com estas esferas de poder, a desenvolverem políticas educacionais que viabilizem a permanência dos educandos na escola a partir dos eixos definidos neste programa.

O mesmo empenho será desenvolvido no sentido de assegurar o acesso ao ensino de qualidade àqueles que a ele não tiveram acesso em idade própria.

A meta "nenhuma criança fora da escola" será perseguida com o acompanhamento sistemático do governo e da sociedade civil, através do Fórum Nacional, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Conselhos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Tanto no âmbito da educação infantil, quanto da educação fundamental, deverá ser realizado um esforço para que, progressivamente, amplie a oferta de educação em período integral como alternativa que permita a proteção, a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens em todas as dimensões

Ensino médio

Defendemos a ampliação progressiva da oferta de vagas no ensino médio, encarando este nível de ensino como parte da educação básica que deve ser incorporada aos direitos educacionais de todos os cidadãos.

Ainda no que diz respeito a este nível de ensino, devemos superar a dicotomia entre ensino propedêutico e profissionalizante que tem servido de base para justificar uma distribuição desigual do direito de todos à educação.

A rede de escolas técnicas e agrotécnicas do governo federal não será privatizada nem estadualizada, garantindo-se sua adequada manutenção.

Ensino profissional

Defendemos a criação de centros públicos de formação profissional de alta qualidade. Centros que, com flexibilidade, possam atender às demandas específicas e permanentes de qualificação de milhares de jovens e adultos, empregados ou desempregados. Estes centros não devem se restringir ao adestramento (como é feito no Senai), mas oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento humano e mais geral.

Devemos desenvolver práticas de formação profissional que tenham como horizonte a cidadania efetiva do trabalhador, sua competência política e técnica, e que, portanto, não se restrinjam ao preparo técnico-instrumental mas viabilizem a apropriação, pelos trabalhadores, de conhecimentos científicos e tecnológicos e de saberes culturais e sociais necessários à compreensão crítica da vida social, da evolução técnico-científica e da história do trabalho.

Os centros públicos não concorrem com a formação escolar e nem devem substituí-la, devem ser complementares a ela.

Tal proposta pressupõe uma redistribuição de todos os fundos de natureza pública, atualmente quase que integralmente apropriados e geridos pelo empresariado, sem qualquer controle social. Deve-se incentivar a participação dos trabalhadores na gestão, controle e fiscalização dos fundos das agências e dos programas de formação profissional .

Ensino superior

As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) constituem-se hoje, em fundamental patrimônio cultural, científico e tecnológico. Este patrimônio, extremamente rico, se traduz em rede física de edificações distribuídas pelos estados da federação, num corpo docente qualificado, embora em quantidade insuficiente; maior rede pública de hospitais do país; sistema de pós-graduação, reconhecido por sua competência; investimento na formação de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento e de sua contribuição à cultura brasileira, através da manutenção de museus, orquestras, editoras e produções artísticas nas

diversas áreas.

Este patrimônio, que vem sendo tratado com descaso nas últimas décadas, por sua natureza pública deve estar a serviço da sociedade sem ferir-se, por isso, o caráter universal do conhecimento que deve estar à disposição de toda a humanidade. O Governo Democrático e Popular— juntamente com as Ifes—nos marcos do respeito à autonomia universitária e ao compromisso com a transformação dos padrões de desenvolvimento do país, se empenhará na realização das seguintes metas:

- expansão da oferta de, pelo menos, 30% de vagas em cursos noturnos, aumentando significativamente a participação do setor público na oferta de vagas no ensino superior;
- criação de novas universidades federais em regiões onde esteja comprovada sua necessidade para a formação de recursos humanos de nível superior e desenvolvimento de pesquisa, garantindo-se formação de qualidade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando-se os objetivos e prioridades a serem definidos no Plano Nacional de Educação;
- revisão das formas de acesso ao ensino superior, incluindo o vestibular, objetivando a ampliação da oferta de vagas e a socialização do acesso à produção cultural e científica;
- investimentos na recuperação, manutenção e expansão da estrutura física das Ifes e dos hospitais universitários:
- utilização das tecnologias existentes (rádio, TV, TV a cabo, satélite, teleinformática) para a formação de recursos humanos nas Ifes ou em projetos de formação sob sua responsabilidade
- concessão de rádios e TVs às Ifes para melhor cumprimento de seu papel social;
- implementação de fato do princípio constitucional da autonomia universitária;
- avaliação das Ifes com a participação da sociedade;
- empenho para que os estudantes das Ifes assumam também compromisso com as mudanças sociais que se pretende implantar;
- investimentos necessários para a produção de conhecimentos e formação de recursos em áreas prioritárias definidas pelo Plano Nacional de Ciência e Tecnologia.

Será imprescindível para a viabilização destas ações, bem como das medidas para transformação da educação, a mudança dos padrões culturais do país, possibilitando o acesso à produção cultural em todos os níveis e o acesso aos meios de produção da cultura.

Será indispensável também repensar as bases de realização e financiamento da pesquisa no país, de modo a expandi-la para outros centros, não apenas em nível da pós-graduação.

O Governo Democrático e Popular se empenhará ainda na ampliação da produção científica na área educacional por meio de maiores investimentos e da garantia de canais de interlocução entre pesquisadores e educadores, visando a melhoria dos procedimentos pedagógicos e investigativos.

Ensino privado

O Governo Democrático e Popular cumprirá os princípios constitucionais da liberdade de ensino, respeitada a legislação específica. O governo envidará esforços no sentido de que se estruture o Sistema Nacional de Educação, do qual deverão fazer parte as instituições públicas e privadas de ensino.

O conjunto do sistema educacional como concessão do poder público estará submetido à fiscalização, através dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, a partir de padrões de qualidade a serem estabelecidos. A concessão do público ao privado implicará, fundamentalmente, o estabelecimento de critérios para a criação de instituições de ensino, o cumprimento do padrão de qualidade definido para o conjunto do sistema e a fiscalização de sua implantação.

Política de financiamento

Chegar a um investimento nacional em educação de 10% em relação ao PIB durante o Governo Democrático e Popular é a meta geral.

Deflagraremos ações que aumentem o comprometimento do governo federal e que induzam as unidades federadas, os municípios, a sociedade em geral e, particularmente, o empresariado, a aumentar seus esforços nesta área.

Os mecanismos a serem utilizados para isso, são desde a ação direta do governo federal, através do mecanismo de investimento de recursos do tesouro, do repasse de recursos do salário educação, das ações conjuntas com as demais esferas da administração pública e através da busca do envolvimento da sociedade nas ações educativas, visando aumentar o seu comprometimento com uma educação universalizada e de qualidade.

Além disso, coerentemente com o seu compromisso com a edificação de uma escola pública democrática e de qualidade, o Governo Democrático e Popular enfatiza sua disposição de fechar os condutos que drenam recursos públicos, sob a forma de subsídios e outras benesses para o ensino privado. Como meta de nosso governo, pretendemos extinguir tais repasses, garantindo progressivamente a exclusividade dos recursos públicos para a escola pública.

Defendemos também medidas de financiamento visando fixar a criança na escola. A frequência de uma criança à escola induz custos que devem ser assumidos pela família ou pelos responsáveis do educando. Entre estes estão despesas com material escolar, transporte, roupas adequadas, entre diversos outros itens. Deve-se considerar também o afastamento de crianças e jovens do trabalho remunerado, a ajuda em tarefas domésticas ou o cuidado de irmãos enquanto os responsáveis estão trabalhando. Não devemos ainda desconsiderar que a atividade escolar implica divisão do restrito espaço doméstico, muitas vezes completamente comprometido com atividades econômicas indispensáveis .

A escola pública só é efetivamente gratuita para os segmentos menos pauperizados da população. Para os segmentos mais pobres a escola pública é excessivamente cara, mesmo imperativamente cara. Nesse sentido, para a universalização do ensino fundamental é necessário o enfrentamento corajoso dos problemas que afastam as crianças prematuramente da escola. É necessário criar mecanismos que garantam permanentemente a gratuidade ativa da escola pública. Entre as medidas possíveis podemos implementar o Programa de Renda Mínima. nos termos expostos no capítulo VII deste programa e a redução dos custos do processo de escolarização.

Alguns custos induzidos pela condição de escolarização devem ser reduzidos a partir de práticas efetivas. Entre eles, devem estar incluídos o fornecimento do material escolar mínimo.

Esse fornecimento deve se dar de forma descentralizada pelas próprias escolas que receberão quotas suficientes para uma porcentagem de seus alunos a serem definidos pela própria escola.

O transporte de escolares deve ser feito de forma gratuita. Embora os sistemas de transporte urbano sejam municipais, fora, portanto, da jurisdição do governo federal, essa prática poderia ser instituída mediante sugestões a governos municipais ou mediante a vinculação de ajudas federais a transportes públicos, quando adotado este procedimento pelos municípios.

Considerando-se a implementação, no Governo Democrático e Popular, de um novo modelo de Estado, será garantida uma ação integrada dos diferentes setores governamentais no sentido de assegurar a educação como prioridade nacional.

27 - Seguridade Social

A Constituição de 1988, em seu capítulo Seguridade Social, afirmou um conceito de proteção social que garante a todo cidadão brasileiro uma renda de substituição em caso de interrupção ou fim da vida laborativa; o acesso universal à saúde, e a

proteção aos excluídos e àqueles que não puderem se inserir produtivamente, portadores de severas deficiências físicas ou mentais, por exemplo.

Seus princípios básicos de universalidade, solidariedade, unidade e democratização da gestão devem ser garantidos e aperfeiçoados.

Embora a inclusão deste título na Constituição, a Seguridade Social resulta hoje de ações setoriais da Saúde, Previdência e Assistência Social sendo diferenciada a trajetória de regulamentação de cada uma delas ao longo destes pouco mais de cinco anos. O acúmulo sobre a concepção de seguridade e conseqüente padrão de proteção social é ainda frágil. Com isto, o "Estado Social" que queremos construir tem fluído de respostas setoriais (educação, saúde, habitação, previdência, assistência social etc.), sem a necessária articulação a ser superada no detalhamento deste plano.

É fundamental a defesa de um orçamento próprio da Seguridade Social, distinto do Orçamento Geral da União. Suas fontes de financiamento, ao serem diversificadas e dirigidas para o conjunto das áreas, além de garantir um aporte contínuo e equilibrado de recursos, fortalece o princípio da solidariedade, distribuindo o ônus de seu custeio ao conjunto da sociedade.

Quanto à gestão da Seguridade Social, seu caráter colegiado deve ser mantido e aperfeiçoado. Isso se traduz em reforçar a participação da sociedade civil nos conselhos existentes, atribuindo aos mesmos um real poder decisório nas diferentes áreas e instâncias.

Previdência

No campo dos benefícios previdenciários, a existência de um sistema público básico, funcionando em regime de repartição, é a prova mais viva da aplicação do princípio da solidariedade. Sua manutenção garante a concessão de um benefício mínimo para quem não teria direito através de suas contribuições individuais, bem como eventuais aportes do orçamento público quando as fontes próprias forem depreciadas por prolongadas fases recessivas.

Nesse sentido, a proposta de privatizar a Previdência Social Básica, através da criação de um sistema de capitalização individual, implica a destruição da solidariedade e sua substituição pela lógica individualista. Defendemos, portanto, um sistema público básico de repartição, igual para todos e de caráter obrigatório, que compreenda as faixas de renda até dez salários mínimos.

Para fortalecer o sistema previdenciário será necessário uma reforma de seus mecanismos de arrecadação. Algumas medidas deverão ser tomadas, tais como:

- criar um sistema efetivo de fiscalização e cobrança dos débitos das pessoas

físicas, das empresas e órgãos públicos;

- mudar a legislação sobre atraso e sonegação da contribuição previdenciária, impondo pesadas penalidades a esse tipo de infração;
- reformar o sistema administrativo interno da Previdência, visando aumentar a eficácia funcional da máquina e eliminar focos de corrupção.

Saúde: para que seja um direito de todos

O processo saúde-doença é resultante de um conjunto de fatores: biológicos, ambientais, culturais e, fundamentalmente, socioeconômicos, pois, em última instância, ele é consequência da inserção no modo de produção e, portanto, na sociedade. Numa sociedade capitalista, em que o acesso das diversas classes sociais aos bens e serviços (alimentação, educação, habitação, cultura, saneamento, lazer, transporte) é desigual, as pessoas nascem, vivem, adoecem e morrem desigualmente. Tendo em conta este quadro, o Governo

Democrático e Popular atuará no sentido de garantir a toda a população o direito à saúde.

Para tanto, dará uma dimensão política a todos os seus atos, de forma a promover a conscientização, a organização e a participação ativa da população na conquista de plena cidadania e na defesa de melhores condições de saúde. O Governo Democrático e Popular colocar-se-á em defesa da vida.

Diagnóstico

A maioria da população brasileira Apresenta problemas decorrentes da miséria das péssimas condições de vida, da violência instalada na sociedade e da falta de infraestrutura e serviços sociais, agravados pela presença dos problemas típicos das sociedades capitalistas altamente industrializadas e com grande concentração urbana. Isto é resultante de um processo acelerado e selvagem de industrialização, baseado na brutal exploração da força de trabalho e na manutenção de altas taxas de desemprego, com a migração forçada pela expulsão dos trabalhadores rurais para as grandes cidades. Encontra-se assim, a ocorrência significativa de doenças infecciosas antigas (tuberculose, cólera e febre amarela) e novas (Aids), e doenças crônicas (hipertensão e diabetes), e nas áreas de maior concentração urbana o aumento da mortalidade e morbidade por acidentes de trânsito, homicídios, suicídios e acidentes do trabalho. Ao mesmo tempo, vem se agravando importantes endemias como tuberculose, hanseníase, malária, cólera, leishmaniose, febre amarela e dengue. A expressão maior do quadro dramático das condições de saúde e de vida de grande parte do povo brasileiro é a morte de 54 crianças antes do primeiro ano de vida, para mil nascimentos. Este elevadíssimo coeficiente (no México é 28, na Argentina 22, em Cuba 9,4 e nos EUA 8), por ser uma média nacional, esconde as

desigualdades regionais e de classes, atingindo valores maiores que cem mortes por mil nascidos vivos em diversas localidades do Norte e Nordeste.

A crise do modelo de desenvolvimento, agrava a situação atual, pelo descaso das classes dominantes, que sem sequer garantir a reprodução da força de trabalho e colocando o Estado a seu serviço, vem levando à progressiva deterioração dos já restritos serviços sociais, aí incluídos os serviços governamentais de saúde. Os gastos da União no setor saúde, que já eram reduzidos (a média dos últimos treze anos, não chega a 2% do PIB, ou menos de 60 dólares por habitante/ ano), entram em queda acentuada a partir do início de implantação oficial do modelo neoliberal, que propõe como "saída" a privatização do Estado e redução do gasto público. Os recursos federais para a saúde, que em 1989 eram de 2,52% do PIB (11,3 bilhões de dólares), em 1992 passaram para 1,67% do PIB (6,5 bilhões de dólares) ou 76,41 dólares per capita ou 41,80 dólares per capita.

Em decorrência disso, os serviços estatais estão sucateados, com mais de 9 mil leitos hospitalares e muitas unidades básicas de saúde desativadas (na maioria das capitais, metade de sua capacidade está prejudicada), número reduzido de servidores, mal pagos, insatisfeitos e desmotivados, equipamentos de alto custo abandonados, falta de materiais e medicamentos, atendimento de baixa qualidade etc. A isto se agrega o déficit de equipamentos e serviços em muitas regiões, especialmente no Norte e Nordeste e a elevadíssima participação do setor privado (77% dos leitos, 25% da capacidade ambulatorial instalada e quase a totalidade dos serviços de apoio ao diagnóstico). Até agora, o SUS, que foi uma conquista da população brasileira, tem sido implementado de forma úmida e até incorreta, destinando-se fatia importante dos recursos ao pagamento da rede conveniada. Isto é resultado da desativação dos serviços estatais, e da priorização de procedimentos caros (muitas vezes desnecessários), com a ocorrência freqüente de fraudes e sobre faturamentos por parte dos conveniados, que funcionam desvinculados das reais necessidades da saúde, brindando um atendimento de baixa qualidade técnica e humana. Em parte, este fato se explica pela baixa remuneração e atraso nos pagamentos dos serviços prestados.

Esta situação do setor público e a tentação de conseguir saúde por meio da assistência médica vêm levando as classes médias a recorrer crescentemente aos convênios de assistência médica e aos trabalhadores a exigir de suas empresas convênios desse tipo. Por outro lado, é possível deduzir totalmente do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, os gastos com o sistema privado de saúde, o que resulta em perdas significativas de recursos públicos que poderão representar um aumento substancial no orçamento do setor estatal de saúde.

Fomenta-se assim a proliferação das empresas cuja finalidade é lucrar com a doença, sem nenhum compromisso com a saúde nem com as políticas públicas, que cobram mensalidades elevadíssimas, excluem patologias e encaminham ao setor público os atendimentos mais complexos e, portanto, mais onerosos. Cria-se uma lógica perversa, na qual o Estado arrecada

impostos e contribuições mas investe pouco em saúde, obrigando àqueles que podem, a gastar em assistência privada, mas por outro lado permite o abatimento destes gastos do imposto de renda e assume os custos dos procedimentos mais caros, quando o faz. O único beneficiário desta lógica é o setor de medicina privada, que atua sem controle de qualidade técnica e humana, e que, não fosse a política governamental de sucateamento dos serviços públicos, teria sua importância restrita àqueles que pudessem e desejassem pagar.

Este processo de destruição dos serviços governamentais e subsequente favorecimento do setor privado, iniciou-se na década de 50 e vem crescendo até o presente governo. A atual política, está dirigida a completar este processo, com a privatização dos serviços governamentais, sob o argumento da incompetência do Estado para gerir e administrar o SUS, no caminho já iniciado de se implantar o neoliberalismo, adequando o Estado ao novo modelo capitalista. Esta "saída" proposta pelas classes dominantes só agravará o quadro epidemiológico. A implantação de novas formas de exploração por meio da reorganização do trabalho, automação e terceirização, além das conseqüências sobre a saúde decorrentes do maior desemprego e da queda de salários, se traduz no aumento da ocorrência de doenças mentais, cardiovasculares, gástricas e outras. Completa-se assim um processo que leva à crescente exclusão social, à deterioração e até à perspectiva de exclusão da vida da maioria da população.

O Governo Democrático e Popular, sustentado pela mobilização popular, atuará para mudar este curso nefasto e transformar o quadro atual de saúde da maioria da população, o que implica, basicamente, recuperar os serviços governamentais de saúde e inseri-los num modelo de saúde diametralmente oposto ao vigente hoje. Isso significa, essencialmente, transformar as condições de vida da maioria da população e implementar e desenvolver o Sistema Único de Saúde (SUS), cumprindo e fazendo cumprir a lei, realizando periodicamente conferências de saúde e respeitando e fazendo respeitar suas deliberações e as dos Conselhos de Saúde. O Governo Democrático e Popular assume esse compromisso.

Princípios básicos

A saúde é um direito de todos O Governo Democrático e Popular garantirá a toda a população o direito à saúde, atuando de forma interrelacionada com os governos estaduais e municipais, de acordo com os preceitos da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Saúde. Para tanto, completará a efetiva implantação e desenvolvimento do SUS, baseado na equidade, na integralidade, na descentralização política e executiva, na universalização do acesso à atenção de qualidade e na humanização do sistema, priorizando, ampliando e fortalecendo o setor público, democratizado, sob o controle da sociedade.

Ao implementar medidas destinadas à transformação radical do modelo econômico-social vigente, o Governo Democrático e Popular estará desencadeando um processo de mudanças cujas conseqüências influirão decisivamente nos

determinantes dos problemas de saúde da população. As diversas áreas do governo federal atuarão integradamente de forma que, na priorização e aprovação de projetos, distribuição de verbas e financiamentos sejam levados em conta os indicadores sociais e o diagnóstico epidemiológico de cada lugar (como saneamento básico, habitação).

Adotará também as medidas necessárias para a efetiva instituição de um modelo de proteção social fundado na concepção da seguridade social, que contemple uma ética social incorporando padrões de solidariedade.

Estabilidade e continuidade das políticas de saúde

Imprimir ao setor da saúde reformas que criem bases para a continuidade administrativa das políticas do setor, quer do ponto de vista dos trabalhadores do SUS, ou das fontes de financiamento e, sobretudo, do ponto de vista da democratização do Estado. A viabilização de tais reformas demandará a decisiva participação da sociedade, em particular dos trabalhadores, na gestão da saúde.

Democratização e capacitação do Estado para gerir a saúde

A participação dos setores organizados da sociedade deve ter caráter deliberativo na definição das diretrizes e das prioridades das políticas de saúde e no controle da sua implementação.

Capacitar o Estado significa promover uma reforma administrativa no setor que permita gerir a saúde na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania. Isso implica promover uma política de recursos humanos orientada por critérios de profissionalização e compromisso com o interesse público, adequar a atual estrutura do Ministério da Saúde à legislação do SUS, definindo as competências de cada esfera de governo e garantir fontes estáveis de financiamento para o setor, dentre outros.

Modelo de atenção

Reconhecendo que o processo saúde doença tem como determinantes e condicionantes o meio ambiente, fatores biológicos, sociais, políticos, culturais e econômicos, além do acesso aos serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, é necessário planejar toda a atuação do setor com base num diagnóstico das reais necessidades de saúde, que contemple nos níveis local e regional os indicadores epidemiológicos e sociais. Isso implica que o planejamento das ações no setor deverá contemplar, de um lado, a noção de vigilância à saúde e, de outro, a articulação inter-setorial envolvendo as demais áreas do governo federal no enfrentamento das determinantes do processo saúde-doença.

Para tanto, deve-se estimular a constituição de um modelo assistencial que garanta cuidados integrais à saúde dos cidadãos, de maneira a tornar o SUS eficaz e

economicamente viável. Assim, deve-se assegurar tanto serviços curativos e de reabilitação na rede assistencial, quanto ações de prevenção, educação em saúde e de vigilância sobre o meio ambiente e sobre os locais de trabalho de maneira a modificar o padrão assistencial hoje dominante centrado no hospital e na utilização indiscriminada de medicamentos. No Brasil já há experiências municipais exitosas na transformação desta prática hoje dominante.

A descentralização do poder, com Democratização e controle social, possibilita a efetiva participação dos cidadãos no diagnóstico e no encaminhamento decisório de ações que resolvam os problemas, democratizem a política e contribuam para a melhoria das condições de vida e saúde. O Governo Democrático e Popular estará empenhado na mudança do modelo de intervenção no processo saúde-doença saúde no Brasil.

Diretrizes de governo Financiamento do setor

É falsa qualquer promessa de melhoria do setor saúde sem uma radical modificação do seu financiamento. Isso implica definir fontes estáveis de financiamento, ampliando os recursos para o SUS, estabelecendo critérios e mecanismos que garantam o seu repasse regular e automático para os estados e municípios.

O Governo Democrático e Popular recuperará, já no primeiro orçamento, os padrões históricos de recursos federais para o setor (em torno de 12 bilhões de dólares). E progressivamente deverá reordenar o orçamento da União, de modo a que se invista, no mínimo, 22,5 bilhões de dólares em saúde, o que, nas condições atuais, equivale a cerca de 150 dólares por habitante/ano. Parte destes recursos deverão ser oriundos da vinculação de 30% das receitas do orçamento da seguridade social para a saúde.

Ao mesmo tempo negociará com os governos estaduais e municipais, estabelecendo acordos para que estes também destinem, no mínimo, 10% de suas receitas orçamentárias próprias para a saúde.

Os valores per-capita anuais a serem destinados pela União, devem ser entendidos como uma média que não necessariamente deverá se distribuir de forma uniforme em todas as regiões do país: condições de vida e disponibilidades de serviços diferentes geram demandas e possibilidades diferenciadas. Portanto, a distribuição dos recursos globais deverá responder ao diagnóstico epidemiológico e à capacidade de arrecadação de cada estado e município, sendo decidida com a participação dos Conselhos de Saúde.

Descentralização

O Governo Democrático e Popular promoverá a descentralização político-

administrativa dos recursos financeiros, dos equipamentos, dos serviços e das ações de saúde, firmando a responsabilidade de cada esfera de governo, cabendo o planejamento e a execução dos serviços de saúde aos municípios ou consórcios ou outras associações de municípios. Cabe ao Ministério da Saúde a coordenação nacional Do SUS, devendo se abster das tarefas diretas na execução de ações assistências. Buscará, sobre tudo, promover a capacitação técnica e administrativa das outras esferas para que assumam a parcela que legalmente lhes cabe na gestão do SUS.

Além disso, atuará, em articulação com os governos estaduais e municipais e integradamente com os diversos setores do governo federal, no enfrentamento dos problemas que interferem diretamente nos fatores condicionantes do processo de saúde-doença da população, bem como em outras questões essenciais para garantir a saúde da população, tais como: formação dos profissionais de saúde, desenvolvimento científico e tecnológico autônomos, produção e importação de medicamentos, equipamentos diagnósticos e terapêuticos, matérias-primas e outros insumos.

Controle social

A legislação do SUS determina a participação da sociedade na gestão do sistema de saúde por meio de conselhos com composição de representação paritária dos usuários. O Governo Democrático e Popular buscará o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle público na saúde, apoiando e estimulando a constituição e o funcionamento autônomo dos Conselhos. Isto requer a democratização de todas as informações necessárias ao desempenho das funções previstas para os Conselhos. Entende-se que o avanço na busca de soluções para os graves problemas de saúde de nossa população pressupõe uma intensa participação social de todos os setores envolvidos no SUS, em particular da população.

Informação e comunicação

O mero repasse de informações entre os gestores do SUS não basta para garantir a democratização do sistema. É necessário que o Ministério da Saúde atue em duas direções: criação de um sistemas nacional de informação em saúde e a partir dele implementar ações de conscientização sobre os problemas da saúde.

Para tanto será necessário:

- padronizar nacionalmente a coleta de informações visando a compatibilização dos bancos de dados e possibilitando o intercâmbio e consolidação dos dados, no sentido de estabelecer um sistema de informações em saúde;
- implementar uma política de comunicação social que dissemine os dados de tal forma que eles possam ser utilizados para o planejamento das ações de saúde e para o controle público e exercício da cidadania no setor.

Relação público/privado

A Constituição determina que o setor privado participe complementarmente do SUS e que o subsetor filantrópico terá prioridade na prestação de serviços à população. O Governo Democrático e Popular atuará no sentido de assegurar o cumprimento deste preceito constitucional, promovendo e estimulando a plena ativação e priorização dos equipamentos e serviços estatais, a inserção dos conveniados no planejamento, políticas e programas locais, o pagamento adequado e em dia dos serviços, a exigência de atendimento humanizado e de qualidade, sua adequada fiscalização e controle por meio dos Conselhos de Saúde.

Pré-requisito para a recuperação do setor estatal é enfrentar a situação em que o Estado vem sendo onerado de forma brutal pelo setor privado. Caberá ao governo regulamentar as empresas médicas, os seguros e planos de saúde, as cooperativas médicas e os planos próprios de empresas, para garantir um padrão de atendimento sem exclusão de enfermidades.

Recursos humanos

O tratamento dado aos recursos humanos é uma das principais dificuldades para o avanço na implantação do SUS. A atual política promove a desprofissionalização dos trabalhadores da área, caracterizando-se pela ausência de ações de desenvolvimento e de carreiras profissionais, falta de condições e infra-estrutura adequada para a implementação das ações de saúde, inexistência ou não implantação de planos de cargos e salários e pagamento de salários reduzidos, no geral muito abaixo do mercado. Esta política perversa traz como consequência a evasão de trabalhadores de saúde do setor público, a existência de dois ou mais vínculos trabalhistas, tanto junto ao setor público quanto junto ao privado, para a maioria dos trabalhadores e a falta de compromisso com um atendimento adequado e digno à população.

Para conseguir a efetiva implantação de um novo modelo de atenção à saúde, no marco do SUS, deve-se romper com as práticas clientelistas, respeitando a legislação e promovendo uma política baseada na valorização, na humanização, no desenvolvimento e na participação dos servidores estatais, oferecendo condições adequadas de trabalho e salários dignos, que promova o compromisso com o serviço e o cumprimento efetivo e adequado de suas funções, não somente por meio de medidas administrativas. Para tanto, deve-se estabelecer uma nova relação, com uma definição precisa dos papéis e funções dos atores. Cabe ao governo desenvolver uma administração transparente, sem no entanto, adotar uma política paternalista.

O Ministério da Saúde atuará junto a estados e municípios para promover e fomentar a implantação da nova política de recursos humanos na área da saúde. Neste sentido, desenvolverá e apoiará estudos e ações visando articular propostas de

compatibilização em carreira multiprofissional, sem deixar de contemplar as óbvias diferenças regionais e estimular e apoiar acordos para implantação de planos de cargos, carreiras e salários, com pisos salariais não inferiores a um mínimo nacional a ser estabelecido nas negociações, para os níveis básico, médio e superior.

Neste sentido, o governo federal proporá e promoverá a implantação de mesas nacional, estaduais e municipais de negociação com a participação dos representantes dos trabalhadores de saúde e dos empregadores (setor estatal e prestadores privados conveniados), apontando para a implementação de Contratos Coletivos de Trabalho. Estas mesas objetivarão acordar a implementação de políticas de recursos humanos, por meio de normas e diretrizes gerais na relação de trabalho no SUS (jornadas, planos de cargos e salários, carreira, condições de trabalho, metas institucionais, formação e atualização na perspectiva de mudança do modelo de atenção).

A participação ativa dos trabalhadores na atenção à saúde, nos moldes do novo modelo, depende da compreensão dos seus princípios, da sua aceitação e da identificação com os mesmos. Para tanto, além de apoiar a atualização do conhecimento dos trabalhadores da saúde, em conjunto com o Ministério da Educação, entre outras medidas, o Ministério da Saúde proporá uma profunda reforma nos currículos de formação dos técnicos e profissionais da saúde e, a partir do estudo das necessidades, a criação de carreiras de nível médio e superior nos locais onde houver necessidade.

A construção de um SUS socialmente eficaz, além de poder contar com profissionais bem formados, com salários dignos e com boas condições de trabalho, requer que se cobre dos serviços públicos, isto é, dos próprios trabalhadores da saúde o indispensável compromisso para com os cidadãos usuários do SUS, resgatando-se assim a dimensão pública desses serviços.

Insumos, medicamentos, imunobiológicos e hemoderivados

Condição necessária para o êxito das políticas de saúde, será que a rede pública de saúde possa dispor dos medicamentos e demais materiais de consumo necessários e que seus preços tornem-se acessíveis à população, de acordo com as necessidades, independentemente de sua situação econômica. Isto só será conseguido, quebrando o poder dos oligopólios que dominam a produção no setor saúde. O Governo Democrático e Popular levará adiante uma política firme na implementação das medidas necessárias e na exigência de respeito à nossa soberania e ao poder do Estado e ao mesmo tempo cuidadosa, enfrentando e diminuindo os efeitos do previsível boicote e desabastecimento, combinando a pressão e a mobilização populares, a negociação, a busca de novas fontes de insumos, a promoção de uma política autônoma e as políticas fiscais e de financiamento. Será estabelecida integração e parceria com a sociedade civil organizada, buscando o apoio e assessoramento de entidades representativas do setor.

Os ministérios responsáveis pela saúde, educação, ciência e tecnologia, indústria e comércio e meio ambiente atuarão em conjunto visando promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico autônomo nas áreas de medicamentos, química fina e biotecnologia, por meio das universidades federais e do sistema nacional de ciência e tecnologia. Da mesma forma, para garantir a autonomia nacional e a preservação do patrimônio biológico, será promovida a revisão total da legislação de patentes e de royalties, especialmente o projeto em tramitação no Legislativo, que nos coloca em dependência direta dos monopólios imperialistas.

Na procura de novas fontes de insumos e produtos, será ampliado o relacionamento externo, priorizando o intercâmbio e projetos comuns com a América Latina, especialmente com Cuba, que possui uma história de priorização da saúde e de investimento no desenvolvimento autônomo de biotecnologia e com países como Rússia, China e Índia que têm produção própria de medicamentos. Ao mesmo tempo, será recuperada e ampliada a capacidade dos laboratórios governamentais de produção de insumos, medicamentos, vacinas, imunobiológicos e hemoderivados. dimensionando-os para a elaboração dos produtos prioritários.

O Governo Democrático e Popular atuará para reduzir drasticamente os preços dos medicamentos, diminuir o número de produtos a padrões adequados às necessidades do país e fazer cumprir o Decreto que regulamenta os genéricos, propondo sua ampliação e melhora, com a devida normatização em Código Sanitário. Garantirá também o efetivo cumprimento do disposto na Constituição de 1988, quanto à exclusividade de processamento, distribuição e comercialização de hemoderivados pelo setor público.

Políticas específicas

O novo modelo de intervenção em saúde a ser implementado, ao basear o planejamento e execução das ações no diagnóstico das condições de cada lugar, com a direta participação da população local, traz consigo a aplicação do conceito de equidade. Mas, para que o mesmo tenha vigência plena, o sistema público de saúde deverá contemplar a problemática específica decorrente das diferenças de gênero, raça, idade, problemas de saúde etc. que, na sociedade atual, resultam em preconceitos, discriminação e outras injustiças para diversos setores sociais. O governo federal promoverá a aplicação deste princípio em todos os níveis do SUS.

Ao assegurar atenção diferenciada aos desiguais, contemplando as especificidades dos diversos grupos sociais em prol da superação das injustiças, o Governo Democrático e Popular estará garantindo a saúde para todos e promovendo os direitos de cidadania de toda a população.

Assistência social

O objetivo maior do governo é reverter o longo processo de exclusão social,

econômica e política da grande maioria da população brasileira.

Os mais atingidos nesse processo são os desempregados, os que não têm acesso a bens e serviços, os que não têm reconhecida a sua legitimidade para avaliar e expressar suas próprias necessidades, e os que nunca têm assegurados seus direitos sociais por uma ação governamental.

A assistência social - política pública de direitos - é parceira fundamental das políticas econômico-sociais que se ocupam da reversão desse quadro.

O contingente brasileiro de excluídos supera 32 milhões de miseráveis—os 31.779.095 brasileiros ou 9,2 milhões de famílias—reconhecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no mapa da fome, pois seu ganho permite, no máximo, a compra de uma cesta básica de alimentos por mês. As necessidades sociais colocam-se para além da alimentação, ainda que isto seja vital.

Considerado o acesso à habitação, à educação, à saúde e às medidas de proteção social como a aposentadoria, entre outras, este número de brasileiros pobres eleva-se para 60 milhões, dos quais cerca de 50% são crianças e adolescentes. Caso olhemos os 150 milhões de brasileiros sob a condição de acesso à riqueza nacional vamos constatar que enquanto 20 a 30 milhões comprometem 450 bilhões de dólares, os 120 milhões restantes são postos na sobrevivência e miserabilidade.

É de se destacar neste quadro que:

- a desigualdade social gerada pela expropriação e concentração da riqueza e perversamente reproduzida é ampliada pelo sistema educacional brasileiro, já que os mais pobres são os que menos acesso têm à educação;
- ao processo de exclusão social, econômica e política soma-se a discriminação de gênero e cor (a feminilização e etnização da pobreza) e de preconceito social;
- os mecanismos que levam a esta imensa exclusão social são reversíveis já que resultam do modo perverso como se dá a distribuição de riqueza e do elitismo no exercício do poder político na sociedade brasileira.

Um programa de governo para o Brasil comprometido com a alteração dessa realidade exige a articulação da política governamental de emprego, salário e educação com ousadas políticas sociais que elevem a qualidade de vida e garantam os direitos de cidadania a todos os brasileiros. E exige, também, a instalação de novas relações entre sociedade e Estado criando a esfera pública não estatal, isto é, a desprivatização do Estado e o controle popular das ações públicas.

A assistência social, como política pública de equidade social, compõe o núcleo desta proposta de governo que constrói no campo político, econômico e social condições mais dignas de existência. Como política de seguridade social a

assistência social incide no campo da equidade ao dar prioridade aos segmentos sociais mais vulneráveis e oferta em articulação com organizações da sociedade civil—meios e condições a esses segmentos para qualificar sua sobrevivência, confrontar a subalternidade e expandir o exercício da cidadania.

A reforma do Estado, prevista para o governo Lula, provocará profundas rupturas na tradição conservadora da assistência social, que tem sido um pólo de manutenção do paternalismo, do patrimonialismo, fisiologismo e do elitismo na sociedade brasileira e deverá superar a dicotomia entre política de atenções e de direito nesse campo social. Há um acúmulo de forças favoráveis a essa ruptura, catalisado no processo nacional de elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social que está a exigir vontade e ousadia política para romper com a tradição de órgãos federais que operam neste campo desde o Estado Novo, como a LBA.

A assistência social é uma política de caráter ético, fundada na construção de um novo padrão de civilidade e humanismo de uma sociedade democrática. A distinção aqui proposta se dá pelo caráter público da assistência social afiançador de direitos sociais, e não de benesses, e pela relação que estabelece com a sociedade, pautada na ética, na democracia, na solidariedade e não no favoritismo de apaniguados.

Assumir uma proposta progressista para a assistência social exige atos de ruptura, coragem, vontade e ousadia política. Expressões desse novo caminho já estão presentes na sociedade brasileira através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Campanha pela Ética e pela Cidadania Contra a Miséria a Fome e o Desemprego e por propostas, como o Programa de garantia de Renda Mínima (PGRM). A LOAS—lei federal 8.742, de 7/12/93—possibilita plena implantação dessa proposta, até porque ela é resultante de forte mobilização de setores progressistas da sociedade. A manifestação da solidariedade da sociedade brasileira na Campanha Contra a Fome e a Miséria confronta com as práticas corruptas e personalistas do exercício da benesse e mostrou a capacidade de construir o caráter público na cultura política da assistência social. Experiências nacionais e internacionais tem mostrado o resultado positivo para a criança quando a família é provida de incremento a sua renda per capita dando-lhe condições para alimentar e educar seus filhos.

Defendemos a aplicação constitucional da política de assistência social (artigos 203 e 204) quanto ao acesso à renda mínima à pessoa portadora de deficiência e ao idoso substituindo a renda mensal vitalícia.

Trata-se no caso de uma forma de renda de sobrevivência, fixada na LOAS em um salário mínimo mensal. Defendemos a extensão desse benefício hoje restrito às situações em que a renda per capita familiar é de até um quarto de salário. Defendemos que o equacionamento de novas formas de renda mínima devam ser associadas a projetos de enfrentamento à pobreza e de defesa da criança, com isso substituindo possíveis lógicas individualistas de consumo pela da ética social e da construção de padrões de solidariedade na população. Defendemos a política de

assistência social como parceira dos programas de acesso e geração de renda aos segmentos miserabilizados enquanto uma estratégia para associar trabalhos a formas de organização popular capazes de romper com os dispositivos jurídico-institucionais excludentes dos direitos trabalhistas dessas populações.

A assistência social é parte integrante da inauguração de um novo projeto para a sociedade brasileira, em que o avanço social e o político são centrais e não mera decorrência do avanço econômico.

Propostas

1- Enfrentamento da exclusão social:

- constituir a assistência social enquanto política pública como campo de defesa do mínimo de dignidade e de vigilância contra as discriminações e exclusões sociais;
- criar mecanismo inter-setorial de investimento econômico social nos setores populares por meio de subsídios técnicos e financeiros a iniciativas que produzam meios para melhora da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social;
- adotar formas alternativas de ampliação da renda per capita familiar, articuladas à saúde e à educação para que a família possa alimentar e educar seus filhos;
- implantar com outros setores governamentais, em particular saúde e abastecimento, formas especiais de acesso à alimentação.

2- Acesso aos Direitos Constitucionais:

- efetivar o benefício da renda de sobrevivência ao idoso e ao portador de deficiência com padrão de dignidade;
- efetivar a assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vítimas de violência, conforme prescreve a Constituição, no artigo 245.

3- Nova relação Estado e sociedade:

- garantir efetivo poder ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), tornando esfera pública não estatal, no qual a sociedade civil possa ocupar o espaço democrático a que tem direito as decisões da política de assistência social;
- instaurar política de parceria entre Estado e organizações da sociedade civil fundada na garantia de direitos sociais e no caráter público da ação, de modo a superar o conceito de fins filantrópicos para o de ação solidária no enfrentamento da miséria e da pobreza da população brasileira.

4- Gestão democrática do Fundo Público:

- alterar radicalmente a política federal de auxílios, subvenções e isenções, em que a transferência de recursos seja vinculada à prestação de serviços operada com transparência e controle social;
- desencadear fóruns nacionais, regionais e estimular outros estaduais e municipais para articular a sociedade civil na efetivação da política de assistência social, a começar pela realização da Conferência Nacional da Assistência Social_ seguida da Implantação do Fundo Nacional de Assistência Social.

5 - Reordenamento institucional:

- proceder o imediato reordenamento dos órgãos federais de assistência social garantindo comando único dessa política que efetiva o caráter normalizador da instância federal; descentralize, pela regionalização e/ou municipalização, as ações e serviços; e crie efetivos mecanismos democráticos e de controle da sociedade;
- criar mecanismos de inter relação entre os órgãos federais que operam as políticas econômica e social no enfrentamento da pobreza e garantir a unidade da gestão da seguridade social—saúde, previdência e assistência social—por meio do Ministério da Seguridade Social;
- qualificar a infra-estrutura de operação deste campo de ação governamental pela introdução da informatização; da criação do Sistema Nacional de Cadastro de organizações sociais articulado com estados e municípios e pela produção de dados e informações que permitam construir padrões de qualidade e de custos dos serviços.

28 - Política urbana e regional

Política regional

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dentre outras características, é profundamente marcado por uma intensa concentração espacial das atividades produtivas no centro-sul do país, particularmente no Estado de São Paulo. Esta concentração gera efeitos que, por si, não podem ser classificados como perversos, mas que na realidade tomam tal forma num esquema de profundos desequilíbrios regionais materializados nas enormes diferenças regionais de renda per capita. Tais diferenças provocam dinâmicas regionais desiguais, com efeitos diretos sobre os indicadores sociais e de qualidade de vida.

Mais que isto, tais diferenciais levam—via migrações internas—ao agravamento dos problemas tipicamente urbanos, basicamente decorrentes do rápido crescimento das grandes cidades. A conseqüência imediata deste processo pode ser verificada na geração de uma dinâmica regional polarizada, que se é comum ao capitalismo em geral e existe nos países centrais, toma forma de maneira mais acentuada na

periferia e, particularmente, no Brasil.

Que fique claro: desigualdades regionais e sociais não são, em si, problemas para o capitalismo. Podem ser até soluções. Por isso, o projeto de "integração nacional" do regime militar—baseado em grandes rodovias e em subsídios para a abertura de novos pólos econômicos—conseguiu redesenhar o mapa do interior do Brasil, mas o "desenvolvimento" e a "integração", então promovidos, não significaram mais igualdade. Grandes bolsões de miséria vieram integrar uma rede urbana que cresceu junto com a rápida generalização das relações capitalistas de trabalho, a consolidação do domínio das grandes empresas em todos os setores, a centralização de recursos no governo federal e a abertura da economia brasileira para o exterior.

É esse quadro perverso de extrema desigualdade o pano de fundo para uma possível e desejável intervenção governamental.

A estrutura federativa brasileira experimentou algumas modificações importantes ao longo da república.

Contraopondo-se à extrema autonomia dos estados egressa do Constituição de 1891, Getúlio Vargas faz a primeira grande centralização e reforço do poder central da União, a partir da Revolução de 1930. Com o término da Segunda Guerra Mundial e a ascensão de Dutra ao poder, convoca-se uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, que procura reverter este processo de centralização na União. Com o golpe de 1964, mais uma vez iniciasse uma contramarcha deste processo. O reforço da órbita federal necessário à manutenção de uma situação de exceção leva, quase que obrigatoriamente, à concentração na esfera federal de grandes massas de recursos, dando a esta autonomia e graus de liberdade para sua intervenção.

A partir de meados dos anos 70, o país começa a assistir a uma tendência, que culmina na Constituição de 1988, de descentralização dos recursos tributários, basicamente no que tange à arrecadação. Tal movimento pode ser debitado, como dito anteriormente, a uma reação à excessiva concentração na União feita pelos governos militares nos anos da ditadura. Contudo, é preciso deixar claro que tal concentração apresenta aspectos diferenciados. O principal ponto negativo deste processo é revelado na má distribuição dos recursos arrecadados pelo governo federal, vale dizer, não há mecanismos transparentes e democráticos nesta alocação, sendo a corrupção a regra geral.

A ausência de planejamento democrático, a não fixação de prioridades, a centralização administrativa e a ausência de controle social sobre os investimentos têm alimentado o clientelismo, os desperdícios, as irracionalidades, a cartelização, as concorrências fraudulentas e as práticas de super faturamento.

No entanto, o que o Brasil tem de maior potencialidade é a magnitude de seu mercado interno virtual e a real ampliação do mesmo passa tanto pela distribuição pessoal, quanto pela distribuição regional da renda e obviamente pela manutenção da unidade federativa.

A idéia original é a de combinar as características positivas da centralização federal na arrecadação, com os aspectos positivos da descentralização no gasto.

Combinado a este processo de centralização da arrecadação deve-se realizar um processo radical de descentralização do gasto, do uso destes recursos. O que se requer é uma base tributária federal forte e uma estrutura de gasto descentralizado, administrada localmente (em nível dos estados e municípios) sob critérios transparentes e democráticos, no estilo que as administrações municipais de governos petistas vêm demonstrando, sendo o mecanismo dos Orçamentos Participativos o principal instrumento desta ação. O principal desafio que ora se põe é o de se criar, em nível federal, mecanismos e instrumentos de ação e intervenção que desvinculem a liberação de recursos federais tanto da apresentação de projetos específicos—palco de clientelismos e espaço para atuação de lobbies privados e pressões corporativas—como da flexibilização total que poderia levar a gastos exclusivos em custeio e não em investimentos—finalidade principal dos recursos federativos . No fundo é a necessidade de criação de instâncias institucionais intermediárias, como o Orçamento Participativo, em nível da administração federal, controladas e gerenciadas pelos estados e municípios. Esta descentralização do uso dos recursos federativos, contudo, deve atender a um rol de políticas nacionais articuladas com a montagem de macrocomplexos, tanto do ponto de vista setorial quanto regional. É a idéia do gasto administrado e gerenciado em nível micro, segundo prioridades determinadas localmente, mas que atendam às diretrizes contidas no Plano de Ordenação do Território (que inclua a política urbana) num Plano Plurianual de Investimentos, segundo macropotencialidades de cada região. Fica nítido neste processo que é extremamente desejável e necessário que haja uma íntima articulação entre esta indicação de propostas e as políticas industrial, agrária e agrícola.

Neste processo há que se resguardar o lugar de destaque para as chamadas obras nacionais estruturantes que—por suas próprias características—devem continuar a ser dirigidas pela União.

Complementarmente, é preciso que fique claro que a utilização dos recursos seguindo estas diretrizes básicas não implica a quebra do equilíbrio federativo—autonomia, responsabilidade e cooperação—, pelo contrário, lança as bases de um novo arranjo, sustentado na possibilidade de alavancagem do investimento que o Estado pode proporcionar.

Política urbana

Apesar de 75% da população brasileira viver nos centros urbanos e 40% em apenas

nove grandes cidades, o governo federal jamais deu à questão urbana e regional um tratamento abrangente e interligado ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A abordagem pontual e isolada dos investimentos em habitação, saneamento, transportes ou infraestrutura urbana, desconhece as diferentes características regionais e urbanas e as demandas sociais, alimentando a irracionalidade, o desequilíbrio ambiental e a baixa eficiência. O déficit habitacional brasileiro é um déficit de habilidade e não exclusivamente de demanda por novas habitações; a PNAD mostra que 25% dos domicílios da região Sudeste não possuem esgotamento adequado. Na região Sul, esse índice sobe para 44.7%, na região Norte 49%, na região Centro-Oeste 66,5% e no Nordeste 73%.

Na região Sudeste, 11,6% dos domicílios não possui abastecimento de água adequado, no Sul 16,4%, Centro-Oeste 30%, Norte 31% e Nordeste 58%. Investir em saneamento básico deve ser parte de uma política habitacional adequada.

A expulsão da população pobre para as periferias urbanas pelo funcionamento perverso do mercado imobiliário obriga trabalhadores a passar várias horas de cada dia nos transportes, causando desperdícios e desgaste. A administração pública dos transportes urbanos também tem muito a ver com o desenvolvimento urbano e regional e com a ocupação do solo.

Como um todo, as cidades apresentam graves problemas ambientais: indústrias poluidoras, priorização para a circulação do automóvel em detrimento de veículos coletivos, acarretando uma sobrecarga à poluição do ar, insuficiência de áreas verdes, coleta ineficiente e indiferenciada dos lixos domésticos hospitalares e industriais, ocupação do solo predatória ao meio físico etc.

Uma estratégia global urbana e regional deve preceder os programas setoriais, deve contemplar a grande diversidade das situações existentes, além de reforçar o poder local.

A questão fundiária urbana representa conflitos que condenam ao sacrifício uma grande parte da população brasileira que habita favelas, mocambos, cortiços, mangues, loteamentos periféricos etc.

Os governos, os legislativos e inclusive o Judiciário pouco ou nada têm feito para mudar essa situação, já que tomam como objeto de trabalho, freqüentemente, uma realidade virtual e não a cidade real.

Para mudar esse quadro, propõe-se uma ampla reforma urbana que, mesmo não sendo tarefa exclusiva do Estado, pode e deve ter as políticas e ações governamentais seus principais elementos impulsionadores.

A reforma urbana que se faz necessária supõe uma real democratização, que socialize o direito à cidade, entendida como o espaço político por excelência do exercício da cidadania. Portanto, três premissas são fundamentais:

- a função social da propriedade e da cidade entendida como uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do espaço urbano;
- direito à cidadania, entendido na sua dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução dos seus destinos, assim como o direito ao acesso às condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado;
- a gestão democrática da cidade, entendida como um novo modo de pensar a política pública e o planejamento da cidade, na qual a participação popular tenha destaque prioritário entre os diversos agentes que interagem.

A reforma urbana, projeto dos excluídos pela lógica vigente da produção das cidades, é objetivo estratégico dos movimentos que lutam por moradia, transporte barato e de qualidade, saúde, escolas, infra-estrutura e equipamentos públicos, constitui-se, desse modo, num conjunto de políticas que enfrenta os problemas estruturais do complexo urbano, geradas pelo modo capitalista de organização do espaço e dos serviços com a finalidade do lucro e não das melhores condições possíveis de vida para a maioria da população.

O direito à cidade não será garantido apenas por meio de políticas de caráter compensatório. Sua viabilização depende de investimentos que são dinâmicos para o desenvolvimento econômico com geração de renda e empregos.

PROPOSTAS

1- Estrutura administrativa e aspectos institucionais

A política urbana e regional, em nível federal, será formulada e executada por um Ministério da Reforma Urbana com competência de atuar nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura de transporte urbano. Esse ministério, cuja criação será objeto da reforma administrativa geral, operará os recursos destinados a três fundos específicos vinculados a três secretarias nacional —Habitação, Saneamento e Infra-estrutura e Transporte Urbanos—geridos por conselhos com atribuições específicas, a partir de diretrizes e definições do Plano de Política Urbana e Regional.

2- Gestão/control social

Será constituído um Conselho Nacional de Política Urbana e Regional/Conpur, composto pelos poderes públicos e representantes expressivos da sociedade (movimento, sindicatos, empresários, universidades, entidades de profissionais), com

representatividade regional.

Caberá ao Conpur, contando com representação dos conselhos de Habitação, Saneamento e Infraestrutura e Transporte Urbanos, a elaboração, gestão e fiscalização da execução da política urbana e regional, decidindo sobre a orientação dos investimentos nessa área.

Caberá ao Conpur ainda compatibilizar as políticas específicas das áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura de transporte urbano.

3 -Diretrizes e prioridades - Plano de Política Urbana e Regional

Caberá ao governo elaborar o Planur e submetê-lo a um amplo debate nacional coordenado pelo Conpur.

O Planur deverá ser compatibilizado com o Plano Nacional de Ordenação do Território, previsto no artigo 21, inciso X, da Constituição Federal, que deve ser o norteador da ação governamental.

O Planur deverá definir critérios de aplicação de recursos ou traçar prioridades de ações e investimentos em consonância com a política de desenvolvimento econômico e ambiental, a partir de um diagnóstico que contemple:

- diversidade e desigualdade urbana, regional, social, econômica e ambiental;
- áreas ou regiões de maior carência de saneamento básico, pobreza urbana, violência e discriminação social e racial;
- áreas ou regiões que apresentam potencial de desenvolvimento econômico com criação de emprego e geração de renda;
- áreas ou regiões de conflito ambiental decorrente de ocupação irregular com habitação ou esgotamento inadequado de dejetos;
- setores sociais organizados em associações e cooperativas;
- uso racional de energia, observando a necessidade de diminuir o consumo e adequá-lo à melhoria da qualidade ambiental (reaproveitamento e reciclagem de recursos, fontes alternativas de energia, novas estratégias de consumo etc.);
- uso e ocupação racionais do solo em consonância com diretrizes da política

municipal
ou regional.

O Planur deverá definir diretrizes de intervenção buscando implementar a reforma urbana, observando:

- política fundiária urbana visando garantir a função social da cidade e da propriedade;

- envidar esforços para aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Cidade,

Política Nacional de Saneamento (PL 199), Reformulação da Gestão do FGTS e do SFH (com especial atenção para o Fundo Nacional de Moradia Popular);

- envidar esforços para a readequação da Lei do Inquilinato, da Lei de Parcelamento do Solo, da Lei de Licitações e da Lei de Cooperativas;

- definir padrões mínimos racionais aceitáveis e estrutura de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, do ar, do solo, do som e da paisagem visual. Essa ação deverá abranger a arborização e a revegetação urbana com a adoção de estímulos e incentivos fiscais.

4- Construção civil

A execução da política urbana e regional deverá descentralizar concorrências e licitações abrindo, sempre que possível espaço para médias e pequenas empresas, estimulando a concorrência; fomentar pesquisa permanente de preços e insumos básicos; fomentar política de racionalização e melhoria da qualidade do produto e aumento da produtividade na construção civil, via mudança na gestão da produção e nas relações de trabalho, visando melhorar também as condições de vida e trabalho do operário; incentivar a normatização e o controle da qualidade dos materiais de construção (insumos básicos); implementar política de elaboração de projetos executivos, visando rebaixar custos, garantir qualidade e transparência administrativa e orçamentária.

5- Financiamento

Deverão ser definidas normas de financiamento e de procedimentos dos agentes técnicos na produção de programas projetos e obras.

6- Gestão - descentralização e operacionalização da política

A definição de competências e atribuições em níveis federal, estadual e municipal deverá se dar em consonância com o Projeto de Lei Complementar previsto no art.23, parágrafo único da Constituição Federal. O governo federal financiará projetos municipais, estaduais, de consórcios intermunicipais ou interestaduais, ou de entidades da sociedade, desde que submetidos à estrutura de fundos e conselhos locais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Planur. Deve ser garantida a participação democrática no conselho gestor do fundo local.

Cada conselho deverá ser organizado de acordo com a base territorial do projeto a ser implementado (bacias hidrográficas, áreas metropolitanas, prefeituras municipais, entre outros).

Deverá ser dado incentivo às parcerias que incluam associações populares, cooperativas, entidades sociais, entre outros.

7 -Capacitação das administrações locais para a execução do Planur

Deverá ser criado um programa permanente de treinamento e capacitação de quadros das gestões municipais e estaduais na perspectiva da implantação da reforma urbana, envolvendo institutos de pesquisa e universidades federais prioritariamente.

Articulação com a política econômica-geração de emprego e renda A política urbana e regional terá caráter de política de desenvolvimento econômico, com o objetivo básico de desenvolvimento do mercado interno. Deverá incentivar a implantação das atividades de pequeno e médio porte, absorvedoras de mão de obra, com capacidade multiplicadora endógena em nível regional e urbano, privilegiando as iniciativas de natureza cooperativada.

9 -Programa especial para regiões metropolitanas

Será instituído um programa especial para regiões metropolitanas, buscando enfrentar, em colaboração com outros poderes, a elevada concentração de miséria, violência, epidemias e outros males da segregação social e espacial.

O programa especial para regiões metropolitanas dará especial atenção aos problemas ambientais que serão tratados com participação da sociedade civil e vários níveis de governo, seguindo diretrizes de Câmara Técnica permanente do Conama, a ser criada.

10.Política fundiária urbana

Estruturar a Secretaria de Patrimônio da União para:

- promover o cadastro de terras da União;
- promover as ações discriminatórias para terras devolutas;
- promover a regularização fundiária dos terrenos de marinha e de mais bens da União regulados pelo instituto da enfiteuse (concessão de posse, submetida a regras específicas);
- promover as medidas administrativas e jurídicas para retomar os imóveis da União que não estejam atendendo função social;
- promover a regularização fundiária dos imóveis da União ocupados pela população pobre com fins de moradia.

Política de habitação

Em torno do conceito de déficit habitacional, sempre existiu uma ampla e pouco produtiva discussão.

São muitas as divergências metodológicas que acabam por dar origem aos mais diversos resultados — reflexos de conceitos díspares. Os trabalhos existentes têm apontado para a necessidade de produção de 6, 8, 10 e mesmo 12 milhões de novas unidades.

A política habitacional "oficial" durante os governos militares vinculou a existência do déficit à necessidade de produção de novas unidades, atrelando o conceito de moradia ao de propriedade privada e de bem patrimonial, com o objetivo básico de gerar demanda para a indústria da construção civil.

A política habitacional do SFH desprezou a questão do desenvolvimento urbano, trazendo, não raro, mais problemas do que soluções para o crescimento das cidades brasileiras. Conjuntos habitacionais mal localizados, predatórios ao meio ambiente, de baixa qualidade urbanística e arquitetônica—verdadeiros depósitos de pessoas, caros (superfaturados)—foram usados e abusados clientelisticamente, na troca de votos por moradia.

O adequado conceito de carência habitacional não deve se referir apenas à produção de novas moradias, mas também à grande massa de brasileiros que habitam favelas, ocupações, loteamentos clandestinos etc. (certamente estamos falando da maior parte da população que habita as nove maiores metrópoles), para os quais o déficit é muitas vezes de habitabilidade (qualidade de vida urbana e ambiental) e nem sempre de produção de novas moradias.

Com a falência do SFH e a ausência de recursos em nível federal, muitas prefeituras progressistas, particularmente as gestões petistas, têm procurado desenvolver programas que transformem essa situação, investindo na habitabilidade de áreas precárias, dezurbanizadas ou não saneadas.

Para parcelas expressivas da população as questões fundiárias assumem hoje prioridade semelhante à de outras necessidades básicas. Nesse sentido, os problemas fundiários tem um papel preponderante numa nova política urbana e habitacional.

PROPOSTAS

1- Gestão

Descentralizar e diversificar os programas habitacionais de acordo com a realidade local, com o concurso de conselhos e fundos criados localmente e adequados à realidade produtiva local, com ampla participação e fiscalização da sociedade, através da Secretaria Nacional de Habitação.

2 - Recursos financeiros

Os recursos financeiros para o desenvolvimento da política habitacional serão reunidos no Fundo

Nacional de Habitação e serão oriundos de fontes hoje já utilizadas (Orçamento da União, FGTS, fundos sociais, sistema de poupança) e outras novas como: loterias, percentual correspondente à receita proveniente da arrecadação dos terrenos foreiros, fundos de pensão, IOF, além de outros.

O Fundo Nacional de Habitação combinará recursos de dois tipos: a fundo perdido (principalmente recursos orçamentários); onerosos (principalmente FGTS) .

Essa mistura permitirá o financiamento de caráter social, com subsídios às famílias de baixa renda.

A destinação de subsídios deve assegurar: que os investimentos retornem para o Fundo; a proporcionalidade inversa entre renda per capita e subsídios; que cada família a ser atendida tenha a redução do encargo mensal, com caráter transitório e intransferível, sendo reavaliado periodicamente.

O sistema financeiro deverá tornar o crédito acessível diretamente aos adquirentes finais (usuário), por meio de sistemática de cartas de crédito individuais ou coletivas, incentivando a concorrência e a melhoria do produto e enfraquecendo ocorrências de lobbies.

Os financiamentos habitacionais para a classe média ou imóveis de luxo não

deverão receber subsídios.

O governo deverá incentivar a produção de moradias para a classe média pelo mercado privado com recursos provenientes do setor privado, particularmente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

O governo deverá envidar esforços para que a aplicação dos recursos do SBPE na produção de habitação seja ampliada de 70%, hoje obrigatória, para 85% do saldo captado. Sua aplicação deverá ser destinada para diferentes faixas de rendas no interior do mercado privado, prevendo diferentes formas de promoção habitacional.

Uma auditoria do rombo do SFH (levantamento e classificação de suas causas) deverá preceder uma vigorosa recomposição do fundo, através do combate à sonegação, atrasos de pagamentos e fiscalização rigorosa.

3 - Mercado imobiliário

Além das medidas relativas ao financiamento da habitação, o poder público deverá agir ou incentivar a ação reguladora sobre o mercado imobiliário visando:

- incentivar a produção de moradias para a classe média eliminando obstáculos legais, cartoriais ou procedimentos que não contribuam para a melhoria da qualidade do ambiente construído e que aumentam o custo da construção;
- combater o uso especulativo da terra, diminuindo custos originários da relação entre a especulação imobiliária e a formação de preços no setor produtivo.

4 – Prioridades

É fundamental o apoio financeiro e institucional aos movimentos sociais organizados (mutirões, cooperativas, associações, etc.), buscando incentivar a autogestão popular. Dentro desse princípio, deverá ter apoio ainda, parcerias governo federal/cooperativas sindicais para a produção de novas moradias.

Deverá ter apoio do governo federal o programa de auto construção assistida pelos municípios, com assessoria nas áreas de arquitetura, engenharia e direito.

Tão importante como a produção de novas moradias, será o investimento na melhoria da habitabilidade: urbanização de favelas, reforma e reabilitação de áreas de cortiços ou bairros degradados, urbanização de loteamentos, recuperação de áreas de risco ou áreas inundáveis, recuperação de bacias ou áreas de proteção ambiental agredidas.

É tão importante como os programas que incluam investimentos em obras, são os

programas de educação para o saneamento, para a preservação ambiental e para a prevenção ao risco de vida, bem como os programas de assistência jurídica gratuita.

Setor de construção civil

As políticas voltadas para a área da construção civil deverão obedecer a um tratamento unificador por parte de toda a administração federal, de modo a evitar orientações divergentes ou diferenciadas pelas diferentes esferas de governo.

Devem ser formuladas estratégias para o desenvolvimento da produção de insumos básicos para o setor (cimento etc.), com vistas melhorar as condições de competitividade, consumo de energia e produtividade, punindo severamente, de acordo com a lei, a formação de cartéis trustes e oligopólios, ainda com vistas à propiciar a redução de custos do setor.

Habitação rural

O financiamento habitacional deverá abranger a área rural em consonância com a política de reforma agrária.

Tecnologia

O desenvolvimento tecnológico será impulsionado, garantindo-se recursos para Pesquisa e Desenvolvimento e critérios para seleção e comercialização de novos produtos .

Serão adotados os modernos conceitos de qualidade, viabilizando a melhoria do produto final e a economia de recursos energéticos.

Será incentivada a adoção de novos padrões urbanísticos e arquitetônicos, melhorando a qualidade de vida dos usuários e poupando energia.

Política de Saneamento

Segundo dados do IBGE, do total de municípios do país, 92% não realizam qualquer tipo de tratamento de esgotos, 53% não tem esgoto coletado no domicílio, 42% não possuem tratamento de água e cerca de 60% do lixo coletado é despejado a céu aberto. Dados do Ministério do Bem-Estar Social indicam que 88% da população urbana é atendida por sistemas públicos de abastecimento de água enquanto somente 40% tem acesso às redes coletoras de esgotos, sendo que não mais que 10% dos esgotos coletados possuem disposição final adequada.

Em relação à população rural, é estimado um atendimento de 35% de abastecimento de água e 7% de esgotamento sanitário. Quanto à drenagem urbana, apesar de

inexistirem avaliações quantitativas precisas, o quadro geral pode ser qualificado como adverso, haja vista os graves problemas de inundação que assolam as cidades brasileiras de médio e grande portes. O precário controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis evidencia-se no recrudescimento de endemias que vêm contribuir para o agravamento do já comprometido quadro sanitário/epidemiológico do país.

Análise política institucional

O Plano Nacional de Saneamento (Planasa) contou com grande aporte de recursos do BNH/FGTS . Instituído no arcabouço das reformas administrativas e tributárias dos governos militares, centralizador e autoritário, gerou malversação no uso do dinheiro público e a aplicação em obras gigantescas, resultantes do poder paralelo das empreiteiras e fabricantes de equipamentos, excluindo grandes parcelas da população nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades.

Hoje, aproximadamente 80% dos municípios possuem seus serviços de água e 30% de serviços de esgotos, geridos pelas companhias estaduais, via " concessão municipal".

Cerca de 6% dos municípios possuem convênios de administração e assessoria técnica para os serviços municipais de água e esgotos com a Fundação Nacional de Saúde, os restantes operam diretamente seus serviços.

O modelo Planasa ao restringir suas ações aos serviços de água e, apenas parcialmente, aos de esgoto deixou sob a responsabilidade dos municípios os serviços de coleta/destinação dos resíduos sólidos e drenagem urbana, porém, sem nenhum aporte de recursos federais, tanto financeiros quanto técnicos.

Outras características marcantes deste modelo merecem destaque: a relação autoritária entre as concessionárias e os municípios concedentes, ficando estes últimos à margem de qualquer poder decisório; e a ineficiência da gestão do setor, evidenciada no endividamento, no sucateamento e na incapacidade de atender universalmente e com mínimo de qualidade a população, fazendo surgir, inclusive, proposta de privatização do setor.

As conseqüências dos longos anos de vigência deste modelo ainda perduram, mesmo após sua superação. As tarifas dos serviços geridos pelas companhias estaduais são mais elevadas que aquelas dos serviços autônomos municipais; os municípios que procuram o resgate da autonomia na administração dos serviços, seja pelo cancelamento do contrato da concessão, seja pelo estabelecimento de relações mais transparentes encontram forte resistência por parte das concessionárias .

A fragilidade do setor é ainda evidenciada pela inexistência de mecanismos de controle social na gestão dos serviços, na definição de prioridades, na aplicação de recursos e na fiscalização da relação público/privado.

Além disso, as ações de saneamento encontram-se pulverizadas, sem vínculos institucionais definidos entre si e com áreas afins, como as ações de saúde pública, meio ambiente, habitação e desenvolvimento urbano.

Encontra-se em fase final de aprovação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 199, que propõe um arcabouço jurídico, legal e institucional para o setor de saneamento no país, fruto de amplas discussões e consenso das entidades que atuam no setor. Este Projeto de Lei é apoiado pelas forças políticas progressistas. Nele, a definição de saneamento abrange o abastecimento de água potável; coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos; promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo; drenagem urbana; controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.

Nele também estão especificadas as necessidades das políticas para o setor serem norteadas por avaliações dos quadros sanitário, epidemiológico e ambiental, de forma articulada com as demais políticas públicas traçadas em nível local e regional.

Destacam-se também no Projeto de Lei 199 os instrumentos básicos que sustentarão o sistema proposto:

Conselho Nacional de Saneamento Básico; Planos Plurianuais de Saneamento Básico e Fundo Nacional de Saneamento Básico.

Diretrizes gerais

A meta central da política de saneamento será a universalização do atendimento, vista como básica para a saúde pública. A questão das tarifas e estruturas deve ficar subordinada a este objetivo central.

A autonomia municipal deve ser garantida nos arranjos institucionais propostos, inclusive quanto à relação dos municípios com as concessionárias dos serviços.

Preferencialmente, os serviços de saneamento devem ser geridos o mais próximo possível do poder local e/ou regional, e neste sentido deve-se buscar em primeiro lugar uma gestão participativa entre o município e a concessionária, tendo como premissa máxima os interesses da população. Tal esforço considera o acervo tecnológico e de recursos humanos e a capacidade instalada das companhias estaduais, visando a transição do atual modelo, autoritário, para um modelo descentralizado, democrático e eficiente. Esta gestão participativa pressupõe a autonomia do poder concedente para interferir na definição de prioridades, estabelecimento de tarifas, transparência nas planilhas de custos e um melhor

atendimento ao usuário, o que exige a revisão dos contratos de concessão vigentes. Onde não for possível esta revisão, deve prevalecer o direito à extinção da concessão, cabendo à União— após análise do processo de discussão da revisão dos contratos de concessão e verificando que foram esgotadas todas alternativas de entendimento entre município e companhias estaduais—dar o suporte necessário aos municípios que assim desejarem.

O fortalecimento das estruturas municipais deve ser buscado com o fomento de políticas de formação de recursos humanos e de assessorias técnicas.

Devem ser criados e propostos mecanismos para que exista nos três níveis de gestão um controle social sistematizado.

As gerências dos serviços devem ser estimuladas no sentido de propiciar a otimização da capacidade instalada e optar por tecnologias apropriadas às nossas realidades, conseqüentemente combatendo as perdas e desperdícios de toda natureza.

A política tarifária deve procurar, no mínimo, garantir o custeio da operação e manutenção de cada sistema de água, esgoto e lixo de forma compatível com o poder de pagamento da população.

A alocação de recursos para investimentos deverá ser normatizada com critérios transparentes.

PROPOSTAS

Alterar a sistemática de liberação de recursos, oriundos do FGTS e do Orçamento Geral da União.

Através de critérios adequados, a distribuição desses recursos será realizada a partir da atribuição de percentuais por estados, os quais, por sua vez, terão sua distribuição definida por Conselhos Estaduais de Saneamento.

Ao governo federal caberão as atividades De desenvolvimento de critérios Para priorização de investimentos, controle de custos, estudos epidemiológicos, assistência técnica e outros. As ações de assistência técnica aos municípios visarão a instrumentalização sob os aspectos técnicos e gerenciais, inclusive subsidiando o encaminhamento de solicitações de recursos.

As atribuições dos governos federal e estaduais, na implementação destas propostas, serão definidos pelos Conselhos Nacional e Estaduais de Saneamento.

Os critérios para priorização de investimentos incluirão, no mínimo, relevância sob os pontos de vista sanitário, epidemiológico e ambiental, eficácia da política tarifária no aspecto socioeconômico, emprego de tecnologias apropriadas e níveis aceitáveis de

perdas e desperdícios.

O acompanhamento da sistemática de financiamento em nível estadual será realizado por intermédio de escritórios regionais da instituição federal responsável pelo setor de saneamento. Esses escritórios serão, também, responsáveis pela transição do modelo autoritário para o modelo descentralizado, democrático e eficiente até que se estruturarem os Conselhos Estaduais, atuando em conjunto com Fóruns provisórios democráticos da decisão.

A transferência de recursos federais aos órgãos estaduais para a realização de obras ou prestação de serviços será efetivada necessariamente com a aprovação e participação dos respectivos governos municipais.

O uso dos fundos perdidos será exclusivamente previsto para áreas carentes e especiais, associados à contrapartida estaduais e municipais.

O governo se empenhará junto ao Congresso Nacional no sentido de elaboração de lei que crie a Conferência Nacional de Saneamento. Criar para os municípios que optarem pelo cancelamento do contrato de concessão, mecanismos de financiamento, visando cobrir custos de indenização contratual às concessionárias.

Metas

Embora seja de competência exclusiva dos municípios, a administração e operação dos serviços de saneamento, diretamente ou por concessão, o governo federal tem um importante papel de incentivo e financiamento. Diante da demanda existente e a partir de alguns pressupostos básicos—a busca da universalização do atendimento, a capacidade de mobilização dos segmentos sociais envolvidos, o uso de tecnologias apropriadas e a otimização dos sistemas, entre outros—as metas de governo até 1998 são as seguintes:

- abastecimento de água: atendimento de 100% da população urbana e 60% da população rural (custo total estimado: 1 bilhão de dólares por ano);
- esgotamento sanitário: atendimento de 70% da população urbana com coleta, sendo 35% também com tratamento e 30% da população rural com coleta e destinação final adequada (custo total estimado: 2 bilhões de dólares por ano).

A execução de toda a política de saneamento será subordinada à Secretaria Nacional de Saneamento, vinculada ao Ministério da Reforma Urbana. Esta secretaria será o órgão centralizador em nível federal, agregando as atribuições hoje divididas entre os Ministérios do Bem-Estar Social, Fazenda (CEF), Saúde (FNS), e Integração Regional (Sudene, DNOCS, Codevasf).

PROPOSTAS

1. Programa de prevenção e combate à cólera.
2. Programa de redução da taxa de mortalidade infantil" e áreas críticas a partir de ações de saneamento integrada às ações de saúde coletiva, habitação, educação e nutrição.
3. Programa integrado de saneamento, habitação e regularização fundiária em vilas e favelas de cidades de médio e grande porte.
4. Realização de auditorias relativas ao período dos últimos cinco anos referentes aos recursos federais aplicados no setor.
5. Convocação da Primeira Conferência Nacional de Saneamento, a partir de conferências estaduais específicas.
6. Definição, por meio de legislação específica, de um Código de Defesa do Usuário do Serviço de Saneamento, estruturando os agentes de fiscalização e o Ministério Público para o seu cumprimento.

29 - Direito à cultura esportiva

O esporte é uma das práticas sociais mais significativas das sociedades contemporâneas. Basicamente destacam-se duas dentre as categorias que são objeto da ação governamental no plano federal: o esporte de alto rendimento, como atividade submetida à indústria cultural, e o esporte como prática de atividades físicas e recreacionais no tempo livre dos cidadãos.

Tradicionalmente, o termo esporte sempre referiu-se às atividades corporais, englobando até a educação física escolar, que é assunto da área de educação, perpetuando uma concepção que dicotomiza corpo e mente, como se—pela ótica do aparelho de Estado —as ações do tempo livre referentes ao "corpo" fossem objeto de secretarias de esportes e aquelas referentes às atividades artísticas e intelectuais— portanto, "mentais"—, fossem objeto de secretarias de cultura.

Diagnóstico

É no tempo livre da população que incidem as ações do aparelho de Estado responsável pelo esporte e lazer. E são poucas e tímidas as ações atuais do Estado brasileiro no tocante às questões do esporte e lazer da população, estando os rumos dos mesmos sujeitos às regras do mercado capitalista.

Pesquisa do Ministério da Saúde constata que 67% dos brasileiros não praticam nenhuma atividade física, sendo que entre os que não a praticam, 52% não o fazem

por falta de tempo.

Por outro lado, a indústria do material esportivo, incluindo tênis, vestuário e toda a moda esportiva, movimenta aproximadamente 1% do PIB brasileiro; a imprensa esportiva mantém veículos diários de mídia impressa esportiva nas principais cidades brasileiras; a mídia eletrônica possui as maiores audiências, na teledifusão em VHF, nas partidas de futebol e no automobilismo e, às vezes, até no voleibol.

A oportunidade dada à cultura esportiva fica reduzida a uma relação passiva, na maioria das vezes condicionada pelos interesses comerciais, havendo muito consumo do espetáculo mas pouca reflexão crítica sobre o mesmo. Um envolvimento mais participativo, que colabore para o exercício pleno da cidadania e melhoria da qualidade de vida, fica em segundo plano.

No Brasil, o esporte é normatizado pela Lei 8.672/93, a Lei Zico. Contém avanços em relação à legislação anterior, que poderão servir de alavanca para outros mais significativos. Por sua vez, o lazer carece de legislação explícita.

Os clubes passam a ser organizados como empresas—afinal, o que a Lei Zico queria era "modernizar" o esporte...—mas sem "modernizar" as relações empregatícias dos trabalhadores do esporte: a lei do passe continua imperando, mantendo uma relação escravocrata com os atletas, transformando os não em trabalhadores da bola, mas sim em escravos da bola.

É criado, ainda, o eufemismo desporto semi profissional, para caracterizar aqueles atletas que não recebem em dinheiro, nem possuem vínculo empregatício com o clube, sendo utilizado para mascarar a existência da remuneração no esporte - o que entendemos não ser problema algum, sendo, o atleta, um profissional como os demais.

Na nova lei, são canalizadas verbas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), que as destina para o desporto profissional e não-profissional. Suas origens são os testes da loteria esportiva e verbas da administração pública.

Além do Fundesp, a própria Secretaria dos Desportos repassa recursos para confederações.

Criada no governo Collor, diretamente ligada à Presidência da República - substituindo a antiga Secretaria de Educação Física e Desportos - sofreu modificações no governo Itamar, vinculando-se ao Ministério da Educação e do Desporto.

Princípios básicos

No que se refere aos serviços públicos de esporte e lazer, podemos verificar que, sendo vivenciados pela população em seu tempo livre—cuja origem está nas lutas

históricas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho—este tempo foi sendo apropriado pela burguesia e sua indústria cultural, tornando-se um tempo de consumo e adequação aos seus valores.

Esses traços aparecem na concepção do esporte voltado apenas para os aspectos competitivos e de reforço das desigualdades e discriminações, onde a seleção, a especialização e a instrumentalização o tornam extremamente elitizante.

Tradicionalmente utilizados para fins eleitoreiros, os órgãos de esporte e lazer serviram ao longo das décadas para eleger políticos. Desempenharam também o papel de propagandistas dos governos—vide a ação do regime militar no campeonato mundial de futebol de 70.

Devido à ação desenvolvida pelos governos anteriores, há forte identificação do esporte com o Estado. Esta atuação, às vezes populista, outras vezes autoritária, em momentos, paternalista, reduziu o envolvimento da comunidade na reflexão do papel do fenômeno esportivo.

Temos, então, o seguinte paradoxo: o tempo disponível para o lazer é fruto das lutas da classe trabalhadora, mas o papel que o esporte ocupa na sociedade brasileira é predominantemente consequência das políticas "sociais" com origem no Estado Novo e posteriormente no regime militar.

Organização do governo para gerir o lazer e o esporte

À semelhança das propostas das demais políticas sociais, cabe ao governo viabilizar um sistema de práticas sociais do tempo livre da população, em prol de um exercício integral da cidadania, englobando cultura, esporte e lazer. Cabe ainda definir as competências das esferas federal, estadual e municipal.

Tal sistema deve priorizar o aprendizado e a oportunidade de acesso às atividades físicas, esportivas e recreacionais da população, preponderantemente em nível local, enquanto que o espetáculo esportivo, devido seu alcance no mínimo regional, deve ser de ação estadual e nacional.

Tal sistema deve procurar garantir o direito ao lazer e ao esporte, de forma que aqueles que não tenham acesso por intermédio do setor privado possam se divertir, em seu tempo livre, pela oportunidade que os poderes públicos lhes oferece.

Na perspectiva de uma ação integrada para a ocupação lúdica do tempo livre da população, Cabe refletir sobre uma fusão das áreas de cultura, esporte e lazer, uma vez que seus serviços muitas vezes fundem-se e confundem-se, quando de sua prestação à população.

Se sob a ótica do tempo livre da população é pertinente discutir a fusão das áreas de cultura, esporte e lazer, no que se refere ao esporte de alto rendimento, o governo

poderá atuar através de um órgão da administração indireta, específico para o mesmo. Este órgão deve possuir um conselho composto por entidades representativas de atletas, ex-atletas, dirigentes e patrocinadores, de forma a regulamentar o fomento ao esporte. Já o esporte como forma de lazer para a população deve ter em seu conselho representantes da sociedade civil e de entidades que atuam no setor: sindicatos de trabalhadores e patronais e associações de usuários.

Diretrizes de governo

O governo deve proporcionar o acesso da população às atividades físicas, esportivas e recreacionais como forma de ocupação lúdica do tempo livre, como parte do patrimônio cultural de nossa civilização, democratizando e garantindo o acesso a toda a população a diferentes formas de lazer.

Para tanto, cabe ao Governo Democrático e Popular fomentar o lazer, sem dicotomizar as atividades em culturais ou esportivas, mentais ou corporais e, ainda, sem reforçar os valores oriundos das desigualdades sociais, propiciando que todos os cidadãos tenham direito a uma melhor qualidade de vida em seu tempo livre.

Como consequência, recursos públicos, da administração direta deverão ser destinados à promoção de programas de lazer. Bens simbólicos de acesso para poucos, as modalidades esportivas devem ser socializadas, com suas regras adaptadas ao perfil dos cidadãos praticantes.

O governo deve investir também na ampliação quantitativa das oportunidades de lazer, pela redução da jornada de trabalho, pela redução do tempo dispendido no transporte, com a melhoria de sua qualidade, de forma a possibilitar maior tempo livre à população, garantindo também, maiores salários, para maiores opções de fruição do lazer. Deve facilitar a prática espontânea da população, dinamizando a ocupação dos espaços por ela utilizados, valorizando as manifestações esportivas e recreacionais vinculadas à cultura nacional e viabilizando sua divulgação crítica através dos meios de comunicação federais.

No que se refere ao esporte de alto rendimento, cabe ao Estado regular esta atividade, nela intervindo como o faz com outras políticas culturais, fomentando o mesmo quando for de interesse público, atuando muito mais na captação de recursos junto ao setor privado, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo. O Governo Democrático e Popular humanizará as relações empregatícias no esporte, estendendo os direitos trabalhistas a todo trabalhador esportivo. Também apoiará iniciativas para sediar no país certames internacionais .

Fará cumprir a Constituição, assegurando primordialmente às crianças e aos adolescentes o direito ao lazer. Promoverá, também, atenção diferenciada aos desiguais, buscando contemplar as especificidades dos diversos grupos sociais.

CAPÍTULO V

BASES ECOLÓGICAS DO PROJETO

NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Um novo projeto nacional de desenvolvimento não pode ser pensado, na sua globalidade, fora da ótica sócio-ambiental introduzida pela reflexão ecológica e pelos movimentos ambientalistas. Isso coloca como estratégica a questão da transição do país para um novo padrão de desenvolvimento, ambientalmente seguro e ecologicamente equilibrado: o desenvolvimento sustentado, entendido como aquele que cria condições para a sustentabilidade da própria sociedade.

Essa premissa reaparece em diversos capítulos desse programa, já que o caráter geral da questão ambiental a coloca em interface com quase todos os aspectos da vida nacional. O presente capítulo trabalha alguns pontos específicos, mas sobretudo oferece uma outra maneira de olhar o país, a população e a ética do desenvolvimento: o recorte dos ecossistemas. A partir dessas bases iniciais deve-se buscar no governo Lula a participação dos cidadãos na formulação do zoneamento ecológico e econômico nacional, que se encontra em curso, da mesma forma que pode colaborar na revisão do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

30- Assumir nova visão de economia

Para caminhar em direção a este novo padrão de desenvolvimento, o Brasil precisa assumir uma nova visão de economia que supere a visão tradicional, predominantemente baseada no conceito de crescimento. Esta visão estimulou a obsolescência e o consumo acelerado e foi responsável, em grande parte, pela degradação do ambiente e pelo esgotamento dos recursos globais da humanidade, sem que tenha conseguido evitar o aumento da pobreza no mundo. O crescimento da indústria tradicional não consertou as desigualdades sociais nem melhorou a qualidade de vida das pessoas. Nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, verificou-se, ao contrário, a explosão urbana, a produção não-sustentável, o largo emprego de tecnologias inapropriadas, levando à exigência cada vez maior de recursos financeiros e de uma numerosa burocracia administrativa e operativa, em níveis de especialização inatingíveis, aumentando a dependência, a perda da auto-suficiência na produção de alimentos e a destruição da pluralidade e das originalidades nacionais, desarticulando as culturas locais.

Uma nova visão da economia deve estar baseada em outros pressupostos, para além, unicamente, do conceito de crescimento. Não pode ter como objetivo último a busca da qualidade produtiva, mas a da qualidade de vida. Não pode deixar que as prioridades sejam estabelecidas apenas através de uma lógica intra-econômica, mas

deve tomar como critério para escolher estas prioridades os valores de uma ética de desenvolvimento. Por último, não pode adotar indicadores mensuráveis do crescimento inadequados para caracterizar os efetivos índices de produção, consumo e intercâmbio de bens e serviços realmente praticados pela sociedade, como o PIB, que computa apenas aquela parcela monetarizada do mercado (deixando de fora a economia informal, fornecedora do suporte social, sem o qual não se materializa tal parcela); que nada diz sobre a saúde pública, a educação, as condições ambientais e sobre outros tantos fatores que caracterizam o nível de desenvolvimento da população; que, enfim, não incorpora (ou incorpora de maneira invertida) os custos da produção industrial para a sociedade e para o ambiente natural, como os investimentos sociais, os custos das forças de segurança, da eliminação da sujeira provocada pela produção e pelo consumo em massa, da recuperação do ambiente degradado, da administração dos conflitos e da coordenação das atividades econômicas incompatíveis. Uma nova visão de economia deve tomar, como indicadores do desenvolvimento, entre outros. Os parâmetros mínimos, já equacionados pelos fóruns internacionais para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

31- Patrimônio genético e biodiversidade, uma questão estratégica

Destaca-se, por último, a questão da conservação do patrimônio genético e da biodiversidade. O correto equacionamento desta questão exige a combinação adequada da soberania do país sobre as decisões atinentes à preservação, pesquisa e uso apropriado do patrimônio genético e da biodiversidade presentes no território nacional, com a abertura necessária à cooperação e aos acordos internacionais que visem compartilhar com a humanidade os benefícios decorrentes da conservação dinâmica de tais recursos naturais.

Esta conservação dinâmica deverá priorizar a construção de bancos comunitários de germoplasma, que fornecerão insumos básicos para projetos de pesquisa e desenvolvimento, tendo como base prioritária a sua preservação in situ e os conhecimentos das comunidades locais e tradicionais, garantindo a reciprocidade, o usufruto e a sua participação.

Desenvolvendo seu potencial ambiental o Brasil deve tornar dinâmica a vantagem Comparativa representada pela sua biodiversidade, isto é, torná-la permanentemente adequada para suprir um mercado mundial em expansão. As imensas reservas naturais do Brasil e sua extraordinária biodiversidade constituem a mais importante vantagem comparativa do país com longa perspectiva de futuro. Identificar e explorar ecologicamente estes recursos naturais que possuímos e oferecer em troca de vantagens nas relações econômicas e políticas internacionais, além de suprir partes das necessidades internas do país, é uma prioridade estratégica central para o desenvolvimento nacional.

O emprego da biotecnologia necessária para tal desenvolvimento do potencial

ambiental brasileiro deve ser norteado por princípios que, assegurada a soberania nacional, permitam a sua exploração econômica dentro de processos cooperativos internacionais, revertendo porém a tendência atual para a busca do patenteamento dos recursos genéticos, geradora do monopólio desses recursos. O governo não hesitará em usar todos os meios legais e políticos à sua disposição para alterar a atual legislação a esse respeito.

32- Programa para as grandes questões ambientais nacionais

Amazônia

A região amazônica tem sido palco de agressões ambientais de toda natureza: implantação de projetos geoestratégicos, estradas de rodagem que desconsideram a rede fluvial, carvoejamento da floresta para produção de ferro gusa, poluição por mercúrio e projetos agropecuários. Esse processo é acompanhado de agressões e violências contra os trabalhadores rurais, extrativistas e populações indígenas. Em face da sua importância, as agressões sócio-ambientais na Amazônia tem provocado repercussões nacionais e internacionais, pois esta região concentra a maior cobertura vegetal equatorial ainda existente, que, aliada ao ponderável potencial de água doce, tem direta influência sobre o clima do globo. Por tudo que representa hoje, a Amazônia demandará no governo Lula um projeto específico de desenvolvimento, integrado ao restante do país e ecologicamente equilibrado.

Pantanal

A região do Pantanal constitui um rico acervo biológico, florístico e faunístico. Pelas características singulares que reúne, em face do fato de ser uma área de transição. é de grande interesse científico, pois apenas na área do Pantanal temos uma cobertura vegetal e uma fauna que têm influências díspares, da Amazônia e do Cerrado, de alagadiços e de terra firme. A preservação do Pantanal é uma das grandes preocupações do movimento ecológico, pois agressões ambientais provocadas pela caça, pelos projetos agropecuários, pela pesca indiscriminada, pela investida das mineradoras e por um processo irracional de turismo, estão colocando em risco um ecossistema extremamente delicado.

A construção da Rodovia Transpantaneira é outro marco desta devastação à semelhança da Transamazônica na região Norte.

- Caça: a caça predatória vem causando o desaparecimento de milhares de espécies da fauna silvestre, dizimadas, principalmente, na planície pantaneira, por caçadores que comercializam peles e carne.
- Pesca: é feita durante o ano todo. Os períodos de desova não são respeitados.

- Turismo: com facilidades de acesso criadas pela Transpantaneira e asfaltamento de estradas, milhares de turistas vêm sendo atraídos para a região, deixando seus resíduos nas margens e águas da bacia, causando estragos nos ninhais. Nessas áreas onde magníficas aves se reproduzem, chegam a ser utilizados fogos de artifício para provocar revoadas e "belos" efeitos fotográficos. Estima-se em 20% a redução da avifauna pantaneira nos últimos trinta anos.
- Garimpo: a presença de ouro em várias regiões do Mato Grosso, especialmente em Poconé, atraiu milhares de garimpeiros que movimentam toneladas de terra, ocasionando o assoreamento de córregos e rios, ao mesmo tempo em que a dispersão da argila nas águas diminui a entrada de luz solar, comprometendo a produção do plancton. Por outro lado, o mercúrio é incorporado à cadeia alimentar, provocando a contaminação de todos os seres vivos .
- Ampliação da fronteira agrícola: o aproveitamento das áreas de cerrado para atividades de agropecuária, a partir da década de 70, causou o desmatamento de vastas áreas do planalto, para implantação de lavouras de soja, arroz de sequeiro e pastagens
- Nas lavouras de grande e médio porte, tratores de alta potência fazem o preparo superficial do solo, desagregando suas partículas e formando uma camada compacta ("pé de grade"), que impede a penetração de água. Com a saturação rápida desta camada e a impossibilidade de penetrar no solo, há o arrastamento de grande quantidade de partículas pelas águas das chuvas.
- No extermínio de pragas exóticas e invasoras, e de insetos são utilizados agrotóxicos prejudiciais aos recursos naturais e ao ser humano. Além disso, a época de uso dos agrotóxicos coincide com a piracema, e os peixes encontram as águas contaminadas, sucumbindo aos milhões.
- Crescimento industrial e urbano: destacam-se a implantação das usinas de álcool, trazendo os derramamentos de vinhoto, os milhares de hectares de monocultura de cana-deaçúcar e o uso de herbicidas de grande período residual no solo.

Por outro lado, a corrente migratória que se dirige ao Centro-Oeste traz, às cidades, crescimento populacional vertiginoso e, conseqüentemente, um aumento da pressão sobre os recursos naturais.

No estado do Mato Grosso, a demanda de energia elétrica já originou a implantação da usina hidrelétrica de Rio Manso, contestada pelos órgãos e associações de meio ambiente locais, pelo impacto negativo que causará. A hidroelétrica já se encontra em fase inicial de construção.

Propostas

1. Ordenamento da pesca comercial e turística de tal forma que não prejudique o

estoque pesqueiro da região.

2. Proibição de todo projeto agropecuário na região do Pantanal, que não leve em consideração o ecossistema regional.

3. Revisão da política turística em vigor no Pantanal.

4. Suspensão da implantação de todos os projetos rodoviários na área até a sua reavaliação.

5. Estudo de formas de ocupação que levem em consideração o saber acumulado pelas populações locais.

6. Desenvolver mecanismos que garantam a proibição da caça comercial e turística na região. A caça de sobrevivência deve ser permitida com a devida fiscalização.

7. Definição de estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal, embasadas no resgate de suas memórias .

8. Fortalecer o uso diversificado dos planaltos e das áreas alagáveis de modo que atividades como o turismo, a pesca e agricultura de subsistência, ecologicamente sustentadas, sejam favorecidas.

9. O conjunto das ações antrópicas vem causando efeitos diretos sobre cada componente do ecossistema, perturbando de maneira intensa todo o meio ambiente da Bacia do Alto Paraguai.

Visando nortear o desenvolvimento ecossustentado, propomos:

- planejamento de um desenvolvimento apoiado em diretrizes ambientalistas;
- ações emergências capazes de contar e/ou minimizar o impacto das ações antrópicas ocorrentes;
- a implementação de uma política voltada a ampliar, em quantidade, as unidades de preservação como reservas florestais e biológicas, bancos genéticos e parques florestais;
- agricultura racional. A agricultura e a pecuária podem, perfeitamente, ser praticadas no Pantanal, desde que combinadas com uma vigorosa política de preservação, controle dos insumos agrícolas de forma a impedir a contaminação da bacia hidrográfica e respeitando as características ambientais, culturais e históricas da região;

- a proibição do garimpo e da mineração nas áreas inundáveis e nas áreas próximas da cabeceira dos rios formadores da bacia pantaneira;
- vetar projetos que causem o rebaixamento do lençol freático, notadamente na exploração de turfa.

10. Deve-se impedir a instalação de novos projetos agrícolas e industriais que não levem em conta o uso racional e sustentável dos recursos naturais . Deve-se, também, revisar os projetos já aprovados e suspender os financiamentos e incentivos aos projetos predatórios.

11. Especial atenção deve ser dada ao planejamento e execução de uma atividade agrícola compatível com a conservação do solo e das águas.

Caatinga

A Caatinga ocupa cerca de 74,3% da área total do Nordeste apresentando situações ecológicas diferenciadas, que vários autores propuseram dividir em regiões naturais, levando em consideração os elementos climáticos, solo e relevo. Compõem esta região parte do Piauí, todo o Ceará, a maior parte do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia e uma pequena área dos estados de Alagoas e Sergipe. Entretanto, a Caatinga estende-se, além do Nordeste, a uma parte de Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil.

As características da Caatinga brasileira são: períodos secos, variando de cinco a oito meses ou mais; chuvas irregulares e mal distribuídas; pluviometria média anual variando de 400 a 800 mm; umidade relativa do ar baixa; taxas de evaporação potencial elevadas; rios e riachos de regimes temporários (secos a maior parte do tempo, com exceção dos rios São Francisco e Parnaíba).

A postura dos governos foi de desconsiderar os problemas da Caatinga (semi-árido) . A seca foi tratada de forma emergencial e assistencialista. Não houve políticas efetivas para evitar ou minimizar o processo de desertificação que se acelerou nos últimos vinte anos. Muito pelo contrário, em nome do progresso foram destinados recursos públicos consideráveis para projetos de incentivos à agroindústria. Esses projetos, geralmente localizados nas margens dos rios ou próximos de grandes açudes, beneficiam prioritariamente as grandes empresas e baseiam-se em um modelo agrícola caracterizado pela artificialização do meio; pela irrigação e a conseqüente salinização e esterilização do solo, com diminuição de sua produtividade; padronização dos solos e técnicas de aragem que levam à sua compactação; fertilização química e controle de espécies indesejáveis e doenças utilizando biocidas que contaminam o meio ambiente e dilapidam a diversidade biológica.

Esses projetos expulsam grande parte dos agricultores tradicionais, permitindo a substituição da agricultura de sequeiro, voltada para a subsistência e para o mercado

local, por uma agricultura química e mecanizada, voltada para o atendimento da agroindústria e do mercado internacional de produtos sofisticados. Esta população camponesa, empobrecida e miserável, vai engrossar o processo de favelização dos centros urbanos.

PROPOSTAS

1. Estímulo à pesquisa de exploração econômica sustentável das espécies naturais da Caatinga, visto já estarem fisiologicamente e morfológicamente adaptadas às condições deste ambiente.
2. Condicionar qualquer outra obra pública de irrigação à prévia aquisição ou desapropriação das áreas a serem beneficiadas. As terras irrigadas pelo poder público, bem como aquelas com solos melhores, devem ser destinadas a pequenos agricultores. Deixam-se, portanto, aquelas que demandam manejo sofisticado para as empresas que dispõem de capital e meios de torná-las produtivas.
3. Revisão dos processos de concentração de renda e terras, sustentados sobre a pecuária dos latifúndios e agricultura dos cinturões de irrigação, articulados com a agroindústria e o mercado externo, através de uma reforma agrária que não mude somente o padrão de distribuição de terras, mas transforme a estratégia de exploração econômica na direção da recuperação da Caatinga.
4. Mudança da política governamental de incentivo à construção de grandes barragens e açudes em favor da construção de pequenos barreiros ou poços comunitários (armazenamento superficial).
5. Incentivar a prática de silvicultura, agrosilvicultura e silvo pastoreio, orientados para a autosustentação.
6. Estimular a substituição do atual modelo de exploração de lenha por técnicas alternativas de geração de energia limpa.
7. Desenvolver programas de recuperação de áreas degradadas da Caatinga, especialmente as suscetíveis à desertificação.
8. Estabelecer a Caatinga como patrimônio nacional.

Cerrado

O Cerrado ocupa, praticamente, um quarto do território nacional e apresenta diversas fisionomias de vegetação incluídas sob a designação geral de Cerrado (lato sensu).

É uma área com uma enorme diversidade de espécies com muitas famílias vegetais exclusivamente americanas, grande parte representada também na Amazônia, na

mata Atlântica e na Caatinga.

A ocupação só se dá com a penetração de grupos econômicos que implantam enormes monoculturas mecanizadas, atraídos pelos incentivos fiscais e o baixo preço da terra. Temos como exemplos: Volkswagen, Votorantim e Tamakavy . Sendo uma ocupação predatória, não fixa o homem à terra, servindo, muitas vezes, de fachada para a mineração clandestina. No geral, após um período de exploração, resta um ecossistema arrasado com solos totalmente erodidos e envenenados com agrotóxicos pela pulverização mecanizada.

Por outro lado, uma extensão como a do Cerrado não pode ficar isolada do processo produtivo. Propomos uma alternativa que contemple a produção de alimentos essenciais à população e à preservação dessa região. Felizmente, é possível uma agricultura sadia e sustentável na região, através do aproveitamento da matéria orgânica produzida localmente e tratada para adubação; da diversificação de culturas e da pecuária, com técnicas apropriadas (quebra-ventos); do fim das queimadas e do desmatamento.

PROPOSTA

1. Suspensão dos incentivos fiscais para projetos agropecuários que envolvam monocultura e desmatamento.
2. Criação urgente de unidades de conservação nas regiões representativas da variabilidade genética e das fisiografias do Cerrado.
3. Declarar o Cerrado como patrimônio nacional.
4. Incentivo e envolvimento dos órgãos governamentais no desenvolvimento de uma agricultura e pecuária ecológicas.
5. A proibição das queimadas e do desmatamento com responsabilização penal e altas multas aos infratores.
6. Estimular a reintrodução de espécies nativas.
7. Fim da caça comercial e turística na região.
8. Sustar a exploração predatória de carvão vegetal e madeira, através da implantação de unidades de manejo adequadas.
9. Promover o zoneamento ecológico-econômico do Cerrado, baseado no desenvolvimento ecossustentável e na participação das comunidades.

Mata Atlântica

A Mata Atlântica é considerada por muitos como a formação vegetal de maior

diversidade de espécies, sobrepujando mesmo a floresta amazônica stricto sensu. A sua importância está diretamente relacionada à sua ocupação. É relevante para habitação, transporte, lazer, exploração de recursos não renováveis, mas fundamental para a produção biológica, inclusive de alimentos, manutenção do equilíbrio dos processos do meio físico e preservação da variabilidade genética, ecossistêmica, cultural e ambiental.

A Mata Atlântica tem como uma de suas características fundamentais, decorrente de sua extensão e de sua sazonalidade, a grande biodiversidade. Dentre as espécies que ocupam esta região podemos citar alguns exemplos expressivos de biodiversidade vegetal: 10 mil espécies de plantas, 50% delas endêmicas, 53,5% das espécies arbóreas são endêmicas, assim como 74,4% das espécies de bromélias; um total de 76 espécies de palmeiras, 49 delas também endêmicas. A presença animal também impressiona, das 202 espécies animais ameaçadas de extinção no Brasil, 171 espécies freqüentam cada vez mais a Mata Atlântica.

Há contudo, 130 espécies de mamíferos, 51 delas endêmicas, 23 espécies de marsupiais, 57 espécies de roedores, 160 espécies de aves endêmicas, 183 espécies de anfíbios; 91,8% delas endêmicas, 143 espécies de répteis e 21 espécies e subespécies de primatas endêmicos.

1. Estabelecimento de uma política ambiental global para toda a área do domínio da mata Atlântica que inclua:

- regulamentação da legislação existente que protege a Mata Atlântica, as zonas tampões no entorno das unidades de conservação, e, criação, por lei, de um plano de zoneamento territorial que normalize sua ocupação e utilização, considerando-se inclusive os dispositivos previstos na Lei de Gerenciamento

Costeiro e nos planos diretores dos municípios;

- implementação imediata da real fiscalização das áreas existentes da Mata Atlântica e ecossistemas associados (manguezais, restingas, ilhas oceânicas, campos de altitude e enclaves de campos rupestres e cerrados)_ com prioridade para os fragmentos isolados do Nordeste e faixas remanescentes do Sul e Sudeste;

- implantação e efetiva proteção das unidades de conservação presentes no domínio da Mata Atlântica;

- revisão dos programas agropecuários, minerais, energéticos e agroindústrias,

condicionando-os à necessidade de preservação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados;

- implementação de políticas de recuperação de áreas degradadas;

- revisão das autorizações de pesquisa e lavra e dos critérios para a concessão de direito de exploração mineral, considerando-se a inviolabilidade dos remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

1. Estabelecimento de um programa de pesquisa da Mata Atlântica e ecossistemas associados, em âmbito nacional, que possibilite:

- a elaboração de inventários de flora e fauna, considerando-os aspectos de biodiversidade inter. e intra-específica, com detalhamento regional;

- a identificação de monumentos geológicos, geomorfológicos, paisagísticos, arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos, assim como as áreas geologicamente frágeis de interesse para a preservação;

- desenvolvimento de técnicas para a regeneração e a recuperação das áreas degradadas;

- a promoção do levantamento e mapeamento, em escala adequada, da cobertura vegetal dos estados incluídos na área do domínio da Mata Atlântica, com revisão periódica;

- a implementação de programa de pesquisa para a utilização sustentada dos recursos naturais renováveis da Mata Atlântica e ecossistemas associados, incorporando, sempre que possível, os processos utilizados pelas comunidades tradicionais;

- desenvolvimento de metodologia de educação ambiental como instrumento de proteção deste bioma.

- Ações imediatas nas unidades de conservação

- levantamento da situação real e do quadro de representatividade das unidades de conservação existentes, sob os aspectos fundiário e social, estado de conservação e grau de implantação;

- criação de um banco de dados sobre as unidades de conservação com o registro, mapeamento, cadastro e divulgação de todas as áreas protegidas existentes, inclusive particulares;

- implantação de unidades de conservação existentes através de planos emergenciais para as mais ameaçadas, priorizando regularização fundiária, contratação de profissionais, prevenção e combate a incêndios;

- estabelecimento de programas de formação de quadros e treinamento de pessoal em todos os níveis; · estabelecimento e implantação de estratégias adequadas para o desenvolvimento da comunidade na valorização e proteção das unidades de

conservação;

· criação de novas unidades de conservação em nível federal, estadual e municipal, além de estímulo às unidades particulares, considerando os seguintes critérios:

a) identificação de áreas críticas e prioritárias para a proteção por sua fragilidade, grau de ameaça de destruição e importância para a conservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção;

b) análise de representatividade do conjunto atual, identificando áreas não cobertas ou de extensão insuficiente para garantir a biodiversidade;

c) garantia da continuidade espacial das unidades da conservação;

d) garantia de participação das comunidades tradicionais e locais na criação das unidades de conservação.

Litoral e zona costeira.

Historicamente os povos ocuparam esta zona pela facilidade de transporte e exploração de recursos. Os estuários são particularmente especiais como "berço da fauna marinha", por suas regiões produtivas e pelo seu papel nas primeiras colonizações: transporte, abrigo oferecido e acesso aos rios. Modernamente têm sido escolhidos para instalações de pólos industriais, especialmente petroquímicos, pela abundância da água e possibilidades de receptores de efluentes, além de terem tido suas funções portuárias incrementadas. Por razões históricas e atuais, grande parte da população ocupa a zona litorânea para viver e produzir, construindo grandes metrópoles.

Sob a máscara do ecoturismo, cidades, aldeias e vilas de pescadores são cortadas por rodovias que só alimentam a especulação imobiliária em um processo que discrimina os nativos e favorece o grande capital.

Grande parte da população do país vive a uma distância inferior a 60 km do mar e parte significativa da produção industrial se realiza nessa área. O modelo econômico voltado para exportação necessita de portos para escoar a produção, o que reduz as nossas baías a meras bases físicas para a instalação desses portos. O movimento de carga e descarga com lavagens de tanques e porões no litoral, os acidentes entre as embarcações e, especificamente, o próprio movimento de carga e descarga de petróleo e seus derivados, sacrificam baías como a de Todos os Santos (Bahia), Guanabara (Rio de Janeiro), Santos (São Paulo), São Marcos (Maranhão) e outras. Além disso, os efluentes líquidos urbanos e industriais contaminam as águas das praias, uma das poucas áreas de lazer das populações e um grande fator de atração dos turistas.

O desmatamento generalizado, sobretudo nas matas ciliares, aumenta a carga sólida transportada pelos rios, o que, em última instância, leva ao assoreamento das baías

onde desembocam. Esse assoreamento, por sua vez, diminui a lâmina de água, prejudicando a vida marinha e a própria navegabilidade.

O direcionamento da exploração pesqueira a um número restrito de espécies levou, já na segunda metade da década de 70, a identificar-se sinais de sobrepesca de algumas de nossas principais espécies. Contudo, seu agravamento foi perigosamente acentuado na década de 80, afetando os recursos que, dentre outros, destacam-se a sardinha, o camarão do Sudeste/Sul, a lagosta e piramutaba. Todo este quadro não contempla os recursos existentes além dos 200 m de profundidade e até as 200 milhas da nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A identificação e quantificação do que existe nesta área é o desafio maior que o Brasil deve enfrentar para estar bem preparado, quando entrar em vigor a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Finalmente, será fundamental convocar os órgãos federais, estaduais e municipais, além de entidades da sociedade civil, para reavaliar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, procurando efetuar a sua atualização.

Áreas críticas

- Região estuarina de Santos-Cubatão (complexo industrial, petroquímico e siderúrgico, região portuária, Região Metropolitana da Baixada Santista): estuário de alta produtividade natural, grandes áreas de manguezais, muitas sendo soterradas, recursos biológicos contaminados.
- Baía de Guanabara (área urbana e industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro): estuário de grande importância, poluído, manguezais sendo aterrados, recursos biológicos contaminados.
- Baía de Todos os Santos (Região Metropolitana de Salvador, pólo petroquímico de Camaçari, pólo industrial de Aratu): baía poluída, recursos biológicos contaminados.
- Região estuarina de Vitória: degradação litorânea.
- Região carbonífera de Santa Catarina: efluentes ácidos.
- Região estuarina de Suape/Pernambuco (Complexo Portuário de Suape).

PROPOSTA

1. Implementar rígidos programas de controle e de monitoramento da qualidade ambiental.
2. Reverter a poluição e degradação (ampliando multas e obrigando os responsáveis a arcarem com os custos de recuperação).

3. Descontaminar dos recursos biológicos nas áreas intensamente degradadas.

Áreas fortemente degradadas

- São Luís/Golfão Maranhense.
- Recife/Suape.
- Aracaju.
- Maceió (Mundaú/Manguaba).
- Lagoa dos Patos/Porto Alegre/Rio Grande.
- Pólos de industrialização, inclusive químicos recentes; áreas urbanas.
- Pólos turísticos (Nordeste): descaracterização da população tradicional e comprometimento da produção biológica. Contém sistemas, estuários e manguezais altamente produtivos.

PROPOSTAS

Estancar e rever os processos de degradação e redirecionar o desenvolvimento nessas áreas.

Áreas moderadamente degradadas

- João Pessoa.
- Lagoas do Norte Fluminense.
- Belém.
- Macapá.
- Fortaleza.
- Natal.
- São Sebastião e enseadas Norte Paulista e Sul Fluminense.
- Áreas urbanas médias em crescimento, portos, áreas turísticas; importantes zonas de produção e pesca; áreas de grande importância para a pesca industrial de camarão (Macapá, Belém) e lagosta (Fortaleza, Natal); manguezais importantíssimos (Belém, Macapá); turismo especulativo e forte tradição pesqueira (Nordeste e SP/RJ); terminal petrolífero com constantes acidentes (São Sebastião); perda de

terras vitais para as comunidades tradicionais pela especulação imobiliária pseudoturística.

PROPOSTA

Redirecionar o desenvolvimento, consolidando áreas de preservação e conservação e recuperar possibilidades de desenvolvimento sustentado.

- Regiões relativamente preservadas e/ou de interesse de preservação
- Lagunas gaúchas.
- Entorno da ilha de Santa Catarina.
- Região estuarina lagunar Iguape/Paranaguá.
- Norte Capixaba/Sul Baiano (Baía de Porto Seguro).
- Trechos do Nordeste (regiões estuarinas do Sul de SE/AL).
- Grandes manguezais do Norte desde o Golfão Maranhense.
- Ecossistemas marinhos.

PROPOSTA

Planejar o desenvolvimento sustentado e/ ou preservar áreas relativamente preservadas e/ou de interesse de preservação.

Pesca artesanal

É responsável por cerca de 50% da produção de pescado no Brasil, sem levar em conta que parte dela é repassada para as indústrias, frota industrial, e para a subsistência dos pescadores. A pesca artesanal é de especial valor e, mesmo assim, vem sofrendo graves agressões. Na relação entre a pesca industrial e artesanal, a artesanal é responsável pelo fornecimento de mestres e pescadores de alta qualidade. Já a industrial tem levado à degradação das estruturas sociais, uma vez que mina a sobrevivência da artesanal.

Os maiores problemas enfrentados pela pesca artesanal são:

- programas de governo que só favorecem a pesca industrial;
- a perda de terras fundamentais para a sua manutenção (turismo especulativo);
- queda da produtividade pela poluição e degradação ambiental (destruição de área

de mangues, banhados e outras áreas úmidas);

- sobrepesca, afetando não somente a artesanal, mas também a industrial;
- carência na comercialização e estrutura de estoques.

Os pescadores embarcados são mundialmente de pouco associativismo, principalmente vinculados às características de sua profissão, de grande tempo no mar, especialmente os ligados à pesca oceânica (praticamente inexistente no Brasil). Muitos são oriundos de regiões de pesca artesanal em deterioração, particularmente os mestres, que às vezes retornam à artesanal. Os demais proletarizam-se totalmente, perdendo o domínio da atividade. A pesca em nível mundial (dominada pela URSS, Japão, EUA) vem sofrendo problemas de sobrepesca (algumas áreas e espécies no Canadá, Mar do Norte, Peru). O melhor exemplo de sucesso é o da Escandinávia onde se fortaleceram os pescadores locais e sua sabedoria, criando-se microempresas, às vezes familiares, com alto nível de incorporação tecnológica e aumento da qualidade de vida.

Há necessidade de manter uma articulação entre a pesca artesanal, que deve ter espaços protegidos, e a industrial que vai onde aquela não alcança.

1. Instalação de infra-estruturas de estocagem e comercialização.
2. Política de preços, com garantia de preços mínimos.
3. Controle da degradação ambiental.
4. Fiscalização e controle da pesca industrial, compatibilização desta com a pesca artesanal. Controle da sobrepesca.
5. Criar programas de apoio à pesca artesanal.
6. Criar programa dirigido à mulher pescadeira, levando em conta a questão do gênero.
7. Incentivo às atividades complementares (coleta, piscicultura, aquacultura em geral) como medidas de defesa, na época da entressafra.
8. Manutenção das áreas vitais (barração de pesca, atracadouros, moradias), especialmente as comunitárias.
9. Financiamento para compra de equipamentos de pesca.
10. Coibição da exploração de pescadores artesanais (jangadeiros, mergulhadores) por empresas.

11. Programa de extensão pesqueira regionalizado, com participação preferencial dos pescadores artesanais.

12. Manutenção dos estoques naturais com normatização e controle de instrumentos, locais e épocas de pesca com a participação dos conselhos de pesca; oferecimento de alternativas de ocupação e/ ou salário desemprego; coibição da pesca com fins, excessivamente seletivos, com desperdício de grande parte do que é pescado; especial atenção à pesca do atum, evitando a morte dos golfinhos; controle da pesca, inclusive industrial e amadora/esportiva, quando em locais que comprometem a reprodução dos estoques naturais.

13. Programa de apoio e controle da pesca em água doce especialmente voltada para o Pantanal e Amazônia.

14. Criação de áreas exclusivas para pesca artesanal como forma de garantir a reprodução das espécies e a reposição dos estoques pesqueiros.

15. Implantação de programas de educação ambiental para os pescadores artesanais, resgatando a sua cultura, história e tradição de lidar harmoniosamente com o meio ambiente.

16. Implantar, nas zonas litorâneas, unidades de preservação, conservação, parques florestais, reservas biológicas e reservas ecológicas

17. Para qualquer projeto em grande escala devem ser levadas em conta as análises de custos/benefícios globais.

18. Executar rígidas fiscalizações em pólos petroquímicos; químicos; pólos industriais; usinas de extração e beneficiamento de minérios; campo de produção de petróleo e gás; instalações portuárias, de substancias potencialmente poluidoras; esgotos domésticos; esgotos industriais..

19. Controlar a escavação de morros para aterros.

20. Evitar a finalização da construção da BR 101 e reforçar a manutenção e ampliação da BR-116.

21. Implantar batalhões ambientais costeiros.

22. Revisar a política de turismo: negar qualquer apoio e condições de infra-estrutura ao turismo de segunda residência (casa de veraneio), inclusive de financiamento; coibir a especulação imobiliária; implantar a infra-estrutura de hotéis, campings e colônias de férias, mas sempre observando as leis de proteção ao meio ambiente;

evitar a privatização das praias:

- a) revisando a política de concessão de uso dos terrenos da marinha, permitindo futuras construções em situações absolutamente necessárias;
 - b) retomando o máximo de áreas possíveis para o controle público;
 - c) evitando a ocupação da faixa de 300 m de preservação (com exceção dos equipamentos utilizados pelos pescadores);
- Revisar o turismo ecológico na Ilha de Fernando de Noronha.

Agrotóxicos, componentes e afins

Nas últimas quatro décadas, a luta contra espécies indesejáveis de acordo com as tecnologias vigentes baseou-se, essencialmente, no uso maciço de agrotóxicos, componentes e afins. Em nível internacional, já foram registrados mais de 1,4 mil princípios ativos que estão presentes em mais de 35 mil produtos comerciais no mercado, representando poderosos interesses econômicos, estimados em mais de 2,5 bilhões de dólares anuais.

As médias gerais de produção e consumo mundial de agrotóxicos vêm aumentando aceleradamente. A partir do desenvolvimento da moderna indústria de agrotóxicos, este aumento tem se situado em torno de 5% ao ano. No Brasil cerca de trezentos princípios ativos e mais de 4 mil produtos são comercializados atualmente. Esta situação decorre, basicamente, dos incentivos oficiais do chamado Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, através do qual os governos militares procuraram adaptar o Brasil em nível de produção e consumo de biocidas, condizentes com o chamado Pacote Tecnológico da Agricultura. Tal pacote implica um modelo de desenvolvimento agrícola fortemente dependente do uso maciço de insumos modernos, fertilizantes, agrotóxicos e afins, do uso de máquinas e equipamentos e crédito agrícola direcionado.

As principais transformações, nesse sentido, ocorreram a partir de 1970, quando pacotes tecnológicos, ligados ao financiamento bancário, obrigavam os agricultores a adquirir insumos e equipamentos muitas vezes desnecessários e em quantidades excessivas. Essa política foi dirigida para o desenvolvimento de alguns setores industriais e para o fomento de algumas culturas, especialmente aquelas destinadas à exportação.

Em conseqüência, verificou-se um rápido aumento no consumo de agrotóxicos na agricultura brasileira, especialmente nos estados da região Sul. Dados divulgados mostram que em 1983, com um total de 80 mil toneladas consumidas, estes estados foram responsáveis por 76% do consumo nacional. Isto faz do conjunto dos quatro estados do Sul o quarto consumidor mundial.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), na maioria dos países em

desenvolvimento, registrou-se um rápido aumento do uso de agrotóxicos e, em muitos casos, os serviços de segurança correspondentes não podem dar atendimento. Ainda de acordo com a OMS, os numerosos casos de intoxicações registrados em alguns países indicam, claramente, que a tecnologia dos praguicidas desenvolveu-se com maior rapidez que as estruturas sociais e legislativas necessárias para um controle adequado.

Isto é especialmente verdadeiro para os países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, verifica-se que o problema da intoxicação por esses produtos, no Terceiro Mundo, é completamente diferente do que se coloca no mundo industrial, no qual se dispõe de dados exatos, indicativos de que a intoxicação aguda não constitui uma preocupação importante.

A indústria produz em nível mundial 2 milhões de toneladas de agrotóxicos por ano, o que corresponde a cerca de 500 mg/pessoa/ano. Segundo a OMS-WHO 1990, estima-se que para esta utilização ocorram anualmente, cerca de 3 milhões de intoxicações agudas, com 20 mil mortes. Destas, cerca de 70% acontecem em países do Terceiro Mundo como o Brasil.

O Brasil ocupa atualmente posição de destaque no consumo de agrotóxico, sendo o terceiro maior consumidor, perdendo apenas para os EUA e Japão. Apesar de não contarmos ainda com estatísticas reais sobre os casos de intoxicação e óbitos em nível nacional, se considerarmos as estimativas da OMS de que para cada caso diagnosticado cerca de 50 passariam despercebidos, alcançaríamos números perto de 185 mil casos agudos acontecendo anualmente.

O surgimento de uma consciência crítica a respeito dos prejuízos causados à saúde humana e à saúde ambiental pelo uso indiscriminado de agrotóxicos deu origem a movimentos organizados da sociedade civil, que lutam por mudanças substanciais no atual quadro. Em geral, esses movimentos têm por objetivo regular a importação, a fabricação, o transporte, a comercialização e o uso dos agrotóxicos, bem como controlar os efeitos decorrentes de sua aplicação. Os resultados alcançados são absolutamente modestos em face das necessidades existentes. As causas são múltiplas mas decorrem, basicamente, da incapacidade revelada pelo poder público de adotar as providências necessárias, aliada à agressividade mercantil dos fabricantes e vendedores de praguicidas e ao baixo nível de informações da sociedade sobre o perigo desses tóxicos, incluindo seus usuários diretos.

Com o objetivo de suprir tais deficiências foi aprovada a Lei 7.802/89 que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, importação e exportação e destinação final de resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização dos agrotóxicos componentes e afins, sendo porém muito pouco observada.

Além dos riscos que acarreta para a saúde humana, o uso indiscriminado e maciço

de biocidas tem sérias implicações para o equilíbrio ecológico e a chamada saúde ambiental. Entre elas, podem ser citadas, como mais evidentes:

- contaminação dos solos, com a conseqüente alteração da flora microbiana e das relações ecológicas dela dependentes;
- contaminação e esterilização de mananciais hídricos, com mortandade de peixes e outros seres aquáticos;
- contaminação do ar atmosférico, com morte de animais silvestres, insetos (abelha, por exemplo);
- bioacumulação de biocidas persistentes na cadeia alimentar;
- aparecimento de espécies animais e vegetais resistentes e eliminação dos inimigos naturais.

No que diz respeito à saúde pública, dois aspectos nem sempre suficientemente enfatizados, precisam ser enfrentados:

- a contaminação de alimentos, de amplo consumo popular (legumes, hortaliças, frutos, grãos) por resíduos de agrotóxicos, o que implica o consumo involuntário desses venenos;
- a possibilidade de doenças crônico-degenerativas, teratogênese, mutagênese e carcinogênese, decorrentes da absorção continuada de doses de venenos, insuficientes para determinar intoxicações agudas, mas capazes de causar efeitos cumulativos (neurites, neuropatias retardadas, nefropatias, hepatopatias e, eventualmente, até mesmo tumores malignos).

Finalmente, mas não menos importante, a adoção do Pacote Tecnológico implicou, também, a alteração das relações sociais de produção caracterizadas por novas modalidades de relações de trabalho, predominantemente, no assalariamento rural. Verificou-se, paralelamente, uma crescente desagregação das formas camponesas de produção com a destruição das unidades produtivas baseadas na mão-de-obra familiar, dedicadas aos cultivos para consumo próprio e para o mercado interno. Também os fluxos migratórios campo-cidade, o êxodo rural, têm origem neste processo perverso, de modificação da base técnica da produção e das relações sociais de produção no campo.

O breve resumo sobre o atual quadro acerca dos biocidas indica a urgente necessidade de ações concretas, no sentido de revertê-lo, na defesa dos direitos da maioria da população:

- deve-se buscar substancial redução das quantidades utilizadas e a eliminação dos venenos mais tóxicos e perigosos;
- apesar da Lei 7.802/89 ser caracterizada pelo avanço na proposição do controle, o Decreto 98.816/90 deve ser revisto;
- a tecnoburocracia estatal tem sido aliada e protetora dos interesses da indústria química, fabricante de biocidas e fertilizantes;
- os organismos oficiais, encarregados de proteger a sociedade dos efeitos nocivos dos biocidas (e outras substâncias químicas perigosas, como solventes, ácidos corrosivos, gases tóxicos), são insuficientes, desparelhados e desarticulados entre si;
- a pesquisa científica, na agropecuária, não tem priorizado a necessidade de se gerarem tecnologias alternativas ao pacote importado, especialmente as tecnologias ecológicas ou apropriadas;
- a extensão rural tem contribuído para disseminar a "ideologia do pacote tecnológico";
- a adoção do pacote tecnológico implica o aumento e concentração de poder das companhias produtoras de máquinas, insumos, sementes e serviços. Ao mesmo tempo, piora as relações sociais de trabalho no campo, em detrimento da maioria dos pequenos proprietários e dos assalariados do meio rural. Isto estimula o êxodo rural e o "inchaço" das periferias urbanas;
- uso maciço, indiscriminado e lesivo de biocidas causa grandes prejuízos para a saúde humana, para o meio ambiente e para a economia nacional.

PROPOSTAS

1. Financiar pesquisas de tecnologias alternativas e apropriadas.
2. Financiar um sistema integrado de saúde pública para o atendimento às pessoas intoxicadas.
3. Financiar a recuperação de ecossistemas afetados por contaminação de biocidas.
4. Incluir o enfoque ecotoxicológico na educação ambiental, especialmente nas regiões agrícolas, em que se faça uso continuado de biocidas.

33 - Educação ambiental

A educação para o meio ambiente e para as sociedades sustentáveis propõe novos

valores, práticas e uma postura ética que, aliada à ciência, modifique as relações entre homens, mulheres, crianças e a natureza. Propõe que a variável educativa perpassasse todas as questões que envolvam ações das comunidades, dos órgãos governamentais e das ONGs. Propõe o resgate do cotidiano na educação das dimensões locais, regionais e mundiais. Propõe uma educação popular e libertária engajada no resgate da cidadania e integrada à base estrutural da educação. Propõe a transformação do sistema produtivo, tanto em relação ao meio natural e construído, quanto em relação à justa distribuição de seus frutos entre todos. Propõe repensar os padrões de consumo e de produção dos países desenvolvidos e o respeito à biodiversidade e à diversidade étnica e cultural. Considera a pobreza insustentável, assim como as desigualdades sociais.

PROPOSTAS

1. Implementar no processo educacional a variável ambiental, respeitando as diferenças regionais, facilitando a incorporação de diferentes segmentos da população e democratizando o acesso aos meios de comunicação.
2. Atribuir ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) a função de apoiar o sistema de ensino público no que tange à educação ambiental.
3. Ampliar a rede de ensino técnico profissionalizante de 2º grau, nas áreas de silvicultura, agronomia, zootecnia e pesca.
4. Recuperar o sistema de ensino público tendo a questão ambiental como filosofia que norteie e permeie de forma interdisciplinar todas as matérias sem que isto signifique a criação de uma disciplina específica.
5. Promover a organização do sistema educacional através de alterações curriculares estruturais, considerando e incorporando culturas regionais.
6. Incentivar a formação, o treinamento e a reciclagem de professores, especialistas, técnicos e funcionários de órgãos governamentais cuja atribuição seja de agentes de implementação da política ambiental, articulando e conhecendo as várias ações de governo na área da educação ambiental.
7. Apoiar os cursos de pós-graduação lato sensu na área ambiental já existentes e incentivar a criação destes cursos em todas as unidades da federação.

34- Informação e participação dos cidadãos

O governo deve propiciar o livre acesso às informações sobre o meio ambiente e democratizar as decisões através do amplo debate com a comunidade.

PROPOSTAS

1. Elaborar e publicar uma consolidação da legislação ambiental, facilitando assim a sua consulta e ampla participação por parte dos cidadãos.
2. Promover a participação dos cidadãos no debate de projetos e programas de impacto socio-ambiental (como o programa Calha Norte), tanto através de audiências sobre EIA-Rimas, quanto através do Congresso Nacional.
3. Tornar público o trabalho da Divisão de Assuntos Humanísticos e do Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores, propiciando o acompanhamento e o intercâmbio de opiniões e informações com a sociedade civil.
4. Implantar o sistema nacional de informática

CAPÍTULO VI

CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

O desenvolvimento a partir do mercado interno de massas exigirá um esforço concentrado na área de ciência e tecnologia. O Brasil possui um potencial tecnológico significativo, sobretudo em universidades, centros e institutos de pesquisa; impulsiona também em algumas empresas estatais programas de desenvolvimento de tecnologias economicamente decisivas para o país. Contudo, a situação da área agravou-se nos últimos anos, com a queda acentuada ou a descontinuidade dos recursos. É fundamental recuperar e ampliar este potencial, e, sem cercear a autonomia da pesquisa científica, vincular o desenvolvimento científico e tecnológico às prioridades do governo democrático e popular.

A energia é essencial para suprir as necessidades da população e para promover o desenvolvimento socioeconômico do país; o desenvolvimento com distribuição de renda resultará num forte crescimento do consumo de energia. Buscaremos a satisfação desta demanda por meio de um planejamento integrado, racionalizando o uso e a produção de energia, minimizando investimentos e impactos sociais e ambientais. Cabe ao Estado a responsabilidade pelo planejamento e coordenação do suprimento e fornecimento de energia, bem como a fiscalização e controle do serviço. Os papéis dos diversos agentes que atuam no setor devem ser claramente estabelecidos e regulamentados, e garantida ampla participação da sociedade no planejamento, na definição das políticas de preços, dos padrões de qualidade e produtividade, na expansão e operação do sistema, e na fiscalização e controle dos serviços.

O atual modelo de telecomunicações do Brasil é inadequado. Seus recursos sempre foram relacionados para dar suporte ao desenvolvimento de fortes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros. Dispomos de um sistema de telecomunicações que, embora moderno e sofisticado, competindo em qualidade com os melhores do mundo, também se destaca pela elitização dos serviços. A política que propomos baseia-se no modelo de exploração dos serviços públicos estabelecido na Constituição, com manutenção no monopólio da União; destacamos a democratização da gestão das empresas públicas de telecomunicações, com a participação de representantes da sociedade civil: trabalhadores, pesquisadores, empresários, consumidores e legisladores.

Interromperemos o longo ciclo de sucateamento do sistema de transporte brasileiro, iniciado nas redes ferroviária e portuária e estendido agora ao sistema rodoviário. Nossa prioridade será a recuperação da malha viária existente, seu aprimoramento e a integração intermodal.

Aumentaremos a participação dos sistemas ferroviários, hidroviários e de cabotagem, tanto no transporte de cargas quanto no de passageiros; buscaremos

umentar a capacidade de transporte de cargas internamente, barateando o custo dos alimentos; ampliar a integração da rede de transportes brasileira com os países da América do Sul; facilitar o escoamento da produção nas regiões objeto de reforma agrária e de programas de desenvolvimento regionais.

35 - Ciências e tecnologia

A política de ciência e tecnologia do Governo Democrático e Popular está ligada ao Projeto Nacional de Desenvolvimento previsto por este programa, devendo constituir-se em um instrumento importante para viabilizar seus objetivos de curto, médio e longo prazos.

A necessidade de um crescimento acelerado, com distribuição de renda, exigirá do governo um esforço concentrado nas áreas da educação, ciência e tecnologia, fatores decisivos para implementar uma revolução produtiva no país, garantir sua inserção competitiva e soberana no mundo e, sobretudo, responder às demandas de dezenas de milhões de excluídos. Estes são os componentes da modernidade que almejamos para o Brasil. A partir destes parâmetros o programa de ciência e tecnologia se pautará pela busca de eficiência e qualidade na pesquisa, elementos necessários para que se cumpram os objetivos do projeto nacional de desenvolvimento .

O Brasil possui um potencial científico e tecnológico significativo, sobretudo em universidades, centros e institutos de pesquisa, contando com pessoal altamente qualificado. Impulsiona, igualmente, programas de desenvolvimento de tecnologias economicamente decisivas para o país em muitas de suas empresas estatais—Petrobrás e Embrapa, por exemplo—apesar das sérias limitações à política de ciência e tecnologia nos últimos anos.

A situação da ciência e tecnologia no Brasil agravou-se ainda mais com a queda acentuada ou descontinuidade dos recursos que lhe seriam destinados. É de fundamental importância a proteção e ampliação desse potencial com políticas consistentes e regularidade em sua manutenção. A interrupção criminosa dos projetos de pesquisa e de tecnologia afetou duramente a política de desenvolvimento e, sobretudo, comprometeu a formação de pesquisadores, contribuindo para sua dispersão, desmotivação ou ida para o exterior.

Sem cercear a essencial autonomia da pesquisa científica, é necessário estabelecer uma vinculação efetiva entre o desenvolvimento científico e tecnológico e as prioridades sociais do Governo Democrático e Popular no campo da produção, dos serviços e da cultura. Isto implica uma atenção especial a questões como educação, saneamento, alimentação, saúde, energia, habitação e preservação ambiental. Tal política envolverá tanto o desenvolvimento e adaptação de novos conhecimentos e técnicas, quanto a difusão e uso de tecnologias e métodos já conhecidos.

Resumidamente, os principais objetivos do programa de ciência e tecnologia do

Governo Democrático e Popular são:

Recuperação da infra-estrutura

Para evitar maiores perdas no potencial de que o país ainda dispõe, justifica-se o estabelecimento imediato de um programa emergência para a recuperação da infra-estrutura de ciência e tecnologia, partindo de uma avaliação criteriosa dos centros de pesquisa universitários e outros, no tocante às suas condições materiais, de suas carências, à qualificação de seus membros e à sua produção científica, com o subsequente estabelecimento de garantia de financiamento para sua pesquisa básica e aplicada, dando-lhes maior autonomia, promovendo melhor capacitação e remuneração de seu pessoal, tendo como contrapartida o comprometimento com um patamar básico de desempenho, no tocante à formação e à produção científica, assim como no atendimento da demanda social de curto prazo.

Reorganização do sistema

A reorganização administrativa do sistema de apoio de financiamento à pesquisa científica e tecnológica será conduzida a partir de discussão nacional para formulação de uma política nacional de ciência e tecnologia e para o estabelecimento de metas e prioridades específicas, como uma maior eficiência das agências federais de fomento à pesquisa, promovendo a racionalização administrativa e a desburocratização, ou a promoção de programas de cooperação e parceria com os sistemas estaduais da área ou ainda a criação de um sistema de informações de caráter nacional, para ampliar a capacidade de conceber, implementar e avaliar políticas de ciência e tecnologia.

O Governo Democrático e Popular implementará, através da instituição responsável por ciência e tecnologia, com a cooperação do Ministério de Relações Exteriores, programas internacionais de cooperação científica e tecnológica com governos, organismos internacionais multilaterais e empresas, visando implementar os objetivos gerais deste programa.

Recursos

A ampliação dos recursos públicos destinados a ciência e tecnologia, alcançando 1,5% do PIB (o dobro em relação ao atual) até o final do governo, será feita com investimento direto, pela recuperação da capacidade de investimento das empresas públicas e estatais e pela ação política junto aos governos estaduais para que cumpram as dotações previstas em suas constituições. Ao mesmo tempo, haverá estímulo ao setor privado para que invista em pesquisa e desenvolvimento, por meio de incentivos como controle de créditos e política de compras públicas, promovendo o uso de tecnologias que aumentem a produtividade, gerem empregos e garantam a preservação ambiental, ampliando assim a participação privada, hoje responsável por somente 20% dos investimentos na área.

Prioridades para desenvolvimento em ciência e tecnologia

O uso e o desenvolvimento de tecnologias avançadas deverão ser incentivados em áreas selecionadas por atender as prioridades sociais e por se constituírem em setores motores de desenvolvimento em ciência e tecnologia. Entre os domínios estratégicos destacam-se a biotecnologia, os novos materiais, as pesquisas na área agropecuária e de produção de alimentos e o aproveitamento do potencial associado à biodiversidade existente no país. O aproveitamento racional dos recursos existentes na Amazônia e no mar merecerá especial atenção. As áreas de saúde, telecomunicações e energia, assim como os aspectos

específicos do meio ambiente, têm particular importância e foram também considerados em outros pontos deste programa. A contribuição das ciências humanas é vista como essencial e é pensada associada às demais ciências, não independentemente, para o cumprimento dos objetivos programáticos já mencionados e para a formação básica da cidadania.

A política de ciência e tecnologia deverá combinar as prioridades pelos objetivos do projeto nacional de desenvolvimento deste programa, com metas de caráter estratégico, especialmente em ciência básica, cujos resultados não podem ser medidos no curto ou, por vezes, no médio prazos, mas que são, no entanto, essenciais para o futuro do país.

Tendo em vista a impossibilidade de reproduzir no Brasil as complexas estruturas de pesquisa existentes nos países desenvolvidos, especialmente nos domínios da ciência básica, é de fundamental importância definir o atributo das mesmas, suas articulações com pesquisas internacionais, dentro dos princípios de combinar a integração internacional de nosso programa de ciência e tecnologia com a necessária autonomia nacional que deve possuir.

Educação, culturas ciência e tecnologia

Além de ser natural a proximidade da ciência e tecnologia com a educação e a cultura, será promovida a integração da política de ciência e tecnologia com uma política educacional e cultural para recompor a situação educacional de nosso povo, desde o ensino público de primeiro grau até as universidades. A universalização do ensino fundamental com qualidade é essencial para qualquer projeto de desenvolvimento econômico e científico. Por outro lado, é indispensável a utilização dos melhores recursos científicos e tecnológicos disponíveis no país para contribuir na educação regular ou complementar, na formação continuada e na educação à distância. Será elaborada uma política específica para o desenvolvimento das pesquisas básica e aplicada nas universidades federais, buscando sua racionalização e regionalização.

Ciência, tecnologia e democratização

É preciso evitar desvios tecnocráticos ou afins, decorrentes da excessiva centralização, adotando a democratização no estabelecimento da política de ciência e tecnologia e mesmo em certas decisões tecnológicas, pela ação fiscalizadora do Estado; pela difusão ampla de todas as informações referentes à ciência e tecnologia e seu uso; pela transparência quanto à distribuição e ao uso de recursos para a área; pela participação da população ou de seus contingentes mais diretamente envolvidos, como os trabalhadores, nas decisões sobre empreendimentos ou novos processos tecnológicos de impacto ambiental ou social; assim como pela subordinação ao poder civil dos projetos tecnológicos de alcance estratégico.

A partir dos objetivos gerais de ciência e tecnologia previstos pelo programa nacional de desenvolvimento do Governo Democrático e Popular, a comunidade científica será convocada, em encontros nacionais, para especificar as políticas de ciência e tecnologia. Será proposta a criação de instâncias que articulem governo e comunidade científica através das quais se possa democratizar a gestão das políticas na área. Da mesma forma, a comunidade científica poderá, utilizando procedimentos de orçamento participativo definir as linhas gerais de aplicação de recursos no setor.

Ciência, tecnologia e serviços públicos

Com o emprego de tecnologias adequadas pode-se melhorar a qualidade e a quantidade dos serviços públicos oferecidos à população. A utilização da informática na criação de redes e bancos de dados integrados melhorará o desempenho do sistema público de saúde, assim como dos sistemas judiciário, penal e policial, e agilizará o acesso a tais serviços, simplificando também os procedimentos burocráticos em todos os níveis.

Ciência, tecnologia, modernização e desemprego

O principal problema social da crise da sociedade industrial é o desemprego. A automação e a concorrência internacional tendem a inviabilizar o pleno emprego. A modernização das relações de trabalho e a permanente requalificação e recuperação educacional dos trabalhadores devem ser incluídas entre as medidas de fundo para melhorar as condições de vida do trabalhador, aumentar sua produtividade e reduzir seu risco de desemprego. A criação de câmaras setoriais mais amplas será outro importante instrumento na luta contra o desemprego tecnológico e para a condução de inovações organizacionais e tecnológicas, que têm especial exemplo na automação. A progressiva substituição do emprego em massa em ambientes de grande escala pelo trabalho local, em empreendimentos comunitários, ou resultantes de "terceirizações", com tecnologia a própria da ou avançada em pequena escala, é uma via possível para contornar dinamicamente a tendência moderna ao "enxugamento" da mão-de-obra. Tal de centralização do trabalho exigirá um planejamento participativo, regionalizado e orientado por uma visão sistêmica.

Articulação multissetorial

Entre as articulações promovidas pelo governo, dos diversos setores empresariais, universidades, sindicatos, no tocante às atividades de ciência e tecnologia, estará o estímulo às universidades e outras instituições públicas para que cooperem com as pequenas e médias empresas através da criação de sistemas de informações e de formação em Ciência e Tecnologia, estarão também consultas nacionais e regionais, para levantamento das possibilidades de pesquisa e de desenvolvimento de atividades conjuntas com empresas, coerentes com as prioridades sociais estabelecidas.

Relações internacionais

Nos termos anteriormente expostos será estimulada, em âmbito internacional, a cooperação entre universidades, instituições de pesquisa pura ou aplicada, e comunidade científica em geral, no sentido de um maior intercâmbio cultural e produtivo. A partir de discussões amplas com agentes de ciência e tecnologia, com entidades empresariais e sindicais e com parlamentares, será definida uma política de relações internacionais que permita resguardar interesses nacionais em face das questões de propriedade intelectual, de intercâmbio de bens, serviços e conhecimentos. No plano econômico, se não podemos competir agora no mercado mundial com a maior parte das inovações tecnológicas que pressupõem investimento maciço de capital, nada impede que busquemos competir em mercados inicialmente regionais, com inovações que contornem muitos dos problemas sociais e ambientais da atualidade, ou até particularmente adequadas à autonomia dos países pobres e em desenvolvimento.

Ciência, tecnologia, meio ambiente e inovação

Um desenvolvimento socialmente e ambientalmente sustentável deverá certamente estimular o avanço tecnológico e fazer intenso uso deste, mas com a tecnologia apropriada, aquela que preserva recursos, não agride o ambiente, gera empregos, facilita o trabalho e cria produtos socialmente úteis. Tal opção inclui a redução progressiva da dependência de combustíveis fósseis com a adoção de fontes menos poluentes e renováveis, como a biomassa. Cedo ou tarde, o mundo terá que fazer esta opção, uma vez que os energéticos fósseis são limitados e o desemprego promovido pelas tecnologias "duras" tende a ampliar-se. Se aprendermos a dominar tecnologias apropriadas encontraremos lugar digno no cenário internacional, por meio da experiência prática com energias renováveis, do uso adequado do potencial dos oceanos, ou do desenvolvimento da agricultura ecologicamente não agressiva. O Brasil pode se concentrar, no momento atual, na pesquisa e na produção associada a tais tecnologias, sem abandonar as demais, para ser uma nação autônoma no próximo século. Uma efetiva reorientação de prioridades exigirá uma conversão de parte do nosso parque produtivo e um investimento significativo em ciência que, combinados, podem gerar resultados novos e variados, ao contrário de nos

restringirmos ao investimento tecnológico-industrial meramente subordinado que, em geral, apenas reproduz ou adapta processos já existentes, perpetuando dependências.

Especialização

Tendo em vista a complexidade regional do país, a política de ciência e tecnologia deverá ser especializada, para atender as particularidades do desenvolvimento nacional. Programas específicos de ciência e tecnologia para o Nordeste, Amazônia e outras regiões deverão ser formulados e implementados.

A regionalização dos programas não pode impor, no entanto, uma perversa divisão do trabalho em matéria de ciência e tecnologia, segundo à qual o centro-sul ficaria com as áreas "nobres" da pesquisa, à "periferia" apenas pesquisas de significação regional. A existência de instituições de pesquisa básica, com elevados padrões de excelência —Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, dentre outros centros— mostra que é possível compatibilizar a especialização com a manutenção de um projeto nacional de ciência e tecnologia.

36- Política energética

A energia não deve ser considerada como um mero bem de comércio, mas como um componente essencial e estratégico para suprir as necessidades da população e para promover o desenvolvimento socioeconômico do país. Deve estar acima de interesses restritos e deve ser colocada a serviço de toda a sociedade. Existem várias formas de energia que podem ser usadas para o mesmo fim, por isso seu planejamento deve englobar os vários energéticos e deve ser integrado ao planejamento econômico, social e ambiental.

A exploração dos recursos naturais relacionada à expansão e prestação dos serviços de energia deve estar condicionada à solução dos impactos sociais e ambientais e à priorização da inserção local dos projetos, privilegiando o desenvolvimento das regiões atingidas.

Cabe ao Estado a responsabilidade pelo planejamento e coordenação do suprimento e fornecimento de energia, bem como a fiscalização e controle do serviço, de forma a garantir sua essencialidade e qualidade, preservando interesses nacionais de desenvolvimento e justiça social.

O caráter estratégico da energia confere ao poder público um papel hegemônico no seu aprimoramento, que deve contemplar aspectos sócio-ambientais, de uso múltiplo dos recursos e de democratização do processo decisório. Portanto, todos os que participam das atividades do setor devem trabalhar em estreita articulação com os diversos segmentos representativos da sociedade.

Os papéis dos diversos agentes que atuam no setor devem ser claramente estabelecidos e regulamentados, sendo garantida ampla participação da sociedade no planejamento, na definição das políticas de preços e dos padrões de qualidade e produtividade, na expansão e operação do sistema, e na fiscalização e controle dos serviços vinculados. Busca-se, neste sentido, a otimização da utilização dos recursos disponíveis e a harmonização dos interesses nacional, regionais e estaduais, dos consumidores, dos atingidos pela expansão do sistema e dos trabalhadores deste setor. Ao mesmo tempo, a função de regulamentação do governo não deve perder o controle sobre os custos e o desempenho do setor energético, aplicando neste campo as diretrizes gerais sobre a reforma do Estado enunciadas neste programa.

As políticas de desenvolvimento econômico e social, com distribuição de renda, deverão resultar num forte crescimento da demanda direta (consumo) e indireta (via produtos, bens e serviços) de energia; através do planejamento integrado de recursos buscar-se-á a satisfação desta demanda com ações sobre as diversas alternativas de racionalização do uso e de produção de energia, visando minimizar os investimentos e os impactos sociais e ambientais.

Síntese do diagnóstico

No Brasil, a estrutura de produção e uso dos principais energéticos vem sofrendo de problemas que têm se intensificado nos últimos anos:

- impermeabilidade dos setores de petróleo, gás e energia elétrica à participação e ao controle da sociedade, agravada, nos setores alcooleiro e carbonífero, por esforços

insuficientes para a modernização tecnológica, para a melhoria das condições de trabalho e para a mitigação dos impactos ambientais;

- inexistência de um planejamento energético integrado para o país, substituído por práticas autoritárias e centralizadas, que têm se prestado à manipulação de números e à distorção de prioridades, privilegiando interesses de empreiteiras, consultoras e fornecedores, resultando em a locação inadequada dos projetos energéticos e em elevados sobre preços e sobre custos;

- gestão deficiente das empresas energéticas, suscetível de interferências descompromissadas com o serviço público, concomitante à ausência de mecanismos adequados de regulação e de controle de desempenho;

- subsídios ilegítimos ou inadequados, com favorecimento de grandes consumidores e de projetos energo-intensivos, sem discussão de seu retorno social, causando distorções na demanda e desperdício;

- dívida social do setor, que não estende seus benefícios a todas as camadas da população,

e tratamento inadequado às populações atingidas pela expansão dos sistemas de obtenção, transformação e distribuição de energia;

- perfil de endividamento inadequado;
- compressão de tarifas e preços por mais de uma década resultando em transferências da ordem de 30 bilhões de dólares, principalmente aos grandes consumidores;
- impactos sociais e ambientais freqüentemente desconsiderados ou tratados inadequadamente;
- insuficiência de esforços e instrumentos para a promoção do uso eficiente e racional da energia;
- falta de apoio à pesquisa, desenvolvimento, demonstração e difusão de fontes alternativas de energia.

PROPOSTAS

Gerais

1. Mudar a situação atual, em que cada um dos principais setores (elétrico e petróleo) faz isoladamente seu planejamento, promovendo-se a sua integração em um processo de planejamento energético global, que considere todos os recursos nacionais, regionais e locais e dê igual ênfase às alternativas de oferta e de conservação e racionalização do uso da energia.

2. O aperfeiçoamento institucional e de gestão do setor de energia será realizado para fortalecer e dar papel isento ao poder regulamentador, submeter as empresas a um controle de fato público, impedindo a sua utilização para fins restritos, aumentando a sua eficiência e reduzindo os seus custos de construção e produção, democratizando o acesso às informações e o processo de decisão em todos os níveis.

3. Garantia do monopólio e propriedade da União sobre petróleo, gás natural, minerais nucleares e energéticos e potenciais de geração hidráulica.

4. A conservação de energia, pelos seus reflexos positivos do ponto de vista ambiental e econômico, será considerada uma prioridade de governo, sendo dadas todas as condições financeiras, institucionais, tecnológicas, sociais, para que se obtenha resultados concretos neste campo, viabilizando a redução do consumo e de produção da energia requerida pela sociedade.

5. O atendimento às comunidades rurais e urbanas que ainda não dispõem de energia elétrica ou acesso adequado a outras fontes será considerado prioritário,

devendo ser criados os meios financeiros e técnicos para que soluções viáveis sejam no menor prazo possível adotadas, incluindo programas de eletrificação rural e o aproveitamento de fontes energéticas alternativas para a geração descentralizada.

6. Deverá ser garantido o envolvimento dos setores da sociedade em todas as fases do processo decisório sobre os empreendimentos de produção, transporte ou transmissão e distribuição de energéticos, levando em conta a variedade de interesses locais, regionais e nacionais, intensificando a realização de estudos sócio ambientais como elementos substantivos as decisões, resgatando os compromissos até hoje não cumpridos com populações afetadas pelos empreendimentos.

7. Garantia da genuína inserção local dos projetos, como por exemplo na utilização de poços perfurados pela Petrobrás para o abastecimento de água, principalmente no Nordeste, e na manutenção e ampliação de programas de apoio às comunidades desenvolvidos pelas empresas públicas.

8. Estabelecimento de uma política de tarifas e preços, harmônica com o programa econômico do governo, favorecendo o acesso da população carente aos benefícios da energia, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro das empresas energéticas e induzindo o uso racional da energia pelos consumidores. Os contratos de venda a preços subsidiados a consumidores industriais (como no caso da nafta para a indústria petroquímica ou de eletricidade para as indústrias energo-intensivas) deverão ser renegociados.

9. Revisão dos processos de privatização, cancelando aqueles que foram fraudulentos ou danosos ao país.

10. Assegurar a transparência de gestão para a sociedade, com a democratização dos conselhos de administração das empresas de energia, incluindo a representação dos trabalhadores e da sociedade civil, bem como o controle e a regulação dos serviços prestados pelas empresas de energia por intermédio de instituições e mecanismos independentes permeáveis à participação dos consumidores e cidadãos.

11. Os pagamentos das dívidas com fornecedores e empreiteiros deverão ser regularizados, mas também auditados para excluir os efeitos de práticas de cartéis e outros fatores que artificialmente elevem os preços dos produtos e serviços fornecidos.

12. Promover a integração energética com os demais países da América Latina. Uso racional e eficiente de energia

1. Reestruturação do aparelho produtivo, favorecendo o uso de tecnologias, equipamentos e processos de produção e uso eficiente de energia, incluindo a implantação de programas de pesquisa e desenvolvimento ;

2. Propiciar, mediante programas de conservação, de gestão da demanda e de normalização, o aumento da eficiência no consumo direto (através dos equipamentos e dispositivos de uso final, como veículos, eletrodomésticos, edificações, motores, lâmpadas, caldeiras) e no consumo indireto (menor conteúdo energético dos materiais de fabricação empregados, maior coleta e recuperação de resíduos, maior facilidade de manutenção e aumento da vida útil dos produtos) ;

3. Explorar formas alternativas de satisfação da mesma necessidade social com menor uso de energia (por exemplo, ampliação do uso de transporte coletivo de passageiros e ferroviário ou hidroviário de cargas);

Energia elétrica, petróleo e gás natural

1. A expansão e operação do sistema elétrico brasileiro continuará a ser realizada de forma coordenada pelo Estado, priorizando o serviço público, viabilizando a otimização do uso dos recursos hídricos e do sistema de transmissão, fomentando a co-geração, a geração descentralizada, a integração elétrica com os países vizinhos, e considerando a entrada de produtores independentes e a formação de consórcios de auto-produtores, buscando o aumento da eficiência econômica global do sistema.

2. A participação da iniciativa privada na expansão do sistema elétrico, através da autoprodução, da produção independente, da co-geração, da conservação de energia e, eventualmente, da conclusão de empreendimentos paralisados, sem a utilização de recursos públicos ou de subsídios, deverá ser considerada a partir de regras claras e bem definidas do regime de concessões e dos processos de licitação, garantida a preservação do interesse público.

3. Manter e, se possível, ampliar o ritmo de produção e de exploração de petróleo, preservando uma relação reservas/produção otimizada econômica e estrategicamente, através de uma estratégia exploratória integrada no país, complementada pela exploração e produção no exterior.

4. Promover ações de gestão sobre a demanda de combustíveis e sobre a estrutura de refino, de forma a reduzir o estrangulamento em relação ao óleo diesel e ao gás liquefeito de petróleo, bem como permitir a redução de efeitos ambientais negativos.

5. Ampliar o sistema de dutos, reduzindo o transporte rodoviário dos derivados de petróleo e formular uma estratégia de ação do governo, visando o controle dos preços na distribuição do GLP, que poderá incluir a participação estatal.

6. Intensificar a utilização do gás natural, aumentando sua participação na matriz energética brasileira, priorizando sua utilização nos segmentos de maior retorno socioeconômico e ambiental. A importação de gás natural somente deve ser realizada em volumes complementares à produção interna.

7. Acelerar a utilização, na região Norte, do gás dos campos de Juruá e Urucu,

sobretudo para Manaus e Porto Velho, inclusive para geração de eletricidade.

Álcool e bagaço de cana

1. Manutenção do Programa Nacional do Álcool em dimensão coerente com o seu papel estratégico e ambiental no setor energético brasileiro, estabelecendo metas para proporção de carros novos a álcool, teor de álcool na mistura com a gasolina, e os instrumentos de política para atingi-las e para garantir a segurança de abastecimento.
2. Auditoria nas usinas de álcool para verificação dos custos de produção, das relações trabalhistas e da proteção ao meio ambiente, que não correspondem aos avanços tecnológicos conquistados na produção de álcool no país.
3. Mediante os instrumentos fiscais, de controle de compras, e de apoio ao desenvolvimento e difusão tecnológicos buscar: produção integrada de alimentos e de álcool; desenvolvimento de motora álcool para veículos pesados; desenvolvimento da tecnologia de gaseificação de bagaço e difusão da co-geração de energia elétrica a partir do bagaço e da palha de cana com suprimento dos excedentes à rede; aproveitamento de subprodutos de cana e emprego da biotecnologia na produção da cana, do álcool e na proteção ao meio ambiente.

Carvão mineral

Assegurar o adequado tratamento ambiental nas diversas fases da indústria do carvão e um maior rigor na aplicação da legislação de segurança e saúde do trabalho, em todas as suas instalações.

Compatibilizar os padrões de emissão de efluentes das termoelétricas com as normas de qualidade ambiental vigentes ou a serem estabelecidas.

Concluir, dentro do contexto das obras paralisadas do setor elétrico, as termoelétricas de Jorge acerda IV, Jacui e Candiota III, com níveis adequados de controle ambiental e com um rígido monitoramento do seu cumprimento efetivo.

Prosseguir o desenvolvimento das tecnologias de combustão em leito fluidizado e de gaseificação para a geração termoelétrica incluindo o uso de ciclo combinado.

Lenha e carvão vegetal

1. Garantir legalmente o acesso à lenha aos moradores do meio rural e trabalhadores agrícolas que habitam em fazendas, com o cuidado que tal uso não seja predatório.
2. Elaborar e implantaram novo sistema de estímulo ao reflorestamento no país.
3. Propiciar o desenvolvimento de tecnologia apropriada a cada contexto regional

para reflorestamento e carvoejamento de madeira, com aproveitamento de seus subprodutos para a indústria química.

4. Buscar a manutenção do uso de biomassa nas grandes siderúrgicas integradas a carvão vegetal e na produção de ferro gusa, condicionado, porém, à implantação de metas de auto-suficiência mediante reflorestamento e sob rigorosa fiscalização do governo.

5. Estabelecer medidas rigorosas coibindo o desmatamento para abastecer siderúrgicas e outras indústrias, exigindo a garantia da origem renovável da lenha e do carvão vegetal utilizados, através de ação conjunta do Ibama e dos órgãos estaduais pertinentes, e aplicar rigorosamente a legislação de segurança e saúde do trabalho em todas as etapas de produção.

Fontes alternativas de energia

1. Implantar um programa de desenvolvimento tecnológico de fontes alternativas de energia, alocando recursos compatíveis com suas potencialidades, através de um sistema de fomento à ciência e tecnologia na área de energia, envolvendo grupos de universidades e instituições, articuladamente com os centros vinculados ao setor.

2. Utilizar instrumentos de política governamental como financiamentos, subsídios temporários, redução de impostos, encomendas de órgãos públicos e suporte institucional adequado, para difusão do uso de fontes alternativas de energia, tais como micro e minicentrals hidroelétricas; coletores solares térmicos e fotovoltaicos; cataventos e geradores eólicos; biodigestores, em aplicações de maior viabilidade.

3. Levantamento, em cooperação com os municípios, estados e concessionárias de energia elétrica, das comunidades e propriedades rurais e urbanas com déficit de atendimento energético, caracterizando seus requisitos, inventariando e estudando as potencialidades energéticas locais, visando a implantação das opções mais viáveis, através de convênios com comunidades, governos, universidades, cooperativas, ONGs e empresas privadas e públicas.

Energia nuclear

1. As atividades nucleares no Brasil, através do Projeto Angra 1, do Programa Nuclear Brasileiro, sob a égide do Acordo Brasil-Alemanha, e do Programa Paralelo, sob a égide das Forças Armadas, tiveram seu planejamento, execução e controle conduzidos de forma autoritária, centralizadora e fechada, gerando dispêndios vultosos, projetos e empreendimentos interrompidos, e escassos benefícios para a sociedade, e devem ser objeto de profunda reformulação.

2. Revisão institucional para garantir a transparência e controle civil sobre todas as atividades nucleares, incluindo separação das funções de fomento, pesquisas e desenvolvimento—a serem subordinadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia—de controle, fiscalização, regulação e licenciamento—a serem exercidas de forma independente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear devidamente reestruturada; e, após reavaliação de funções, subordinação das empresas industriais e de serviços ao Ministério das Minas e Energia.

3. Angra 2 está em fase bastante avançada em sua construção, com todos os equipamentos eletromecânicos adquiridos e estocados há anos. A conclusão de sua construção, no entanto, deve ser avaliada no contexto de todas as obras paralisadas do setor elétrico, após uma auditoria detalhada em relação aos custos já realizados e aos investimentos a realizar, incluindo o descomissionamento e tratamento de resíduos

4. Realização de auditoria completa sobre os programas e projetos nucleares, visando a apuração do estado atual dos mesmos, dos custos incorridos, e de eventuais responsabilidades.

5. Publicação integral dos termos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, com o levantamento e ampla divulgação dos seus custos econômicos e financeiros, bem como dos danos ambientais e riscos, e, organização de um plebiscito nacional sobre a utilização da energia nuclear para a geração de energia elétrica.

6. Redirecionamento das atividades de pesquisas e desenvolvimento, de forma coerente com as perspectivas futuras de participação da geração nuclear na matriz energética brasileira e com a sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, priorizando: solução para o tratamento e destinação dos rejeitos radiativos, segurança das instalações nucleares, desenvolvimento de radio isótopos e de técnicas úteis à medicina, indústria e agricultura.

7. Luta pela proscrição de todas as armas nucleares em todos os países, renúncia explícita à fabricação e uso de armas nucleares. restringindo o uso da energia nuclear estritamente para fins pacíficos, tal como determina a Constituição, e cumprindo o que determinam os acordos internacionais de salvaguardas e inspeções mútuas já ratificados.

8. Programa Autônomo de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear será revisto e estará subordinado ao controle do poder civil, nos termos da revisão institucional proposta.

37 – Telecomunicações

O atual modelo de telecomunicações do Brasil é inadequado à maioria dos brasileiros. Sua administração sempre direcionou os investimentos e decisões no

sentido de estabelecer os serviços de telecomunicações como suporte de desenvolvimento de fortes grupos econômicos, nacional e estrangeiros—os mesmos que sempre orientaram a política do próprio país.

As prioridades do setor foram coerentes com o projeto econômico do chamado "milagre brasileiro" e, em consequência, hoje dispomos de um sistema de telecomunicações que, embora moderno e sofisticado, competindo em qualidade com os melhores do mundo, também se destaca pela elitização dos serviços, inviabilização de acesso aos mesmos pela maioria da população e desvinculação com os objetivos de áreas básicas do desenvolvimento social.

A política proposta para os serviços de telecomunicações baseia-se no modelo de exploração dos serviços públicos estabelecido na Constituição, conforme o artigo 21, incisos XI e XII. Pretendemos manter o monopólio da União de modo a garantir que as atividades desse setor sejam realizadas dentro do conceito estratégico que lhe é conferido.

Este modelo, no entanto, não encerra todos os aspectos relevantes da questão dos serviços públicos de telecomunicações, implicando definições de política cujos eixos são os que seguem.

Infra-estrutura

A Política Nacional de Telecomunicações, Informática, Informação e Comunicação (PNTIIC) deverá conceber e instituir:

- um Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Sistema Nacional de Telecomunicações, Informática, Informação e Comunicação;
- um Programa Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento para o Sistema Nacional de Telecomunicações, Informação e Comunicação;
- elaboração de um plano de investimentos públicos que objetiva incorporar novas localidades ao Sistema Nacional de Telecomunicações e universalizar a prestação de serviços básicos.

Com relação aos aspectos jurídico - legislativos faz-se necessário:

- a adequação do Código Brasileiro de Telecomunicações;
- a aprovação da Lei de Cabodifusão, que regulamenta a instalação das "estradas eletrônicas";
- a formulação do Plano Nacional de Telecomunicações, Informação e Comunicação e da reformulação do Plano Nacional de Informática e Automação;

- a formulação da Lei de Telecomunicações, Informação e Comunicação, que inclui o Plano

Nacional de Telecomunicações, Informação e Comunicação e o Fundo Nacional de Comunicação, na forma proposta no Capítulo 1:1 deste programa.

Processo

Para a efetivação integral da PNTIIC é necessário também:

- revogar as portarias que desestruturaram as telecomunicações do país. Tais portarias inibem o desenvolvimento da indústria de telecomunicações, da prestação de serviços e cerceiam o avanço científico e tecnológico;
- reformular a estrutura organizacional e de gestão do sistema de telecomunicações vigente, sob os pontos de vista organizacional, gerencial e tendo em conta o seu caráter público.

Isso implica redefinir o papel dos elementos constituintes do sistema de telecomunicações do país (a Telebrás, Embratel, empresas estaduais):

- reengenhar o Sistema Telebrás através da adoção de Contratos de Gestão, tendo como princípio a execução do Plano Nacional de Telecomunicações, Informação e Comunicação, definido com metas objetivas conforme a PNTIIC, aprovada pelo Congresso Nacional.

Democratizar a gestão

A gestão das empresas públicas de telecomunicações deve ser feita com base em diretrizes de um Conselho Deliberativo composto por representantes da cadeia produtiva, dos usuários e representantes da sociedade civil: trabalhadores, pesquisadores, empresários, consumidores e legisladores.

Deve ser criado o Conselho Nacional de Comunicação na forma proposta no Capítulo II deste programa.

Democratizar a informação

É fundamental o estabelecimento de redes de informação com o objetivo de garantir a todos o acesso à informação e possibilitar a comunicação entre o governo e a sociedade. Essas redes permitirão consultas e obtenção de informações em todas as instâncias do poder público, promovendo transparência das atividades governamentais. Destacadamente, o processo orçamentário da União poderá ser fiscalizado pelos cidadãos, com participação popular desde a elaboração até a execução.

Para isso, deverão ser implantados programas que tomem públicas as informações

do Estado, que serão de utilização direta e sem qualquer tipo de intermediação.

38 - Reconstruir em novas bases o Sistema Nacional de Transportes

O Governo Democrático e Popular buscará interromper o longo ciclo de sucateamento do sistema de transporte brasileiro, iniciado na rede ferroviária e portuária e agora também no sistema rodoviário.

A recuperação da malha viária existente, seu aprimoramento e a integração intermodal (ferrovias, rodovias, hidrovias, portos) deverá ser a prioridade básica.

Os investimentos a serem estabelecidos por um Plano Nacional de Transportes deverão ter como objetivos:

- aumentar a participação dos sistemas ferroviários, hidroviários e de cabotagem no transporte de cargas e passageiros, buscando reduzir o custo social dos transportes;
- alterar a atual matriz ferroviária voltada à exportação pelo Atlântico, buscando aumentar a capacidade de transportes de cargas internamente, principalmente nas grandes regiões agrícolas e visando reduzir os custos dos alimentos e insumos como base para a implantação do mercado interno de massas;
- buscar maior integração da rede de transportes brasileira com os países da América do Sul, visando facilitar a consolidação do Mercosul e de outros programas regionais;
- buscar reduzir as desigualdades regionais e facilitar o escoamento da produção nas regiões objeto de reforma agrária e de programas de desenvolvimentos regionais;
- grande avanço institucional real amado hoje no setor de transportes é a busca da reunião de seus vários ramos no Ministério dos Transportes. O quadro atual é de grande dispersão.

A política nacional de trânsito fica a cargo do Ministério da Justiça; o transporte aéreo é de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica; parte das atribuições relativas ao transporte marítimo e fluvial estão no Ministério da Marinha; e o vale-transporte, instrumento fundamental de financiamento do setor, está no Ministério do Trabalho. Por esta razão, o esforço hoje deve ser de unificar as ações de transporte.

Problemas do sistema de transportes.

Os principais problemas que agravam hoje o setor de transportes, no âmbito Federal, são os seguintes:

- deterioração elevada da infra-estrutura viária do Sistema Nacional de Transportes;
- desequilíbrio da matriz modal de transportes a favor do sistema rodoviário, implicando maiores custos sociais para o país;
- falta de condições de atendimento às necessidades das novas regiões agrícolas e de extração mineral;
- absoluta falta de planejamento, principalmente de caráter estratégico, com a degeneração do sistema de informações do setor;
- política fiscal e tarifaria caótica;
- exagerada ênfase na privatização como solução dos problemas do setor;
- ausência de programas de financiamento para o setor;
- fraca utilização de sistemas multimodais, sem utilização adequada das cargas;
- irresponsável política de descentralização (estadualização).
- impasse criado pela aprovação da Lei dos Portos, na relação capital-trabalho;
- exagerado grau de monopólio e cartelização dos serviços de transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros por ônibus;
- elevado índice de ociosidade do parque de construção naval e ferroviário;
- reduzidíssima utilização do potencial de` vias navegáveis do país para o transporte interno;
- prevalência dos interesses das empreiteiras na definição dos investimentos do setor, gerando ociosidade e padrões inadequados à demanda de transportes;
- fraca compatibilidade da política de armazenamento com a infra-estrutura multimodal instalada;
- falta de padronização e normalização tecnológica dos diversos modais.

Diretrizes

Na busca da reconstrução do Sistema Nacional de Transportes, o governo Lula deverá pautar sua ação no setor com as seguintes diretrizes:

- as ações governamentais deverão dirigir se à formulação de uma nova matriz de

transportes, com ênfase nas modalidades ferroviária, marítima e hidroviária, melhorando os padrões de integração intermodal, sem prejuízo da estrutura rodoviária existente;

- modelo institucional deverá definir com clareza a divisão das atribuições entre a iniciativa privada e o Estado, reservando a este, em todos os casos, no mínimo as funções de planejamento, controle, fiscalização e normatização;

- instaurar um verdadeiro e amplo processo de planejamento participativo, integrado e permanente no setor, definindo um Plano Nacional de Transportes, que deve ser divulgado no máximo até o sexto mês do mandato presidencial;

- criar o Fundo Nacional de Transportes, recriando a prática de recursos vinculados para a manutenção da infra-estrutura de transportes. O produto da arrecadação do imposto sobre combustíveis deve ser distribuído a todas as instâncias que têm a seu cargo o provimento da infra estrutura de transportes, nas esferas federal, estadual e municipal;

- as concessões à iniciativa privada devem ser vistas como investimentos de risco para o concessionário, sem quaisquer garantias de recursos ou incentivos governamentais. Suas despesas devem ser financiadas por meio de tarifas cobradas do usuário do serviço de transporte, mediante aval do governo;

- sistema tributário aplicado ao setor deverá ser reformulado, de modo a assegurar o retorno a este de grande parte dos recursos por ele gerados para o Estado, que investirá prioritariamente em:

1. recuperação da estrutura existente;

2. pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

3. treinamento de mão-de-obra, com vistas à sua especialização;

4. programa extenso e intenso de educação no trânsito;

- investimentos novos em infra-estrutura;

- instituir o Conselho Nacional de Transportes, integrado por representantes governamentais da União, estados, e municípios, iniciativa privada, agentes financeiros e trabalhadores;

com o objetivo de formular políticas, normas e medidas macrogestoras e assegurar o cumprimento do Plano Nacional de Transporte;

- buscar o apoio das entidades de classe da engenharia nacional e trazer também a engenharia militar para esta cruzada de reconstrução do Sistema Nacional de

Transportes;

- buscar entrosar os planos de investimentos no transporte com os relativos à infraestrutura de armazenamento para aumentar produtividade e reduzir custos sociais.

Política nacional de transporte urbano e trânsito

O transporte urbano não pode ser tratado como questão específica para que as soluções não resultem em medidas paliativas, atingindo apenas os efeitos negativos do transporte enquanto operação.

A abordagem mais ampla, atentando para a relação de interdependência existente entre transporte, espaço urbano, e o sistema produtivo, é fundamental.

A Constituição de 1988 definiu o transporte coletivo como serviço de caráter público e essencial, atribuindo aos governos municipais competência para organização e prestação do serviço. A par dessa definição, deve ser entendido que é dever do Estado assegurar a toda população o acesso ao serviço que garanta suas necessidades de deslocamento.

PROPOSTA

1. Com o objetivo de garantir cidades com oportunidades iguais para todos e elevar os habitantes à condição de cidadãos, o Governo Democrático e Popular deverá subordinar, ao nível federal, assuntos de transporte e trânsito, a uma única política nacional. O trânsito deve deixar de ser um problema de polícia para ser um instrumento de organização da circulação e transporte. A concepção unitária entre transporte, trânsito e espaço urbano é condição básica para a radical reforma urbana pretendida.

2. Algumas diretrizes de responsabilidade fortemente municipal deverão ser incentivadas e apoiadas com investimentos, capacitação técnica e outros recursos de origem federal:

- priorização dos investimentos e utilização do sistema viário para o transporte coletivo e rede de calçadas e ciclovias para o deslocamento a pé ou de bicicleta;
- planos de descentralização urbana no sentido de reduzir a necessidade de deslocamento da população:
- planos de desenvolvimento urbanos, metropolitanos e de transporte concebidos com a participação legislativa, popular e entendimento entre os municípios nos casos metropolitanos;
- modernização e expansão do transporte ferroviário e metroviário sempre vinculado à integração com o sistema de ônibus e apoiado em estudos que comprovem que

outras modalidades com menores custos de investimentos não se mostrem viáveis; - a adoção de novos modos, corredores e tecnologia de transporte sempre tendo como preocupação a integração com os outros setores urbanos, compatibilizando o equilíbrio ecológico, o crescimento econômico e social, a melhoria da qualidade de vida e o nível de trabalho e empregos.

1. Incentivar as ações estaduais e municipais no sentido de mobilizar a sociedade para reduzir drasticamente o número de acidentes de trânsito que acarreta mais de 50 mil mortes anuais. No âmbito federal, esta ação deve ser desenvolvida por todos os ministérios envolvidos, através de um Programa Nacional de Segurança no Trânsito.

2. O governo federal deve atuar na geração e difusão de conhecimentos, regulamentação e normatização. Deverão ser montados programas de apoio locais, mobilizando universidades federais, estaduais e municipais, para a capacitação de órgãos gestores de transporte e trânsito municipais. Desenvolverá programas de incentivo ao aumento de produtividade dos sistemas de transporte urbano, articulando operadores públicos e privados, fabricantes, órgãos gestoriais e órgãos financiadores para desenvolvimento e implantação de projetos e equipamentos que promovam o aproveitamento racional das obras e vias de circulação, priorizando sempre o transporte coletivo e a segurança.

3. Será criado o Fundo Nacional de Transporte, que investirá no setor, em ações que priorizem o transporte nas cidades, buscando inclusive viabilizar uma tarifa condizente com a capacidade de pagamento dos usuários do sistema, subsidiando-a, se necessário, como é feito na maior parte do mundo.

4. Governo Democrático e Popular atuará no sentido de suplantar o impedimento institucional para que seja possível a adoção pelos municípios de mecanismos de financiamento e custeio do sistema, a exemplo da taxa transporte.

5. Será aprimorado o Conselho Nacional de Transporte Urbano que contará com a participação de órgãos municipais, estaduais e federais, representantes de trabalhadores, empresários e usuários de transporte, cujas funções, entre outras, será definir prioridades e dar transparência à alocação de recursos e políticas de transporte para o país.

6. No sentido de garantir o benefício do vale transporte para todos os trabalhadores, serão firmados convênios com estados e municípios para a fiscalização e controle de sua concessão.

7. Entendendo que a experiência das câmaras setoriais demonstrou ser um espaço democrático e transparente, em que os trabalhadores constituem força ativa na estratégia de desenvolvimento do país, propõe-se, dentro de uma política de barateamento de tarifas, a transformação da Comissão Especial em Câmara Permanente de discussão para o setor de transporte objetivando:

- acompanhamento, controle e formas de redução de preços dos insumos e impostos do setor;
- dar diretrizes da política industrial do setor de transporte;
- redirecionar as políticas de financiamento do setor.
- O governo federal desenvolverá mecanismos para o fortalecimento de empresas públicas aos municípios que demonstrarem bons níveis de controle, eficiência e participação de trabalhadores e usuários.

8. Atuará no sentido de acabar com as limitações administrativas que impedem qualquer financiamento do governo federal às empresas públicas, garantindo oportunidades e condições semelhantes às empresas privadas.

CAPÍTULO VII

TRANSFORMAR A ECONOMIA E A SOCIEDADE CONSTRUINDO A NAÇÃO

Com o Governo Democrático e Popular as maiorias nacionais serão chamadas a um engajamento ativo na definição das questões econômicas. Assumindo a direção da Nação, promoverão um processo de democratização da vida econômica, e procurarão reorientar a economia, buscando um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na constituição de um mercado interno de massas, isto é, na criação de um círculo virtuoso de crescimento entre salários, produtividade, consumo e investimentos. Haverá um processo de distribuição da riqueza, da renda e do poder, condição do novo processo de desenvolvimento.

Assim, será realizada uma ampla reforma agrária, que democratizará a propriedade rural; uma política de segurança alimentar assegurará a disponibilidade de alimentos a baixo preço, de boa qualidade e em quantidade suficiente para erradicar a fome do país; o desenvolvimento rural, dando condições para uma agricultura auto-sustentável, permitirá a melhora das condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres do campo.

Será compromisso do Governo Democrático e Popular a defesa intransigente dos salários e do direito de todo trabalhador a um emprego com remuneração digna. Será iniciada a recuperação do salário mínimo legal; será buscada a reposição negociada das perdas salariais, estimulada a implantação do contrato coletivo de trabalho com unificação das datas-base; serão implementados um conjunto de programas emergenciais direcionados para erradicar a miséria. Além disso, será

instituído um Programa de Garantia de Renda Mínima, começando pelos cidadãos que detêm pátrio poder sobre menores em idade escolar. Será realizada uma ampla mobilização nacional pelo direito ao trabalho para todos, articulando políticas públicas com iniciativas da própria sociedade para a geração de empregos, e incluindo um programa ofensivo de redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Para além de políticas redistributivas, será buscada a reestruturação gradativa da própria estrutura produtiva, visando a elevação da produtividade, a ampliação da oferta dos bens de consumo para os assalariados, além da geração de empregos. O Estado será reformulado: desprivatizado e submetido ao controle da sociedade. O chamado Programa Nacional de Desestatização será interrompido e revisto. O Estado coordenará o desenvolvimento econômico, bem como o processo de distribuição de renda. Uma reforma tributária aliviará os impostos indiretos (regressivos), e ampliará de modo progressivo os impostos diretos e serão combatidas a evasão fiscal, a sonegação e a inadimplência.

Ampliaremos as relações econômicas com todos os países, buscando uma inserção solidária e soberana na economia mundial, priorizando um processo de integração econômica com os países da América Latina. Realizaremos uma minuciosa auditorias nos contratos relativos à dívida externa e exigiremos a abertura de novas negociações, garantindo a interrupção da imensa drenagem de recursos para o exterior.

A inflação será combatida nos marcos de uma política global de desenvolvimento e distribuição de renda, com uma estratégia que atacará suas várias causas: conflito distributivo, transferência de recursos para o exterior, juros altos e especulação financeira, crescimento da dívida pública. expansão monetária e fragilidade financeira do setor público.

Estabeleceremos as bases para uma sociedade em que a riqueza social seja apropriada pelos que a produzem.

39 - Desenvolvimento com distribuição da riqueza, da renda e do poder

Novo ciclo longo da vida nacional precisa iniciar-se

O Brasil é viável e seu potencial só será plenamente explorado quando for construído para todos, criando-se uma sinergia positiva entre as necessidades de nossa população e o perfil da nossa base produtiva. Por isso, chamamos todos a intervir na crise— não como especialistas, mas como cidadãos. Não é preciso muito para entender que modernidade alguma se alcança destruindo a estrutura produtiva que já se conquistou e que é a única disponível. Que caminha para trás quem transforma engenheiros em vendedores de sanduíche, agricultores em párias, metalúrgicos em

camelôs, professores em desesperados. Que existe um imenso caminho aberto a uma economia razoavelmente estruturada, cheia de capacidade ociosa— em força de trabalho, em terras e em equipamentos, que se disponha a produzir para um mercado potencial de 150 milhões de pessoas, partindo de uma base tecnológica, em geral, adequada a esse movimento. Que a nossa infração deve explicar-se mais pela falta de produção investimento do que pelo excesso de demanda, mais pelos custos financeiros presentes do que pelas expectativas de déficit públicos futuros. Que é impossível redimir o Brasil, enquanto permanecerem no poder grupos econômicos que enviam, por ano, ilegalmente, bilhões de dólares para contas no exterior.

Novo ciclo longo da vida nacional precisa iniciar-se, e o seu adiamento aumenta o risco de desarticulação de parte substantiva de uma estrutura econômica que levamos cinquenta anos para construir. Não faltam condições estruturais para que o Brasil volte a ingressar numa trajetória sustentada de crescimento acelerado. Somos um país continental, dispomos de abundantes recursos minerais, extenso território agricultável, energia farta, sistemas de transportes e de telecomunicações perfeitamente capazes de aperfeiçoamento em tempo hábil. Montamos um parque industrial complexo e diversificado. Temos uma força de trabalho deficiente e criativa, capaz de adequar-se com rapidez aos requisitos do progresso técnico internacional. Dispomos de sistemas empresariais públicos e privados que, embora até agora comprometidos com o processo de concentração de renda, foram historicamente vocacionados para o crescimento e a modernização produtivos. Por fim, e não menos importante, temos um mercado interno de significativas dimensões, que proporciona economias de escala e fontes de dinamismo para um intenso e prolongado ciclo de investimentos.

Toda esta riqueza nos torna capazes de suprir as importações necessárias ao desenvolvimento, através de diversificado e agressivo comércio exportador. Ao controle de outros países da América Latina, nosso setor externo tem condições estruturais de enfrentar os desafios do crescimento econômico, desde que não sejam adotadas políticas que impliquem grave sobre valorização da taxa de câmbio e abertura comercial indiscriminada.

Quase quinze anos de crise levaram a Nação a esquecer seu potencial. Nosso projeto inclui recolocar a economia na trilha do crescimento econômico de longo prazo, pela via de um modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno de massas, iniciando um ciclo econômico distinto da modernização conservadora do passado, quando se combinaram admirável capacidade de expansão com vergonhosa incapacidade de estender os frutos do crescimento à maioria da população.

Nossas desvantagens contém elementos que podem ser positivos.

Nossa economia está hoje, naturalmente, muito atrás das mais desenvolvidas. Mas não temos porque copiar as políticas econômicas dos países do capitalismo central,

pois grandes traços das estruturas de produção, distribuição e consumo do Brasil são específicos.

Nos países desenvolvidos, o nível de consumo atual, principalmente dos produtos tradicionais, já corresponde a uma relativa saciedade de suas populações, forçando-os a apressar o desenvolvimento de novos produtos—especialmente os eletrônicos. Em nosso caso, a demanda por produtos industriais tende a crescer com rapidez, inclusive no caso daqueles produzidos pelas indústrias ditas tradicionais, como a alimentar e a têxtil. Quanto ao parque produtivo, os países desenvolvidos ocupam posição de ponta e são bastante homogêneos.

Por isso, as mudanças nas suas estruturas de produção e consumo são quase sempre menores e afetam de forma mais lenta, embora mais generalizada, a produtividade global. Para elevar essa produtividade, eles dependem basicamente da introdução de tecnologias de fronteira que têm tido resultados perversos em termos de emprego.

No Brasil, as mudanças na estrutura produtiva tendem a ser mais radicais, pois a força de trabalho está distribuída por segmentos que apresentam os mais distintos níveis de produtividade, inclusive aqueles baixos ou muito baixos. Deslocando trabalhadores dos setores atrasados para os setores modernos, há grande elevação de produtividade. Além disso, a economia brasileira tem dificuldade de gerar tecnologia, mas sempre foi muito eficiente em incorporá-la. Como mesmo os nossos setores modernos estão relativamente atrasados — resultado, essencialmente, dos doze anos de instabilidade macroeconômica e de reduzido investimento—o setor produtivo necessariamente experimentar a grande salto tecnológico assim que puder voltar a crescer de forma sustentada. Assim, nossa desvantagem contém elementos que, dinamicamente e no contexto de uma estratégia correta, representam oportunidades relativamente fáceis de aumento de produtividade e de desenvolvimento.

Desenvolvimento pelo mercado interno de massas

O primeiro elemento que distinguirá o novo ciclo de desenvolvimento será que sua dinâmica será dada por um circuito virtuoso de crescimento entre produtividade, salários, consumo e investimentos, Sua preservação ao longo do tempo dependerá, portanto, de gerar progressiva desconcentração da renda nacional.

Promoveremos o desenvolvimento a partir da criação de um mercado interno de massas. Isto requererá:

- um Estado reformado: organizado, "desprivatizado" e aberto a participação popular, a serviço da sociedade e da soberania nacional, que tenha instrumentos efetivos tanto para indução estratégica dos objetivos da política de desenvolvimento, quanto para gerir o curto prazo de modo a evitar ou minimizar os efeitos de eventuais

desequilíbrios no campo macroeconômico ou mesmo na esfera macroeconômica;

- um novo perfil distributivo da renda nacional, através da ampliação do poder aquisitivo dos salários (sobretudo os de baixa remuneração). de políticas distributivas a partir dos gastos do Estado, do aumento da oferta e da eficácia dos serviços públicos para os segmentos mais pobres da população;

- uma nova estrutura de sistema financeiro que tenha condições efetivas de ampliar a oferta de financiamento de longo prazo e coibir as manobras especulativas com moedas que possam ter impactos inflacionários;

- um novo tipo de inserção internacional (financeira e comercial) da economia brasileira de modo a aprimorar a forma de absorção de poupanças e tecnologias estrangeiras. Estas devem cumprir um papel de complementação do esforço de desenvolvimento e não apenas criar novas condições de rentabilidade para capitais e equipamentos eventualmente excedentes nos países do chamado Primeiro Mundo. Podem também dar sentido estratégico às operações de exportação e importação de bens e serviços para que estas possam vir a constituir um instrumento importante de ampliação do mercado interno de consumo;

- a redefinição do papel social das grandes empresas nacionais e estrangeiras. para que sua lógica de acumulação submeta se aos interesses da maioria da população, por meio de mecanismos regulatórios democratizados das estratégias de atuação empresarial, de políticas de formação de preços, de desenvolvimento tecnológico e de outros mecanismos;

- definir uma política de estabilização macroeconômica de novo tipo.

É necessário o engajamento ativo das maiorias nacionais

O desenvolvimento pelo mercado interno de massas não é um processo que se estabeleça de forma eficiente na ausência de forte determinação política. Mas sua viabilidade é muito grande, a começar pelo fato de que foi concebido compreendendo-se as tendências inerentes à evolução da economia brasileira. Dentre as alternativas historicamente possíveis, estaremos pondo em marcha a mais atraente para o futuro do país e de sua classe trabalhadora.

Assim, o segundo elemento distintivo do novo ciclo de desenvolvimento é que ocorrerá sob vigilância e pressão das forças democráticas e progressistas do país. Estes setores propõem a adoção pela sociedade de um novo imaginário, redefinindo profundamente os valores dominantes, contribuindo para criar condições para a implantação do desenvolvimento pelo mercado interno de massas; e impulsionarão a realização de profundas reformas estruturais.

A construção de uma alternativa só pode resultar do engajamento ativo das grandes

maiorias, com a formação de um novo bloco histórico que formule um projeto nacional e assuma a direção da Nação. A luta democrática e popular contra o domínio dos grandes monopólios e oligopólios, contra a dependência externa e contra o latifúndio será desdobrada em iniciativas que visarão eliminar as bases do poder político e das posições econômicas de setores como os donos de latifúndios improdutivos os integrantes do cartel de empreiteiras e o setor financeiro—que hoje concentram riqueza e poder e nada de positivo oferecem ao Brasil. Para consolidar a nova hegemonia na sociedade será fundamental a democratização da vida econômica.

A democratização da vida econômica.

A economia capital isto é governada por métodos autoritários sob um verniz de liberdade. No mercado, há liberdade de iniciativa, ou seja, todos têm liberdade de produzir e vender, mas dentro das empresas impera a vontade apenas de quem detém a sua propriedade ou a representa.

Pior, o monopólio do poder de decisão dos proprietários é exercido com o objetivo de maximizar o lucro, sem necessidade de considerar os interesses dos consumidores dos produtos nem dos trabalhadores que os produzem. As intenções de quem dirige as empresas são manadas em segredo dos que executam o trabalho e dos que lhe vendem matérias-primas, energia e serviços, impedindo por definição qualquer coordenação dos planos das empresas.

A demanda que o mercado revela, e à qual os agentes econômicos devem adaptar-se, não é idêntica às necessidades sociais ou ecológicas, mas depende da distribuição de renda e da produção de capital já existentes; só quem detém renda e capital é reconhecido como demandante legítimo e torna-se capaz de estimular a alocação mercantil de recursos. Desta forma, desconhecem-se tanto custos quanto necessidades sociais e ambientais.

Além disso, o mercado depende de decisões atomizadas, em geral presas a horizontes de curto prazo. Muitas ações perfeitamente justificadas tendo em vista as necessidades de conjunto de um país, ou de toda a humanidade a longo prazo, não são percebidas. O mercado favorece a concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais. E o seu controle por setores oligopolizados amplia estas distorções.

Para evitar que a concorrência irrestrita e o subjetivismo na tomada de decisões pelos empresários faça a economia global oscilar entre crescimento insustentável e crise, o governo executa a política econômica.

Embora ela seja de responsabilidade de governos eleitos, na prática é concebida e executada por uma reduzida equipe de economistas, que age em segredo e dispara, em geral de surpresa, medidas destinadas a unificar expectativas e estabilizar preços, salários e demais valores nominais.

O autoritarismo nas empresas e o autoritarismo na política econômica condicionam-se mutuamente e estão na raiz do fracasso em estabilizar os valores nominais no Brasil e fazer a economia retomar o desenvolvimento.

Trataremos de criar instituições que permitam a participação da sociedade civil na política econômica, através das entidades de classe e dos consumidores, e que permitam que trabalhadores e consumidores possam tomar parte em decisões empresarias estratégicas, em nível geral e setorial, além de tomarem conhecimento do desempenho das empresas e de suas margens de lucro. A democratização da vida econômica, além de ser um valor em si, criará condições para superar a crise.

Serão convocados fóruns por cadeia produtiva em que estarão representados empresas, trabalhadores, consumidores e governo. As atuais camarás setoriais são um dos modelos possíveis para estes fóruns. Serão confeccionadas planilhas de custo confiáveis para os principais produtos de cada cadeia produtiva. Como as informações contidas nestas planilhas são fundamentais para negociar os conflitos de interesses entre empresas, entre patrões e empregados e entre fornecedores e consumidores, será necessário estabelecer como norma o direito de representantes credenciados de trabalhadores e consumidores examinarem a contabilidade de empresas.

As negociações para alinhar preços, salários e tributos deverão se pautar pelo pleno reconhecimento dos direitos de:

- os consumidores serem protegidos contra produtos nocivos, inócuos e de qualidade inferior à prometida pelos fornecedores, e de pagarem preços que correspondam aos custos reais mais uma margem de lucro que possibilite os investimentos necessários na expansão da produção e na melhoria dos produtos;
- os trabalhadores receberem salários que lhes possibilitem manter seu padrão de vida habitual, obterem a reposição de perdas salariais comprovadas e aumento dos salários, à medida que o crescimento da produção e da produtividade o permitirem sem necessidade de repasse aos preços dos produtos;
- as empresas auferirem margens de lucro compatíveis com o montante de capital investido e que sirvam para realizar as inversões que também as outras duas partes consideram necessárias; elas deverão ter o direito de repassar aos preços aumentos de custos "externos" aos fóruns por cadeia produtiva, como o encarecimento de produtos importados.

Uma preocupação específica deverá ser a de reduzir a predominância dos oligopólios;

além dos mecanismos de compartilhar decisões citados anteriormente, o governo adotará também políticas que introduzam uma pressão do mercado que hoje não existe, inclusive com a liberação coordenada de algumas importações.

A formação da política industrial e agrícola, da política de comércio exterior, da política tecno-científica, deverá se basearem contribuições dos fóruns por cadeia produtiva, que são a unidade mais adequada para analisar a inserção do Brasil no mercado mundial e a maior ou menor abertura do mercado brasileiro à competição externa. As políticas industrial e agrícola, de comércio externo e tecno-científica visam adequar o nosso desenvolvimento aos anseios do povo dentro das possibilidades e limitações do mercado internacional. Portanto, sua implementação pressupõe eficaz coordenação de empresas complementares e participação interessada de consumidores e de trabalhadores. Por isso, os fóruns por cadeia produtiva terão papel importante no detalhamento e na implementação destas políticas. Pela primeira vez, as tecnocracias governamentais e empresariais terão oportunidade de ter como interlocutores representantes qualificados de consumidores e trabalhadores. Em pequena escala, algo desta natureza já vem sendo feito em algumas câmaras setoriais. Com sua generalização, e pela presença de representantes de consumidores e de trabalhadores em todos os níveis de negociação, será evitado o risco do corporativismo.

Este novo tipo de condução do desenvolvimento não pressupõe a eliminação dos mecanismos de mercado, através dos quais continuarão se realizando todas as transações: compra e venda de mercadorias, admissão e demissão de trabalhadores, aplicações financeiras e concessão de crédito.

Mas a evolução futura do mercado será melhor conhecida, as políticas públicas serão formuladas transparentemente e implementadas com a participação de todos os interessados; assim, as decisões básicas da economia serão mais congruentes e melhorará o seu desempenho.

Os proprietários ou seus representantes passarão a dividir progressivamente o poder de decisão com consumidores e trabalhadores .

O desenvolvimento como qualidade de vida

O terceiro elemento distintivo do novo ciclo de desenvolvimento será a adoção de uma visão da economia baseada em outros pressupostos, para além, unicamente, do conceito de crescimento. O desenvolvimento não pode ter como objetivo último a busca da qualidade produtiva, mas sim a da qualidade de vida. Esta concepção de desenvolvimento parte das referências que estabelecemos nos capítulos anteriores deste programa.

Conseqüentemente, buscaremos como indicadores do desenvolvimento, entre outros, os parâmetros já equacionados por fóruns internacionais para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

40 - Salário, emprego e distribuição de renda

As formas mais dramáticas da crise: inflação e pobreza

Apesar das vantagens dinâmicas, reais ou potenciais, anteriormente apontadas, das potencialidades nacionais em termos de território, recursos naturais e população, o Brasil está extenuado pela crise estrutural da economia, que já se arrasta há mais de uma década e produziu problemas cumulativos, cujo equacionamento é imprescindível para que haja retomada firme do crescimento. A falta de investimento público e privado, bem como de financiamentos de longo prazo, aliadas a sucessivas políticas recessivas, implicaram um atraso considerável em vários setores produtivos, na deterioração da infra-estrutura e no colapso dos serviços sociais em geral, de responsabilidade do Estado.

As formas mais dramáticas da crise são: o aumento galopante da pobreza absoluta; e uma instabilidade monetária crônica, por muitos chamada "superinflação".

Optar entre a necessidade de estabilização macroeconômica e a retomada prioritária do crescimento, visando combater o desemprego e a miséria, é uma falsa questão. Ao contrário, a solidez das propostas que visam um novo ciclo de crescimento econômico é que ajudará a difundir na sociedade o estado de confiança necessário para que se possa atingir um horizonte de rentabilidade de longo prazo a partir de projetos estruturantes que articulem os mercados interno e externo e retirem os capitais privados da rota especulativa. Os agentes que atualmente se beneficiam do lucro inflacionário e têm resistido a todas as políticas de estabilização, como o setor financeiro, terão que sofrer as perdas inerentes a esse processo, para abrir novas perspectivas de ganhos aos que não se opuserem aos interesses gerais do país.

É imperioso reverter um quadro em que cada vez mais gente—idosos, adultos jovens, adolescentes e crianças—transpõe o limiar das condições mínimas de sustentação da vida. A participação dos salários na renda nacional urbana caiu sistema basicamente, como resultado de políticas que trouxeram o arrocho salarial e o desemprego em massa. Sociedades com níveis médios de renda muito inferiores aos nossos não vivem esse drama, vergonha nacional.

A primeira frente da questão distributiva, como veremos adiante, é a distribuição da riqueza propriamente dita, especialmente no caso da terra, acompanhada pelo barateamento do custo real da cesta básica alimentar. A segunda é uma política de rendas —a partir da recuperação do nível de emprego e da defesa do valor real dos salários —e a criação de um quadro econômico e institucional que reforce as condições de participação popular, de controle social sobre a economia, e aumente o poder de barganha dos trabalhadores. A terceira são transferências diretas para os grupos mais fragilizados.

Finalmente, mas não menos importante, deveremos enfrentar com coragem o problema do desemprego e do subemprego. O desenvolvimento de um novo modelo de sociedade que opere mudanças radicais no terreno econômico e retome o crescimento com distribuição de renda exige uma ampla mobilização nacional pelo direito ao trabalho para todos. O objetivo de uma cidadania plena para as grandes maiorias nacionais não pode se limitar à adoção de medidas de política social de caráter compensatório. São medidas paliativas, necessárias mas insuficientes. É fundamental articular o novo modelo de desenvolvimento econômico e social a um projeto de sociedade capaz de garantir o direito ao emprego para todos. Isso exige uma complexa articulação de políticas públicas e de iniciativas da própria sociedade, desde a adoção de um audacioso programa de investimentos do poder público para a geração de emprego, até a redução da jornada de trabalho nos principais setores da economia, passando pela aplicação de recursos públicos e privados na formação profissional e na reciclagem dos trabalhadores visando otimizar sua integração ao mercado de trabalho.

Serão privilegiadas ações com resultados diretos, como por exemplo:

- criação de empregos na ampliação de serviços sociais como saúde e educação, abrangendo sobretudo áreas urbanas, trabalhadores com um mínimo de qualificação e escolaridade e esferas estaduais e municipais de governo;
- programas de emprego vinculados à ampliação da infra-estrutura econômica e social, inclusive como programas emergenciais destinados a áreas de baixa renda e com tecnologia de baixo custo, possibilitando a incorporação de trabalhadores sem qualificação. Ainda relativamente ao problema do emprego, o Estado, em parceria com os trabalhadores e com os empresários, deverá articular diferentes políticas visando desenvolver um programa incentivo de formação e reciclagem profissional, além de um programa ofensivo de redução da jornada de trabalho, na perspectiva de uma jornada de 40 horas, sem redução de salário.

No mesmo sentido, o Estado adotará os seguintes mecanismos na área da política de crédito:

- a manutenção e aumento do nível de emprego nas empresas passará a ser um critério de financiamento público das empresas;
- a definição de políticas para o financiamento público de empresas cooperativas, auto gestionárias, familiares, microempresas

O ataque à pobreza deve ser feito em várias frentes

Não há desenvolvimento rural possível com os níveis atuais, que são crescentes, de miséria a que estão submetidos os trabalhadores do campo. Estudo recente da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) fez uma rápida avaliação dos três programas considerados mais importantes — Plano

Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste (Pólo-Noroeste)—e mostrou que as políticas do governo brasileiro de combate à pobreza rural ficaram muito distantes dos propósitos e metas estabelecidas. Para ficar apenas no exemplo do PNRA, a FAO estima que apenas entre 1% e 1,5% das 6,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra foram efetivamente beneficiadas, decorridos mais de cinco anos de seu início.

Como vimos, o ataque à pobreza terá que ser feito em várias frentes, sendo uma delas a distribuição de propriedade propriamente dita, especialmente no caso da terra. Outra é uma política de rendas. Ela deverá ser gradual (para permitir a melhor articulação possível com as outras políticas econômicas e com a esfera jurídico-institucional), ofensiva (para que os trabalhadores e os até hoje excluídos tenham suas condições de vida efetivamente melhoradas) e transparente (para que possam ocorrer alterações democraticamente definidas e todos os agentes econômicos possam se preparar para seus efeitos). Entre seus mecanismos encontra-se em primeiro lugar a elevação gradual e permanente do salário mínimo real, tendo como meta dobrar seu valor anual no menor prazo possível e, no período subsequente, atingir o nível apontado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Devese atentar que a concretização desta política de aumento do poder aquisitivo do salário mínimo, exige a implementação de um conjunto coordenado de medidas de política industrial, agrícola e de desenvolvimento da infra-estrutura de serviços, de modo que a economia possa responder a esta pretendida e desejada elevação do nível da demanda efetiva interna.

Além da política para o salário mínimo, pretende-se elevar os valores do salário família, desde que garantida a fonte de recursos necessária e eliminado o seu caráter universal, dirigindo-o apenas à população mais carente.

Em segundo lugar, está prevista uma política de preservação dos salários reais, de reposição negociada das perdas salariais e de estímulo à implantação do Contrato Coletivo de Trabalho, articulado em nível nacional, setorial e das empresas. O objetivo do Contrato Coletivo, com unificação das datas base, não será simplesmente redefinir uma nova política salarial, mas, sobretudo, negociar democraticamente as novas relações de trabalho e garantir a participação dos trabalhadores nas definições gerais de política econômica, aumentando também o compromisso dos sindicatos com a política macroeconômica. Em terceiro, o governo deverá ampliar medidas de controle da rotatividade de mão-de-obra e do abuso de horas extras, estratégia patronal de elevado poder de corrosão sobre quaisquer política de rendas e que tende a inibir investimentos em treinamento e qualificação, reduzindo assim o potencial aumento da produtividade do trabalho.

Em quarto, dever-se-á considerar a necessidade de estender a cobertura e elevar os atuais valores do seguro-desemprego, de forma associada a um programa intensivo de formação e reciclagem profissional.

O ataque à pobreza deve ser feito em várias frentes –II

O Governo Democrático e Popular implementará um conjunto de programas emergenciais que não deverão ter um caráter meramente assistencial ou beneficente, mas deverão procurar promover a integração social e econômica dos excluídos do mercado interno de consumo e do acesso aos direitos sociais.

Para o financiamento destes programas, além da destinação de uma parcela de recursos orçamentários, será constituído um Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), cuja principal fonte de recursos será formada por tributação específica sobre grandes fortunas, a ser regulamentada pela Congresso Nacional, ou de tributação emergencial sobre o patrimônio das grandes empresas e das pessoas físicas de elevado nível de riqueza. tal como foi feito na maioria dos países da Europa no segundo após-guerra.

Neste caso, ressalte-se que o patrimônio é, entre nós, ainda mais concentrado que a renda, estando 53% da riqueza do Brasil (terras, imóveis rurais e urbanos, ativos financeiros) em mãos de apenas 1% de sua população. O conjunto potencial de contribuintes para esse fundo seria relativamente pequeno, não atingindo 150 mil famílias, ou menos de 1% da PEA, detentores de patrimônio superior a US\$ 1 milhão.

Para minimizar os riscos de clientelismos e evitar manipulação política, o FNS deverá ter transparência institucional e ser gerido de forma autônoma por um Conselho Diretor com a efetiva representatividade na sociedade civil. Os recursos do FNS deverão se destinar a financiamento de projetos sociais apresentados por comunidades e associações de moradores. instituições religiosas, estados, municípios e organizações não-governamentais, a serem executados tanto na área urbana como no meio rural.

Desta forma, os recursos do Fundo deverão ser encaminhados preferencialmente para apoio de programas de abastecimento alimentar, saneamento básico e expansão da rede de energia, habitação, melhoria da rede hospitalar e de ensino.

Além disso, cabe dar a devida atenção aos trabalhadores do setor informal, tanto no meio urbano quanto na agricultura, entendendo-se que a situação de subemprego não legal, em que a maioria destes se encontra, não é uma solução temporária para a crise, mas um fator de super exploração do conjunto da força de trabalho. Neste sentido, deverão ser implementados programas de treinamento de mão-de-obra, distribuição de documentos e de ensino do uso destes, de apoio e legalização de microempresas, assim como dos profissionais autônomos.

Renda Mínima e cidadania

Com o objetivo de promover a cidadania, melhorar a distribuição de renda, combater a fome e erradicar a miséria, será instituído um programa de renda mínima, definido

em lei, compatível com o grau de desenvolvimento do país. Procurar-se-á garantir a todos os cidadãos adultos um nível mínimo de rendimentos, seja quando a remuneração por seu trabalho for insuficiente para livrá-los da miséria, seja quando estiverem desempregados ou incapacitados, parcial ou totalmente, para o trabalho. O rendimento mínimo será também fundamental para que os pais possam garantir que seus filhos freqüentem a escola, em vez de serem forçados ao trabalho, à mendicância ou à marginalidade desde a infância. Os níveis de pobreza chegaram a tal ponto, que uma porcentagem significativa das famílias pobres tem no trabalho de suas crianças uma fonte fundamental de renda. Tendo o trabalho como prioridade, a escola torna-se secundária, o que—junto com deficiências do próprio aparato educacional brasileiro— está na raiz de elevados índices de repetência e evasão.

É preciso estimular e possibilitar a substituição do trabalho infantil pela escola. O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) poderá tomar a forma de um imposto de renda negativo que estimule as pessoas a trabalhar, a formalizar sua condição de emprego, a superar suas condições de pobreza, a aperfeiçoar sua formação.

O PGRM poderá ser introduzido gradualmente, de forma compatível com as finanças públicas, das regiões mais pobres para as mais ricas, iniciando-se pelos cidadãos que detêm pátrio poder sobre menores em idade escolar.

Este programa será financiado com recursos orçamentários especialmente definidos, não será introduzido como contrapartida ou como compensação à redução ou não ampliação dos gastos públicos com os serviços sociais básicos e se constituirá em apenas um dos mecanismos a ser utilizado pelo nosso governo para o combate à miséria e num instrumento suplementar de promoção da universalização do ensino fundamental, condição necessária para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento econômico do Brasil.

41 - Reestruturar a produção

É necessária uma nova estrutura produtiva

A formação do mercado de massas não se dará apenas a partir de políticas redistributivas, mas, principalmente, de uma reestruturação gradativa na própria estrutura produtiva, com elevação dos padrões de produtividade, especialmente naqueles setores que tenham maiores efeitos multiplicadores sobre o emprego o resto da economia. Além de investimentos em infra-estrutura (transportes de longa distancia, habitação popular, eletrificação rural), o projeto exige políticas específicas, que priorizem a elevação da produtividade média do trabalho em nossa sociedade, sem perder de vista os objetivos estratégicos de preservação e criação de empregos, da qualificação da mão-de-obra e de novas relações de trabalho, que nos permitam avançar sem contratempos na direção da chamada Terceira Revolução Industrial. Isso significa, por exemplo:

- difundir tecnologias já dominadas, principalmente em apoio à base industrial e

agrícola voltada para atender esse mercado interno em ascensão;

- dominar tecnologias-chave da reorganização da base produtiva material contemporânea e da moderna organização social da produção;

- melhorar a inserção do Brasil no comércio internacional, através da diversificação e enobrecimento da pauta de exportações brasileira

- capacitar o país a explorar melhor seus próprios recursos (como o potencial dos seus ecossistemas específicos, as grandes massas de água doce interiores, as hidrovias, a energia solar, a expansão da agricultura e assim por diante) e enfrentar seus próprios problemas (como o das doenças parasitárias, secundárias ou mesmo inexistentes nos países desenvolvidos).

Outra face do mesmo projeto é identificar e avaliar os nossos recursos bioambientais, bem como as respectivas potencialidades de uso econômico não predatório, com o objetivo de transformá-los, no longo prazo, num conjunto articulado de vantagens comparativas dinâmicas, integradas ao novo modelo de desenvolvimento. Isso faz com que, de imediato, seja fundamental regulamentar instrumentos de controle ecológico como regra condicionante da política de utilização dos fatores de produção, o que demandará a formulação de um novo aparato institucional e executivo para a implementação de políticas de defesa do meio ambiente.

Defendemos uma política industrial clara e estável.

É necessário o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da indústria brasileira. Quantitativo de modo a elevar os padrões de vida da população, gerando ao mesmo tempo mais empregos; e qualitativo no sentido de aumentar a competitividade, maior geração de valor agregado e melhor adequação da estrutura produtiva às necessidades de um sólido mercado interno de massas e às potencialidades do país. Em harmonia com os objetivos do programa econômico, o modelo de desenvolvimento industrial deve ser capaz de compatibilizar a incorporação progressiva aos mercados de trabalho e de consumo de parcelas da população, hoje alijadas, com a evolução da base produtiva necessária a uma inserção mais valorizada do país no cenário internacional.

Como elemento importante de uma política mais ampla de desenvolvimento econômico e social do país, é indispensável que a política industrial esteja articulada à política educacional, de transportes, fiscal e demais políticas nacionais. A eficácia destas condicionará, em parte, o sucesso da política industrial. Por outro lado, esta política é instrumento relevante da política de rendas e da viabilização da política de estabilização, na medida em que estabeleça um horizonte de planejamento para os agentes privados e oriente investimentos de forma a adequar a oferta à evolução da demanda.

A política neo-liberal implementou uma abertura unilateral desordenada, sem contrapartidas, na contramão dos modernos mecanismos de proteção efetiva adotados nos países desenvolvidos. Num contexto recessivo, ela acarretou, no parque produtivo brasileiro, um ajuste extremamente negativo para o emprego, a retomada do crescimento e a implantação de um novo modelo econômico. A resposta empresarial ao imperativo da competitividade a curto prazo, imposta por essa abertura, resultou em políticas de racionalização perversas, com movimentos de terceirização espúrios, desestruturação das redes de fornecedores, criação de focos de desemprego industrial, desmobilização de equipes de pesquisa e desenvolvimento e a retração generalizada dos investimentos (públicos e privados) orientados para estas atividades.

Nós defendemos uma política de desenvolvimento industrial clara e estável, que estabeleça um horizonte sólido e de longo prazo para a tomada de decisões empresarias, com quatro atributos básicos:

- seletividade, tendo em vista o compromisso produtivo-distributivo que norteia este programa e o necessário programa de reestruturação da indústria brasileira, nele implícito;
- princípio da contrapartida, com fixação de metas para as empresas (de diversos tipos) a serem atingidas em certos prazos de tempo, subordinando o uso de recursos públicos ao cumprimento de objetivos específicos da política industrial;
- execução transparente, que elimine a prática de cartórios e a concessão indiscriminada de subsídios e incentivos;
- orientada para o aprimoramento da qualidade dos produtos e processos de produção objetivando a segurança industrial e a proteção ao meio ambiente.

Como coordenador do processo de desenvolvimento industrial e tecnológico do país, o Estado interagirá sistematicamente com os agentes envolvidos no processo — empresas, trabalhadores e usuários — através de fóruns de negociação (como câmaras setoriais).

Estes fóruns terão sua atuação pautada pelas diretrizes e prioridades traçadas pela política industrial e tecnológica, e centrarão atuação na sua operacionalização, procurando garantir o acesso dos trabalhadores e da população em geral aos ganhos de produtividade alcançados pelas empresas (via salários e preços), a implantação de novas relações de trabalho (com a ampliação dos direitos dos trabalhadores), e a negociação de preços (inclusive ao longo da cadeia produtiva) e salários. Nestes fóruns deve ser estimulada, igualmente, a participação organizada de consumidores ampliando a participação da sociedade civil nas negociações de preços e salários.

Serão, portanto, um importante instrumento da política de rendas. A adoção do

princípio de seletividade implica que:

- serão beneficiados prioritariamente os setores de bens de consumo assalariado e de bens de consumo em geral bem como os setores geradores e difusores de novas tecnologias, em particular as linhas de produtos que alimentarem a eficiência, agilidade e rapidez dos serviços públicos (equipamentos e software para os sistemas de saúde, educação, justiça, previdência, transportes coletivos, administração pública em geral) e incrementarem a produtividade e qualidade do parque industrial brasileiro;
- serão beneficiadas as empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento, gerarem valor agregado e emprego no Brasil e enobrecerem a pauta de exportação, contribuindo para superar a armadilha da deterioração dos termos do intercâmbio com o exterior;
- serão penalizadas as empresas que abusarem da rotatividade da mão-de-obra, descumprirem a legislação trabalhista e agredirem o meio ambiente.
- Com relação aos setores produtores de bens de consumo assalariado, haverá estímulo à ampliação da capacidade instalada e ao incremento de qualidade e produtividade, de modo a sustentar o eixo da melhoria na distribuição de renda que norteia este programa. Serão priorizados aqueles segmentos nos quais se detectar, desde logo, prováveis estrangulamentos na capacidade de oferta, resultante da alteração do perfil de demanda que, naturalmente, decorrerá do processo de redistribuição de renda e da elevação da capacidade de consumo dos segmentos de renda mais baixa.

Os principais instrumentos para isto serão: financiamento ao investimento produtivo; apoio à constituição de redes horizontais de pequenas e médias empresas (pólos industriais, centrais de compra e de distribuição, unidades de formação, centros de difusão de informações tecnológicas e de novas técnicas de gestão); apoio a redes verticais articulando grandes e pequenas empresas (inclusive redes envolvendo agroindústrias e produtores primários, valorizando a produção agrícola, contribuindo para a desconcentração espacial da produção e ajudando a reduzir a migração rural); apoio a órgãos de disseminação de informações técnicas e tecnológicas. De preferência que não tenham fins lucrativos e estejam ligados a órgãos representativos dos trabalhadores, dos empresários, às universidades ou órgãos da administração pública, aproveitando o patrimônio das empresas públicas. Estes programas devem abranger não só os bens de consumo final, mas o conjunto das cadeias produtivas que neles desembocam e devem ser descentralizados, com envolvimento direto das comunidades, governos locais, empresas e trabalhadores na definição de prioridades e projetos cooperativos.

Através do aumento de dispêndios em ciência e tecnologia, de programas de cooperação e do exercício do poder de compra do Estado, haverá programas específicos, bastante agressivos para segmentos e nichos de mercados portadores e

difusores de novas tecnologias, em particular entre os bens de capital, a química fina e as tecnologias da informação, procurando articular a concepção, desenvolvimento e produção de produtos às necessidades específicas do parque industrial brasileiro. Isso inclui políticas de difusão de tecnologia e programas de financiamento (para aquisição e leasing) de bens de capital e equipamentos de base eletrônica para pequenas e médias empresas.

A execução das diretrizes acima estabelecidas pressupõe:

- a redefinição do papel do BNDES no financiamento das atividades produtivas;
- a recuperação e a rearticulação da infra-estrutura nacional de ciência e tecnologia;
- definição e implementação de uma política agressiva de investimentos na infra-estrutura econômica do país—transportes, comunicações e energia— envolvendo, inclusive, a administração criteriosa de parcerias com o setor privado, preservando-se o controle público sobre estas atividades;
- mobilização do setor financeiro privado no esforço de desenvolvimento industrial, através de uma reforma financeira.

A política de comércio exterior deve estar perfeitamente articulada com os objetivos e diretrizes já explicitados. Neste sentido, é necessário: estabelecer uma política de salvaguardas e antidumping capaz de proteger nossa indústria e nossos empregos de práticas desleais de comércio; restabelecer a política tarifária como mecanismo de política industrial; restabelecer a utilização—altamente criteriosa e seletiva—de instrumentos de proteção não tarifários; e fortalecer a atuação comercial do Itamarati.

A política de promoção às exportações deverá ser orientada por três eixos básicos:

- implementar mecanismos de financiamento capaz de equiparar as condições de exportação de nossa indústria àquelas vigentes em nível internacional;
- manter o regime de draw-back e sua generalização para toda a cadeia produtiva;
- articulação com a política tributária. de modo a desonerar as exportações dos tributos nela incidentes.

A implementação de programas de Treinamento e qualificação de mão-de-obra é outro ponto fundamental para a execução bem-sucedida deste programa. Neste sentido, propõe-se, à semelhança do caso francês, a instituição de um imposto sobre as vendas das empresas para assegurar que treinem e requalifiquem seus empregados. Se estas tarefas forem por elas efetuadas, o imposto lhes será restituído.

Caso contrário, os recursos arrecadados serão utilizados para financiar programas

de treinamento e requalificação de mão-de-obra mantidos pelo Estado, cuja gestão deve ser compartilhada com os trabalhadores.

Micros, pequenas e médias empresas: uma nova estratégia.

As micro, pequenas e médias empresas formam um conjunto muito heterogêneo no que diz respeito às suas atividades, situações jurídicas, formas de organização, porte, dependência (ou independência) e localização. Desempenham aqui e em todas as economias importante papel na geração de renda e emprego, especialmente no setor Terciário, no qual muitas vezes não há patente superioridade da produção de larga escala. Essa importância crescente se faz sentir mesmo no setor industrial.

Em parceria com estados, municípios, comunidades e entidades, o novo governo deve implementar um amplo programa de fortalecimento da pequena e média empresas, especialmente as de base tecnológica ou inovatória; as de elevado potencial de absorção de novas tecnologias capazes de incrementar rapidamente seu patamar de qualidade, produtividade e agregação de valor (e de emprego). Isso justifica a existência de um subconjunto estratégico da política econômica do novo governo, voltado para esse segmento e apoiado em cinco programas: tributação, financiamento, associativismo, capacitação e tecnologia.

Na área de tributação, o princípio constitucional de diferenciação deve ser cumprido a partir de proposições que simplifiquem os tributos e estabeleçam formas de arrecadação facilitadas. Como incentivo à abertura de novas empresas propõe-se a redução do imposto de renda no seu primeiro ano de atividade e o posterior aumento progressivo de suas alíquotas até atingir o valor normal. Será vedado este incentivo a empresários que já tenham alguma empresa constituída em ramos de atividade próximos.

Na área de financiamento, deve-se incentivar o fortalecimento de instituições de crédito (bancos e cooperativas de crédito) para apoiar especificamente as micro, pequenas e médias empresas e estabelecer linhas de crédito para permitir a capitalização das mesmas. Esta medida introduziria melhor adequação no sistema de empréstimos, garantias e descontos de duplicatas feitos no sistema financeiro brasileiro.

Na área de associativismo emergem três tipos de ações. A primeira consiste em estabelecerem aparato legal que permita a constituição de sociedade de interesses econômicos e facilite a formação de cooperativas. Existe projeto de lei em curso, na Câmara Federal, e dever-se-á apoiar os projetos em andamento. Em segundo lugar, e a partir dessa legislação, propõe-se o redirecionamento do poder de compra do Estado no sentido de envolver estas empresas, visando desprivatizar as compras do Estado e gerar maior competição no sistema econômico. O terceiro eixo desta política é o incentivo à formação de cooperativas urbanas e rurais que contribuam efetivamente para a difusão da prática de autogestão na estrutura econômica

brasileira. Na área de capacitação deverão ser criados órgãos de disseminação de informações tecnológicas e de mercado para micro, pequenas e médias empresas, de preferência que não tenham fins lucrativos e que estejam vinculadas a órgãos representativos dos trabalhadores, dos empresários, às universidades ou a órgãos da administração pública e fortalecidas algumas instituições que, embora de forma parcial, vêm cumprindo algumas destas funções como o Sebrae, por exemplo. Neste sentido, pode ser aproveitada a experiência do Balcão Sebrae que vem se constituindo num importante instrumento de incentivo ao desenvolvimento de pequenos negócios.

Os órgãos de disseminação de informações tecnológicas e de mercado devem incentivar a melhoria da capacidade gerencial do empresário do setor, seja fornecendo informações tecnológicas e de mercado, seja realizando "breves diagnósticos" de seus principais problemas e encaminhando a consultorias especializadas. A estes órgãos caberá o credenciamento de Redes Nacionais de Consultores, que atuarão monitoradas e parcialmente patrocinadas pelos mesmos, objetivando a melhoria da competitividade das empresas. Estes órgãos devem adotar ações mais agressivas, no sentido de procurar o empresário e desenvolver programas não só de incentivo à modernização das micro, pequenas e médias empresas como também de incentivo à formação de cooperativas e de redes industriais (horizontais e/ ou verticais). A partir de diagnósticos feitos pelas Redes de Consultoria anteriormente referidas, serão vinculados eventuais financiamentos ao desenvolvimento de ações corretivas e de desenvolvimento por parte dos bancos públicos e instituições financeiras privadas que utilizem recursos públicos .

Na área de tecnologia devem ser implementadas duas ações de apoio ao desenvolvimento das empresas. Uma relaciona-se à capacidade de absorção de tecnologia e a outra à capacidade de gerar novas tecnologias. Ambas as ações necessitam de políticas específicas. A primeira—absorção da tecnologia—é fundamental para a maioria do conjunto destas empresas. A proposta neste caso é democratizar o acesso à tecnologia existente e de domínio público (ou semipúblico) das universidades e institutos de pesquisas nacionais.

Adicionalmente, deve ser estabelecida uma parceria efetiva entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e os órgãos de disseminação de informações para a constituição de uma rede de consultores tecnológicos que viabilize a transferência de tecnologia, através de projetos específicos. As atividades de informação tecnológica estabeleceriam a interface entre universidades (e institutos de pesquisa) e essas empresas. Estas atividades seriam parcialmente subvencionadas pela parceria a Finep e os órgãos de disseminação de informações.

Ainda no campo da difusão de tecnologia, está prevista, no Programa de Política Industrial e Tecnológica, a criação de linhas de financiamento, a compra e leasing de bens de capital e equipamentos de base eletrônica, especialmente direcionadas para este tipo de empresas.

No plano da geração de tecnologia, seriam incentivados projetos de parques de ciência e incubadoras de alta tecnologia para a geração de capacidade tecnológica apropriada às condições nacionais. Cumpre destacar que as atividades de tecnologia seriam o único caso de utilização de recursos a fundo perdido, o que constitui na um claro subsídio a estas atividades.

42 - Um programa para a agricultura brasileira

Depois de séculos de vigência de um modelo concentrador da propriedade da terra, da renda e do acesso à tecnologia, o Brasil detém um dos maiores índices de pobreza do mundo. Contabiliza, hoje, a cifra de 32 milhões de miseráveis e famintos, a metade deles no campo. Isto mostra abertamente a falência de um desenvolvimento que produziu no país um abismo entre a minoria de consumidores e as vastas camadas da população trabalhadora, lançadas à margem de qualquer benefício e mesmo dos mais elementares direitos da cidadania.

A dinâmica da crise brasileira mantém atuais as questões da reforma agrária, de uma nova política agrícola e agroindustrial e de segurança alimentar. As soluções para estes problemas estão contidas em um novo projeto de desenvolvimento para o país proposto pelo PT, em novas bases. Agora não mais fixadas nos interesses exclusivos de quem produz na agricultura, mas também a partir das necessidades alimentares do povo brasileiro. É preciso redefinir o papel da agricultura e da agroindústria. Além de geradoras de divisas, matérias-primas e alimentos prioritários para as classes alta e média, a agricultura e a agroindústria devem suprir, com alimentos baratos, o mercado interno de baixo poder aquisitivo.

Nos últimos anos, graças ao forte apoio governamental, os médios e grandes produtores modernos (que dispõem de máquinas e insumos sofisticados, assistência técnica e crédito) registraram rápido crescimento de suas safras, bem como ganhos de produtividade significativos. Em contrapartida, milhões de pequenos proprietários, parceiros e minifundistas, sem apoio, sem recursos, sem acesso aos instrumentos oficiais de política agrícola, dedicam-se à produção de alimentos destinados ao mercado interno regional. Para estes, o Governo Democrático e Popular dará atenção especial, a fim de melhorar suas condições de vida, de produção e de rentabilidade advinda da agricultura, estimulando o acesso às linhas de crédito, ao seguro agrícola e às novas tecnologias adequadas à pequena propriedade. Também haverá incentivo especial à eletrificação das pequenas áreas rurais, benefício que hoje atende menos da metade das propriedades existentes no país.

Além das diferenças marcantes entre os próprios agricultores, são enormes os contrastes regionais de correntes dessas práticas, criando-se, assim, vários Brasis. Neles, destaca-se o Nordeste semi-árido, pressionado, por um lado, pela exclusão da agricultura familiar do acesso às tecnologias apropriadas (agricultura irrigada, mais segura e mais rentável, por exemplo). Por outro lado, pressionado pelas secas freqüentes que, em razão das distorções na destinação dos recursos públicos, descapitalizam cada vez mais a agricultura familiar, vítima da calamidade, e premiam

os proprietários.

É indiscutível que o setor agropecuário ainda mantém enorme peso na absorção de força de trabalho, gerando empregos com custo relativo menor do que outros setores da economia, e apresenta alta capacidade de indução de empregos em outras áreas.

Hoje, tanto no segmento tradicional quanto no moderno, a geração de cada posto de trabalho na agricultura custa apenas a sétima parte de um novo emprego nos setores secundário e terciário da economia. Entretanto, agropecuária contribuiu pouquíssimo para a geração de novos empregos nas duas décadas passadas e isso não se deve à estagnação, pois, ao contrário dos outros setores da economia brasileira, este apresentou significativas taxas médias anuais de crescimento, especialmente nos anos 80. Lavouras, antes intensivas em trabalho, foram substituídas por culturas modernas, poupadoras de mão-de-obra, pela ocupação das novas fronteiras com base na cultura extensiva e na pecuária. Paralelamente, a adoção de novas tecnologias também veio reduzir a geração de postos de trabalho no campo destacando-se a mecanização da colheita de produtos como a cana-de-açúcar, o algodão e o milho. Nos últimos anos, vem aumentando tão-somente o emprego rural não agrícola, ou seja, de pessoas que trabalham no meio rural em atividades agroindústrias, de construção ou prestação de serviços.

No Brasil, a tentativa de prolongar as condições de desigualdades reinantes na década de 70 fez com que o empresariado se acomodasse com o consumo das classes médias, o que acabou estrangulando os mercados. A existência de 32 milhões de famintos no país e o acesso oneroso aos alimentos, que compromete as demais condições de uma vida digna para o conjunto dos trabalhadores, guardam estreita relação com os baixos salários pagos nas cidades, com altas taxas de subemprego e desemprego, com as migrações internas, com as fortes demandas por serviços públicos nos grandes centros urbanos.

Mantidas as tendências atuais, a oferta de empregos no campo não corresponderá à procura por emprego, com elevação subsequente do êxodo rural. A migração continuará alta, contribuindo para acentuar o desemprego urbano, pois as áreas de colonização e expansão das fronteiras agrícolas não são mais suficientes para atrair os contingentes populacionais expulsos de suas terras pela mecanização, pela construção das grandes barragens hidrelétricas e pela concentração de terra em seus municípios de origem.

Quando a calamidade da fome e a carestia alcançam proporções tão amplas, fica claro que para combatê-las não basta um conjunto de políticas sociais compensatórias. É necessário introduzir a segurança alimentar como componente estratégico do padrão de desenvolvimento, de forma articulada à perspectiva geral do Governo Democrático e Popular de promover o crescimento econômico com equidade social. Não há país desenvolvido que não tenha colocado a segurança alimentar na linha de frente de sua estratégia nacional.

Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso, regular e a baixo custo, aos alimentos básicos. O que requer intervir nos determinantes das condições de acesso (emprego e salários) e na produção e distribuição dos alimentos básicos. Parte essencial dessa proposta é um programa agrário e agrícola que delineie um novo contrato estratégico entre a agricultura e a sociedade, visando obter um desenvolvimento agrícola sustentável, e a revalorização socioeconômica e cultural do espaço e da família rural.

Com novas políticas agrária e agrícola e intervindo para alterar nossa matriz de transportes de larga distancia, será possível alcançar, em prazo relativamente curto e com preços declinantes, o objetivo da auto-suficiência produtiva nos doze gêneros da cesta básica, que atendem entre 80% e 90% das necessidades de calorias e de proteínas das famílias trabalhadoras.

Não haverá retomada do desenvolvimento sem a incorporação do potencial oferecido pelo chamado mercado de baixa renda, formado pelos 80% da população ativa que ganham menos de três salários mínimos. Metade desse contingente está na região Sudeste, um quinto concentrado apenas nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. É enorme e rápida a capacidade de resposta dessa parcela do mercado a todos os produtos básicos, pois a demanda reprimida é muito grande. No entanto, esses consumidores continuam forçados a gastar a maior parte do que ganham só para comer —e mal.

Este programa persegue quatro objetivos, que representam em conjunto os pilares deste novo contrato social entre a agricultura e a sociedade brasileira:- democratizar a propriedade rural, abrindo a possibilidade de acesso à terra para milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra e pequenos proprietários com área insuficiente para produzir, como forma de desconcentrar a renda e democratizar as relações sociais e de poder no campo;

- fortalecer a agricultura familiar para expandir a produção e a renda, e ampliar a oferta de postos de trabalho no campo; conter o êxodo rural e o impacto das migrações internas sobre a qualidade de vida dos centros urbanos; multiplicar as fontes de abastecimento do mercado interno e desenvolvimento da agroindústria.

- garantir uma política de segurança alimentar, assegurando a disponibilidade de alimentos a baixos preços, de boa qualidade e em quantidade suficiente para erradicar a fome no país;

- promover o desenvolvimento rural, dando condições para uma agricultura auto-sustentável que permita a melhoria das condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres do campo, tanto nos aspectos econômicos quanto nos sociais e culturais.

As propostas apresentadas neste programa para a agricultura supõem a criação e aperfeiçoamento dos instrumentos político administrativos, que possibilitem a

regulação pública das atividades econômicas, e a recuperação da capacidade do Estado de formular e implementar políticas de longo prazo. Visam também promover todas as formas possíveis de associativismo como base para a organização social e econômica e de participação popular nos programas de governo.

O governo Lula também demarcará as terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos, cumprindo determinação constitucional, como parte inseparável da democratização da propriedade da terra no Brasil e condição de sobrevivência para essas populações. O reassentamento dos posseiros e arrendatários que estiverem dentro destas.

O programa para a agricultura incorporará, ainda, outras medidas fundamentais, tendo por metas o respeito aos ecossistemas, e a adoção de novas formas de exploração do espaço rural, estabelecendo um equilíbrio entre os avanços tecnológicos, a conquista de melhores índices de produtividade na agricultura e as condições de alimentação do nosso povo. Para a concretização das metas e objetivos propostos, o Governo Democrático e Popular adotará várias políticas específicas. que levarão em conta as atuais disparidades regionais existentes no país.

As políticas para os diferentes setores

Políticas de reforma agrária

Existem várias propostas de metas de assentar famílias pela reforma agrária. Algumas propõem como público alvo todas as famílias de trabalhadores do campo que não dispõem de terra. São inúmeras também as dificuldades legais e políticas para realizar a reforma. Reconhecendo que este problema ultrapassa o período de um mandato, o governo Lula propõe um plano de 15 anos, procurando assentar no seu mandato 800 mil famílias, ou mais ainda, dependendo necessariamente do grau de organização dos trabalhadores e dos instrumentos institucionais disponíveis. A desapropriação é o principal instrumento a ser utilizado na redistribuição das terras agrícolas. Em princípio, só serão passíveis de desapropriação propriedades superiores a 500 hectares, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste; a 1.000 hectares. no Centro-Oeste, e a 1.500 hectares, na região Norte.

Para nós, a reforma agrária designa o conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas resultantes do processo de reordenamento da atual estrutura fundiária do país, com a incorporação dos sem-terra e minifundistas à condição de trabalhadores autônomos.

As propostas de reforma agrária envolvem basicamente cinco subprogramas:

- assentamentos: as terras para assentamentos advirão principalmente das desapropriações de área aproveitáveis não exploradas (especialmente terras ociosas nas áreas de conflito e de ocupações como prevê a Lei 8.629/93); da revisão

determinada pelo artigo 51 das disposições transitórias da Constituição; da negociação das terras dos usineiros em troca da quitação de suas dívidas, das terras das empresas estatais e das penhoras dos grandes proprietários inadimplentes em poder dos bancos oficiais;

- arrecadação de terras públicas: o artigo 51 das disposições transitórias da Constituição de 1988 estabeleceu que deveriam ser revistas as doações, vendas e concessões de terras públicas realizadas entre 01/02/62 e 31/12/87. Nesse período, foram aprovadas pelo Senado 51 resoluções que transferiram mais de 10 milhões de hectares para 45 empresas em doze estados. Essa área, que permitiria o assentamento de mais de 300 mil famílias de trabalhadores sem-terra, deverá ser objeto de rigorosa investigação, como determina a Constituição, com vistas a compor o estoque fundiário para os assentamentos; promover-se-á também, entre outros instrumentos, a discriminação de terras públicas federais, nas regiões de fronteira, arrecadando as terras griladas, para o processo de reforma agrária;

- arrendamento e parceria: o mercado de terras é controlado e funciona atualmente sob condições impostas pelos proprietários de terras, penalizando aqueles que têm que recorrer a formas precárias de apropriação (arrendamento, parceria, posse e comodato). Propõe-se uma política que desestimule a exploração indireta de caráter parasitário e garanta prazo mínimo de cinco anos para os contratos de arrendamento, parceria e comodato; a renovação do contrato para o usuário por mais um período; a retomada da terra somente para uso próprio do proprietário, em exploração direta; uma carga tributária regressiva em relação ao aumento dos prazos e progressiva em relação ao valor do aluguel da terra;

- tributação de terras agrícolas: fim da "amenidade fiscal" com que o latifúndio é tratado, com a adoção do valor real da terra nua como base para o lançamento de tributo, utilização de alíquotas reais fortemente progressivas para terras abandonadas e regressivas para áreas racionalmente cultivadas, utilização da renda presumida como critério de lançamento do imposto de renda de imóveis rurais não cultivados. A alíquota final do Imposto Territorial Rural (ITR) levará em conta, para efeito de progressividade, a área total dos imóveis de um mesmo proprietário;

- reforma Agrária com irrigação para o Nordeste semi-árido: articular a agricultura irrigada, a agroindústria e a indústria para a criação de um novo padrão de desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido o governo acabará com a falta de unidade na ação dos órgãos públicos que atuam na região e procurará anular o impacto negativo imediato da intervenção do Estado sobre as populações das áreas dos projetos de irrigação, como tem acontecido até agora.

Políticas agrícolas para segurança alimentar.

Considerando que as propostas de desenvolvimento com distribuição de renda significarão o aumento da demanda de consumo de milhões de famílias que hoje se encontram à margem do mercado, serão particularmente importantes as políticas agrícolas, agroindústrias e de comercialização

Os beneficiários

Em 1985, foram cadastrados no Brasil 5,8 milhões de estabelecimentos rurais. Desse total, 3.064.000 são menores de 10 hectares e não conseguem sobreviver apenas da agricultura. Sua viabilidade dependerá do conjunto de políticas sociais, de reforma agrária de desenvolvimento rural, proposto pelo nosso governo. Os extratos de 0 a 100 hectares somavam 2.160.000 propriedades e ocupavam 70 milhões de hectares. Estes estabelecimentos funcionam em regime de economia familiar e serão o alvo prioritário dos instrumentos de política agrícola, deste programa, consideradas as diferenças regionais. Os estabelecimentos com mais de 100 ha, 576.600, que se dedicam à produção de alimentos básicos, terão políticas específicas.

Políticas para a produção

As propostas do governo Lula devem acarretar modificações profundas nas regras impostas pelo mercado para a produção, comercialização e consumo dos produtos agroalimentares. Para viabilizar essas propostas serão utilizados os seguintes instrumentos:

- crédito rural:

a) destiná-lo para o fortalecimento dos pequenos agricultores e suas associações por meio da garantia de estímulos para a produção, industrialização e comercialização, especialmente sob a forma de cooperação

b) aumentar a disponibilidade de recursos e reformular as linhas de crédito hoje disponíveis, particularmente os recursos obrigatórios, ampliando o acesso a esses recursos aos setores da pequena e média produção rural.

- crédito para investimento subsidiado: para recuperar, implantar a infra-estrutura e reorganizar a produção da agricultura familiar. Promover o aumento da produção de produtos básicos, através de preços satisfatórios aos produtores e de uma política de subsídio aos consumidores;

- seguro agrícola: o seguro agrícola garantirá as atividades dos agricultores, devendo cobrir tanto os recursos financiados como os recursos próprios;

- produção de sementes básicas: garantia de fornecimento de sementes de boa qualidade a preços acessíveis aos pequenos produtores. Este programa contará com a participação das agências públicas de pesquisa e extensão, entidades de ensino agrícola, bem como associações privadas, sindicatos e cooperativas, inclusive na sua distribuição, e terão garantia de recursos públicos;

- pesquisa e extensão: os centros de pesquisa e extensão deverão estar integrados às regiões produtoras. Eles atuarão junto às comunidades e associações de

pequenos agricultores para desenvolver tecnologias e práticas apropriadas a estas explorações, com garantia de recursos públicos.

- Políticas de comercialização

- Preços mínimos e estoques reguladores: os pequenos e médios agricultores e suas organizações cooperativas serão estimulados a melhorar as condições de armazenagem e o processamento dos produtos. Serão estabelecidos preços mínimos de garantia de compra pelo governo, de acordo com os custos reais de produção de cada região.

- Política de importações: as importações de produtos agrícolas não considerados prioritários, com subsídios no país de origem, terão taxações compensatórias, evitando-se a competição desleal com produtos nacionais. Os pequenos agricultores que vierem a ser prejudicados por medidas deste teor deverão contar com incentivos para sua reconversão produtiva. Como estímulo à produção nacional de alimentos básicos, a importação será limitada às situações em que houver riscos de desabastecimento .

- Estimular mecanismos de compra dos produtos básicos, nas regiões Nordeste e Norte, criando alternativas de mercado e garantia de preços, eliminando os atuais atravessadores.

Políticas de desenvolvimento agroindustrial

Na atual fase de desenvolvimento da agropecuária brasileira, as políticas agroindustriais assumem papel decisivo na produção de alimentos para o consumo da população.

Entendemos como prioritário:

- investir em infra-estrutura de apoio às atividades agroindustriais em áreas regionalmente selecionadas (Norte e Centro-Oeste), com especial destaque para o sistema de transportes;

- reduzir a atual carga tributária, especialmente dos produtores de gêneros da cesta básica - estimular o surgimento de instâncias setoriais permanentes de coordenação interna (como as câmaras setoriais) que permitam uma articulação menos desigual de fornecedores, agropecuaristas, processadores e distribuidores;

- implementar um programa de apoio técnico, gerencial e financeiro à constituição de agroindústrias cooperativas de agricultores familiares, visando melhorar sua condição econômica, diversificar a oferta de alimentos e diminuir a tendência à oligopolização do setor;

- estimular o surgimento de agroindústrias que disputem mercados de âmbito

regional;

- intensificar a assistência tecnológica, gerencial e econômica às pequenas e médias empresas do setor.

Política de emprego e relações do trabalho

O desenvolvimento do setor agrícola deverá ser reorientado, no que diz respeito ao processo de inovações tecnológicas e de ocupação produtiva das terras disponíveis, de modo a estimular a expansão da produção que absorva mão-de-obra.

Especificamente, estamos propondo um conjunto articulado de políticas geridas pelo poder público federal, estadual e municipal para implementar:

- um zoneamento agrícola efetivo, que evite a monocultura, estimulando a diversificação dos cultivos em nível regional, por intermédio dessas políticas agrícolas e agro-industriais;

- uma política de crédito rural que priorize a expansão do emprego no campo;

- programas de geração de empregos não-agrícola nas entressafras nas pequenas e médias cidades, com a realização de obras públicas e de construção de casa própria (principalmente pelo sistema de mutirão) com a ocupação da mão-de-obra ociosa no período;

- uma política agrária que priorize o assentamento de trabalhadores rurais em terras arrecadadas, como já foi citado anteriormente, sejam elas públicas ou privadas;

- uma política trabalhista para o meio rural que priorize a estabilidade no emprego, dificultando a redução da força de trabalho na entressafra, elevando o valor da indenização, das dispensas sem justa causa e a extensão do salário desemprego aos bóia-frias;

- uma fiscalização rigorosa por parte do Ministério do Trabalho, da legislação trabalhista e previdenciária e dos acordos coletivos de trabalho, de modo a evitar sua burla (em particular, com relação às mulheres, que sistematicamente não têm carteira assinada e recebem menos que os homens em iguais funções).

Política de emprego e relações do trabalho

O desenvolvimento do setor agrícola deverá ser reorientado, no que diz respeito ao processo de inovações tecnológicas e de ocupação produtiva das terras disponíveis, de modo a estimular a expansão da produção que absorva mão-de-obra.

Especificamente, estamos propondo um conjunto articulado de políticas geridas pelo poder público federal, estadual e municipal para implementar:

- um zoneamento agrícola efetivo, que evite a monocultura, estimulando a diversificação dos cultivos em nível regional, por intermédio dessas políticas agrícolas e agro-industriais;
- uma política de crédito rural que priorize a expansão do emprego no campo;
- programas de geração de empregos não agrícola nas entressafras nas pequenas e médias cidades, com a realização de obras públicas e de construção de casa própria (principalmente pelo sistema de mutirão) com a ocupação da mão-de-obra ociosa no período;
- uma política agrária que priorize o assentamento de trabalhadores rurais em terras arrecadadas, como já foi citado anteriormente, sejam elas públicas ou privadas;
- uma política trabalhista para o meio rural que priorize a estabilidade no emprego, dificultando a redução da força de trabalho na entressafra, elevando o valor da indenização, das dispensas sem justa causa e a extensão do salário desemprego aos bóia-frias;
- uma fiscalização rigorosa por parte do Ministério do Trabalho, da legislação trabalhista e previdenciária e dos acordos coletivos de trabalho, de modo a evitar sua burla (em particular, com relação às mulheres, que sistematicamente não têm carteira assinada e recebem menos que os homens em iguais funções).

Previdência social rural

O governo Lula assume o compromisso de garantir, de acordo com a Constituição, a universalidade do acesso aos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores urbanos e rurais. Hoje, apesar de assegurado em lei, esse direito não é exercido.

Para viabilizar esse compromisso é preciso enfrentar o déficit crônico da Previdência Rural. Vários fatores explicam esse déficit, entre eles o baixo nível de contribuição dos empregadores, que participam proporcionalmente com uma parte insignificante se com parado com a importância econômica do complexo agroindustrial . O sistema também exige indispensável e rigorosa fiscalização para evitar e punir a sonegação e a desoneração.

O subsistema da Previdência Social Rural, pagando atualmente cerca de 5 milhões de aposentadorias e pensões (45% no NE), é, atualmente, o programa de renda mínima mais abrangente e capilar do Brasil. Mas, por essas e outras razões, está sujeito a distorções e desvios cuja solução deve ser buscada com competência para que não se inviabilize sua continuidade.

No Governo Democrático e Popular, a Previdência Social Rural vai se converter num importante instrumento das políticas de desconcentração de renda no campo . Para

viabilizá-la, serão feitas campanhas a fim de garantir o acesso dos beneficiários ao sistema e adotadas medidas que garantam sua solidez financeira.

A Previdência Social Rural cumpre hoje um importante papel como política compensatória. Apesar disso, há um grande descompasso entre a realidade e as necessidades da Previdência Rural; e a tendência é que isso se agrave cada vez mais, dado que os novos potenciais beneficiários vêm de categorias e regiões com menor capacidade de pagamento.

Para que a Previdência Rural atinja efetivamente os pobres do campo, especialmente aqueles trabalhadores assalariados sem vínculo empregatício (sem carteira assinada) e todos os integrantes da unidade familiar, precisará ser financiada por toda a sociedade brasileira como parte de um programa mais amplo de combate à pobreza.

Políticas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza

Para o Partido dos Trabalhadores não há desenvolvimento rural possível com os atuais níveis de miséria a que estão submetidos os trabalhadores do campo. Estamos conscientes de que uma nova abordagem impõe-se hoje para o combate à pobreza rural no contexto de uma agricultura modernizada e de um espaço agrário que se urbaniza. Pesquisas recentes têm demonstrando que as melhorias nas condições de vida e trabalho das populações rurais estão muito mais relacionada com o "nível de urbanização" do que com o grau de desenvolvimento tecnológico alcançado pelas atividades agropecuárias de uma região.

Há diversos indicadores estatísticos sobre quem são hoje os pobres do campo. Na sua grande maioria são trabalhadores temporários bóia-frias, sem vínculo empregatício regular, e pequenos produtores - em particular os que têm acesso precário à terra, como parceiros e arrendatários, e que se concentram nas periferias das pequenas e médias cidades do interior constituindo verdadeiras favelas rurais espalhadas por todas as regiões do país.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 1980, o Brasil possuía cerca 3.500 municípios e 6.200 distritos com população urbana menor que 20 mil habitantes. Nessas localidades residiam quase 40% da população total do país e a grande maioria (77%) da população rural brasileira. Infelizmente, não dispomos ainda desses dados para o Censo de 1991; mas, se considerarmos que em 1980 a população brasileira com domicílio rural representava um terço (32%) do total e em 1991 estava reduzida para apenas um quarto (25%), é de se esperar que essas agrovilas do interior concentrem hoje mais de 80% da população ocupada na agricultura brasileira. É a falta de infra-estrutura social básica e de oportunidades de emprego que têm transformado esses vilarejos num passo intermediário do processo de êxodo rural que vem inchando cada vez nossas metrópoles.

Por isso, nossa proposta de urbanização dessa pane do mundo rural—dotar as vilas

e comunidades rurais de infra-estrutura adequada (luz elétrica, água potável, saneamento básico, ensino, saúde, creches)—deverá ser parte importante de uma estratégia mais ampla de combate à pobreza no país, ao lado da política de reforma agrária. Assim é que se pode entender também a nossa proposta de estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte nessas agrovilas, tanto para aumentar o valor agregado da produção local e evitar os "passeios de safra", quanto para absorver a força de trabalho excedente, especialmente dos jovens, nessas localidades interioranas.

Estamos conscientes também de que os programas de combate à pobreza rural não podem mais ter como referência apenas reinserir populações marginalizadas pela nossa modernização conservadora em outras atividades produtivas — algumas ditas alternativas — ,no âmbito do próprio mundo rural, ignorando o forte processo de urbanização a que ele está submetido. É preciso ampliar essa velha noção de mundo rural para além das atividades produtivas tradicionais (tais como cultivos e criação de animais) e incluir o espaço agrário a "produção de serviços" (tais como lazer, turismo, preservação do meio ambiente) e de bens não-agrícolas, como, por exemplo, moradia e artesanato, incluindo aí também novas formas modernas de trabalho a domicílio que permitam absorver parte da força de trabalho das mulheres e idosos.

O problema da educação no meio rural é sem dúvida uma questão de direito à cidadania que limita o desenvolvimento do homem no campo. Para isso, desenvolveremos um programa especial que erradique o analfabetismo, amplie os níveis de educação formal, a valorização de sua cultura e a transferência de conhecimentos técnicos voltados para as atividades agropecuárias que podem contribuir para o aumento da produtividade e da renda.

Nossa política de desenvolvimento rural deverá: portanto, articular um amplo conjunto de outras políticas que amparem os trabalha rurais mais desfavorecidos, possibilitando que eles mesmos superem a condição de miséria em que se encontram. Isso só será possível na medida em que as tão faladas políticas sociais compensatórias convertam-se em instrumentos auxiliares para as políticas tradicionais, como por exemplo através da combinação de uma políticas de previdência social ativa, como já expusemos anteriormente, com a de abastecimento (cestas populares, feira do produtor), habitação (mutirão, financiamento de material de construção), educação (escolas técnicas e cursos de qualificação profissional para Jovens).

Políticas de abastecimento e ações emergenciais de combate à fome

A descentralização constitui um requisito básico, para a eficiência e democratização da gestão das políticas de abastecimento, que contarão com os instrumentos que apresentamos a seguir.

Estoques governamentais

O Estado manterá duas modalidades distintas de estoques:

- estoques reguladores, formados preferencialmente pela aquisição dos produtos dos pequenos e médios agricultores, de acordo com a política de preços mínimos. Esses estoques serão colocados no mercado aproveitando-se o potencial das estruturas de abastecimento administradas pelo poder público dos governos estaduais e federal, com ampla publicidade;
- estoques estratégicos de produtos integrantes da cesta básica, cujo objetivo é enfrentar situações de desabastecimento.

Produção, distribuição e consumo de alimentos

O barateamento relativo dos alimentos básicos é fundamental para o Governo Democrático e Popular, que objetiva recuperar o poder de compra dos salários. Esse objetivo deve estar ligado não só às políticas voltadas à produção, como também à distribuição dos alimentos .

Para isto, contaremos com os seguintes instrumentos:

- monitoramento permanente de preços e margens de lucros nas diversas cadeias dos produtos integrantes da cesta básica definidos no Plano Nacional de Segurança Alimentar.

O monitoramento dos preços finais de varejo desses alimentos, se necessário, deverá ser articulado com a política de preços mínimos garantidos aos pequenos e médios agricultores, para que não resulte em prejuízo ao elo mais fraco da cadeia. O governo poderá adotar medidas de subsídios aos preços dos produtos básicos;

- entrepostos de abastecimento. O governo federal atuará junto aos governos estaduais e municipais para implantar, junto aos Ceasas, um sistema de informações de mercado, informatizado e interligado aos entrepostos de todo o país; criar áreas específicas para comercialização de cereais e produtos agro-industrializados no interior dos entrepostos; introduzir formas contemporâneas de operação mercantil, a exemplo dos leilões e sistemas de "caixa-único"; expansão e desconcentração dos entrepostos, com a criação de novos terminais em regiões com potenciais, utilizando recursos da iniciativa privada sob forma de comodato ou similar;
- equipamentos públicos de comercialização varejista. O governo federal incentivará os governos estaduais e municipais a criarem ou reativarem equipamentos públicos de comercialização varejista, com preços e qualidade controlados. Estes equipamentos serão explorados pela iniciativa privada sob concessão pública, com o objetivo de oferecer referências de preço à população;
- fiscalização da qualidade sanitária e nutricional dos alimentos . O governo criará mecanismos visando reduzir os problemas decorrentes da má-qualidade

higiênicosanitária e nutricional dos alimentos. Nesse sentido, terá que promover a revisão da atual legislação; a realização de inspeções nos estabelecimentos varejistas; a integração das ações de vigilância sanitária e dos órgãos de defesa do consumidor; o incentivo à participação organizada da sociedade civil; a fiscalização das empresas para garantir o cumprimento da legislação sobre o fornecimento de refeições no trabalho.

Políticas emergenciais de combate à fome

A existência de 32 milhões de brasileiros que passam fome exige a adoção de ações imediatas de assistência alimentar, implementadas pelo governo em parceria com a sociedade.

- Para tanto, é necessário:
- instituir mecanismos que garantam o acesso de toda a população carente aos alimentos integrantes da cesta básica a ser definida no Plano Nacional de Segurança Alimentar;
- dar prioridade às crianças, gestantes e nutrizes pobres e idosos que demandam ações mais permanentes e num horizonte de tempo maior do que o conjunto da população;
- dar destaque especial ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que deverá ser municipalizado e articulado ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). Este programa deverá ter suas funções ampliadas, de forma que acompanhe permanentemente as condições alimentares e nutricionais da população brasileira.

Política de meio ambiente para a agricultura

O sistema agroalimentar brasileiro está longe de ser sustentável. Os impactos predatórios, associados ao desenvolvimento da agricultura, se irradiam a todos os grandes ecossistemas do país. A tendência à homogeneização das práticas produtivas, induzidas pela Revolução Verde, por meio da utilização intensiva de motomecanização, fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, equipamentos pesados de irrigação. e o divórcio entre agricultura e pecuária. além da monocultura, traduziu-se em brutais índices de erosão e degradação dos solos agrícolas. A adoção generalizada desses procedimentos acarretou o comprometimento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos; a devastação das florestas e campos nativos; o empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais; a contaminação dos alimentos e altos índices de intoxicação dos agricultores.

A natureza e a amplitude desses impactos não derivam apenas da incorporação indiscriminada de uma base tecnológica desenvolvida para regiões temperadas ou frias, inadequada aos ecossistemas tropicais. A este fator de ordem técnica se

somaram a lógica "mineradora", acorrida à lucratividade imediata e o caráter especulativo predominante em todos os agroecossistemas brasileiros. Violentos processos erosivos encontram-se na base de fenômenos de desertificação que se manifestam e se expandem em áreas relativamente extensas, particularmente no Rio Grande do Sul e no Nordeste.

A utilização abusiva de agrotóxicos aumentou em proporção geométrica o número de espécies causadoras de danos às plantas cultivadas, que passaram de 989 a 3037, entre 1948 e 1976. Pior, ainda, estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) relativos ao 145 período de intensa modernização agrícola (1967-80) demonstram não haver correlação entre o crescimento vertiginoso da utilização de defensivos e os ganhos de produtividade alcançados pelos cultivos aos quais foram aplicados. A artificialização exacerbada do meio ambiente e a homogeneização dos processos produtivos respondem também por um acelerado processo de "erosão genética", decorrente da introdução de variedades de alto rendimento e híbridos, de grande fragilidade e altamente dependentes de insumos químicos .

A superação da crise sócio-ambiental será possível pelo fortalecimento das ações de cooperação em diversos níveis, pelo intercâmbio das experiências alternativas existentes, tornando o homem sujeito desse processo e construindo uma consciência ecológica. O governo desestimará, de forma gradativa, as práticas monoculturais, procurando integrar a produção animal e vegetal, consolidando a relação solo-planta-animal, equilibrando o sistema de produção .

Em síntese, pode-se dizer que o tratamento dos impactos sócio-ambientais das transformações da agricultura nos impelem para as fronteiras do conhecimento científico em muitas áreas. Por isso, a criação de condições favoráveis a uma agricultura e um desenvolvimento rural sustentáveis exigirão um considerável investimento em pesquisa e educação, além da imprescindível reorientação das políticas agrícola, ambiental e macroeconômica.

O governo Lula procurará, ainda, a cooperação internacional necessária para que se coloque em prática, no Brasil, os doze programas previstos no capítulo 14 da Agenda 21, como ficou conhecido o "Informe da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", realizado no Rio de Janeiro, em 1992.

43 - Política mineral e geologia

O setor mineral representa um significativo potencial de geração de recursos para o desenvolvimento econômico. O Governo Democrático e Popular, em consonância com as diretrizes de política econômica, promoverá a desconcentração e ampliação do acesso aos bens minerais—desde a produção até o consumo—, de modo a aumentar e diversificar a produção.

A política mineral terá os seguintes objetivos:

- efetiva contribuição da atividade mineral ao desenvolvimento econômico-social, em âmbito regional e nacional;
- priorização do atendimento do mercado interno, tendo em vista o aumento da demanda de matérias-primas resultante da política de distribuição de rendas;
- compatibilização da atividade mineradora com a preservação do meio ambiente
- ampliação do conhecimento da geologia do território nacional como base para desenvolver não apenas a mineração mas também os programas regionais ligados ao uso da terra.

Diretrizes específicas

Política de aproveitamento de recursos minerais

- Prioridade no atendimento das necessidades básicas da população, por meio de suprimento de matérias-primas para a construção, em apoio aos programas de habitação, saneamento e infra-estrutura.
- Produção de fertilizantes para a agricultura.
- Desenvolvimento e utilização racional da água subterrânea para abastecimento das populações.
- Programas de apoio e incentivo às pequenas empresas de mineração, incluindo a produção garimpeira em novas bases.
- Maior desenvolvimento tecnológico com vistas à industrialização dos bens minerais no território nacional.
- Readequação dos grandes projetos minero-metalúrgicos, especialmente na Amazônia, integrando-os aos planos regionais de desenvolvimento.
- Implantação de novos pólos industriais minerais em áreas potencialmente favoráveis e carentes de desenvolvimento.
- Ampliar, no mercado internacional, a posição de competitividade dos produtos minerais exportáveis, com aprimoramento tecnológico e maior empenho comercial .

Gestão do patrimônio mineral

- Propor novo Código de Mineração que permita o desbloqueio de áreas subaproveitadas, redefinir os mecanismos tributários e estimular a busca de recursos minerais em áreas novas.

- Manter um serviço público de acompanhamento e divulgação das atividades de mineração, com informações de natureza geológica, econômica, tecnológica e financeira.
- Promover a descentralização da administração e controle da atividade mineral, mediante acordos ou convênios com os governos estaduais e municipais.
- Manter, nos projetos de desenvolvimento regional, programas permanentes de conhecimento do meio físico, em apoio ao planejamento do uso da terra.
- Fortalecer, em articulação com as universidades, centros de tecnologia e economia mineral, de modo a alavancar o desenvolvimento da indústria mineral.
- Investir em recursos humanos em todos os níveis—das frentes de lavra às instituições de pesquisa e tecnologia.

Mineração e meio ambiente

- Superar a atual fragmentação das atividades de fiscalização e controle ambiental da mineração, promovendo ações integradas entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais.
- Estimular a participação dos trabalhadores e das comunidades locais nos processos de avaliação de impacto ambiental de projetos de mineração—, aprimorando os mecanismos de consulta pública, tais como audiências, referendos, plebiscitos.
- Implantar programas regionais de recuperação de áreas críticas, degradadas pela mineração, com participação financeira e responsabilização da iniciativa privada, com vistas à destinação pública destas áreas.
- Implantar programa nacional de mineração em áreas urbanas, visando a atenuação dos conflitos com outros usos do solo e a defesa da população.

Novo ordenamento institucional do setor

- Implantação do Conselho Superior de Geologia e Recursos Minerais como instrumento formulador e indutor das diretrizes de política mineral e dos programas institucionais, com participação democrática dos órgãos federais e estaduais de governo, dos trabalhadores, dos empresários e das entidades não governamentais ligadas ao setor.
- Criação, a partir da reorganização das instituições existentes, do Serviço Geológico do Brasil para a realização de programas permanentes de levantamentos, estudos e pesquisas geológicas, constituindo-se em bancos de dados do meio físico do

território nacional.

- Fortalecer, a partir da reestruturação do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), o sistema de fiscalização, fomento, planejamento e controle da mineração.
- Democratização das estatais, com a criação de mecanismos de participação e controle da sociedade nos processos decisórios.

Garimpos

O Governo Democrático e Popular integrará a atividade garimpeira aos programas regionais de desenvolvimento, propiciando condições dignas de trabalho e de vida ao grande contingente de trabalhadores dos garimpos, com as seguintes medidas:

- definição e ampliação das reservas garimpeiras, resguardando as terras indígenas e as áreas de preservação ecológica;
- regulamentação da atividade garimpeira e ações de incentivo à formação de cooperativas de trabalhadores ou micro e pequenas empresas garimpeiras;
- garantia de orientação e assistência técnica para melhorar a mineração, as condições de saúde e segurança, e proteger o meio ambiente;
- combate ao contrabando de ouro e pedras preciosas, disciplinando os esquemas de abastecimento e transporte e atuando diretamente sobre a comercialização.

Condições de trabalho na mineração

Implementação, por meio de ações conjuntas dos órgãos públicos e de representantes dos trabalhadores, de medidas que estabeleçam normas e padrões de segurança e salubridade, em níveis que eliminem os atuais riscos à vida e à saúde dos trabalhadores da mineração

44. Reforma do Estado e economia

Uma das tarefas prioritárias: a reforma do Estado

Fragilizado por mais de uma década de séria crise fiscal e financeira, exaurido pelo acúmulo de dívidas, o Estado brasileiro foi submetido ao choque neo-liberal do governo Collor, que se empenhou em liquidar o que restava da capacidade estatal de planejamento, regulação e fiscalização da economia, desarticulou órgãos-chave de governo, desapareceu repartições, desmotivou o funcionalismo e degradou as condições de trabalho, procurando desmontar o Estado da forma mais primitiva e predatória, para abrir espaço a uma iniciativa privada isolada em ilhas de excelência,

em meio a um mar de miséria e exclusão.

Uma das tarefas prioritárias do novo governo será a reforma do Estado, instrumento importante para executar as demais reformas estruturais da sociedade brasileira, tais como a agrária, a fiscal, a do sistema financeiro e a urbana. O Estado brasileiro foi deixado em condição crítica porque bancou a prosperidade do setor privado, fornecendo subsídios e concedendo incentivos e créditos sem definir metas e contrapartidas, fornecendo insumos básicos a preços defasados, assumindo dívidas, pagando juros elevados e aceitando outros expedientes que alimentaram os déficits orçamentários e a dívida pública—sem falar num grande conjunto de obras públicas faraônicas, de eficiência duvidosa, que fizeram a riqueza das grandes empreiteiras. Grande parte da dívida externa foi estatizada desde meados dos anos 70, em condições de cambio que deixaram para o Estado o ônus da brutal elevação das taxas de juros havida no mercado internacional.

Em vez de voltar-se prioritariamente para servir à acumulação capitalista, via mercado financeiro (como hoje), ou via transferências (como no passado), o Estado deverá ter como meta assegurar condições que garantam competitividade sistêmica à economia como um todo e melhorar o padrão de vida de toda a população, tanto diretamente (por meio das políticas sociais), quanto através de políticas para o setor privado ou do estímulo a formas de controle social sobre as suas empresas. Isso exige presença estatal em pelo menos nove aspectos da vida econômico-social: no controle sobre as variáveis macroeconômicas (cambio, juros, moeda, além de sua influência na taxa de investimento); na regulação do uso de recursos não renováveis (incluído entre eles os mais importantes ecossistemas primários); na elaboração e implementação de políticas de regulação, coordenação, indução e fomento à atividade produtiva; nas atividades que formam a infra-estrutura básica e tendem à formação de monopólios (telecomunicações, petróleo, energia e outras); na indução ao investimento em novos setores estratégicos (eletrônica, novos materiais, biotecnologia); na regulação do intercâmbio com o exterior; nos sistemas que garantem igualdade básica de oportunidade e patamares mínimos de cidadania (educação, saúde, previdência e outros); na geração de ciência e tecnologia; e na promoção de reformas estruturais democraticamente decididas.

O Estado brasileiro deve ser, portanto, desprivatizado. A reforma que desejamos é radicalmente distinta do ajuste neo-liberal. A reorganização administrativa da União, tratada no item Reforma Administrativa do capítulo III, deve incluir:

- aprimoramento dos mecanismos de controle sobre receitas e despesas do governo, a fim de eliminar focos de corrupção, combater a sonegação e aumentar a eficácia do gasto público;
- criação de mecanismos para estatais que possibilitem democratizar os instrumentos de regulação e execução da política econômica, tais como câmaras setoriais, regionais e locais, e conselhos de gestão dos fundos públicos (Previdência, FGTS,

FAT e outros), de modo a garantir a participação de diferentes segmentos da sociedade civil;

- incentivo a formas participativas, por parte da sociedade civil, na elaboração do orçamento;
- democratização da informação no tocante à elaboração e à execução orçamentárias.

Defendemos também a modificação da estrutura fiscal e tributária, com:

- simplificação e diminuição do número de tributos, de modo a reduzir as possibilidades de sonegação e distribuir melhor a carga entre os distintos setores e empresas;
- reforma tributária que tenha como eixo o privilégio para os impostos diretos, que faça os tributos incidirem efetivamente sobre quem pode e deve pagar, incluindo a tributação das grandes fortunas e heranças e de modo assegurar que a carga tributária seja, de fato, progressiva;
- imputação de imposto de renda progressivo às famílias e pessoas cujo consumo e riqueza aparente sejam manifestamente ostentatórios, a partir do cruzamento de dados (IPTU, ITR, certificados de importação de veículos de luxo, movimentação do IPMF);
- estímulo às atividades de produção e à penalização do lucro especulativo e meramente financeiro;
- redefinição de receitas e despesas em re União, estados e municípios;
- revisão das formas de correção monetária dos balanços para evitar a apropriação de lucro inflacionário;
- cobrança de impostos devidos e controle de empresas que se informalizam e se terceirizam para fins de evasão fiscal;
- diminuição dos benefícios e imunidades que legalizam a evasão fiscal por parte de empresas e instituições de diversos tipos, preservando-os apenas nos casos particulares em que o interesse público assim o exija;
- instituição de maiores impostos sobre a propriedade, especialmente da terra improdutiva, urbana e rural.

Esta modificação da estrutura fiscal e tributária será combinada com o combate a todas as formas de evasão, sonegação e inadimplência fiscal. Para recuperar a capacidade de investir do Estado é indispensável cobrar com rigor os impostos e

contribuições devidos . Além do aperfeiçoamento dos mecanismos legais e da recuperação da Secretaria da Receita Federal, o essencial será a vontade política de enfrentar a resistência das elites ao pagamento de impostos—o que tem faltado aos governos brasileiros, e começou a existir apenas muito parcialmente no governo Itamar.

Programa de privatizações será interrompido e revisto

No âmbito do "ajuste" neo-liberal, o Programa Nacional de Desestatização (PND) ocupa uma posição central, implicando a desorganização das empresas estatais e a liquidação de patrimônio público apreço vil e em condições suspeitas, com o favorecimento dos grandes grupos privados e de forma dissociada de uma estratégia de política industrial.

- As características do PND e seu andamento até hoje configuram um quadro bastante desfavorável, no qual se destacam:

- elevação do desemprego, resultante das reestruturações das empresas leiloadas, nos estágios pré e pós desestatização;

- preços de venda muito reduzidos, com praticamente todos os pagamentos sendo feitos nas chamadas "moedas podres", sem pagamento em dinheiro;

- quebra da lógica da evolução setorial dos segmentos desmembrados, em detrimento do desenvolvimento nacional e dos interesses e conveniências dos consumidores, como ocorreu na desestruturação do setor petroquímico e na formação ou fortalecimento de oligopólios dos setores siderúrgico e de fertilizantes;

- surgimento de uma nova versão de apropriação privada de recursos públicos ou de terceiros, com o setor financeiro passando a exercer o controle acionário— e, com isso, a gestão, em benefício próprio, dos ativos líquidos—de grandes empresas privatizadas;

- total ineficiência do processo no que diz respeito a aumentar a taxa de investimento na economia brasileira como um todo.

O PND será interrompido e revisto. O governo promoverá uma ampla avaliação das privatizações já realizadas, procurando: identificar irregularidades, favorecimentos e dilapidação de recursos públicos avaliar seus efeitos econômicos e sociais, em especial a monopolização privada de setores fundamentais da economia brasileira, suas conseqüências sobre o investimento, o emprego, as relações entre trabalhadores e empresas e o nível tecnológico.

Esta avaliação dará base à adoção das medidas judiciais cabíveis para preservar o interesse público, incluindo a anulação dos processos ilícitos de privatização.

A capacidade de investimento da economia brasileira está, em geral, distribuída de forma assimétrica em relação às oportunidades de inversão. Dadas as enormes exigências de recursos nas áreas de infra-estrutura, deverão ser buscadas novas formas de parceria, participação e financiamento pelo setor privado. Toda ação ou iniciativa de parceria deve ter como objetivo criar condições para um novo desenvolvimento econômico e social do país, fortemente determinado pelas taxas de investimento, hoje excepcionalmente baixas. Por isso, só serão privatizadas—normalmente, em dinheiro—empresas não estratégicas que estejam com possibilidades de expansão e/ou modernização estranguladas e possam vir a ser efetivamente reativadas, com investimento, pelo setor privado. Além disso, a iniciativa privada será convidada a participar com recursos financeiros e capacidade gerencial de atividades produtivas que estejam subinvestidas, em que o Estado continuará como acionista (detentor, se for o caso, de participação especial), tendo em vista a preservação das funções sociais, do papel regulatório ou do sentido estratégico para o país.

Algumas empresas poderão ser transferidas, gradual e seletivamente, do patrimônio estatal para o controle da sociedade civil, por meio da constituição de um fundo social dos trabalhadores, formado pelo patrimônio dessas empresas, por recursos do FGTS, Pis-Pasep, Finsocial e contribuições previdenciárias.

Estas empresas, portanto, embora deixem de fazer parte do setor estatal, serão públicas. Para isto, tal como deverá ocorrer com o setor estatal, deverão ser administradas com transparência e eficácia.

Reordenamento das empresas estatais

Desejamos um reordenamento jurídico e financeiro das empresas estatais, visando redefinir seu papel na economia, criando lhes condições financeiras e operacionais para que executem as missões que lhes serão confiadas. Os eixos deste reordenamento serão a democratização, a introdução e a ampliação de mecanismos de controle social sobre o seu desempenho.

No petróleo, pretendemos manter o monopólio da União, conforme definido no artigo 177, da Constituição Federal. Isso se deve tanto à importância estratégica que têm os negócios e atividades ligados ao setor, quanto ao sucesso alcançado pela Petrobrás na execução desse monopólio. Serão prioritárias as alocações orçamentárias da Petrobrás para a realização de seu programa de investimentos. A Petrobrás manterá sua participação nas atividades de distribuição de petróleo e derivados no território nacional, E, tendo em vista a tendência observada de integração e articulação entre todas as etapas do negócio petróleo e a internacionalização da atuação das companhias petroleiras, a empresa deverá continuar atuando no exterior, isoladamente ou não.

Nas telecomunicações, pretendemos manter o monopólio da União, de modo a garantir que as atividades deste setor sejam realizadas dentro do conceito

estratégico que lhe é contendo.

45 Relações soberanas e solidárias com a economia mundial

Comércio exterior a serviço do desenvolvimento social. O cenário internacional é marcado pela instabilidade. A crise mundial mostra-se de difícil superação, e falta definir um novo padrão de acumulação capitalista. O final do conflito Leste-Oeste deslocou a rivalidade entre as nações para o plano econômico, recompondo a oposição Norte-Sul em novas bases.

A intensificação dessa disputa, objetivando o controle sobre os mercados mais dinâmicos e de maior rentabilidade expressa-se na imposição de uma nova divisão do trabalho aos países do Sul, excluindo-os dos benefícios propiciados pelo progresso técnico e alijando-os dos principais fluxos de geração de renda e riqueza. Para eles reserva-se o papel de meros usuários das novas tecnologias, geradas e apropriadas pelos países centrais.

O processo de exclusão imposto aos países do Sul manifesta-se de diversas formas: por meio da ingerência dos organismos supranacionais (FMI, Banco Mundial, G7) nos mecanismos nacionais de tomada de decisão sobre temas da política econômica, na formação de grandes blocos econômicos, na concentração dos fluxos comerciais e de investimento direto externo nos próprios países centrais e pela intensificação do protecionismo por parte desses países. Essas facetas do processo de globalização ampliam os desafios associados à formulação de um novo modelo de desenvolvimento, marcadamente soberano, para o Brasil.

A aglutinação dos países desenvolvidos e de alguns subdesenvolvidos em três grandes blocos—a Comunidade Européia, liderada pela Alemanha, o Nafta, liderado pelos EUA, e o Bloco Asiático, liderado pelo Japão—combina-se com um processo de reconcentração de capital das empresas transnacionais, que vem ampliando consideravelmente o poder oligopólico de controle de mercados, tecnologia e fluxos financeiros. As grandes transformações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial caminham na direção da substituição do trabalho não qualificado pelo qualificado, com redução do nível de emprego, assim como implicam também a substituição de insumos produzidos pelo Terceiro Mundo por novos materiais produzidos no Primeiro.

A superação da subserviência aos organismos financeiros internacionais, o rompimento do alinhamento automático aos EUA e o desenvolvimento de uma política externa integrada e não-casuística abrirão novas possibilidades para o Brasil. Nosso país detém o maior mercado da América Latina e uma economia estruturada de modo a propiciar investimentos e fluxos de capital—e que tem rendido lucros generosos às empresas transnacionais. A emergência de novos governos democráticos na América Latina permitirão acordos de cooperação a serem fortalecidos também com a abertura de novos canais com a China, a nova África do Sul, a Rússia, a Índia e outros países fora da zona de influência das grandes

potências. Ao mesmo tempo devem ser intensificados o comércio e as relações culturais com a Comunidade Européia e com a Ásia. O fato de que o Brasil tem um comércio internacional variado—com equivalência aproximada entre o comércio com a Comunidade Européia, a Asai, a América Latina e os Estados Unidos—dá ao país uma possibilidade de atuação soberana e um poder de barganha até hoje não utilizados para defender suas posições no cenário internacional.

Tanto a consolidação do Mercosul quanto o apoio a outras iniciativas atingidas aos demais países vizinhos são necessárias para impulsionar a integração econômica da América do Sul. Alguns países da região vivem a tentação de basear seu comércio exterior em acordos bilaterais, principalmente com os EUA, tendo como horizonte a integração ao Nafta. O Mercosul aponta para um processo alternativo, em que a abertura de fronteiras privilegie os países do próprio continente, com o fortalecimento de um mercado regional que ofereça a todos melhores condições de barganha internacional. A constituição desse mercado deve ser acompanhada de medidas compensatórias para os setores penalizados nos diferentes países e de políticas comuns nas áreas industrial, social, trabalhista e ambiental na forma de uma alternativa que supere a mera zona de livre comércio e aponte para a construção de um futuro comum mais integrado. O Brasil deve assumir a liderança nas negociações entre os países membros do Mercosul, recusando propostas nocivas como a de alíquota zero nas áreas de bens de capital e de informática, reivindicada pela Argentina. A par da postura ofensiva na discussão da tarifa externa comum, é imprescindível que se definam critérios de origem para os produtos fabricados nos países-membros, como aliás é feito no âmbito do Nafta, evitando a mera maquiagem de produtos importados.

A formação de um mercado interno de massas, como se vê, não conflita com o desenvolvimento do comércio exterior. Detentor de uma pauta comercial extremamente diversificada, tanto em produtos quanto em parceiros, o Brasil tem interesses econômicos em todo o mundo. Como ocorre com todos os países continentais, seu comércio externo é subsidiário do mercado interno. Mas não há contradição entre ambos. A competitividade e a capacidade para exportar da nossa economia estarão intimamente relacionadas nas próximas décadas à expansão do mercado interno, no rumo da incorporação de mais de cem milhões de pessoas dele ainda excluídas. Mais do que apenas compatível com a inserção da economia brasileira no cenário internacional, o fortalecimento do mercado interno proporcionará uma vantagem competitiva fundamental, ao permitir o aproveitamento de economias de escala e propiciar novos elementos de dinamismo e flexibilidade estratégica. O desenvolvimento vai se dar pelo aumento de consumo e do investimento, e também das relações do país com seus parceiros comerciais.

Assim, não pensamos o Brasil como uma plataforma exportadora, nem desejamos políticas de geração de megassuperávitis comerciais permanentes e a qualquer custo, mas pretendemos que nosso modelo gere efeitos de encadeamento que levem ao crescimento do comércio externo. Este não é freio nem motor do desenvolvimento, mas sim um elemento auxiliar e complementar, muito importante,

inclusive para a estabilização. O crescimento das exportações gera empregos, permite maior eficiência e confere divisas internacionais ao país. O aumento das importações, por sua vez, também permite aumentar a eficiência e o bem-estar da sociedade, podendo ajudar a racionalizar o processo de formação de preços. Expandir importações e exportações é, portanto, um dos nossos objetivos.

O regime comercial do Brasil deve ser essencialmente pragmático levando em conta os interesses globais da sociedade, e não interesses de grupos específicos. Sem prejuízo das atividades normais de financiamento, não se concederão privilégios a grupo exportadores via subsídios extraordinários, prática corrente por muito tempo, que resultou na transferência de bilhões de dólares para um número reduzido de privilegiados. Rejeitamos também o protecionismo que mantém privilégios e ineficiências, acarretando enorme perda de bem-estar. Nossa política comercial terá como objetivo promover as exportações e as importações com base em seletividade, temporalidade e benefícios claramente definidos para o conjunto da sociedade. Isto significa que a política de comércio exterior será articulada às diretrizes de política industrial no intuito de fornecer proteção temporária às atividades passíveis de reestruturação.

A proteção à indústria nacional será conferida por tarifas e mediante o uso de legislação comercial específica. A partir de uma interpretação brasileira dos atuais códigos do Gatt e dos acordos a serem tirados no final da rodada do Uruguai, o Governo Democrático e Popular enviará ao Congresso Nacional projeto de lei com o objetivo de estabelecer a médio prazo uma lei de comércio brasileiro em consonância com as tendências internacionais.

A curto prazo, enquanto estalei não tiver sido aprovada pelo Congresso Nacional os Governo Democrático e Popular utilizará a atual legislação antidumping, subsídios valorização aduaneira e salvaguardas no intuito de proteger a economia nacional de práticas desleais ao comércio.

A política de promoção às exportações buscará atuarem cinco eixos. O primeiro diz respeito às falhas de mercado nas áreas de informações comerciais e de financiamento e de seguro de crédito, sendo que a concessão desses incentivos serão feitos mediante a correta avaliação dos riscos econômicos e políticos por parte do setor público. O segundo é compensar o segmento exportador por distorções causadas por uma proteção aduaneira compatível aos interesses nacionais, mediante a manutenção do regime de drawback sua generalização para toda cadeia produtiva.

O terceiro eixo é articular a política de exportação à política de transportes de forma a obter uma substancial redução dos custos portuários. O quarto é articular a política de exportação à política tributária de forma a não onerar as atividades exportadoras, evitando assim que não "exportem impostos". Finalmente, serão estabelecidas ações estratégicas no âmbito de uma política de promoção industrial para setores com retornos crescentes de escalas e que possam aumentar a oferta exportável de

setores com nítidas vantagens comparativas estatísticas e dinâmicas.

Para atingir os objetivos da política comercial será necessário promover um desenvolvimento institucional mediante a criação de uma agência especial de comércio exterior no intuito de dotar o Estado com um organismo forte e ágil para implementar esta política proposta de introdução.

Para tanto, entendemos ser necessária a prática de políticas realistas que assegurem a competitividade dos produtos brasileiros. Tais políticas no entanto, deverão subordinar-se aos objetivos da políticas de estabilização e da retoma do desenvolvimento, o que implica que os seus custos de sustentação não podem recair apenas sobre o setor público. Isto acarretará uma incidência fiscal e financeira nos segmentos que operam com o comércio exterior e a captação de recursos financeiros externos.

Tínhamos razão sobre os impactos da dívida externa

Ainda na frente externa, outro problema crucial é o da dívida. A história mostrou que tinham razão os que, nos anos 70, criticaram a política de endividamento crescente no exterior com taxas de juros flutuantes, apontando a utilização de parte dos recursos captados em obras faraônicas e de valor social discutível a existência de operações de enriquecimento ilícito nessas transações e os riscos inerentes a esse tipo de política, e em especial a possibilidade de uma crise cambial.

Desde o manifesto de sua fundação, o PT adotou essa posição. Como se sabe, tal cenário de crise tornou-se claro a partir de setembro de 1982. Desde então—e, também, com razão—vimos criticando a política de pagamento da dívida de acordo com as absurdas exigências dos credores. A condição de exportador líquido de capital, as altas taxas de juros internacionais e a estatização da dívida privada desestruturaram completamente o padrão de financiamento da nossa economia, sobretudo do Estado. Isso está na raiz do contínuo e crescente processo de desajuste pelo qual vem passando a economia brasileira desde então, e em particular da crise financeira do Estado, pois este absorveu o grosso dos prejuízos advindos das sucessivas políticas de ajuste.

A impossibilidade de cumprir as exigências dos credores acabou resultando na moratória de fevereiro de 1987, quando o governo brasileiro decretou a suspensão unilateral dos pagamentos dos juros aos bancos comerciais. A decisão brasileira contribuiu para o crescimento do volume de pagamentos atrasados de outros países e acelerou o reconhecimento por parte dos credores da necessidade de admitir uma desvalorização dessas dívidas.

A partir de 1989, através do Plano Brady, as autoridades norte-americanas passaram a patrocinar acordos que envolveram uma redução limitada da dívida. Não restou aos credores privados outra alternativa senão aceitar o alongamento dos prazos de

amortização, descontos nos valores nominais, além de cláusulas como taxas fixas de juros para parte da dívida.

Mesmo com estas modificações os acordos realizados sob a égide do Plano Brady tiveram pouco impacto em termos de alívio da situação financeira externa dos países devedores, além de implicarem a aceitação de amplas condicionalidades do FMI e do Banco Mundial, em particular a abertura comercial, a liberalização dos mercados financeiros e a privatização das empresas estatais.

No caso brasileiro, as linhas gerais do acordo Brady foram estabelecidas no final do período Collor, numa situação portanto de extrema fragilidade do governo brasileiro. Não é de surpreender que o acordo seja nocivo aos interesses do país. No governo Itamar, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, foram feitas novas concessões: ao contrário do que ocorreu com outros países da América Latina, as garantias previstas no acordo com os bancos comerciais acabaram sendo financiadas quase integralmente com as reservas brasileiras, o que resultou em expressivo ônus adicional para o Brasil.

Em função das diversas concessões feitas nas negociações com os bancos comerciais estrangeiros e com o Clube de Paris desde 1991, os pagamentos de juros e amortizações do Brasil vêm aumentando significativamente.

No fundamental, estes pagamentos recaem sobre o Tesouro Nacional, os estados e municípios e as empresas estatais, levando à lógica do corte de despesas com investimentos pessoais e gastos sociais para a busca do equilíbrio das contas públicas.

O cenário financeiro internacional

Por outro lado, a alteração da conjuntura financeira internacional, em especial a forte diminuição das taxas de juros desde 1990-91, representou uma mudança no quadro mais significativa do que o Plano Brady. A partir daí, alguns dos acordos firmados revelaram-se, a posteriori, mais caros do que as taxas de juros praticadas no mercado.

Depois de passar quase uma década fechado aos países do Terceiro Mundo, o mercado financeiro voltou à condição de ofertante de recursos a esses países. No caso brasileiro, desde 1992 o total de recursos captados é superior ao serviço da dívida externa, fazendo com que o país tenha retornado à sua condição habitual de importador líquido de capital. A soma desses recursos (na maioria de curto prazo) com os oriundos dos megassuperávits da balança comercial elevou de forma expressiva o nível das reservas, à custa, no entanto, de significativo aumento da dívida interna. Confirmou-se, assim, a análise dos que, como o PT, alegavam que o afluxo de capitais estrangeiros ao país dependia menos da aplicação do receituário do FMI que da situação de liquidez do mercado financeiro internacional. A conjuntura do início dos anos 90 foi marcada pela

desaceleração no ritmo de crescimento das principais economias capitalistas e, no caso norte-americano, por uma política monetária fortemente expansiva e pelo excedente de poupança financeira em relação à demanda de créditos. Voltou, por isso, a tornar-se crescente a liquidez do mercado financeiro internacional, numa conjuntura que lembra, em larga medida, a dos anos 70, o que deve nos deixar de sobre aviso para não repetirmos os mesmos erros.

Assim, no caso do Brasil, independentemente dos pareceres do FMI, e apesar da continuação de uma moratória parcial com relação à dívida velha, o capital estrangeiro ofereceu-se de novo, como de resto o fez, em geral, em busca de aplicação nos países em desenvolvimento. Mantendo um diferencial de rentabilidade não muito superior aos padrões internacionais, o país poderia receber capital sem a necessidade de praticar uma política monetária absurda, com taxas de juros reais sem paralelo no mundo.

É preciso disciplinar a entrada desses capitais. Diante da inexistência de uma política de direcionamento para o investimento produtivo e de uma política monetária perversa, a quase totalidade desses recursos está se dirigindo para operações especulativas de curto prazo. Assim, até agora, este novo afluxo de capital estrangeiro pouco ou nada tem contribuído para a retomada decrescimento, servindo para desestabilizar ainda mais o sistema financeiro brasileiro e aumentar as taxas de inflação. Além disso, dado o caráter volátil e de curto prazo dessas aplicações, corre-se o risco de que, a qualquer momento, dependendo apenas de uma reviravolta dos fluxos especulativos do mercado financeiro internacional, venha a se produzir uma saída desenfreada de capitais do país, o que poderia produzir uma crise cambial.

As relações entre a economia brasileira e o sistema financeiro internacional permanecem como um dos principais elementos da desestabilização. A política de comércio exterior não pode ter como objetivo a geração de megassuperávits comerciais usados no pagamento do serviço da dívida, e os custos fiscais desses pagamentos precisam ser drasticamente reduzidos. Atualmente, a quase totalidade da "dívida velha" é de responsabilidade do setor público não exportador (União, estados, municípios e empresas estatais fornecedoras de serviços básicos de eletricidade, gás, telecomunicações, transportes etc.). Para comprar as divisas necessárias e fazer frente a tais pagamentos, todos precisam angariar recursos em moeda nacional por meio de mecanismos que têm forte impacto inflacionário (impostos, tarifas, emissão, ou ainda aumento do endividamento interno).

Por outro lado, na hipótese de que a liquidez internacional continue conduzindo a baixas taxas de juros, o afluxo de capital estrangeiro pode vir a desempenhar um papel positivo na constituição de um novo ciclo de desenvolvimento, desde que tais recursos sirvam para financiar investimentos produtivos na economia e tenham um prazo de retorno compatível com o equilíbrio das contas cambiais do país.

É possível também chegar a novas bases de relacionamento que permitam ampliar e aprimorar os mecanismos permanentes de financiamento das atividades de exportação e importação, possibilitando a elevação geral do nível dos negócios de comércio exterior da economia brasileira.

A necessidade de novas negociações

Consideramos imperiosa a necessidade de reduzir imediatamente o desembolso líquido do setor público não-exportador a título de compra de divisas para pagamento do serviço da "dívida velha", o que demandará a renegociação de todos os contratos. Não aceitaremos que essas negociações estejam submetidas às condicionalidades cruzadas do FMI e do Banco Mundial, que interfiram com políticas internas em relação às empresas estatais, à abertura comercial ou outras.

No quadro de um tratamento abrangente da questão da dívida externa, que não é apenas um problema econômico, mas também de justiça e sobretudo uma questão política, defendemos a realização de uma auditoria minuciosa em todos os contratos firmados pelas instâncias do poder público federal. Reavaliaremos assim, publicamente, o processo de formação e crescimento dessa dívida, bem como suas conseqüências sobre a economia brasileira. É essencial distinguir as dívidas comerciais normais e as relacionadas a efetivo ingresso de recursos no país do componente da dívida que corresponde à mera acumulação de juros sobre juros a taxas extraordinariamente elevadas, ou ainda a financiamentos de projetos duvidosos, de baixíssimo interesse social ou até que não chegaram a ser implementados.

Nos marcos da defesa de uma nova ordem internacional, chamaremos os demais países devedores a uma discussão comum sobre o tema da dívida.

Há que se destacar o agravamento recente da conjuntura financeira internacional, em especial no que diz respeito à América Latina, com suas conseqüências em termos de fuga de capitais no México, Venezuela e Argentina, entre outros países. No caso brasileiro, a política irresponsável de juros elevados—que agrava a situação das finanças públicas e impõe um serviço para a dívida interna federal que poderá alcançar níveis recordes em 1994—está sendo incapaz de evitar a fuga de capitais especulativos, que em tempos recentes incharam artificialmente nossas reservas cambiais. Soma-se a isso a ameaça de um programa de dolarização da economia que, se posto de fato em prática, produzirá uma redução da superávit comercial e déficits crescentes na conta corrente da balanço de pagamentos, podendo desembocar em um processo recessivo e em crise cambial.

Foi nesse contexto que o governo brasileiro, em fim de mandato e politicamente fragilizado, assinou com os credores privados internacionais um acordo desfavorável ao país, que procura constranger o futuro governo e aumenta a pressão sobre o balanço de pagamentos e o orçamento público. Em conseqüência desse acordo, de acordos anteriores e da dívida nova contratada nos últimos anos, o pagamento bruto

de juros e principal elevar-se-á ao patamar de 17 a 20 bilhões de dólares por ano (segundo projeções do Departamento Econômico do Banco Central), o que tende a comprometer a solidez das contas cambiais e constitui grave ônus para o conjunto do setor público, criando obstáculos à estabilização monetária e à retomada do desenvolvimento econômico em novas bases, com a formação de um mercado interno de massas.

É impossível alcançar um processo de estabilização econômica sem que se equacione essa problemática. Além disso, qualquer tentativa de manter a postura de sempre atender aos credores, terá, agora como no passado, altíssimo custo social e comprometerá a realização de reformas estruturais. Os acordos firmados com os credores, inclusive o recém-concluído, são nocivos aos interesses do país. O governo tomará as iniciativas necessárias para levar à sociedade brasileira e aos fóruns internacionais apropriados a contestação dos acordos firmados com os credores e retomará negociações em termos compatíveis com os pressupostos do nosso programa de desenvolvimento econômico e social.

A imensa drenagem de recursos para o exterior é incompatível com o programa democrático e popular, que aponta para a recuperação da capacidade de investimento do setor público em áreas estratégicas, a ampliação dos gastos sociais e a implantação de um expressivo conjunto de reformas estruturais.

Se mantida a intransigência dos credores internacionais, diante da necessidade de preservar o nível de reservas internacionais e a capacidade de investimento do Estado, o governo suspenderá o pagamento da dívida para concretizar o nosso programa de reformas democráticas e populares, além de garantir condições para a realização de uma auditoria eficaz.

46 - Sistema financeiro: a serviço do desenvolvimento social

Beneficiado pela crise dos últimos anos, o sistema financeiro apropria-se de parcela expressiva da renda nacional, à custa dos trabalhadores, dos segmentos produtivos e do Tesouro Nacional. A hipertrofia do sistema financeiro é uma das características marcantes da economia brasileira. A participação das instituições financeiras no PIB (que nos últimos dez anos foi em média de 13%, com grandes oscilações) é entre três e cinco vezes maior do que nos principais países desenvolvidos. Tudo isto num quadro em que o volume de crédito para a produção encolheu sensivelmente e as políticas sociais sofrem com a ausência de meios de financiamento adequados.

Os banqueiros e os grandes correntistas lucraram muito nestes anos todos, mas se reduziu ainda mais a atividade típica dos bancos e do sistema financeiro em geral: o crédito para a atividade produtiva e para o investimento.

O controle democrático da sociedade sobre o sistema financeiro é bastante precário, quase inexistente. Sucedem-se os desmandos e o acobertamento de atividades

ilícitas.

Acentuaram-se ainda mais as deformações históricas do sistema financeiro privado brasileiro voltado para os lucros fáceis dos negócios seguros e alheio aos riscos das atividades mais necessárias.

Esta é a questão fundamental a enfrentar neste terreno: orientar a atividade financeira do país para o atendimento das necessidades da produção e das políticas sociais. Para isto, é necessário desmontar a ciranda financeira, os mecanismos de expansão meteórica da dívida interna, promovendo o alongamento do seu perfil, a fim de combater a especulação inflacionaria, bem como criar mecanismos efetivos de financiamento a longo prazo que possibilitem uma significativa elevação do nível de investimentos produtivos.

É preciso dotar a sociedade de mecanismos de fiscalização e controle sobre a atividade do sistema financeiro público e privado e criar mecanismos para garantir que estas instituições assumam sua parte no esforço de desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com as orientações democraticamente definidas pelas instâncias políticas eleitas para este fim.

Para isso, nosso governo priorizará:

- a correção das distorções hoje presentes na atividade do mercado aberto (open-market) para que este possa efetivamente constituir-se num instrumento de gestão da taxa de juros e da liquidez da economia. É preciso introduzir o risco nas operações de curtíssimo prazo, com estímulos ao alongamento dos prazos dos títulos públicos;
- a definição de uma política de crédito seletiva e direcionada para os setores prioritários, obrigando todo o sistema bancário a destinar parcelas de suas operações para estas linhas e a assumir parte do ônus financeiro deste esforço;
- aprimoramento da atuação das instituições financeiras públicas, federais e estaduais, para que estas possam vir a se constituir cada vez mais em instrumentos efetivos de financiamento à produção e ao investimento. Além do saneamento financeiro e administrativo, quando necessário, é preciso desenvolver amplos instrumentos de fiscalização e controle pela sociedade sobre estes bancos, para evitar sua utilização irresponsável por interesses privados;
- estabelecimento de normas que disciplinem a sistemática de endividamento de estados e municípios, definindo-se as especificidades dos instrumentos de financiamento dessas unidades da Federação, bem como dos limites para sua utilização;
- incentivo ao desenvolvimento de produtos financeiros securitizados, estimulando-se para tanto a emissão de debêntures e ações por empresas brasileiras, públicas ou

privadas. Isso demandará que se estabeleçam mecanismos e normas que disciplinem e assegurem a transparência e a solidez das informações contábeis transmitidas pelas empresas. Como também de instrumentos públicos que disciplinem e maximizem a eficiência dos mercados de capitais:

- incentivo ao desenvolvimento de fundos mútuos de investimento em renda fixa e ações, e também de fundos institucionais de pensão como mecanismos de apoio institucional e alavancagem que permitam sustentar o financiamento de longo prazo dos investimentos produtivos, estabelecendo-se, no entanto, normas que disciplinem e dêem transparência à atuação desses fundos, em particular dos fundos de pensão das empresas estatais, o desenvolvimento de novos mecanismos de captação de recursos externos que possibilitem o alongamento do prazo de permanência desses capitais no Brasil, a fim de que estes possam vir a financiar o incremento dos investimentos produtivos:

- a aplicação de uma política seletiva de crédito que vise o alongamento dos prazos de operações de crédito dos bancos brasileiros e direcione esses recursos para financiar setores considerados estratégicos pela política de desenvolvimento e de geração de empregos; uma reforma do Sistema Financeiro da Habitação, a fim de aumentar rapidamente a oferta de crédito imobiliário. Essa reforma deverá conter medidas que revitalizem a caderneta de poupança; restabeleçam novas normas para os financiamentos imobiliários que possibilitem, ao mesmo tempo, reduzir os custos financeiros desses contratos para os mutuários e criar um mercado secundário de títulos hipotecários, de modo a tornar essas operações atrativas para as instituições financeiras; e disciplinem as aplicações dos recursos do FGTS. - o desenvolvimento de uma nova sistemática de crédito rural com instrumentos de securitização do crédito que dêem segurança às instituições credoras e aos agricultores .

47- Combate à inflação combinado com desenvolvimento e distribuição de renda

A inflação, um processo complexo e crônico.

As elevadas taxas da inflação brasileira não se explicam por uma análise convencional e quantitativa dos agregados monetários, neles incluída a dívida pública federal, nem por um coeficiente alto de necessidade de financiamento do setor público, medida pelo critério de déficit operacional. Não há enorme liquidez primária geradora de pressões altistas, nem dívida especialmente grande a ser refinanciada. O déficit público operacional (já incluído o componente financeiro) tem ficado próximo a zero (segundo dados oficiais, em 1991 houve superávit operacional de 1,4 % do PIB, em 1992 déficit operacional de 2,1 % do PIB e em 1993 superávit operacional de 0,5 % do PIB), o que mostra que as necessidades de financiamento do setor público não podem explicar por si mesmas a prevalência da nossa superinflação. Há, sim, uma indexação extremamente abrangente, associada a uma

política monetária ao mesmo tempo perversa, por privilegiar ganhos financeiros extraordinários, e, justo por isso, impotente para controlar a liquidez. Rolada a prazos curtíssimos e a juros reais escorchantes, a dívida pública foi transformada em moeda indexada, criando uma situação insustentável, periodicamente zerada por meio de algum plano específico. Trata-se de uma dinâmica absurda, que produz fracassos sucessivos, com custos brutais, sobretudo para os brasileiros que não têm acesso à moeda indexada.

A operacionalidade atual do Banco Central é, sob todos os aspectos, estranha. Em qualquer país, a primeira missão do Bacen é defender a moeda; a segunda é regular o crédito e a liquidez; a terceira é servir de prestador exclusivo de última instância. O nosso Bacen, no entanto, não cumpre nenhuma das três funções, tendo adotado uma forma peculiar de sustentação do mercado monetário, cobrindo posições de carteira insustentáveis e permitindo que qualquer agente financeiro opere sem risco, mesmo quando tecnicamente quebrado. Com essa situação, preservam-se enormes ineficiências nos subsetores financeiros público e privado, com o conseqüente nivelamento das taxas de juros por cima, permitindo a sobrevivência dos menos eficientes, ou mais adaptados à própria ciranda. Paga-se um pedágio brutal aos mais "eficientes", sob a forma de lucros espantosos, maiores para os banqueiros, mas devidamente distribuídos a todos os detentores de riqueza líquida, num arranjo que diminui a vontade política de se enfrentar a inflação de forma persistente e adequada.

A inflação brasileira agravou-se a partir do fracasso de sucessivos planos de estabilização, fato que conduziu à indexação generalizada de todos os mercados. A existência de duas moedas e as altas taxas de juros agravam a fragilidade financeira do Estado e conduzem o orçamento público e a conta de capital do balanço de pagamentos ao descontrole periódico, além de produzirem uma verdadeira segregação social. Um processo inflacionário desta natureza não pode ser combatido por um ataque seqüencial e unilateral das supostas causas apontadas pelas diversas correntes conservadoras, que continuam insistindo em meras aparências, enviesadas pela ideologia, como o excesso de gasto público, uma política monetária frouxa, a ausência de um Banco Central independente, restrições à entrada de capitais estrangeiros, falta genérica de credibilidade, governos fracos ou excesso de intervenção do Estado.

Uma explicação mais consistente para a inflação brasileira exige que elenquemos:

- conflito distributivo, que leva a uma luta entre agentes econômicos com distintos poderes de mercado e cujo resultado é uma alta permanente dos preços e perdas salariais recorrentes;
- políticas erráticas e pouco consistentes que não permitem o controle da demanda agregada e da liquidez;
- restrições extremas por causa dos desequilíbrios (positivos ou negativos) no

balanço de pagamentos e de transferências de recursos ao exterior;

- expansão monetária e da dívida pública, decorrentes sobretudo de megassuperávits comerciais e da entrada descontrolada de capitais especulativos;
- políticas de juros altos, com expansão acelerada da dívida interna de curto prazo, provocadas pela ciranda financeira e que repõem periodicamente a necessidade de ajuste fiscal
- fragilidade financeira do setor público, originada pela crise da dívida externa e combinada com a total incapacidade de o governo federal gerir seu orçamento de forma eficiente e obter crédito nos mercados interno e externo em condições satisfatórias;
- a ação predatória dos oligopólios, tolerada por uma política de liberalização radical dos preços.

Evitaremos falsas opções, como crescimento x estabilidade.

Todos esses problemas estão presentes de forma combinada na síndrome inflacionaria, que ainda pode ser agravada dependendo da forma que o governo atual terminar sua gestão. É necessário, portanto, um conjunto de propostas e de linhas de ação estratégicas, desdobradas em metas coordenadas que envolvem reformas institucionais e negociações permanentes com o conjunto dos agentes econômicos.

Vale reafirmar o nosso entendimento de que a política de estabilização precisa ser implementada dentro dos marcos de uma política global que promova, simultânea distribuição da renda e da riqueza do país. Uma política desta natureza requer o início imediato de um novo ciclo de crescimento nos padrões definidos neste programa. Isto permitiria atenuar os conflitos distributivos de curto prazo, dando aos agentes econômicos uma perspectiva de negociação dentro de prazos mais longos e um horizonte mais estável. E, ao mesmo tempos permitir que o crescimento da oferta contribua para a queda continuada da inflação, evitando o surgimento de novos pontos de estrangulamento inflacionários que poderiam inviabilizar o próprio combate à elevação dos preços. Mas, principalmente, a compatibilização das demandas populares por um novo modelo de desenvolvimento com o combate à inflação daria viabilidade política ao programa de estabilização.

Trata-se, portanto, de criar um novo quadro de relações sociais e políticas entre os múltiplos segmentos do capital e do trabalho, como também destes com o poder público, a fim de que o conflito distributivo se processar por meio de mecanismos inflacionários .

Dada a gravidade do quadro de miséria que vive a maioria da população um programa de estabilização não pode ter apenas como meta a estabilidade monetária.

Deve-se implementar, imediatamente um programa socialmente orientado, para que estes segmentos marginalizados do mercado interno de consumo possam alcançar rapidamente um padrão digno de subsistência, antes mesmo que se materializem todos os frutos do novo ciclo de desenvolvimento que se quer implementar. O que demanda uma política de crescimento que priorize a geração de emprego; uma política de elevação progressiva do poder aquisitivo do salário mínimo, por meio da combinação de uma política de elevação nominal do valor do salário mínimo com uma política de elevação rápida da oferta e o barateamento dos bens essenciais a estes trabalhadores, e um conjunto de medidas de assistência social para os excluídos do mercado de trabalho ou cujos rendimentos não permitam um nível mínimo de subsistência alimentar e/ou moradia satisfatória.

Desta forma, a política econômica que será adotada pelo Governo Democrático Popular partirá da rejeição à idéia gradualista de que primeiro estabiliza-se a economia, depois retoma-se o crescimento e por último realizam-se as reformas estruturais. Não haverá estabilização nem retomada do crescimento, nos termos de um projeto democrático e popular, sem reformas estruturais.

Conflito distributivo, orçamento público e balanço de pagamentos

Uma estratégia de combate à inflação terá que enfrentar com clareza as seguintes questões:

- conflito distributivo e a política de rendas não podem ser arbitrados apenas pelo Estado. O conflito generalizou-se no interior de todos os grupos sociais, desdobrando-se vertical e horizontalmente, de uma forma que perpassa o grande e o pequeno capital, trabalhadores bem e mal pagos. Com maior ou menor visibilidade, existem conflitos cruzados, de difícil solução (empresas endividadas e outras com excesso de liquidez, por exemplo, disputam as políticas de câmbio e de juros em direções opostas, enquanto a indexação salarial à inflação passada, com vários intervalos, prejudica os setores mais frágeis). Essa situação, que tem impedido políticas públicas coerentes e alianças claras, obrigando a acordos parciais e transitórios, só poderá ser resolvida no contexto de um novo modelo de desenvolvimento, que permita uma negociação social mais ampla e garanta a retomada do crescimento com distribuição de renda, comprimindo os lucros inflacionários, em particular em sua dimensão especulativa e financeira. Em todos os casos, uma política de rendas adequada deve dar prioridade ao salário mínimo e ao consumo básico, no contexto de uma política global de estabilização e de melhoria da distribuição de renda. Isso requer políticas ativas de produção, crédito, preços e importação e abastecimento dos bens essenciais. Além disso, o governo federal precisa recuperar sua capacidade de implementar políticas de regulação de preços, principalmente para atuar em setores oligopolizados, em que a oferta de produtos concentra-se em poucas empresas capazes de manejar seus preços de forma a obter uma renda diferencial;

- hoje, o governo federal não tem poderes para definir prioridades na alocação de

recursos, nem para executar de fato um orçamento organizado. Sobre estes pontos, convém ter claras as seguintes linhas de ação:

a) o orçamento público não pode ser feito com as receitas tributárias indexadas em UFIR e as despesas avaliadas em cruzeiros com diferentes taxas de inflação. Nessas condições, o contingenciamento da despesas, resultado das políticas de restrição orçamentária com cortes Lineares e sem qualquer prioridade, conduz a cortes sistemáticos de investimento e de gastos sociais indispensáveis, independentemente das alocações legais constantes da Constituição. O crescimento desordenado da dívida interna tem levado a sucessivas reformas monetárias, ampliando-se, no entanto, periodicamente, o componente financeiro do gasto, por força do poder econômico e político dos agentes envolvidos. No que se refere à execução orçamentária, o contingenciamento de despesas, os cortes lineares e a disputa pelos escassos recursos livres do orçamento no Congresso levaram a mecanismos viciados que conduzem à desorganização progressiva da administração pública e estimulam a corrupção. Logo, até ser obtida a estabilização da moeda, é necessário que todas as contas do orçamento sejam expressas numa moeda única, de conta, de valor real. Além disso, é imprescindível uma revisão completa das práticas de orçamentação, de maneira a compatibilizar e dar prioridades claras aos distintos orçamentos setoriais;

b) para fazer face aos programas sociais e de infra-estrutura, os aspectos fiscais da despesa têm de ser tratados de forma programada, com um plano Plurianual de investimentos e novos mecanismos de captação e alocação de recursos extraordinários . As despesas programadas a longo prazo, em particular o plano Plurianual de investimentos, também têm que ser expressas numa única moeda, de valor real, de forma a garantir sua execução, sem perdas significativas de valor, que inutilizam a alocação planejada de recursos públicos . Os mecanismos de melhoria da receita, além do óbvio combate sistemático e mais eficaz à sonegação, passam por uma reforma tributária de emergência, quase toda infra-constitucional, que detalharemos a seguir.

O balanço de pagamentos do Brasil constitui um problema particularmente complexo e único na América Latina, pois um enorme superávit comercial foi acoplado recentemente a uma violenta entrada de capitais de curto prazo. Esta situação, atípica em países capitalistas cujas moedas são conversíveis, impede qualquer absorção de recursos externos que seja compatível com o equilíbrio fiscal e monetário. O país não deseja sobrevalorizar o cambio de forma permanente, por causa da sustentação das exportações industriais, nem entregar a gestão monetária à especulação do mercado de capitais. Assim, não se pode optar nem por um cambio nominal fixo, nem por cambio flutuante entregue ao sabor de um mercado financeiro desregulado.

Os possíveis mecanismos de regulação cambial e monetária passarão, então, por um orçamento realista de divisas e de movimento de capitais, cuja gestão e financiamento sejam de responsabilidade do Banco Central, devidamente

supervisionado por um novo conselho monetário que represente os interesses da nação, em particular os da estabilidade monetária e cambial . Isso não poderá ser obtido onerando o orçamento fiscal e o Tesouro, como vem sendo feito, às custas de provocar desequilíbrios fiscais recorrentes. Para isso, será preciso controlar a entrada e a saída de capitais externos especulativos, o volume de reservas e as condições de emissão e rolagem das dívidas interna e externa, sobretudo as de curto prazo.

Um plano que encobre uma manobra eleitoral.

Apresentado como um instrumento seguro para debelar a inflação, o Plano FHC segue a trilha dos seus antecessores: arrocha salários, deprime o consumo. mantém elevadas as taxas de Juros, libera os preços de qualquer controle efetivo, deteriora ainda mais as condições de vida da maioria da população.

Na chamada Fase I do Plano, a do suposto ajuste fiscal, foram cortados bilhões de dólares nas áreas de saúde, educação e transportes, levando a já precária situação social do país a se deteriorar ainda mais . Tudo isto para que a elevação dos pagamentos de juros aos beneficiários da ciranda financeira devido a uma política de juros altos absurda e sem paralelo no planeta) comprometesse todo o suposto ajuste realizado.

A chamada Fase II do Plano, a da implantação da Unidade Real de Valor (URV), caracterizou-se por converter de forma obrigatória apenas os salários, com fórmulas de "conversão pela média" que significam perdas para os trabalhadores. Além disso, o salário mínimo foi fixado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso em valores ultrajantes, inferiores a qualquer outro período da história do país.

A Fase III do Plano, a do real, ainda não implantada, aponta para a dolarização e como meio de conseguir a estabilização monetária da economia. A dolarização, se confirmada, significaria abdicar de parte fundamental da soberania nacional, renunciar a políticas autônomas no campo cambial, aceitar a dependência de decisões de autoridades estrangeiras, deixar o país sem defesa diante das oscilações das taxas de cambio e de juros do dólar. Como mostra a experiência de países latino-americanos que foram levados a seguir este caminho, a dolarização provocaria perda de competitividade internacional e prejuízos para a indústria nacional. Aumentaria a possibilidade de crises de balanço de pagamentos, com a conseqüente necessidade de buscar novos financiamentos, e deixaria o país mais frágil diante de pressões externas.

Além disso, tudo indica que a eventual redução da inflação conseguida com as medidas anunciadas não poderia se manter por muito tempo: o plano tem antes de mais nada um caráter de manobra eleitoral.

48 – Turismo

O Brasil ocupa lugar insignificante no fluxo turístico internacional. Origina uma receita de US\$ 1,2 bilhões, representando 0,5% da renda mundial anual, gerada pelo turismo. As origens de tal situação encontram-se nos seguintes equívocos sucessivos dos governos federais:

- imagem turística do país é de algo caro e ruim para o mercado interno;
- inexistência do zoneamento turístico e ação de marketing competentes para reversão do quadro atual;
- a consideração do turismo como atividade marginal ou "de luxo" à margem de planos e projetos de desenvolvimento econômico e de geração de renda;
- a rede de transporte encontra-se estrangulada por: cartel dos transportes aéreos e rodoviários; crise nas ferrovias; deterioração da malha rodoviária; inexistência ou desativação de hidrovias e navegação costeira efetivas, crise econômica que reprime a demanda turística.

A reversão desse quadro negativo do turismo brasileiro será obtida pela inclusão do Plano Diretor Nacional do Turismo com suas diretrizes em um plano global da união, objetivando implementar ações compartilhadas o estado, a sociedade civil e empresas privadas, de forma a serem atingidos todos os setores da economia local.

O fenômeno turístico deve ser utilizado como fator de geração de empregos que assegure uma remuneração adequada e freqüente, buscando com isso a melhoria de renda da população do pólo turístico.

Para alcançarmos estas metas, a ação de desenvolvimento turístico deve estar centrada no crescimento e na implantação de zonas articuladas de abastecimento local, tanto no setor de produtos quanto de serviços.

É preciso reformular os modelos de pólos turísticos que hoje privilegiam bolsões de prosperidade, onde toda movimentação financeira ocorre à margem das populações locais, com os problemas da sazonalidade, além de restringir o acesso da população às instalações de lazer.

Cabe ainda priorizar projetos turísticos que contemplem a análise do impacto socioeconômico e crie alternativas de emprego para a mão-de-obra local, tanto diretamente na prestação dos serviços, quanto na implementação da oferta turística. Soma-se a tal iniciativa as realizações que visem incentivar a economia local.

A segmentação do Brasil em diferentes tipos turísticos diversificará suas condições de mercado, sendo então descentralizada a área de investimentos que até agora apenas se situou em alguns pontos do litoral, não atendendo à demanda e ao conceito de interiorização do turismo.

Nos últimos anos, verificamos um amadurecimento no conceito dos investimentos para o turismo, tendência que se coaduna com nossa diretriz para ação de governo. Tais investimentos estão divididos em dois pontos: infra-estrutura e superestrutura. O primeiro prende-se à melhoria de condições de vida, tanto no campo quanto nas cidades, o que refletirá diretamente no turismo. As principais medidas de infra-estrutura são saneamento básico, alimentação, transporte e segurança pública, prioridades do Governo Democrático e Popular.

Realizadas estas inversões iniciais a razão do fluxo turístico dependerá menos dos investimentos em equipamentos eminentemente turísticos, a superestrutura, diminuindo assim o volume de investimentos diretamente ligados ao setor.

As bases ecológicas existentes serão reavaliadas quanto ao seu uso turístico devendo estar aptas como zonas de visitação estruturadas para o atendimento, preservação e desenvolvimento autogerado com emprego de recursos locais sem ferir o ecossistema. Faz-se necessário a estruturação dos meios de acesso, preparação do público e fiscalização.

Elas serão classificadas em bases para visitação e bases para visitação e permanência. A política turística no Brasil necessita de gerências em todos setores econômicos e sociais que de forma direta ou indireta tenham nesta atividade reflexos na sua economia.

Política para o turismo

O Governo Democrático e Popular para atingir estes objetivos discrimina três campos a serem e vistos e as propostas para o setor.

Democratização do turismo

- Ampliar o raio de ação do turismo na sociedade brasileira de modo que alcancemos o maior número de pessoas cuja produção seja ligada a esta atividade. Para isto, cabe aumentar a amplitude dos investimentos nos pólos turísticos priorizando-os pela sua rentabilidade, utilização da mão-de-obra local e benefícios locais, em um grau mais elevado do que hoje encontramos. Beneficiar as fontes de abastecimento, como a agricultura, a pecuária o artesanato, as manifestação culturais, o impacto ambiental e os reinvestimentos na comunidade . O processo de ampliação da oferta turística compreende

o incentivo às variedades dos pólos nacionais melhorando a distribuição dos recursos destinados ao turismo com otimização da distribuição de renda advinda.

- Mapear a oferta turística real e potencial que orientará a reformulação dos destinos turísticos brasileiros, bem como implementar uma melhor política para captação de renda dos centros mais prósperos para os de menor desenvolvimento nortear a ação mercadológica para o turismo internacional receptivo com o respectivo aumento do

tempo de permanência.

- Aumentar a participação do turismo de massa com a criação de mecanismos que integrem a União, a empresa privada e organizações de trabalhadores, para oferecer pacotes turísticos às camadas sociais de menor poder aquisitivo, realizando atividades turísticas internas nos períodos de meia estação. Objetivamos com isto a implementação da cidadania utilizando o turismo como instrumento, além de possibilitar esta atividade para a classe trabalhadora. Tal iniciativa alia efeitos sociais com reflexos econômicos como o da alteração da curva da sazonalidade turística.
- Garantir benefícios aos idosos quanto ao turismo interno por meio de atividades promocionais durante a baixa estação, com condutores especializados e atividades culturais e recreacionais direcionadas.
- Reordenar a atividade turística de modo a ampliar seu raio de ação para empresas turísticas voltadas a faixas de renda menos privilegiadas com estabelecimento de infraestrutura turística ampliada para atender também as populações locais.
- Estabelecer o turismo rodoviário itinerante com políticas para promover a reestruturação de hotéis, pousadas, pensões, estabelecimentos para trânsito de passageiros e maior segurança nas rodovias além da reativação do transporte ferroviário de passageiros interestaduais, com melhoria das linhas férreas, estações e veículos. Estas mesmas diretrizes aplicam-se à navegação costeira interna.
- Desenvolver um plano diretor nacional de turismo tendo por eixos: a reconquista do mercado interno de classe média, hoje fortemente desviado para o exterior; a reinserção competitiva do Brasil no mercado turístico mundial; o trabalho profissional do turismo de negócios, como forma de rompimento da sazonalidade.
- Estimular prioritariamente a presença majoritária de pequenas e médias empresas - até mesmo por já ser uma característica marcante deste segmento econômico -, estimulando simultaneamente a cooperativização no marketing e o franqueamento na operação e absorção de tecnologia, permitindo-lhes vantagens competitivas no enfrentamento de concorrentes atuando em economia de escala.
- Colocar em prática uma política efetiva de descartelização e regionalização do transporte aéreo, ampliando sua competitividade, modernizando frotas e serviços e ocasionando queda real de tarifas.
- Articular a relação turismo, preservação do patrimônio histórico cultural e preservação do meio ambiente por meio do uso controlado e monitorado, assegurando assim fontes estáveis de recursos financeiros para a auto-sustentação de tais bens coletivas .
- Desenvolver projetos específicos para três dos maiores conjuntos naturais do mundo (Amazônia, Araguaia e Pantanal), observando o respeito a esses

ecossistemas e criando pólos dinâmicos regionais de atividade turística rentável.

A institucionalização do turismo

- Os objetivos gerais da ação turística do Governo Democrático e Popular estabelece perfeita integração entre a União, os estados e os municípios na elaboração de normas regulamentares de uso do espaço turístico, com critérios de construção, uso, propriedade planejamento nas áreas configuradas de interesse turístico.
- Garantia de normas institucionais nas casas de diversões voltadas ao turismo com definições de instalação, tributação, frequência, acesso e fiscalização.
- Reordenamento do órgão de turismo do Brasil—Embratur—estabelecendo novos padrões administrativos, normativos e fiscalizadores. Reformular sua estrutura 110 país, dotando-o de maior agilidade e poder, como também uma relação mais determinada para os fundos de financiamento do turismo.
- Nos recursos humanos, estabelecer a figura do profissional de turismo, absorvendo por meio de concurso público, os bacharéis em turismo e os técnicos em turismo, valorizando o papel dos fiscais da atividade turística, bem como outros profissionais da área, em parceria com outros órgãos de formação profissional (como Senac e o Sebrae).
- Revisão das normas de classificação hoteleiras adotadas para o Brasil, que em suas dimensões continentais e diversificação climática comporta exigências específicas.
- Estimular a instituição de normas turísticas comuns ao Mercosul, tendo em vista seu maior fluxo turístico internacional ser originário dos países limítrofes

Inserção do turismo no plano geral de desenvolvimento

O Governo Democrático e Popular compreende que a inserção do plano de ação turística necessita de políticas e de normas legais que coadunem uma atitude de crescimento dos fatores interferentes no turismo provenientes de outros setores da economia para que este fenômeno possa inverter o quadro deficitário em que hoje se encontra o turismo brasileiro.

Este objetivo compreende a criação de planos que se originam nos municípios, cresçam nos estados e concentrem-se na União. Alguns aspectos devem ser evidenciados;

- reestruturar as fontes de financiamento turístico quanto ao seu direcionamento e origem, cabendo uma participação mais significativa do capital privado

- criar iniciativas para transformar parcelas da dívida externa em investimentos diretos em turismo;
- otimizar e adequar as vias de escoamento da produção ao turismo, porque deste modo estaremos adequando as vias de acesso, portos, aeroportos e rodovias a ambos os setores;
- incentivar a preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como seus meios de acesso e estadia;
- descentralizar o controle do turismo, beneficiando os municípios que se mostrem organizados para tanto;
- priorizar os projetos turísticos que contenham perspectivas de geração de novos empregos com a utilização de mão-de-obra local
- orientar a elaboração dos orçamentos municipais, estaduais e federal para a formação e desenvolvimento da oferta turística, norteados pelo Plano Diretor Nacional de Turismo.

49 - A questão do nordeste tem uma dimensão a nacional

O Brasil é um país com enormes diferenças regionais, que fazem com que as políticas macroeconômicas tenham impactos bastante distintos nas diversas regiões. Não podemos aceitar a falsa noção de que a questão regional é um problema para ser tratado separadamente dos problemas nacionais de distribuição de renda, crescimento e estabilidade.

Ou a questão regional incorpora-se ao centro das discussões nacionais ou não poderemos efetivamente enfrentar os gigantescos desafios de mudar a distribuição de renda, riqueza e poder neste país. Geralmente, essas políticas resumem-se à concessão de incentivos, auxílios e programas de emergência, que acabam aumentando os privilégios das oligarquias locais, sem minorar o sofrimento dos milhões de famintos, marginalizados e miseráveis que habitam essas regiões.

No Nordeste, onde se concentra a maior parte da miséria do país, as políticas regionais têm-se direcionado para a área urbana, que são os locais de maior renda, beneficiando as oligarquias tradicionais em aliança com os grupos empresariais "modernizadores", porém sem o objetivo de mudar as relações econômicas e de poder que prevalecem por longo tempo na região.

Assiste-se assim ao aparecimento de ilhas de modernidade e produtividade no meio do campo, que mantém simultaneamente relações de trabalho atrasadíssimas e uma estrutura fundiária absolutamente retrógrada em termos de acesso à propriedade da terra.

Assiste-se também a utilização fraudulenta de incentivos fiscais, além de sua orientação para setores e processos tecnológicos não adequados, com pouco investimento dos proprietários e muitos recursos públicos que poderiam ser utilizados em outros setores mais voltados a um processo de transformação da estrutura produtiva e de distribuição de renda na região. Na política atual de incentivos, o Estado é chantageado com a miséria para conceder benefícios que, em última instância, vão beneficiar principalmente quem não precisa. O financiamento do desenvolvimento regional deve combinar incentivos fiscais, crédito bancário de curto e longo prazos, participações acionárias com recursos públicos e gastos fiscais em obras e serviços na região. Os incentivos fiscais devem ser reformulados e passar a atuar como substitutos dos financiamentos de longo prazo.

A reformulação do sistema de incentivos pressupõe a profunda mudança no regime de planejamento das regiões. No Nordeste deve-se coordenar as ações e atividades da Sudene, BNB, BNDES, CEF, BB, MEC, Incra e MS, que hoje são dispersas e muitas vezes redundantes. Além dessa dispersão de comando, as estruturas administrativas federais do Nordeste caracterizam-se por um alto grau de esclerosamento organizacional, causado pela perda ou desvio de função e por longos períodos de inatividade, seja pelo seu comprometimento com os interesses dos grupos dominantes na região, que utilizam o sistema em benefício próprio. Por isso o papel da Sudene, do BNB e dos demais órgãos precisa ser repensado.

Para reformular o sistema de incentivos deve-se ter uma completa regionalização do orçamento nacional em todos os seus principais programas, para que a questão Nordeste não seja tratada apenas como uma política compensatória, mas que tome a dimensão nacional que deve ter. A economia nordestina passou por grandes mudanças nos últimos vinte anos, deixando de ser exportadora de mão-de-obra barata, para tornar-se produtora de bens intermediários destinados aos circuitos produtivos do centro-sul. Exemplos dessa nova forma de inserção da economia nordestina na economia nacional são os pólos petroquímico da Bahia, cloroquímico de Alagoas e o pólo mineral do Maranhão, que servem mais aos interesses da acumulação no centro-sul do que propriamente às necessidades de transformação da região.

Estes grandes projetos industriais devem ser integrados às políticas nacionais de desenvolvimento industrial, estimulando-se os segmentos de maior produtividade e de maior impacto regional, assim como os de maior integração com a dinâmica setorial da indústria no Brasil, adequando-se às prioridades nacionais.

Apesar de ainda concentrar a maior parte da população rural brasileira o Nordeste passou por um intenso processo de urbanização nos últimos anos. Verificou-se uma modificação das correntes migratórias, que antes dirigiam-se para São Paulo e agora preferem as capitais e cidades médias do próprio Nordeste, que cresceram consideravelmente. Nesse sentido, o suporte à expansão de uma rede eficiente de pequenas e microempresas constitui-se num importante processo de ampliação do mercado de trabalho, distribuição de renda e desconcentração de riqueza na região.

Este programa deverá combinar estímulos às empresas com garantias dos direitos trabalhistas e absorção de mão-de-obra.

Nas cidades deve-se dar a devida atenção ao setor informal, que não deve ser entendido apenas como uma parcela do exército industrial de reserva (que se contrai nos momentos de prosperidade e expande-se nas crises recessivas), mas também como um setor que possui uma dinâmica própria e com atividades permanentes. As políticas direcionadas a esse setor devem ser desenhadas de forma a combinar o estímulo à integração no setor formal (treinamento, legalização), com a viabilização das para as atividades permanentemente informais, na falta de alternativas, sem, no entanto, legitimar a superexploração da força de trabalho. Essa informalidade não se restringe aos vendedores ambulantes das cidades, encontra-se também na produção industrial caseira, nas milhares de microempresas comerciais e nas oficinas que prestam serviços.

Na agricultura continuam prevalecendo as relações ditadas pelo complexo minifúndio latifúndio, fonte de atraso político e econômico da região, que usa as secas para fortalecer os interesses das oligarquias, não apenas para a apropriação do dinheiro público oriundo dos programas de emergência mas, sobretudo, para exercer o clientelismo e garantir as estruturas de poder dos velhos currais eleitorais do Nordeste . A maior parte do Nordeste está no semiárido, onde sempre ocorrerão secas. Elas são permanentes. A exceção é a chuva. Trata-se de ajustar a estrutura econômica e social a este fenômeno climático. Nesse sentido, as políticas emergenciais das secas devem procurar superar as causas da concentração de renda e poder na região, deixando de explorar o enfraquecimento dos pobres para fortalecer os mais ricos.

O governo deverá desenvolver ações para melhorar efetivamente o nível de renda dos pequenos agricultores familiares que predominam no semi-árido, fortalecendo os processos de participação e organização popular de modo a ampliar o exercício da cidadania. As prioridades devem ser a ampliação da infra-estrutura produtiva básica nas pequenas propriedades rurais e da infra-estrutura social básica; participação dos pequenos produtores na formulação e gestão de programas específicos: estímulo à intervenção organizada e concentrada destes produtores no mercado por meio de associações e cooperativas. acesso à terra, acesso à água e incentivo à pequena produção de forma a agregar valor aos produtos primários dos pequenos agricultores.

A política de desenvolvimento científico e tecnológico. incluindo extensão e comunicação rural. dirigida para o Nordeste semi-árido deve sofrer uma profunda reorientação de modo a adequar-se às características do meio físico e à realidade sociocultural da área. Esta não deve se deter exclusivamente às questões da produção agropecuária, mas deverá também estender-se aos problemas da agroindústria, da pesca interiorana e da exploração dos recursos florestais e minerais em nível de pequena escala.

Entretanto, deve-se ter presente que outras regiões semi-áridas, com condições geográficas semelhantes ou mesmo piores, conseguiram desenvolver uma agricultura de excelente qualidade a partir da utilização de modernas tecnologias de irrigação. A implementação de uma política de incentivo à generalização de técnicas de irrigação pode vir a se constituir, portanto, em um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

A implementação de uma política de incentivo à generalização de técnicas de irrigação e de modernas tecnologias agrícolas, respeitadas as características edafoclimáticas e sócio-antropológicas locais, pode-se constituir em poderoso instrumento para o desenvolvimento nordestino.

Para tanto é preciso:

- desenvolver uma infra-estrutura de recursos hídricos a serem ofertados a unidades de produção agrícola, o que demandará melhor captação dos lençóis freáticos, grandes linhas de transporte de água, aumento do grau de eletrificação das áreas rurais etc;
- garantir o acesso das tecnologias de irrigação às pequenas unidades de produção, por meio de linhas de crédito que financiem a compra destes equipamentos e também de mecanismos de assessoria técnica permanente para ensinar os agricultores a utilizar estas modernas técnicas de irrigação.

Se os programas voltados para as questões agrária e agrícola são importantes para a mudança nacional expressa neste programa de governo, no Nordeste eles são ainda mais importantes porque tornam-se indispensáveis para as transformações de riqueza e poder desejadas. Desta forma, é fundamental que as políticas de reforma agrária, de desenvolvimento agroindustrial, de emprego e relações de trabalho, de previdência social rural, de desenvolvimento rural e de combate à pobreza, de abastecimento e ações emergenciais de combate à fome, assim como de meio ambiente apresentadas no item referente ao programa para a agricultura brasileira sejam detalhadas nos seus aspectos regionais.

Deste ponto de vista há a imperiosa necessidade de intensificar o processo de reforma agrária no Nordeste. Não deverá haver parcelamento indiscriminado, mas manutenção do tamanho das unidades de produção que permita aumento da produtividade. Os assentamentos da reforma agrária devem também ter condições para a produção de produtos de alto valor agregado. Irrigação e distribuição de terras devem ser integrados à mudanças em todo o sistema de produção e comercialização de produtos agrícolas.

Nos últimos anos, verificou-se importantes modificações no âmbito do turismo, que se orientou principalmente para o modelo de "enclaves tropicais", com a desvantagem de estabelecer poucos vínculos com a economia regional.

Alternativamente, deve-se priorizar os projetos turísticos que permitam a diversificação da economia local, o respeito às condições ambientais, ecológicas e culturais. Trata-se de uma política de desconcentração nacional dos fluxos turísticos, com a abertura de novos atrativos para os turistas nacionais e estrangeiros, melhoria da infra-estrutura e reformulação do sistema de tarifas de vôos domésticos e internacionais.

50 - Projeto para a Amazônia

Na história recente, a Amazônia foi vista como um vazio demográfico. As políticas de desenvolvimento para a região foram constituídas durante a ditadura militar e destinadas a aparelhá-la para suprir o mercado mundial dos insumos que dela demandava. Criou-se o modelo comercial industrial, centrado basicamente na política de incentivos fiscais e creditícios, contabilizando mão-de-obra barata, desqualificada e politicamente desorganizada.

Este processo tem sido acompanhado de agressões ao meio ambiente e violência contra os trabalhadores rurais, trabalhadores extrativistas e populações indígenas, no bojo da implantação de projetos de exploração dos recursos naturais da região, de estradas que desconsideram a rede fluvial, do carvoejamento da floresta para a produção de ferro guza, da poluição dos rios por mercúrio e de projetos agropecuários. Estes últimos, segundo pesquisa realizada pela Sudam/Penud, no período de 1975-85, financiados ao custo de cerca de 2 bilhões de dólares, revelaram rentabilidade nula ou negativa e geraram menos de 1% de mão-de-obra ocupada pelo setor da região.

Do ponto de vista ambiental, o modelo de desenvolvimento da Amazônia, posto em prática pelos militares, teve um caráter extremamente devastador. Pesquisa realizada pelo Cepatu (Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido) revela um total de 4() milhões de hectares de áreas desflorestadas na Amazônia, sendo 75 % resultado da implantação de projetos agropecuários, nas últimas três décadas.

A produção incentivada, pelo modelo de desenvolvimento, é toda dirigida ao mercado externo, seja ele o mercado consumidor do Sul do país ou o mercado internacional de matérias-primas.

O tipo de indústria incentivada não prioriza a utilização do potencial de riquezas naturais da região, exceto no caso da exploração mineral. A indústria pesqueira e os produtos agrícolas naturais são relegados a segundo plano.

A falta de equipamentos de educação, saúde, transporte, a inexistência de políticas agrícola, agrária e florestal para os pequenos produtores rurais e ribeirinhos, provoca o êxodo registrado em todas as cidades da região que, por conta disto detém cerca de 10% do déficit habitacional do total do país, o que significa em torno de 700 mil moradias.

Modelo de desenvolvimento

Uma política de desenvolvimento para a Amazônia, no contexto de um projeto democrático e popular, deve passar por uma completa revisão do modelo atual, reorientando a ação do Estado e os investimentos para atividades desconcentradas de renda e ecologicamente sustentáveis, internalizando os seus benefícios e rendimentos, constituindo-se em fundamento do processo de erradicação da miséria rural e urbana e de emancipação dos subalternizados. Para tanto, existe a necessidade de por em prática medidas saneadoras que antecipem a execução de um novo modelo de desenvolvimento.

Medidas saneadoras

- Rever projetos já implantados na região e, se for o caso, suspender os megaprojetos hidrelétricos), contratos da associação entre empresas paraestatais e empresas privadas de exploração mineral e energética, no sentido de assegurar internalização dos benefícios e dos rendimentos provenientes desta exploração, bem como a política de colonização, apontando para a reforma agrária.
- Criar imediatamente dispositivos legais, técnicos e fiscais disciplinadores da exploração e da exportação in natura dos recursos naturais da Amazônia.
- Readaptar e executar os dispositivos de proteção ambiental, particularmente os de caráter preventivo, como por exemplo a regulamentação do assentamento de projetos, a fiscalização projetada e operacional de Relatórios de Impacto Ambiental (Rima), inclusive redefinindo os dispositivos que norteiam a compreensão do que é proteção ambiental, dando ênfase para o impacto dos projetos sobre as populações existentes nas áreas dos mesmos.
- Redefinir o papel do sistema financeiro dos órgãos de desenvolvimento regional, quanto à filosofia de desenvolvimento.
- Institucionalizar o sistema regional de fiscalização sobre a exploração econômica e suas ligações, isto é, estrutura produtiva, portos, vias de transportes.
- Fiscalizar as atividades de pesquisas, e outros tipos de atividades por parte de organismos
- não-governamentais.

Diretrizes gerais para um novo modelo de desenvolvimento

- Estabelecer programas produtivos vinculados à definição das potencialidades

regionais, por espaços ambiental (áreas de floresta, terra firme, várzea, rios etc.), a partir de um zoneamento ecológico-econômico e energético da região elaborado de forma participativa.

- Executar medidas emergências visando a otimização das áreas já trabalhadas e das atividades desenvolvidas pelas populações locais.
- Redefinir a política de exploração dos recursos naturais não renováveis, no sentido de evitar a violência descapitalizada ecológica patrocinada pela política atual.
- Reordenar os objetivos de projetos governamentais já existentes, e dos próprio os órgãos de desenvolvimento, nas áreas de pesquisa, política agrícola e agrária, educação, saúde, habitação, saneamento, transportes, tendo como pressuposto básico, a efetiva participação das organizações da sociedade civil nas discussões.
- Extinguir a atual política de incentivos fiscais regionais, substituindo-a por uma linha de crédito especial para o desenvolvimento regional, com volume de recursos correspondente aos valores médios da renúncia fiscal verificados nos últimos dez anos.
- Negociação das terras de empresas que obtiveram incentivos fiscais e que encontram-se em débito com a União em troca da quitação de suas dívidas. Estas áreas serão destinadas à expansão da pequena agricultura ou para fins de pesquisa.
- Viabilizar economicamente a ampliação de excedentes exportáveis de produtos agroindustriais, principalmente dos produtos típicos regionais.
- Facilitar a passagem da agricultura da "queima e coivara" para a agricultura de pomares, melhorando e disseminando as experiências e saberes indígena e camponês sobre "adequação" econômica das capoeiras.
- Criar reservas extrativistas em todos os locais em que seja possível esta atividade, facilitando a passagem para uma silvi-agricultura tropical, com o desenvolvimento de técnica de "adequação" econômica das florestas, bem como retirar todos os invasores das reservas.
- Inserir no mercado produtos de áreas onde a agricultura de pomares já se encontre em desenvolvimento, promovendo uma industrialização flexível e descentralizada, baseada num modelo de micro e mini-indústria polivalente. Promover o uso nacional e internacional de frutas, óleos, peixes, plantas medicinais, farmacológicos regionais.
- Desenvolver, como prioridade da pesquisa agropecuária na região, um programa de ciência e tecnologia apropriado, fundado em sistemas de produção familiar.
- Considerar a biodiversidade existente na região amazônica um patrimônio que deve ser usufruído e preservado em benefício da população, reconhecendo

imediatamente a floresta preservada, as reservas indígenas, as reservas extrativistas e as áreas de agricultura tradicional como área de preservação dos recursos genéticos, visando a conservação da variabilidade das espécies e a evolução das mesmas .

- Garantir a soberania territorial e cultural das nações indígenas, demarcando, implantando e defendendo todos os seus territórios, com prioridade aos índios ianomamis .

- Valorizar o conhecimento e as formas de uso sustentado da natureza, considerando de fundamental importância a contribuição do saber popular nos trabalhos científicos feitos na Amazônia, os quais devem ser controlados por órgãos governamentais.

- Implementar a integração intermodal (rodoviária, fluvial e rodofluvial), mantendo em condições de trafegabilidade as rodovias federais já existentes, integrando as ao sistema de portos voltados prioritariamente ao mercado interno e que ofereça alternativas de escoamento para os grandes centros consumidores do país: assegurando transportes fluviais às populações ribeirinhas; incentivando a construção naval em madeira de pequenas e médias embarcações e estruturando o sistema portuário, em especial nas pequenas cidades, dotando as de condições para integrar-se no sistema de transportes regional.

- Implementar uma política agressiva de formação e fixação de recursos humanos qualificados na Amazônia, procurando ampliar o número de docentes e pesquisadores na região e promover investimentos em infra-estrutura visando dotar as instituições amazônicas do instrumental necessário ao desenvolvimento de pequenas de interesse regional.

- Incentivar a geração de energia com recursos locais, principalmente em áreas isoladas, financiando projetos em parceria com as comunidades dessas áreas, envolvendo a construção, operação, manutenção e distribuição.

- Criar um programa de eletrificação rural que viabilize a utilização de energia elétrica por médios e pequenos produtores.

- Fomentar o ecoturismo através de normas e padrões de financiamento que estimulem a geração de emprego local e que não viole padrões culturais garantindo rigorosamente a preservação ambiental.

51- Que a riqueza social seja apropriada por quem a produz.

O objetivo mais avançado do Programa Democrático e Popular é estabelecer bases para uma sociedade em que a riqueza social seja apropriada por aqueles que a

produzem e compartilhada pela legião de necessitados que constitui a grande maioria dos brasileiros. Para isso, como se viu, será preciso retomar o crescimento econômico, a partir de um modelo radicalmente diferente do praticado nas últimas décadas. Um modelo capaz de conciliar crescimento e distribuição de renda, modernização tecnológica e geração de empregos, integração no sistema internacional e soberania. Um modelo que represente a abertura de um novo ciclo longo para a sociedade brasileira, baseado na constituição de um mercado interno de massas.

Queremos um crescimento organizado, ou seja, sustentável pela recomposição dos investimentos público e privado, para que estes respaldem, no longo prazo, o crescimento virtuoso do consumo dos trabalhadores; financiado através de um padrão não inflacionário; baseado na cooperação entre os agentes, sob a supervisão de um Estado democrático, na forma de um jogo de soma positiva que facilite a coordenação das expectativas, que tenha como diretriz estratégica o incentivo a setores e empresas de alto valor agregado ou de forte efeito gerador ou multiplicador sobre o emprego.

Isso não se fará sem enfrentamentos internos e externos. Sem um projeto nacional vigoroso, baseado na mobilização popular, e que conte com o apoio de agentes políticos capazes de ampliar sua sustentação no plano institucional. Sem o desenvolvimento amplo de formas de participação popular e de controle social sobre o Estado e a vida econômica. Sem um Estado reformado e forte, capaz de planejar e coordenar o desenvolvimento, regular a economia em benefício do espaço público, fomentar o investimento e a capacitação tecnológica, favorecer a competitividade sistêmica da produção nacional, atuar nos setores estratégicos e garantir condições materiais de sobrevivência, cidadania e participação política a todos os indivíduos.

Estabeleceremos metas a serem alcançadas no curto, médio e longo prazos, e nos primeiros dias de governo tomaremos medidas imediatas para enfrentar os problemas emergenciais. Entre elas destacam-se um plano de estabilização macroeconômica, amplamente discutido com a sociedade, e programas de emergência (contra a fome, pela infância abandonada, pelo emprego, pela recuperação dos serviços de saúde e educação públicas); ao mesmo tempo iniciaremos os programas de largo fôlego (reformas do Estado, do setor financeiro e estruturais; política industrial e agrícola). Inseridos nesse projeto nacional abrangente, e articulados entre si, estes programas virão preencher o vazio deixado pelo esgotamento do projeto desenvolvimentista, ao mesmo tempo, constituirão uma alternativa ao modelo neoliberal das elites.